



**NEDRU - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano**



**VERSÃO FINAL**

**Uberlândia – MG**

**Novembro 2013**

## **COORDENAÇÃO GERAL**

Prof. Dr Eduardo Nunes Guimarães

Instituto de Economia (IE – UFU)

Coordenador do NEDRU – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano

## **EQUIPE TÉCNICA**

<b>Nome</b>	<b>Formação</b>	<b>Instituição</b>
<b>Coordenadores de área</b>		
Darcilene C. Gomes	Doutorado – Unicamp	IE-UFU/NEDRU
Soraia Aparecida Cardoso	Doutorado – Unicamp	IE-UFU/NEDRU
<b>Pesquisadores</b>		
Adir Aparecida Juliano	Economista	IE-UFU/NEDRU
Álvaro Fonseca Jr.	Economista	IE-UFU/CEPES/NEDRU
Ester William Ferreira	Doutorado – UFU	IE-UFU/CEPES/NEDRU
Jucyene das Graças Cardoso	Doutorado – UFU	PMU/NEDRU
Ricardo Reis	Doutorado – UFU	IG-UFU
Rick Naves Galdino	Mestrado – UFU	IE-UFU/CEPES/NEDRU
Sarah Tavares Corrêa Cunha	Mestrado – Unesp	IE-UFU/CEPES/NEDRU

## **DADOS GERAIS**

### **Instituição Proponente**

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO - FAU C.G.C.: 21.238.738/0001-61

Reitor: Prof. Elmiro Santos Resende

Endereço (Reitoria): Av. João Naves de Ávila, 2121

Bairro Santa Mônica CEP: 38400-902 Uberlândia MG

Telefone: (34)3239-4805

### **Unidade Executora**

Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Economia

NEDRU (Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Urbano)

Coordenador: Dr. Eduardo Nunes Guimarães

Endereço: Bloco 1 J - Sala 1J225 -Campus Santa Mônica

Av. João Naves de Ávila, 2121

CEP: 38400-902 Uberlândia MG -Telefone: (34) 3239-4157

# Sumário

Sumário .....	4
LISTA DE SIGLAS .....	6
1. Apresentação .....	7
2. Introdução.....	9
3. Objetivos, justificativas e abrangência do estudo .....	12
4. Caracterização de área de estudo e sua rede urbana.....	19
4.1. Breve histórico da formação regional.....	23
4.2. Contribuições da regionalização funcional do IBGE à rede urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba .....	37
6. A Aglomeração do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.....	65
6.1 - Indicadores demográficos.....	72
6.1.1 – Panorama geral do quadro demográfico .....	72
6.1.2 - Crescimento e composição da População do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba .....	76
6.1.3 – Migração .....	87
6.1.4 – Considerações sobre a tendência demográfica regional .....	126
6.2 – Indicadores Econômicos.....	129
6.2.1 – Análise da estrutura econômica.....	129
6.2.1.1 - A importância da Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no Cenário Nacional e Estadual...	129
6.2.1.2 - Estrutura Produtiva.....	134
6.2.1.2.1 - Composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) .....	134
6.2.2 - Análise dos três grandes setores econômicos .....	145
Agropecuária.....	145
Indústria .....	146
Serviços.....	150
6.2.2 – Mercado de Trabalho .....	152
6.2.2.1 - Crescimento da População em Idade Ativa e População Economicamente Ativa .....	152
6.2.2.2 - Taxas de participação.....	155
6.2.2.3 - População ocupada.....	157
6.2.2.3.1 - Ocupados por setor: agrícola e não-agrícola .....	157
6.2.2.3.2 - Ocupados por setor/ramos de atividade .....	161
6.2.2.3.3 - Informalidade e População empregada.....	163
6.2.2.4 - População desocupada .....	167

6.2.3 – Finanças Públicas.....	169
6.2.3.1 - Receitas Municipais .....	169
6.2.3.2 - Despesas Municipais.....	184
6.2.4 – Frota de Veículos.....	190
6.3 - Indicadores sociais .....	204
6.3.1 – Saúde.....	204
6.3.1.1 - Indicadores básicos.....	204
6.3.1.2 - Rede assistencial.....	209
6.3.2 – Educação .....	230
6.4 – Índices de Desenvolvimento .....	238
6.4.1 – Índice de Desenvolvimento Humano.....	238
6.4.2 - Índice de Gini .....	242
6.4.3 – Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) .....	244
6.4.4 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).....	253
6.5 – Outros indicadores de articulação/integração regional .....	257
6.5.1 – Infraestrutura e sistema viário.....	257
6.5.2 – Influência das redes de TV e polarização regional .....	273
7 – Principais resultados e recomendações.....	279
7.1 – Proposta de agrupamento da rede urbana regional como subsídio à criação de uma região metropolitana .....	283
8. Bibliografia .....	298

## **LISTA DE SIGLAS**

ABCR Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias  
AETT Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres  
ANAC Agência Nacional de Aviação Civil  
ANFAVEA Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores  
ANFAVEA Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores  
ANP Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
ANTAQ Agência Nacional dos Transportes Aquaviários  
ANTT Agência Nacional de Transportes Terrestres  
BIRD Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento  
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CLM Council of Logistics Management  
CONIT Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes  
COPPE Instituto Luiz Alberto Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia  
CSCMP Council of Supply Chain Management Professionals  
DAC Departamento de Aviação Civil  
DENATRAN Departamento Nacional de Trânsito  
DETRAN Departamento de Trânsito (estadual)  
DNIT Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte  
ECT Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos  
FIPE Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
GEIPOT Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IE-UFG Institute of Economics of the University of São Paulo  
INFRAERO Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária  
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPEADATA Base de dados econômicos e financeiros mantida pelo IPEA  
MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MT Ministério dos Transportes  
NEDRU (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano)  
OSBRA Oleoduto São Paulo / Brasília  
OTM Operador de Transporte Multimodal  
PETROBRAS Petróleo Brasileiro SA  
PORTOBRÁS Empresa Brasileira de Portos S.A  
REGIC Região de Influência das Cidades  
REPLAN Refinaria do Planalto Paulista  
RNTRC Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga  
RPN Rede Postal Noturna  
SAMARCO Samarco Mineração S.A.  
TBG Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.  
TEU Twenty Feet Equivalent Unit  
TKU Toneladas por quilômetro útil  
TMAP- Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba  
TRANSPETRO Empresa de Transporte do Sistema Petrobras  
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFU Universidade Federal de Uberlândia

## **1. Apresentação**

Este trabalho representa a consolidação de uma série de indicadores que corroboram na formatação final do “Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira, Social e Ambiental da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e seu Colar de Influência Regional”. Foi elaborado, predominantemente, por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Uberlândia, cujo envolvimento com os temas aportados neste relatório perpassam uma ampla diversidade de estudos e pesquisas desenvolvidos ao longo da trajetória de cada membro da equipe. Devemos destacar, em particular, a longa experiência acumulada no Instituto de Economia da UFU em investigações relativas ao contexto específico do desenvolvimento regional e urbano do Triângulo Mineiro. O caminho começou a ser traçado a partir do início dos anos 1980 e tem contribuído ao longo dos últimos 30 anos, para a formação de diversos pesquisadores e, fundamentalmente, para uma continua interpretação dos mais variados aspectos do desenvolvimento e desafios dessa região singular do espaço mineiro e nacional. Paralelo a isso, é importante destacar que o envolvimento de membros da nossa equipe com pesquisas na escala nacional, como o estudo da rede urbana brasileira e, depois, suas regiões metropolitanas, desenvolvidos em parceria entre IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP, em muito contribuiu para contextualizar a inserção e a dinâmica própria da mesorregião do Triângulo Mineiro e sua rede de cidades.

Ou seja, a equipe envolvida neste trabalho é composta por diversos pesquisadores com expertise em temas de interesse do desenvolvimento regional e análises setoriais. Eles participam e já participaram de estudos e pesquisas que tratam de temas relacionados à formação do espaço regional do Triângulo Mineiro e discussões setoriais que ajudam a entender as características e transformações ocorridas nesse espaço regional e sua rede de cidades. Trata-se, portanto, de uma equipe formada em um ambiente com longa tradição de pesquisa nos temas envolvidos diretamente com a questão

regional e urbana e seus desafios. Portanto, reside nesse grupo de pesquisadores, na sua maioria ligados ao NEDRU (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano), do Instituto de Economia da UFU, mais do que a capacidade de discussão de temáticas e indicadores específicos, mas pessoal técnico com envolvimento direto com o objeto de estudo e capaz de realizar uma interlocução com a comunidade e lideranças locais e regionais. Esse é um aspecto fundamental, pois a elaboração deste relatório técnico envolve tanto a análise de uma série de indicadores econômicos e sociais, quanto a fundamentação de uma discussão acerca da aglomeração urbana regional, para servir de subsídio à construção de um novo arcabouço institucional de planejamento regional, cujos desenhos terão importantes impactos no desenvolvimento da rede urbana e da comunidade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

## **2. Introdução**

O desempenho econômico e social, aliado à diferenciação regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em relação a outras regiões do Estado de Minas Gerais e ao restante do País, representam um produto histórico de algumas gerações e de uma multiplicidade de atores sociais, que ajudaram a moldar suas particularidades e singularidades. Compreender a dinâmica histórica da rede urbana dessa região e a imbricação de suas estruturas econômica e social configura-se num importante passo para estabelecer mecanismos e políticas de desenvolvimento regional com rebatimentos diretos na gestão dos municípios.

Do ponto de vista econômico, não é difícil constatar que a região desempenhou um papel diferenciado no cenário nacional, por meio do desenvolvimento virtuoso de suas forças produtivas e da estruturação e florescimento de sua rede urbana. Sua evolução e expressão regional foram marcadas por uma particular articulação e integração nos planos nacional e internacional que lhe permitiram participar, desde o século XIX, dos circuitos de trocas que alavancaram seu desenvolvimento. Entretanto, apesar dos nexos regionais e dos desafios comuns presentes nesse espaço denominado de região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (conforme divisão regional oficial do IBGE - Microrregiões e Mesorregiões Geográficas, IBGE, 1990), é notória a ausência de uma unidade político-administrativa diretamente responsável por seu governo e representação, seja na esfera estadual, seja na esfera federal.

Apesar da complexidade e diversificação das atividades produtivas e dos desafios inerentes às suas múltiplas interfaces internas e externas, falta ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba uma estrutura institucional, como, por exemplo, uma Agência Metropolitana de Desenvolvimento Regional, que seja capaz de estabelecer o planejamento e a governança multinível. Uma estrutura institucional com legitimidade para assumir a responsabilidade de realizar a

ponte entre os governos municipais, as esferas de governo estadual e nacional e demais entes de representação de interesses, locais, regionais, nacionais e internacionais. Ou seja, ainda que seja possível recortar esse espaço do território mineiro a partir de suas singularidades sociais e econômicas, manifestas nas interações e complementaridades produtivas e sociais internas e externas, faltam-lhe instrumentos de gestão e planejamento multinível.

Dentro da atual estrutura federativa brasileira, a criação de uma região metropolitana apresenta-se como um mecanismo de apoio ao planejamento e financiamento do desenvolvimento regional, podendo atuar para além das competências municipais no enfrentamento das assimetrias internas da sua rede urbana e na promoção e aproveitamento conjunto das potencialidades locais e regionais. Outra alternativa legal concreta de ultrapassar a estrutura territorial tradicional é a Lei no 11.107/2005, a Lei dos Consórcios Públicos, conforme destacado por Firkowski (IPEA, 2013b:32), que “permite a gestão associada de serviços públicos – entre dois ou mais Entes da Federação – e que possibilita a busca de soluções em conjunto para problemas em comum. Embora o tipo mais frequente de consórcio abrangido pela lei tenha sido o de saúde, também é possível utilizar este expediente legal para temas como o desenvolvimento regional e os projetos urbanos, além de saneamento e resíduos.”

Apesar de avanços nos dispositivos legais é preciso reconhecer que o histórico e recorrente desafio do desenvolvimento brasileiro tem sido tratar as distintas e desiguais características da dinâmica dos seus espaços regionais. A tarefa mais difícil, conforme reconhecido por Furtado (1967:07), não é admitir a existência das desigualdades regionais de renda e as descontinuidades geográficas entre as diversas áreas da estrutura socioeconômica nacional e regional. O problema principal perpassa pela realização de um diagnóstico comprehensivo das desigualdades nas suas respectivas especificidades sociais e históricas. Apreender a realidade espacial dos fenômenos sociais é condição necessária para formular uma estratégia de ação e, assim, definir mecanismos e meios para promover o desenvolvimento nas diversas áreas e seus heterogêneos e interligados sistemas produtivos que, em conjunto, conformam

o território nacional. Ou seja, o desafio é explicar a dinâmica espacial existente, incluindo o papel das economias de aglomeração, conforme analisado por Hirschman (1961), **campo de forças - fluência e polarização**, para determinar se existem padrões regulares subjacentes aos princípios que governam a estrutura do espaço econômico e, ao mesmo tempo, se seria possível encontrar (formular) soluções alternativas que pudessem contribuir para melhorar o bem estar da população de uma dada área. Enfim, como ressalta o próprio Furtado (1967:12), uma política de desenvolvimento deve ser pensada no âmbito de uma teoria das estruturas espaciais, ou seja, como uma ação capaz de influenciar a dinâmica de funcionamento espacial da economia. Tarefa que não está ao alcance e competência das esferas de poder local e também não são adequadamente tratadas nos níveis estadual e nacional. Conforme já apontado por Araújo (1999), na estrutura geral do desenvolvimento brasileiro existe uma importante lacuna que poderia ser preenchida com a construção de uma política nacional de desenvolvimento regional capaz de tratar tanto das singularidades quanto das potencialidades e sinergias que ocorrem nestes espaços de interação entre os territórios municipais.

### **3. Objetivos, justificativas e abrangência do estudo**

O objetivo geral deste projeto é realizar uma caracterização da hierarquia dos polos regionais e suas redes de influências, envolvendo os demais municípios que formam o grande colar regional e, com isso, subsidiar a discussão política sobre a importância da estruturação de um arcabouço institucional de apoio e promoção do desenvolvimento deste espaço particular de Minas Gerais. Para tanto, é fundamental atentar para o disposto na Lei Complementar Nº 51/98, com base na Constituição Estadual de Minas Gerais, que, em seu Art. 45, considera região metropolitana o conjunto de municípios limítrofes que apresentem a ocorrência ou a tendência de continuidade do tecido urbano e de complementaridade de funções urbanas, tendo como núcleo a capital ou metrópole regional, e que exija planejamento integrado e gestão conjunta por parte dos entes públicos. Nesse contexto, e considerando a abrangência da legislação estadual, este trabalho visa discutir a viabilidade técnica da formação da região metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba ou aglomeração regional com características metropolitanas.

O principal problema refere-se à própria definição de região metropolitana. Conforme ressaltado por Firkowski (IPEA, 2013b:27), “etimologicamente, a palavra *metrópole* remete à Grécia Antiga, e seu sentido estava relacionado à designação da cidade-mãe, à grande cidade que tinha funções das quais dependiam as demais. Assim, a metrópole estava relacionada ao domínio de um território, à oferta de bens e serviços diferenciados para uma região.” Nesse sentido, a autora destaca que, embora os conceitos não possam ser compreendidos fora de seus contextos de tempo e espaço, na atualidade o termo “metrópole” encontra-se associado à importância funcional de uma cidade. Ou seja, “à metrópole estão associados elementos definidores, como seu peso na economia, sua concentração de atividades superiores e conexão a uma rede urbana cada vez mais mundial.” (Idem, p.27) Nessa concepção, segundo Ribeiro (2009), o que dá sentido a

uma metrópole é o seu papel de destaque e centralidade no contexto regional. Em torno dessa cidade principal são formados os nós de comando e coordenação econômicos e sociais. E assim, a metrópole se destaca pelos seus indicadores de tamanho populacional e importância econômica, mas também pelo desempenho de funções complexas e diversificadas, formando uma hierarquia funcional e um verdadeiro campo de forças centrípetas e centrífugas em sua área de influência. A importância da metrópole pode ser medida pelo conjunto de interações com o seu entorno regional, mas também pela centralidade que desempenha no estabelecimento de relações econômicas e sociais com várias outras metrópoles e aglomerações.

No caso brasileiro, conforme destacado em IPEA (2013a), nem todas as unidades institucionalizadas como regiões metropolitanas (RMs) resultam efetivamente do processo clássico de metropolização. Ou seja, uma cidade central, circundada por um contínuo urbano formado por dois ou mais municípios, onde as áreas conurbadas dificultam a própria identificação dos limites geográficos e, principalmente, funcionais. Essa é a perspectiva hoje presente na legislação mineira. Entretanto, é mister destacar que as formações urbanas contemporâneas, embora ainda herdeiras das formas pretéritas de ocupação adensada do solo, contemplam cada vez mais uma interdependência funcional aliada à integração espacial pelo fluxo de pessoas, mercadorias e serviços, sem a necessária contiguidade física. A evolução nos meios de transportes e telecomunicações, notadamente a partir da década de 1990, cada vez mais tem permitido a emergência de centralidades econômicas, políticas ou culturais, formadas a partir de uma densa interação e interconexão de tecidos urbanos, cuja dinâmica é dada pela intensidade regular dos referidos fluxos a despeito da contiguidade espacial. Um exemplo deste processo é a forma de operação e prestação de serviços das redes de telefonia, cuja lógica da chamada interurbana já não guarda necessariamente uma relação com os limites territoriais dos municípios. Na mesma direção, também podemos citar o sistema de comunicação, compras e vendas de bens e serviços pela internet cuja logística não está amarrada aos limites territoriais municipais ou mesmo dos estados. Este é claramente o papel que

desempenham as metrópoles globais e nacionais. Por heranças históricas e pelo intenso crescimento demográfico elas até podem possuir um grande adensamento geográfico conurbado, mas o que lhes dá uma real posição de destaque e centralidade não é a conurbação física propriamente dita, mas o papel, o volume e a importância das interdependências funcionais, das interações e dos fluxos que as integram no espaço da sua região, do país e do mundo.

Tomando como referência a tipologia usada por Panayotis Soldatos, apud Yahn Filho (2013), que define uma cidade ou metrópole internacional, podemos desdobrar as mesmas características para identificar os papéis das metrópoles nacionais e regionais. A seguir são apresentadas algumas das principais características que, segundo o referido autor, conformam uma cidade internacional contemporânea. O propósito é elucidar que a mesma classificação pode ser adaptada respectivamente para os casos de classificação das aglomerações nacionais e regionais:

- a) posição geográfica, recebimento de investimentos e fluxos de comércio e sede de empresas;
  - a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é reconhecida pela sua localização geográfica de interligação regional da economia paulista com o Centro-Oeste. As duas principais cidades, Uberlândia e Uberaba, ao longo da história vêm se destacando no processo de atração de investimentos e fluxos de comércio. Algumas empresas sediadas nestas cidades apresentam uma importante projeção regional;
- b) exportar fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas terem presença no exterior;
  - os polos de Uberlândia e Uberaba cumprem muito intensamente essa função, na escala regional;
- c) ser diretamente interligada com o exterior por meio de transportes e comunicações;

- a estrutura de transportes e comunicações do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba representam um grande diferencial na projeção regional de seus principais polos;
- d) possuir um setor de serviços e mídia de repercussão e difusão internacional e acolher encontros e eventos;
  - a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba conta com uma forte presença da mídia regional, rádio, televisão e imprensa. Estes meios exercem grande influência na opinião pública, além de grande capacidade de divulgação de produtos, ideias e eventos. Também contam com boa infraestrutura capaz de acolher eventos, congressos, festivais e jogos esportivos;
- e) possuir uma população com composição étnica diversificada;
  - conforme dados dos censos demográficos pode-se notar que a região do triângulo Mineiro e Alto Paranaíba não conta com expressiva população de origem estrangeira, mas abriga principalmente um contingente variado de pessoas oriundas de diversas regiões de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Bahia. Além disso, os dados revelam que ocorre uma grande movimentação interna de migrantes, fazendo com que os principais polos sirvam de residência para pessoas originárias dos demais municípios da região.

Portanto, embora a contiguidade de tecidos urbanos represente os seus desafios para as escalas municipais, na sociedade de base tecnológica contemporânea o mais importante na função metropolitana não é a conurbação, embora isto exija políticas específicas, mas os fluxos de integração e relacionamentos que extrapolam suas jurisdições e avançam por uma ampla área de influência regional, nacional e internacional. A interdependência não deve ser medida ou entendida apenas a partir dos fluxos regulares diretos, pois, na verdade, o fundamental nesta relação é a complementaridade e divisão territorial de funções, que definem os papéis e as hierarquias presentes nas estruturas socioeconômicas. Por exemplo, a presença de uma importante instituição de ensino em uma dada área não pode ser medida apenas pelo fluxo regular de pessoas que a ela se dirigem ou pelo

impacto de demanda que o seu orçamento representa, mas também pelo papel que ela cumpre na difusão de conhecimentos, qualificação do mercado de trabalho e toda uma enorme gama de prestação de serviços que ajuda a dar funcionalidade e identidade ao espaço local e regional. O critério basilar que dá sentido a uma aglomeração urbana, seja ela conurbada ou não, é a formação de uma massa demográfica mínima de cidade de tamanho e importância média para grande, entre 400 mil e 01 milhão de habitantes. Este pode ser assumido como um parâmetro atual para demarcar as características presentes na hierarquia funcional urbana, formada pela concentração, diferenciação e diversificação dos setores de produção de bens e serviços.

A forma regionalizada de estruturação espacial da economia e suas diversas relações sociais, formadas a partir de especializações produtivas cada vez mais complexas e suas divisões regionais do trabalho, exige um planejamento amplo e uma gestão regionalizada da administração das esferas públicas. Muitos são os sistemas de interconexão regional das administrações municipais, como por exemplo, os serviços de atenção à saúde, os serviços de educação nos seus diversos níveis, a gestão das bacias hidrográficas, os equipamentos de infraestrutura de integração, a organização das diversas estruturas institucionais dos setores públicos estaduais e federal e as próprias áreas de influência e atuação das empresas privadas.

Nesse sentido, é fundamental refletir sobre o papel dos principais centros urbanos brasileiros e contextualizá-lo com as limitações que prevalecem na institucionalização das unidades metropolitanas na legislação brasileira em vigor, cujos parâmetros não são homogêneos e, muitas vezes, destituídos de critérios objetivos e/ou comuns, por parte dos estados, para a determinação da existência de uma cidade central com as funções de polarização da sua área de influência. No mesmo sentido, considerando a competência das escalas de poder estadual, também temos os desafios colocados nos casos das regiões onde ocorre a interação de fluxos regulares de bens, serviços e pessoas no espaço das áreas de influência de municípios pertencentes a distintos entes federados. Sobre isto, a legislação brasileira prescreve as condições institucionais de formação das regiões integradas de desenvolvimento

econômico (RIDE), que, neste caso, também não possuem o fato da existência de conurbação física como o elemento mais relevante do papel regional que cumprem.

Estudo como o realizado pelo Observatório das Metrópoles (2004) deixou claro que, no caso brasileiro, dentro dos aglomerados urbanos identificados como metropolitanos, há diferenças substanciais quanto à integração dos municípios à dinâmica da aglomeração, entendida como o adensamento de fluxos econômicos e populacionais. O desdobramento desta realidade heterogênea pode ser verificado na formação de unidades regionais bastante diferentes quanto ao efetivo processo de metropolização, o que dificulta a construção de sistemas de governança metropolitana. Já o estudo mais recente do Observatório das Metrópoles (2009:14) revela que

“as novas regiões têm regulação bastante diferenciada, havendo mesmo estados que, tendo mais de uma região, conferem tratamento diferenciado a cada uma. Além da criação de novas regiões, os estados passaram a incluir novos municípios em regiões antes criadas por leis federais. A falta de critérios claros para definir a condição metropolitana dos municípios, que prevalece no mais das vezes, expõe o tratamento do tema a fortes pressões políticas, podendo resultar na constituição de regiões extremamente heterogêneas quanto ao grau de integração desses municípios ao fenômeno metropolitano. Essa heterogeneidade, por sua vez, dilui a tradicionalmente fraca identidade metropolitana, elemento essencial à construção de estruturas de governança”.

Ainda que não consensuais, podemos sintetizar os principais critérios elencados na definição dos espaços metropolitanos:

- alta densidade populacional;
- concentração de atividades econômicas;
- volumoso fluxo de pessoas, mercadorias e serviços;
- unidade central ou núcleo bem definido;
- complexidade e diversificação de atividades;
- fortes laços de relacionamento com os espaços externos à área de influência.

Um segundo aspecto que gera constrangimentos no processo de gestão dos territórios refere-se ao tratamento isonômico dado pela Constituição aos

diversos municípios. Estes claramente não poderiam ter as mesmas competências haja vista suas assimetrias territoriais, econômicas, estruturais e funcionais. Neste sentido, a institucionalização de unidades metropolitanas ou RIDEs tem por objetivo reparar uma lacuna constitucional no que tange à inexistência de instâncias de cooperação, fomento e desenvolvimento regional, em clara oposição às limitações dos frágeis localismos. A alternativa utilizada tem sido as Associações de municípios e os consórcios públicos voltados ao desenvolvimento de ações comuns, mas estes últimos limitados às políticas setoriais específicas.

Enfim, a principal linha de atuação deste relatório, considerando as características funcionais da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e sua rede de cidades é proporcionar uma discussão da viabilidade técnica e a importância da criação de uma estrutura institucional de desenvolvimento regional para essa área e, em particular, a figura da região metropolitana. Para tanto, é apresentado um conjunto de indicadores com o objetivo de realizar uma caracterização do espaço territorial do aglomerado regional do Triângulo Mineiro, formado por núcleo, entorno, colar metropolitano e área de expansão. Espaço de urbanização este entendido não necessariamente como um tecido urbano contíguo, mas com forte nível de pontos de adensamento demográfico e interligação funcional pelos meios de transporte, ações setoriais públicas e privadas e fluxos de mercadorias, serviços e pessoas.

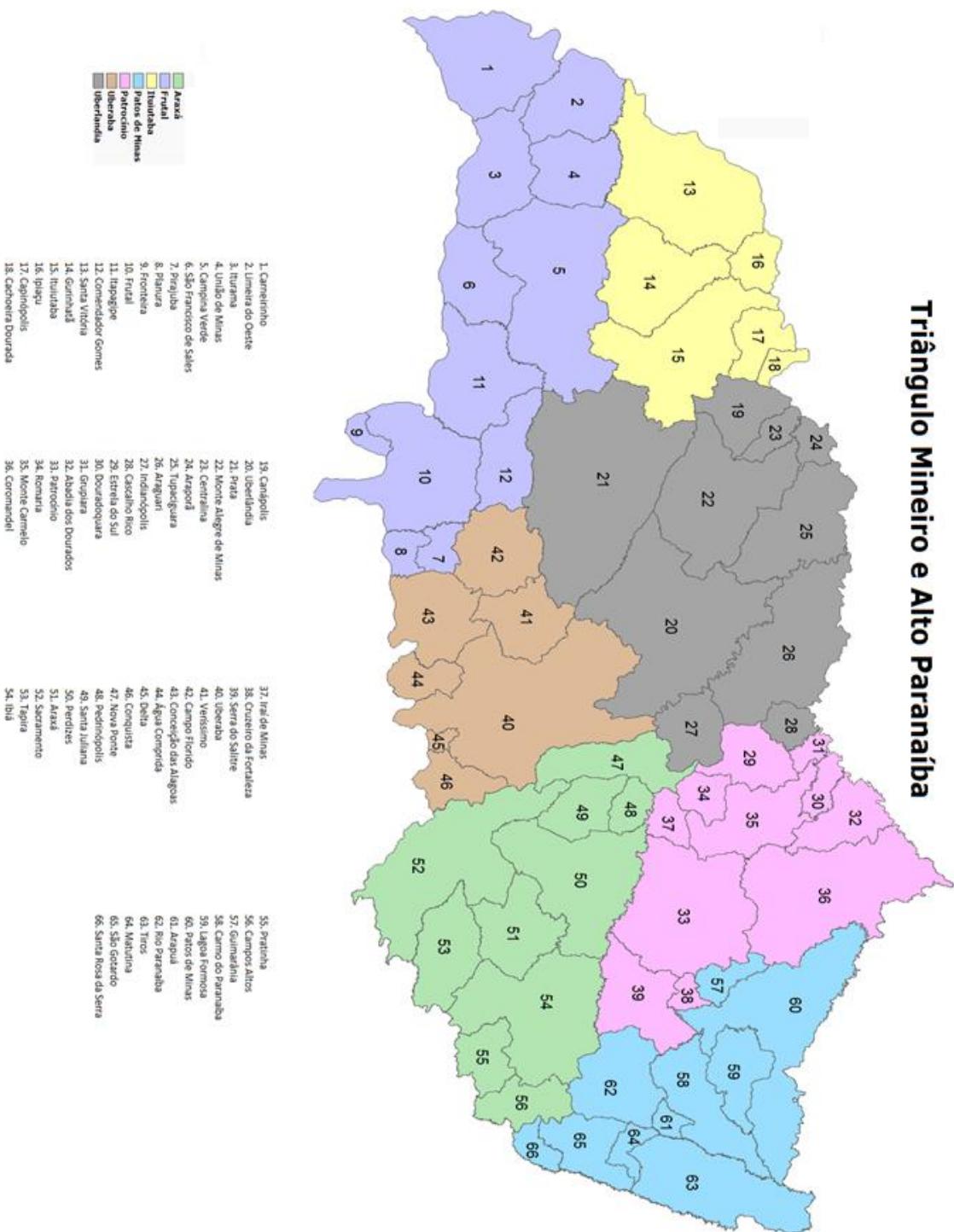
A estrutura deste trabalho foi dividida em cinco partes além desta introdução. Na primeira, apresenta-se objetivos, justificativas e abrangência do estudo. Na segunda a caracterização da região, com breve histórico da formação regional e contribuições da regionalização funcional do IBGE. Em seguida, a terceira parte apresenta aspectos teóricos e metodológicos que nortearam a realização da pesquisa. A quarta parte traz indicadores demográficos, econômicos, sociais, de desenvolvimento e outros indicadores de articulação regional. Por fim, na quinta parte, são apresentados os principais resultados e recomendações para a formação da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e seu colar metropolitano.

## **4. Caracterização de área de estudo e sua rede urbana**

Visualmente identificada com a forma geométrica de um triângulo, delineado naturalmente pelos leitos fluviais dos seus principais rios, o Grande e o Paranaíba, essa região econômica, como qualquer outra, não deve ser apreendida a partir de limites naturais ou geográficos definidos. Ou seja, a identidade de uma região não é dada pela sua forma geográfica previamente determinada ou contida em um plano definido, mas por características históricas e estruturais comuns que a diferenciam e lhe imprimem uma coesão, conforme Geiger (1967a: 59) como um espaço singular “resultante de uma combinação de fenômenos de naturezas diversas”. Com base na concepção espacial de região como um plano abstrato é preciso entender como a aglomeração urbana do Triângulo Mineiro se formou e se constituiu enquanto uma região econômica e quais foram seus principais recortes históricos. Uma análise retrospectiva da formação social e econômica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba revela que suas diversas localidades e municípios nem sempre tiveram uma identificação regional comum. Portanto, o processo de agregação e desagregação de municípios nesta estrutura regional só faz sentido a partir de sua respectiva contextualização. Ou seja, são diversos os elementos econômicos e sociais responsáveis pela moldagem de uma identidade regional e diversidade social no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A seguir são apresentados o mapa da distribuição geográfica e o quadro com a discriminação de regionalização, área e data de instalação dos municípios.

Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Fontes: Elaboração própria

Quadro 4.1 - Relação dos municípios pertencentes à Mesoregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por regiões de planejamento e microrregião com data de instalação e área

MUNICÍPIO	Área Km <sup>2</sup>	REGIÃO DE PLANEJAMENTO (SEPLAN/MG)	Data de Instalação	MICRORREGIÃO (IBGE)
Abadia dos Dourados	894,5	ALTO PARANAÍBA	1948	PATROCÍNIO
Arapuá	172,5	ALTO PARANAÍBA	1962	PATOS DE MINAS
Araxá	1.165,2	ALTO PARANAÍBA	1831	ARAXÁ
Campos Altos	719,1	ALTO PARANAÍBA	1943	ARAXÁ
Carmo do Paranaíba	1.307,1	ALTO PARANAÍBA	1873	PATOS DE MINAS
Coromandel	3.296,3	ALTO PARANAÍBA	1923	PATROCÍNIO
Cruzeiro da Fortaleza	185,5	ALTO PARANAÍBA	1962	PATROCÍNIO
Douradoquara	313,4	ALTO PARANAÍBA	1962	PATROCÍNIO
Estrela do Sul	820,3	ALTO PARANAÍBA	1856	PATROCÍNIO
Grupiara	192,6	ALTO PARANAÍBA	1962	PATROCÍNIO
Guimaránia	370,8	ALTO PARANAÍBA	1962	PATOS DE MINAS
Ibiá	2.707,6	ALTO PARANAÍBA	1923	ARAXÁ
Iraí de Minas	357,6	ALTO PARANAÍBA	1962	PATROCÍNIO
Lagoa Formosa	844,5	ALTO PARANAÍBA	1962	PATOS DE MINAS
Matutina	259,7	ALTO PARANAÍBA	1953	PATOS DE MINAS
Monte Carmelo	1.353,7	ALTO PARANAÍBA	1882	PATROCÍNIO
Nova Ponte	1.105,8	ALTO PARANAÍBA	1938	ARAXÁ
Patos de Minas	3.189,0	ALTO PARANAÍBA	1866	PATOS DE MINAS
Patrocínio	2.866,6	ALTO PARANAÍBA	1840	PATROCÍNIO
Pedrinópolis	357,7	ALTO PARANAÍBA	1962	ARAXÁ
Perdizes	2.450,2	ALTO PARANAÍBA	1938	ARAXÁ
Pratinha	619,3	ALTO PARANAÍBA	1948	ARAXÁ
Rio Paranaíba	1.353,4	ALTO PARANAÍBA	1911	PATOS DE MINAS
Romaria	402,0	ALTO PARANAÍBA	1962	PATROCÍNIO
Sacramento	3.071,5	ALTO PARANAÍBA	1870	ARAXÁ
Santa Juliana	727,4	ALTO PARANAÍBA	1938	ARAXÁ
Santa Rosa da Serra	296,3	ALTO PARANAÍBA	1962	PATOS DE MINAS
São Gotardo	853,8	ALTO PARANAÍBA	1911	PATOS DE MINAS
Serra do Salitre	1.297,8	ALTO PARANAÍBA	1953	PATROCÍNIO
Tapira	1.180,2	ALTO PARANAÍBA	1962	ARAXÁ
Tiros	2.093,2	ALTO PARANAÍBA	1923	PATOS DE MINAS

continua

MUNICÍPIO	Área Km <sup>2</sup>	REGIÃO DE PLANEJAMENTO (SEPLAN/MG)	Data de Instalação	MICRORREGIÃO (IBGE)
Água Comprida	489,5	TRIÂNGULO	1953	UBERABA
Araguari	2730,6	TRIÂNGULO	1882	UBERLÂNDIA
Araporã	298,5	TRIÂNGULO	1993	UBERLÂNDIA
Cachoeira Dourada	202,7	TRIÂNGULO	1962	ITUIUTABA
Campina Verde	3663,4	TRIÂNGULO	1938	FRUTAL
Campo Florido	1261,7	TRIÂNGULO	1938	UBERABA
Canápolis	845,2	TRIÂNGULO	1948	UBERLÂNDIA
Capinópolis	621,2	TRIÂNGULO	1953	ITUIUTABA
Carneirinho	2060,7	TRIÂNGULO	1993	FRUTAL
Cascalho Rico	367,7	TRIÂNGULO	1948	UBERLÂNDIA
Centralina	322,0	TRIÂNGULO	1953	UBERLÂNDIA
Comendador Gomes	1042,9	TRIÂNGULO	1948	FRUTAL
Conceição das Alagoas	1348,2	TRIÂNGULO	1938	UBERABA
Conquista	616,2	TRIÂNGULO	1911	UBERABA
Delta	104,5	TRIÂNGULO	1997	UBERABA
Fronteira	199,2	TRIÂNGULO	1962	FRUTAL
Frutal	2429,7	TRIÂNGULO	1885	FRUTAL
Gurinhatã	1844,4	TRIÂNGULO	1962	ITUIUTABA
Indianópolis	833,9	TRIÂNGULO	1933	UBERLÂNDIA
Ipiaçu	469,7	TRIÂNGULO	1962	ITUIUTABA
Itapagipe	1795,4	TRIÂNGULO	1948	FRUTAL
Ituiutaba	2587,3	TRIÂNGULO	1901	ITUIUTABA
Iturama	1401,2	TRIÂNGULO	1948	FRUTAL
Limeira do Oeste	1317,5	TRIÂNGULO	1993	FRUTAL
Monte Alegre de Minas	2593,2	TRIÂNGULO	1870	UBERLÂNDIA
Pirajuba	331,8	TRIÂNGULO	1953	FRUTAL
Planura	318,0	TRIÂNGULO	1962	FRUTAL
Prata	4856,6	TRIÂNGULO	1854	UBERLÂNDIA
Santa Vitória	3002,8	TRIÂNGULO	1948	ITUIUTABA
São Francisco de Sales.	1128,8	TRIÂNGULO	1962	FRUTAL
Tupaciguara	1826,0	TRIÂNGULO	1911	UBERLÂNDIA
Uberaba	4512,1	TRIÂNGULO	1836	UBERABA
Uberlândia	4115,8	TRIÂNGULO	1888	UBERLÂNDIA
União de Minas	1150,6	TRIÂNGULO	1997	FRUTAL
Veríssimo	1028,6	TRIÂNGULO	1938	UBERABA

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

#### **4.1. Breve histórico da formação regional**

Estudos anteriores (BRANDÃO, 1989; GUIMARÃES, 2010), com base em documentação histórica, descrevem que a região começou a ser formada como um espaço econômico e social regional nos primórdios do século XVIII quando foram descobertas as primeiras reservas minerais de ouro, próximas da Serra da Canastra. Foi este evento que atraiu o interesse dos colonizadores e deu origem ao primeiro povoamento colonizador, na localidade denominada de Desemboque, atualmente um distrito ligado ao município de Sacramento. A exploração mineral de ouro e depois pedras preciosas nesta área foi um fenômeno determinante que ajudou a interiorizar o processo de ocupação econômica, embora este tenha sido marcado pelo caráter pontual e relativamente marginal, insuficiente para gestar uma maior organização da estrutura social e econômica, atestados pelo seu baixo impacto no patrimônio arquitetônico regional.

Essa área, até então ocupada por nativos e depois por quilombos de origem africana, também não pode ser definida como uma típica expansão de fronteira, haja vista que a exploração de pedras e minerais preciosos em Goiás e Mato Grosso transformaram, precocemente, a função social dos primeiros colonizadores das terras do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (doravante denominado apenas de Triângulo Mineiro). Estes passaram a desempenhar uma importante função na divisão regional do trabalho, pois diversos pontos desta área passaram a funcionar como pontos de passagem e abastecimento das caravanas que realizavam o trânsito entre o litoral e o Centro-Oeste. Portanto, na sua origem como espaço econômico, a região apresenta duas características importantes: por um lado, participa marginalmente do período áureo da exploração mineral e do seu processo pioneiro e urbanizado de colonização; por outro, sua ocupação ocorre predominantemente na sua porção leste, denominada de Alto Paranaíba, em torno da principal rota de integração social e econômica do Centro-Oeste com o litoral.

Conforme registrado nos fatos históricos, o início do século XVIII havia sido marcado pela divisão da colônia em províncias, constando os atuais

estados de São Paulo e Minas como uma unidade provincial. A descoberta do ouro em Minas desencadeou a separação das Províncias de São Paulo e Minas Gerais. A descoberta de ouro, por Bandeirantes paulistas, nas proximidades da Serra da Canastra, levou à anexação dessas terras à Província de São Paulo, entre os anos de 1720 e 1748. Segundo Matos (1981) a área foi transformada em uma subunidade administrativa colonial, o Julgado do Desemboque, área imprecisamente delimitada, pois formada, genericamente, pela confluência das bacias dos rios Grande e Paranaíba, além de parcela do sul de Goiás. Essa primária demarcação e subsequente ocupação econômica podem ser definidas como uma representação espacial, político-administrativa e religiosa, incipiente do atual Triângulo Mineiro. Com o avanço da mineração em Goiás o administrador daquela província passou a ter um interesse direto sobre a ocupação das terras do Desemboque, pois estas eram fundamentais para garantir os fluxos econômicos e sociais sob seu domínio. Assim, entre 1748 e 1816 a área passou aos domínios administrativos e paroquiais da Capitania de Goiás. Ao final deste período a área na margem esquerda do rio Paranaíba, escassamente ocupada e explorada, passou ao controle administrativo da Província de Minas Gerais e mais tarde se subordinou à hierarquia da ordem religiosa mineira. Foi, portanto, ao longo das primeiras décadas do século XIX que o triângulo geométrico, formado pelas suas duas principais bacias hidrográficas, foi paulatinamente sendo incorporado aos domínios dos mineiros.

A articulação precoce com o Centro-Oeste, somada a uma ulterior integração econômica com São Paulo e Centro-Oeste e acrescida de um recorrente sentimento de marginalização na política estadual ajudaram a fomentar uma identidade regionalista, que ganhou forma e ressonância histórica através dos movimentos separatistas. Sem pretensão de discutir a existência de um tipo mineiro padrão, pode-se dizer que o espaço econômico e social do Triângulo Mineiro foi, na sua gênese, um desdobramento da sociedade colonial forjada na exploração das riquezas minerais, mas que desde cedo começou a construir sua identidade regional, ajudando a reforçar a diversidade das Gerais e suas múltiplas variações sociais e econômicas.

O resgate histórico da formação regional revela que uma das suas características marcantes foi a sua luta separatista e o sentimento de não pertencimento, de identidade própria, de autonomia. Esta ganhou seus primeiros contornos na longínqua década de 1840, quando forças políticas regionais, com epicentro em Araxá, em desacordo com a unidade imperial, empunharam a bandeira separatista e propuseram formar uma nova unidade territorial no Brasil Central. Essa ação de representação política, como muitos outros movimentos regionalistas, de norte a sul do país, foram ações de identificação espacial que se expressaram sob a forma de rebeliões contra a fraqueza e o poder unitário do Império. No Triângulo Mineiro estes movimentos separatistas tiveram continuidade em diversas outras oportunidades ao longo da República, sem claramente definir seus limites territoriais, mas consolidando uma reação reivindicatória contra os mecanismos do poder estadual.

As características regionais singulares são elementos constituintes da formação desta região, que desde sempre esteve articulada aos grandes movimentos de transformação da economia nacional e internacional. Suas heranças sociais e econômicas foram moldadas, predominantemente, ao longo dos últimos dois séculos de fluxos econômicos e sociais. Embora não tenha sido uma área com forte presença escravista, o crescente adensamento demográfico desta região, a partir das primeiras décadas do século XIX, teve uma singular herança do modo de vida tipicamente mineiro fundado no ciclo da mineração. Minas Gerais, que representava a Província mais densamente povoada, foi a principal fonte provedora do povoamento que adentrou o espaço regional “triangulino” e ajudou a fomentar sua economia, sua estrutura rural e urbana, seus costumes, cultura, culinária e tradições. Somada à influência dos africanos, índios, paulistas, goianos e europeus, esse tipo “mineiro” em formação secular foi a base da ocupação originária deste novo espaço regional.

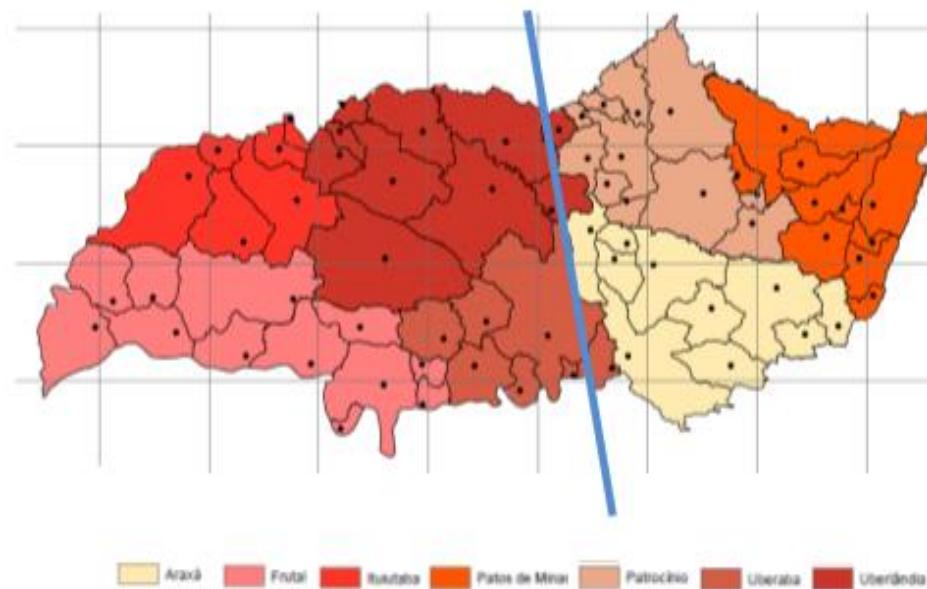
Do ponto de vista histórico, a estrutura social do Triângulo Mineiro é relativamente recente, mas herdeira do patrimônio cultural de ultramar e da particular colonização Ibérica que comandou as marcantes economias/sociedades do açúcar (FREYRE, 1990 e 2004) e da mineração

(ANTONIL, 1992), do latifúndio e da urbanização. A exploração mais sistemática da área ocupada pelos 66 municípios que hoje formam a região ocorreu basicamente a partir do esgotamento do ciclo mineral, fim da era colonial e expansão da agropecuária extensiva com baixa dependência urbana e um influxo demográfico mais diversificado.

Portanto, no Triângulo Mineiro, a vida social e econômica ganhou novos contornos e características e incorporou particularidades advindas de um estreitamento de relações econômicas e não econômicas com os ocupantes do Centro-Oeste e da nascente economia cafeeira paulista. Esse legado explica muito das características comuns encontradas no Triângulo Mineiro, em relação às outras áreas do Brasil e, principalmente, das Minas Gerais. Em particular, podem-se destacar as práticas e sabores da culinária de longa tradição entre seus habitantes, mas também ajuda a entender a formação de singularidades, variabilidades e resistências, conforme Guimarães (2010), próprias da nova realidade social e econômica do espaço regional. Ou seja, os habitantes da região carregam heranças marcadas pela forte presença dos imigrantes vindos das “Gerais”, trazendo com eles essa cultura típica, mas não unitária, seja da experiência de vida urbana ou rural. No novo espaço regional esses mineiros se juntaram com outras descendências, mas fundamentalmente também experimentaram cursos de vida e de relacionamentos econômicos e sociais diferenciados. Portanto, pode-se afirmar com tranquilidade que o espaço urbano e regional do Triângulo Mineiro não foi constituído de relações homogêneas. Pelas características da inserção regional na economia nacional, nota-se uma importante fragmentação de papéis na divisão regional do trabalho.

Uma importante característica abordada em estudos anteriores (GUIMARÃES, 2010) é que, desde a ocupação pioneira, nos primórdios do século XVIII, essa região passou por uma fragmentação na forma de articulação de sua estrutura espacial. Em termos geográficos, se for tomada como referência uma linha imaginária longitudinal ligando os atuais municípios de Uberaba e Araguari, pode-se dizer que o atual Triângulo Mineiro contava com duas formações espaciais distintas: o leste e o oeste.

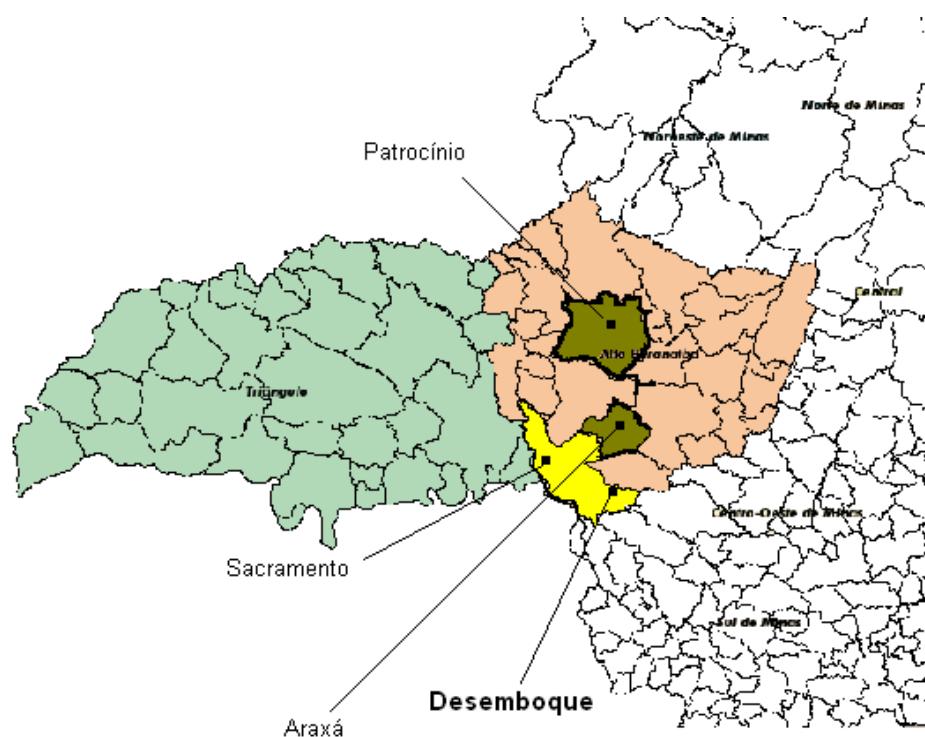
Mapa 4.2 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e suas microrregiões: destaque para a linha imaginária que demarcou sua fragmentação originária



Fonte: IBGE - Elaboração própria

A área situada a leste não só foi ocupada primeiro como, ao longo da história, manteve uma articulação econômica e social de maior proximidade com o centro político, cultural e econômico de Minas Gerais e da antiga capital federal, o Rio de Janeiro. A ocupação pioneira desta região foi realizada a partir das terras situadas predominantemente no Alto Paranaíba, que serviam de passagem das caravanas e rotas comerciais entre o litoral e o Centro-Oeste. A partir das primeiras décadas do século XIX a ocupação foi se espalhando e novos municípios começam a ganhar destaque na área mais a oeste da região, mais conhecido como Triângulo Mineiro.

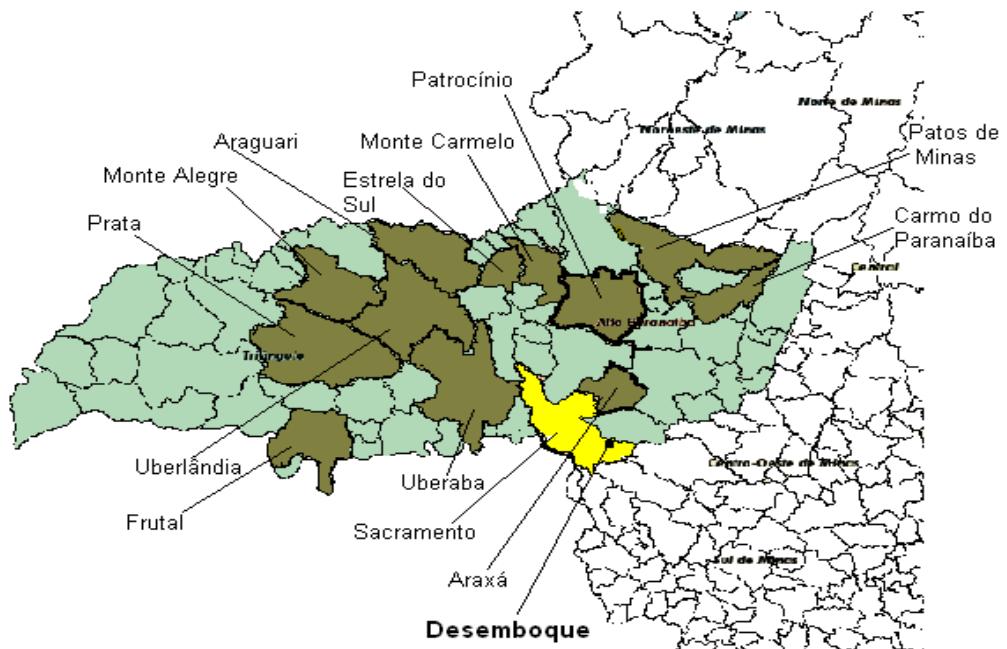
Mapa 4.3 – Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: com destaque para as primeiras áreas de ocupação econômica



Fonte: [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br), apud Guimarães, 2010.

A área situada a oeste recebeu influxo demográfico e ganhou dinamismo econômico a partir de sua estreita relação com a nascente economia paulista e com o vasto Centro-Oeste, onde florescia a mineração e pecuária. A ocupação originária do incipiente Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba ocorreu a partir destes dois principais fluxos de integração do interior com o litoral, um centralizado em Araxá, ligado mais diretamente ao Sul de Minas e Rio de Janeiro e outro em Uberaba, comercialmente integrado com as rotas oriundas do litoral paulista.

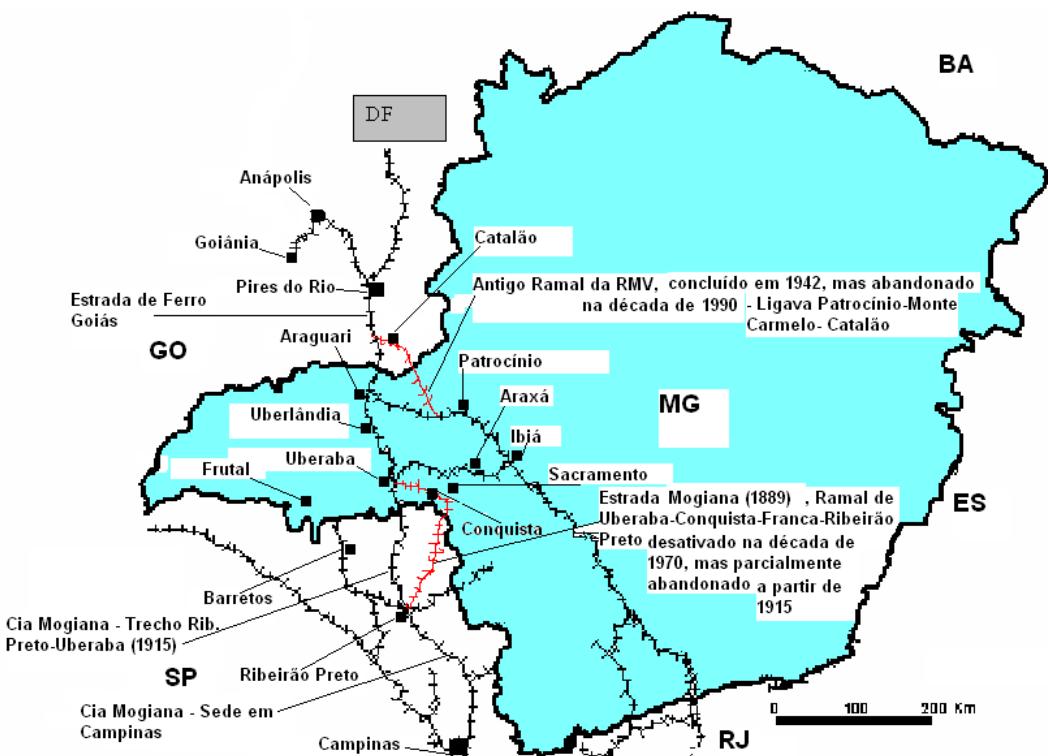
Mapa 4.4 – Localização dos primeiros municípios



Fonte: [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br), apud Guimarães, 2010.

A fragmentação entre a ocupação do oeste e do leste regional iniciou-se no período colonial e foi reforçada na era ferroviária que reproduziu as duas rotas iniciais de integração, uma ferrovia ligando Araguari, Uberlândia e Uberaba a Campinas (SP) e outra ligando municípios do Alto Paranaíba ao Sul de Minas e litoral carioca. O advento da ferrovia, naquele momento o meio de transporte mais moderno e dinâmico, promoveu uma reorientação dos fluxos econômicos e migratórios, estabelecendo as bases de uma nova estrutura produtiva, definitivamente voltada para o mercado. No caso específico do Triângulo, sua porção oeste foi integrada na malha paulista, com a chegada da Ferrovia Mogiana a partir de 1889, enquanto a porção leste foi ligada na malha mineira e carioca, a partir da segunda década do século XX, com a chegada da Estrada de Ferro Oeste de Minas e depois transformada em Rede Mineira.

Mapa 4.5 – Panorama histórico das estradas de ferro na região

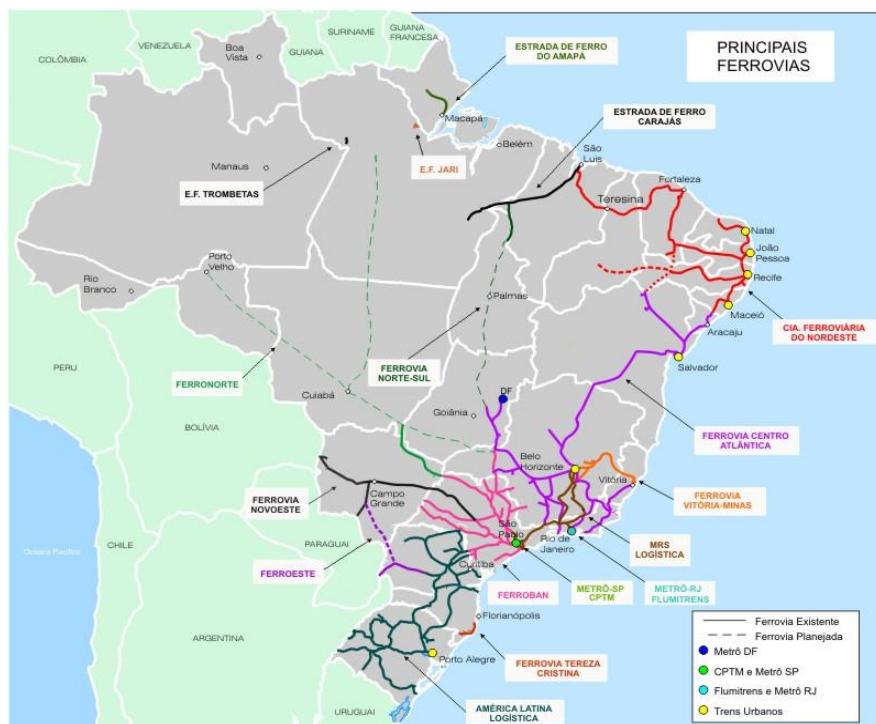


Fonte: [www.geominas.gov.br](http://www.geominas.gov.br) apud Guimarães, 2010.

Com o desenvolvimento da economia cafeeira assalariada paulista, na segunda metade do século XIX, servindo de base para uma incipiente indústria nascente, somada à expansão ferroviária em território nacional e regional, o Triângulo foi palco de uma reestruturação de sua geografia econômica que fortaleceu o eixo de ligação do Centro-Oeste com São Paulo. Entretanto, nota-se claramente que a parte mais extrema do portal dessa região continuou sem ocupação econômica mais sistemática, sendo assim retardado o aparecimento de novos municípios. E, ainda que a era ferroviária brasileira possa ser descrita como o advento dos transportes modernos e tendo provocado grandes transformações na economia nacional, ela começou a se esgotar a partir da década de 1930, sofrendo um gradativo e comprometedor processo de desinvestimento. E, nesse sentido, as transformações ulteriores na configuração espacial da economia, embora significativas, não podem ser explicadas a partir do desenho dos traçados das velhas ferrovias.

Observado em retrospectiva pode-se afirmar que a primeira metade do século XX abrigou processos que foram decisivos para consolidar uma importante tendência na estruturação do espaço nacional. A emergência da economia paulista mudou a centralidade nacional e ajudou na diferenciação produtiva das áreas que lhe estavam diretamente integradas. Ao contrário, a decadência relativa da centralidade carioca gerou estímulos menos dinâmicos na sua área de influência, impactando negativamente o desempenho das economias regionais adjacentes. Assim, além do auge e decadência do sistema ferroviário, a primeira parte do século XX também revelou importantes transformações na estruturação dos espaços regionais e foi palco da formação de uma economia integrada nacionalmente sob a liderança da economia de São Paulo. No caso da região do Triângulo, além do impacto diferenciado provocado pela distinta articulação com a economia paulista e com a economia carioca, cabe registrar que no caso da contribuição da malha ferroviária, nota-se que apesar de vários projetos de expansão havidos no século XX, mas jamais materializados, a situação atual é herdeira dos traçados e dos investimentos realizados predominantemente no início do referido período.

#### Mapa 4.6 – Panorama atual das redes ferroviárias brasileiras



Fonte: ANTT

Somado à emergência da centralidade da economia paulista, da nascente industrialização e da formação da economia nacional, pode-se afirmar que o arrojado programa de infraestrutura e industrialização da segunda metade da década de 1950, acrescidos da decisão de construir Brasília no Centro-Oeste foi um elemento importante para a formação de uma nova hierarquia regional no Brasil na segunda metade do século XX. O marco temporal se inicia e, ao mesmo tempo, se explicita na seguinte frase do Presidente Kubitschek: "todos os rumos levam a Brasília". A capital federal no planalto central representou uma condição decisiva para reorientar os fluxos econômicos e fomentar a interiorização da economia. Por um lado, o local escolhido para abrigar Brasília se encontrava em região produtora de bens primários e era herdeira de um entorno de exploração mineral; por outro, a ação de investir em infraestrutura e estimular a migração urbanizada interiorizava um amplo potencial de consumo final. Somada ao esforço concentrado de criar a infraestrutura para o desenvolvimento da acumulação de capitais, Brasília funcionou como o fiel da balança para que estes benefícios chegassem ao interior. No caso específico do Triângulo Mineiro e, em particular, do município de Uberlândia, a decisão nacional sobre os investimentos em infraestrutura de energia e transportes passou a configurar uma oportunidade impar e estratégica para a sua emergência regional, ou seja, participar dos planos de ligação entre São Paulo e a nova capital federal.

No projeto de levar a capital para o interior estavam embutidas ideias de redistribuir as atividades produtivas, mas, principalmente, de se criar condições para que as pessoas não migrassem impreterivelmente para o litoral. Na verdade, não foi empregado o termo "migração" por acaso, mas para colocar a problemática de uma interiorização urbana forçada. Ou seja, no planejamento estatal de levar infraestrutura ao interior e na sua opção rodoviária estavam evidentes os interesses de acumulação urbana, deixando-se, portanto, de atacar o problema do êxodo rural.

A partir desta configuração espacial, a região do Triângulo Mineiro ganhou um destaque especial no processo de acumulação de seus núcleos urbanos vis-à-vis a um esquema de intervenção pública e redirecionamento

dos novos e velhos fluxos econômicos. Foi com o desenvolvimento dos meios de transportes e com a construção da malha rodoviária, notadamente após o Plano de Metas do Governo JK, que a fragmentação regional no Triângulo Mineiro foi sendo diluída através de um aumento do fluxo interno de trocas e interações sociais. A partir deste período, o maior dinamismo econômico e demográfico do eixo ligado diretamente à economia paulista começou a se projetar sobre a porção leste. Assim, os municípios do Alto Paranaíba, de ocupação regional mais antiga e rural, com heranças mais características dos hábitos e costumes próprios da tradição mineira passam, paulatinamente, a sofrerem influência da polarização econômica e cultural dos principais pólos do Triângulo Mineiro – Uberlândia e Uberaba. Estes dois núcleos urbanos consolidam gradativamente suas áreas de influência regional na direção leste, antes dominada pela capital mineira. O maior crescimento e dinamismo dos núcleos urbanos de Uberlândia e Uberaba, puxados pela intensa expansão demográfica criaram uma forte centralidade regional em torno da qual passaram a ser estruturados os fluxos econômicos e sociais no espaço regional.

Além da superação da fragmentação interna original e da consequente construção da unidade regional, criada a partir da maior integração econômica da sua rede urbana, também merece destaque o processo de transformação e modernização da economia regional. No caso do Triângulo Mineiro (agora nos referindo ao conjunto da região) este não só diversificou seus setores produtivos como foi palco de uma verdadeira revolução no setor agropecuário, recebendo considerável saldo migratório e investimentos de capital. Portanto, o período que se inicia na década de 1970 marcou a consolidação econômica regional sob a hegemonia dos pólos de Uberlândia e Uberaba e pode ser conceitualmente entendido como a abertura desta região como espaço de concorrência do capital nacional. A forte integração comercial havida nas décadas anteriores ganhou o reforço da integração produtiva nacional e a região, por intermédio de seus principais pólos, começa a receber os investimentos do grande capital nacional. Em síntese, o Triângulo Mineiro, contando com a modernização de sua infraestrutura e a sinergia de sua

integração funcional com a economia paulista começa a se projetar no cenário nacional como espaço de concorrência também do capital extra-regional.

Mapa 4.7 – Estradas de Rodagem Federais  
Plano de Metas: 1964



Fonte: Rezende, Elizeu, 1973, apud, Guimarães, 2010.

Do ponto de vista logístico regional, pode-se perceber que a partir da década de 1960 o município de Uberlândia consolida a sua centralidade regional, tendo por base a integração direta com São Paulo, Brasília, Goiânia e principais cidades do sudoeste de Goiás. A posição como entroncamento de diversas rodovias que ligam as regiões Sudeste e Centro-Oeste do país ajuda a explicar o rápido crescimento econômico e demográfico de Uberlândia e seu crescente papel na integração da rede urbana regional do Triângulo Mineiro. E embora não seja sua principal ligação social e econômica, Uberlândia também fortaleceu a sua ligação direta com a capital estadual: Belo Horizonte. Já no caso da cidade de Uberaba, localizada mais próxima do Estado de São Paulo, embora apresente boa articulação com a parte sul do Triângulo Mineiro, nos

sentidos leste e oeste, sofre, pela maior proximidade com o interior paulista, uma concorrência mais direta dos principais centros daquele estado (Ribeirão Preto e São José do Rio Preto). Assim, embora bem integrada com São Paulo e com legado histórico mais tradicional, o núcleo urbano de Uberaba não constituiu a mesma projeção de Uberlândia na articulação regional e com o Centro-Oeste. Uberlândia, ao longo do tempo tornou-se a principal economia do Triângulo Mineiro, com área de influência estendendo-se por toda a região, com projeções para o noroeste mineiro e Sul e Sudeste de Goiás. O bom posicionamento desta cidade na malha rodoviária da região contribuiu para o forte crescimento e diversificação funcional do seu tecido urbano ao longo do último meio século, destacando as BR-050; BR-452; BR-365; BR-497 e BR-455.

Neste contexto pode-se dizer que foi decisivamente a ação do Governo JK de construir uma nova capital federal no interior e o posterior e arrojado programa público de modernização da agropecuária dos cerrados que colocaram o Triângulo Mineiro em localização de destaque para atrair investimentos e adensamento populacional, puxados pelos benefícios diretos e indiretos da infraestrutura. A decisão de construir Brasília no Centro-Oeste foi fundamental para justificar um conjunto de investimentos de infraestrutura (energia, transportes, comunicações, armazenamento, etc.) que posicionaram Uberlândia e região numa localização estratégica de integração da indústria de São Paulo com a expansão dos mercados interioranos. O desenvolvimento e diversificação da economia regional gerou a hierarquia interna da rede urbana e promoveu a transformação de Uberlândia no seu principal polo. A diferenciação da economia deste município ocorre, sobretudo, através da expansão de sua área de influência econômica e social, empurrada pela projeção do seu capital comercial, da sua rede de serviços de telecomunicações, do setor de serviços em educação e saúde e, também, como epicentro da modernização da agropecuária comercial dos cerrados. Estes elementos, combinados no tempo e no espaço, transformaram a cidade no principal local de destino da migração e dos investimentos regionais.

Ao cumprir função polarizadora e ao contabilizar um intenso crescimento demográfico, a cidade de Uberlândia tem experimentado um processo de transformação tanto na sua paisagem urbana como, principalmente, na sua composição social, onde cruzam e entrecruzam o local, o regional, o nacional e o cosmopolita. Entretanto, dado o curto período histórico de centralidade econômica regional e a grande transformação urbana e social de Uberlândia, parafraseando Oliveira (1993), pode-se dizer que se trata de uma centralidade regional inacabada. Ou seja, Uberlândia consolidou sua função econômica de polo regional, mas ainda não exerce a mesma liderança política e cultural na região.

O desenvolvimento e a diferenciação da economia e da estrutura social do Triângulo Mineiro nas décadas de 1970 e 1980, somadas as transformações tecnológicas e nas economias nacional e internacional contribuíram para inserir a região no espaço de concorrência internacional. Assim, somados aos interesses do capital regional e nacional pode-se notar que a década de 1990 demarca a transição do Triângulo para o posto de espaço da concorrência internacional. Isto significa novas oportunidades de investimentos, mas também indica um novo patamar de exigências para a infraestrutura, qualificação da mão de obra, serviços e qualidade de vida. É com base nos desafios presentes e futuros que devem ser pensados os desafios, as funcionalidades, assimetrias e potencialidades da rede urbana do Triângulo e a importância do seu planejamento integrado.

## **4.2. Contribuições da regionalização funcional do IBGE à rede urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**

Uma das principais contribuições para entender a dinâmica de funcionamento dos espaços regionais brasileiros e sua rede de cidades pode ser creditada ao conjunto de estudos do IBGE (1972, 1987, 2000 e 2008). Essa linha de pesquisa, realizada desde a década de 1960 produziu um verdadeiro referencial para entender a regionalização brasileira, não só em termos teóricos, mas com dados empíricos cobrindo um longo período histórico. Estes estudos produziram primeiro uma Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (1972), com ano de referência em pesquisa de campo de 1966, prosseguindo com as versões denominadas de Região de Influência das Cidades (1987, 2000, 2008), respectivamente com base em dados de 1978, 1993 e 2007. A base teórica e metodológica deste estudo tinha por referência a escola francesa, muito influente no Brasil naquele período (Andrade, 1987), e, particularmente, baseou-se em documento coletivo elaborado no âmbito do IBGE (Geiger, 1968). Desde o trabalho pioneiro estavam claras as preocupações quanto ao significado de região, tratada como um espaço diferenciado da superfície terrestre. Neste aspecto era destacada a importância dos fluxos presentes nas relações econômicas como elemento definidor da diferenciação e da dinâmica espacial, sendo as regiões construções sociais caracterizadas pela existência de um núcleo ou núcleos urbanos, ordenadas em hierarquias pela dimensão e diversificação dos setores terciários das economias urbanas.

Dentre as principais contribuições deste legado e de interesse específico para entender a regionalização do Triângulo Mineiro podemos citar a interpretação do caso específico de Minas Gerais, onde no primeiro nível aparecem as áreas de influência dos três centros nacionais: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. No segundo nível são listados os 13 pólos regionais ligados aos grandes centros, como: São Paulo (Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba, Poços de Caldas e Varginha); Rio de Janeiro (Juiz de Fora, Muriaé, Governador Valadares e Teófilo Otoni) e Belo Horizonte (Montes Claros, Patos

de Minas, Divinópolis e Barbacena). No último nível são listados todos os municípios que formam a área de influência dos centros regionais. Destacando o caso do polo regional de Uberlândia, que desde 1996 aparece ligado na área de influência direta de São Paulo e articulado em uma rede urbana regional formada por diversos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com projeções para Goiás e Mato Grosso. Neste aspecto ficava claro, desde as análises pioneiras do IBGE, as singularidades históricas do chamado “Triângulo Mineiro”, cuja porção oeste era entendida como um prolongamento da economia paulista e sua porção leste, mais conhecida como Alto Paranaíba, próximo ao polo de Patos de Minas, caracterizada por uma articulação econômica direta com Minas Gerais, através da centralidade de sua capital estadual.

Voltando à concepção do estudo, pode-se notar que o ponto de partida de todo este trabalho de regionalização do IBGE foi o entendimento de que a organização espacial da economia ocorre através da polarização dos núcleos vizinhos pelas cidades maiores e mais complexas. Normalmente os aglomerados urbanos que apresentam maiores massas econômicas e demográficas formam em torno deles uma área de influência regional. Para caracterizar e delinear essa relação e essa espacialidade, a pesquisa do IBGE procurou identificar indicadores que permitissem caracterizar os vínculos e relacionamentos entre os núcleos urbanos. A premissa básica era a de que essas relações são função das distâncias, da divisão de funções e da distribuição de renda. O primeiro passo foi classificar as funções urbanas e dividi-las em básicas e não básicas, criando uma relação de atividades principais que fosse representativa da hierarquia dos centros urbanos e suas áreas de influência.

A primeira grande classificação presente em todas as versões da pesquisa foi a identificação de alguns núcleos urbanos que cumprem a função de centros metropolitanos e em cujas áreas de influência aparecem os centros regionais e seus sistemas produtivos regionalizados. No caso de Minas Gerais estes centros metropolitanos são: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Em torno destas grandes estruturas urbanas se organizam os centros regionais

e suas áreas de influência. Entre a primeira e a última versão (IBGE, 1972 e IBGE, 2008) essa metodologia não foi alterada, sofrendo apenas algumas modificações nos resultados, decorrentes da involução da área de influência do Rio de Janeiro e ampliação da área de Belo Horizonte. Diferenças à parte, cada um desses três pólos era identificado como responsável por uma área de influência direta. No delineamento espacial de cada polo era ressaltado que suas atuações perdiam força em função da distância e das suas respectivas capacidade de direção ou peso econômico e social. Deve-se destacar nesta análise o reconhecimento que o IBGE concedia, não só às diferenças entre os pólos principais e suas funções, mas também em relação aos contrastes variados característicos das áreas periféricas. Essa visão revela que, embora herdeiros da concepção de região como espaço homogêneo, o confronto com a realidade os impelia a assumir as assimetrias e heterogeneidades próprias das diferentes funções regionais, entendidas como decorrentes da organização do espaço pelo homem. Na verdade, cada nova versão da pesquisa representava uma revisão do estudo anterior e constitui um quadro descritivo atualizado para a elaboração de decisões ligadas às atividades econômicas de uma região.

O segundo grande procedimento foi a seleção dos municípios que atendiam critérios mínimos de tamanho demográfico, porte econômico e algum critério de centralidade de acordo com o ano da pesquisa. Nestes municípios foram aplicadas as pesquisas empíricas diretas, conforme questionário previamente elaborado em 1966 e modificado a cada versão da pesquisa. Por exemplo, na versão de 1966 foram pesquisados 135 itens agrupados em 04 grupos de atividades econômicas e em 1978 o questionário envolvia 76 itens de bens e serviços já previamente classificados para designar o nível hierárquico do município, sendo reduzido para 46 funções centrais no questionário de 1993 e, finalmente, no questionário de 2007 foram investigados nove itens que compunham grupos de informações, como ensino superior,

ompras de bens e serviços, transportes, etc.<sup>1</sup> Mas em todos os anos em que o questionário foi aplicado ele constituiu-se de apenas uma unidade por município e foi preenchido pelo próprio agente do IBGE responsável pela localidade.<sup>2</sup>

A terceira etapa da pesquisa foi a elaboração de matrizes descritivas dos relacionamentos espaciais que permitiram a contagem dos relacionamentos de fluxos de pessoas para compra e venda de bens e serviços entre os municípios indicados nos questionários. Essas matrizes eram formadas com os pontos que cada município somava de acordo com os setores avaliados, estabelecendo, assim, uma hierarquia que possibilitava definir os pólos e os centros a eles subordinados. Entretanto, considerando que era apenas um questionário por município e que estes apenas indicavam se existia ou não relacionamento, sem quantificá-los ou identificar suas intensidades, estas matrizes apenas possibilitaram registrar a existência e a complexidade das relações entre os municípios. O resultado era uma soma de pontos para cada centro urbano, relativos aos distintos relacionamentos com outros centros, sem apresentar uma discriminação prévia de qualquer hierarquia das atividades. Primeiro eram identificados os centros que apresentavam grande número de relacionamentos diretamente com os centros metropolitanos, classificando-os como centros regionais e, na sequência, eram identificadas as áreas de influência destas cidades.

Apenas na última versão da pesquisa (IBGE, 2008) os pesquisadores introduziram algumas mudanças substanciais na metodologia. Segundo eles, para melhor qualificar a centralidade dos centros foram utilizados dados de pesquisas secundárias sobre uma extensa gama de equipamentos e serviços. Os critérios utilizados no REGIC 2007 (IBGE, 2008) foram: a gestão federal (identificação da localização dos locais de instalação dos órgãos públicos como

---

<sup>1</sup> No ano de 1966 foram aplicados questionários em 716 sedes de municípios, em 1978 aumentou para 1278 sedes de municípios, passando no ano de 1993 para 2106 sedes de municípios em um universo de 4.495 municípios existentes e, finalmente, no último levantamento de 2007, de um universo de 5.564 municípios registrados no país, a pesquisa coletou dados de 4.625 sedes municipais.

<sup>2</sup> No item metodologia do IBGE (2008) são apresentadas as características das diferentes versões do questionário de pesquisa utilizado nos diversos anos.

expressão da possibilidade de acesso da população ao serviço); gestão empresarial (ideia de que os centros polarizadores atraem a instalação de filiais de empresas sediadas em outros centros); equipamentos e serviços (estudos complementares sobre diferentes equipamentos e serviços para qualificar melhor a centralidade dos núcleos identificados); comércio e serviços (pressuposto de que quanto maior o número de atividades, maior a diversidade de oferta dessas atividades e maior a centralidade imposta pela cidade); além de instituições financeiras; serviços de ensino superior, serviços de saúde, serviços de internet, redes de televisão aberta e conexões aéreas. Com estes dados, não considerados nas versões anteriores, as ligações estabelecidas entre as cidades ganharam nova versão. A metodologia para determinar a região de influência das cidades foi realizada a partir da intensidade das ligações entre as cidades, considerando os eixos de gestão pública e de gestão empresarial. Dessa forma, as matrizes contêm o total de ligações e a vinculação entre os centros de acordo com o questionário, conforme pesquisas anteriores, mas também em função dos dados secundários. Ou seja, o resultado final é uma combinação, nada esclarecida, das duas redes de ligações, a dos centros de gestão e a das informações do questionário, para definir as regiões de influência dos centros urbanos.

Conforme IBGE (1987:17), cada cidade recebeu um questionário<sup>3</sup> “contendo basicamente dois tipos de perguntas: a) de um lado, pergunta-se a respeito dos municípios de procedência das pessoas que, usualmente, procuram [a cidade pesquisada] para a compra de um conjunto de bens especificados ou a utilização de um serviço relacionado; b) de outro, pergunta-se que cidades os moradores [do município pesquisado] usualmente recorrem para a compra de artigos indicados [e] para a utilização dos serviços especificados.” Ou seja, a proposta do questionário era identificar os fluxos econômicos entre os diversos municípios brasileiros, entendidos como o conjunto de relacionamentos dos municípios. Para tanto, primeiro os pesquisadores, em cada versão do questionário, definiram os setores de

---

<sup>3</sup> Ver detalhamento dos questionários nos anexos de IBGE, 1987 e IBGE, 2000.

atividades econômicas considerados mais relevantes para representarem os relacionamentos entre os municípios e suas hierarquias urbanas. Em geral o questionário era composto por um conjunto de atividades que buscava identificar as ligações dos fluxos agrícolas ou agropastoris, fluxos de bens e serviços para a economia e também dos fluxos de bens e serviços à população.

A ideia que presidiu o questionário era bastante clara, ou seja, mapear os fluxos econômicos que ajudariam na compreensão da organização e da regionalização do espaço brasileiro, através da identificação dos núcleos de polarização e das suas redes e áreas de influência regional. Este questionário transformou-se na referência estatística para a hierarquização da rede urbana brasileira e para os primeiros trabalhos de classificação e delimitação das regiões de influência das cidades.

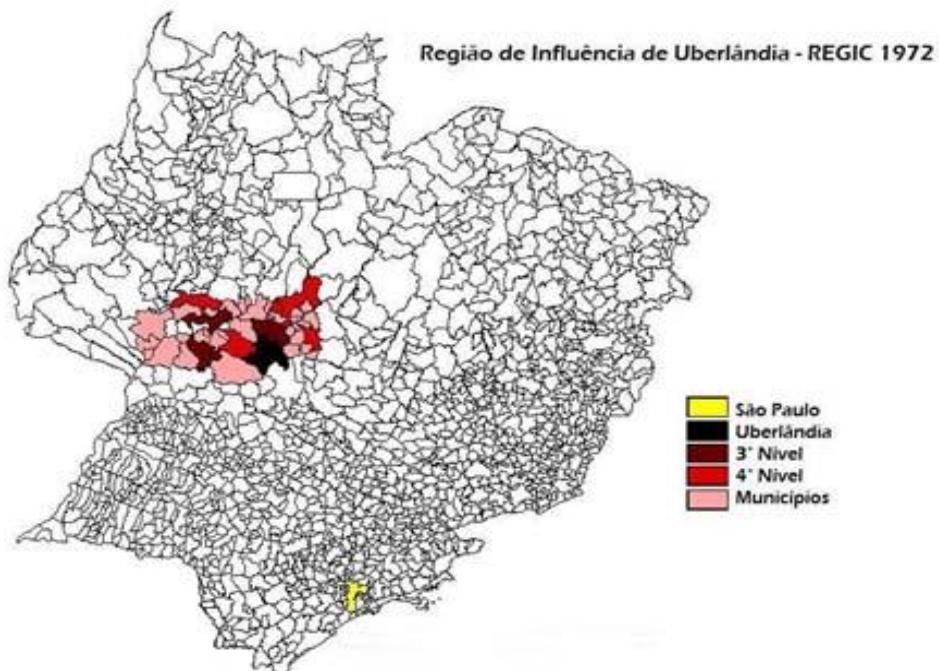
Entretanto, sabe-se que o ato de definir e mensurar um sistema de fluxos representa o grande desafio de qualquer proposta objetiva de regionalização. Observando o trabalho pioneiro (IBGE, 1972) é possível perceber que essa já era uma preocupação presente no projeto. O texto do IBGE (1972:10) deixa claro o seguinte questionamento: “quais os indicadores que podem ser utilizados para exprimir esses relacionamentos urbanos que se fazem em função de movimentos invisíveis?” Como um instituto de estatística pesquisaria movimentos invisíveis? E para complementar a preocupação, quais os indicadores deveriam ser utilizados?

Analizando os procedimentos do IBGE, Guimarães e Martins (2012) apontaram diversos questionamentos na metodologia de pesquisa empregada, demonstrando que embora de grande relevância os resultados desta pesquisa não podem ser assumidos como representativos da realidade da hierarquia e dos relacionamentos das redes urbanas regionais. Dentre as principais críticas apontadas podemos destacar: a pesquisa de campo não aplicou questionários diretamente na população, mas se limitou ao preenchimento de formulários pelo próprio agente do IBGE, além de não ser capaz de revelar um importante fluxo de integração comercial e produtiva que é representado pelo consumo intermediário; os formulários preenchidos não revelam a importância

econômica dos itens pesquisados, mas uma simples análise matricial de contagem de relacionamentos ou vínculos de consumo final informados em um único questionário por município; as atividades econômicas pesquisadas não foram ponderadas e, assim, foram anotados relacionamentos e vínculos, sem informação de valores ou importância, parcialmente corrigidos com critérios de importância; nos casos em que foram detectados múltiplos relacionamentos ou vínculos o IBGE adotou critérios de expurgo; por fim, na última edição da pesquisa o IBGE (2007) incorporou nova metodologia e base de dados secundários (disponíveis e não necessariamente os mais adequados para responder à pergunta feita na primeira edição) que modificam e interferem nos resultados. Portanto, parte das alterações nas áreas de influência e na própria classificação dos centros urbanos revelados na última edição decorre de mudanças na metodologia e não nas alterações ocorridas nos sistemas regionais.

A seguir são apresentados os resultados da regionalização funcional do IBGE para o caso específico da área de influência regional do município de Uberlândia.

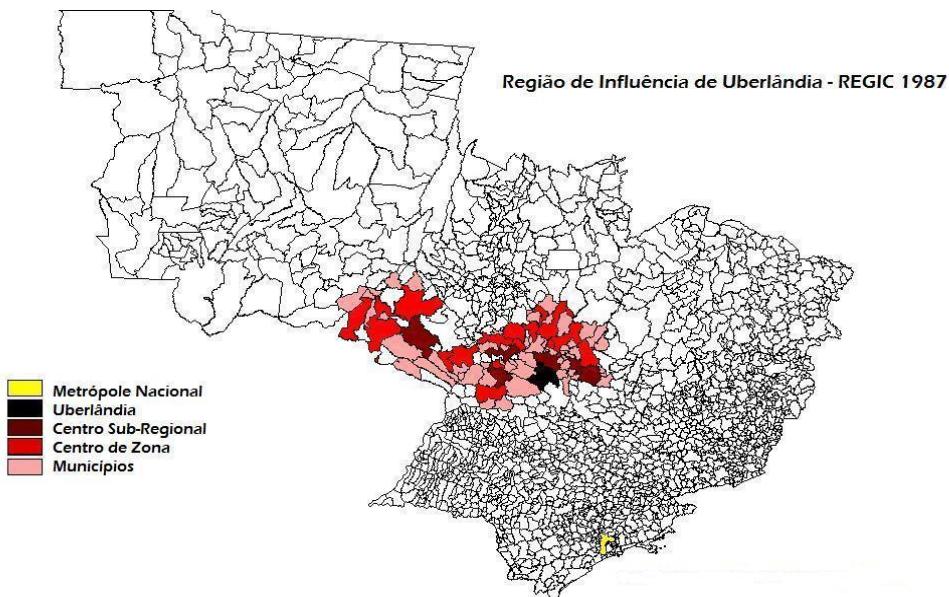
Mapa 4.8 – Região de Influência de Uberlândia no ano de 1966



Fonte: IBGE 1972, apud Guimarães e Martins, 2012.

No estudo IBGE (1972) a cidade de Uberlândia é caracterizada como uma localidade com alta intensidade de fluxos de bens e serviços e isto a coloca no nível de polo de referência do sistema produtivo regional.

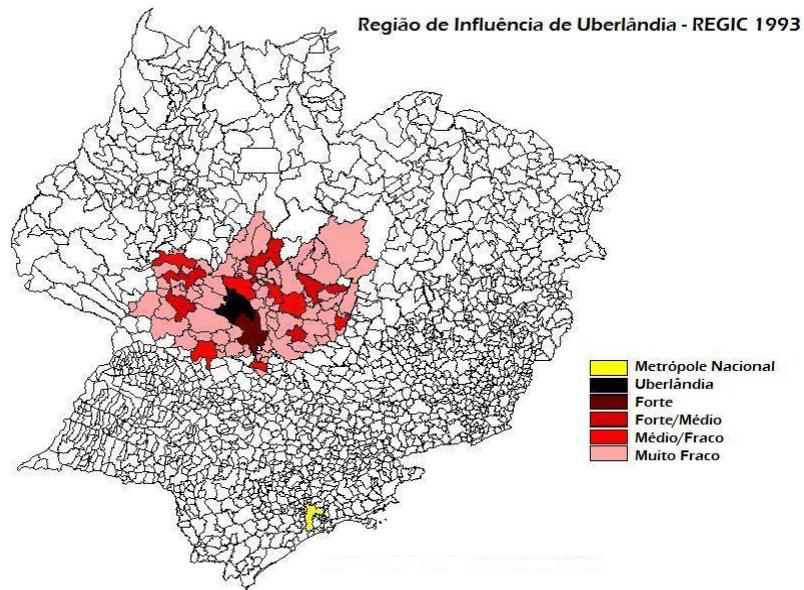
Mapa 4.9 - Região de Influência de Uberlândia no ano de 1978



Fonte: REGIC 1987, apud Guimarães e Martins, 2012.

Atuando como polo regional, o estudo confirma a área de influência de Uberlândia em relação aos centros sub-regionais mineiros de Araguari, Patrocínio, Monte Carmelo e Ituiutaba, e os goianos de Itumbiara e Jataí. Nesse mapa também é visível o aumento da participação de municípios goianos na rede de hierarquia urbana de Uberlândia, além da emergência de uma pequena polarização no sentido do Mato Grosso.

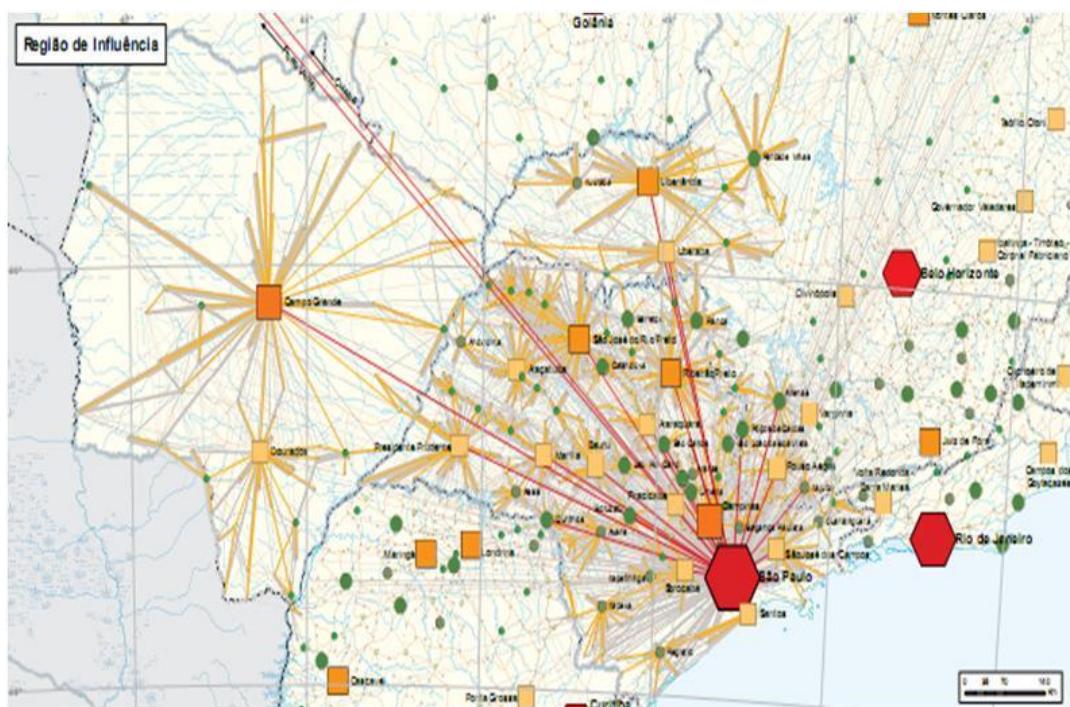
Mapa 4.9 - Região de Influência de Uberlândia no ano de 1993



Fonte: IBGE, REGIC 1993, apud Guimarães e Martins, 2012.

Na pesquisa de 1993 as interações espaciais e os níveis de centralidade entre os municípios foram classificadas de acordo com a força dos fluxos. No caso da região de influência de Uberlândia, além de mantida sua interação direta com São Paulo, classificado com principal metrópole nacional, também teve suas relações de trocas regionais classificadas como de intensidade muito forte, demarcando a importância econômica do polo regional. Outro destaque nos resultados desta pesquisa decorreu de alterações metodológicas nos registros da pesquisa, mas também de alterações no ambiente regional, o que levou a classificar o município de Uberaba como pertencente à rede de influência de Uberlândia. Conforme pode ser visto no mapa os dados da década de 1990 mostram um Triângulo Mineiro mais robusto, apresentando a consolidação da centralidade regional de Uberlândia e sua área de influência regional formada por uma rede urbana com boa distribuição hierárquica.

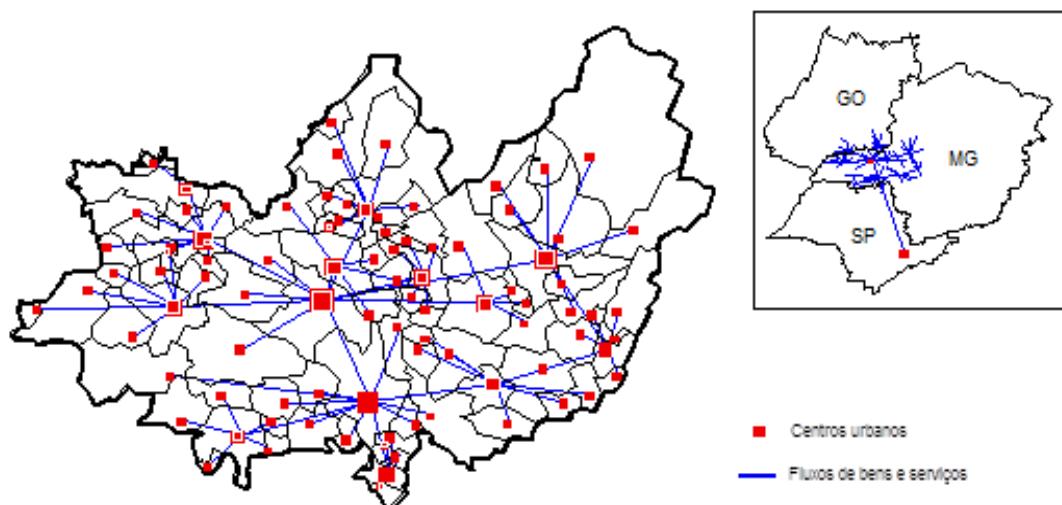
Mapa 4.10 - Área de Influência da Metrópole de São Paulo no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Fonte: IBGE; Região de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Mapa 4.11 - Regionalização da área de influência de São Paulo: polo de Uberlândia

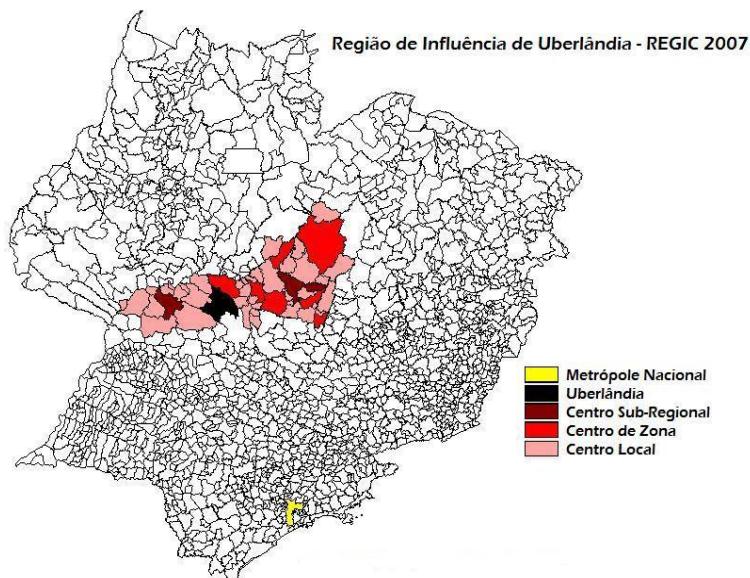
Rede de Lugares Centrais



Fonte: IBGE. Região de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Conforme ressaltado anteriormente, em função da mudança na estrutura metodológica da pesquisa do IBGE (2008), as alterações decorrentes nas áreas de influência dos principais pólos não decorreram especificamente de alterações nas estruturas produtivas ou funcionais. Na realidade pode-se dizer que, observando historicamente os resultados da região de influência de Uberlândia, nota-se nas três primeiras pesquisas uma progressividade da dinâmica funcional regional, enquanto a última versão representa uma visível e injustificada ruptura com o padrão anterior. Assim, ao adotar indicadores de bases secundárias, relacionados aos centros de gestão do território, a pesquisa de 2007 criou novos parâmetros de relacionamentos e hierarquia, que ao invés de revelar a funcionalidade regional gerou uma imagem distorcida destes ambientes. Com isso, os resultados de 2007 não ajudam a compor um quadro evolutivo da dinâmica regional, suas hierarquias e redes de relacionamentos.

Mapa 4.12 - Região de Influência de Uberlândia no ano de 2007



Fonte: IBGE, REGIC 1987, apud Guimarães e Martins, 2012.

Em função deste fato recomenda-se utilizar como referência os resultados de 1993, procurando agregar novos indicadores para dar conta das

transformações na realidade regional brasileira e, em particular do Triângulo Mineiro. Mas já podendo adiantar que não existem relatos que corroborem qualquer inversão de tendência ou mesmo que tenha sido detectada qualquer importante mudança na dinâmica da economia regional e, principalmente, sem que tenha sido observado um desempenho negativo da economia do principal polo regional – Uberlândia - conforme apontados na metodologia empregada em IBGE (2008).

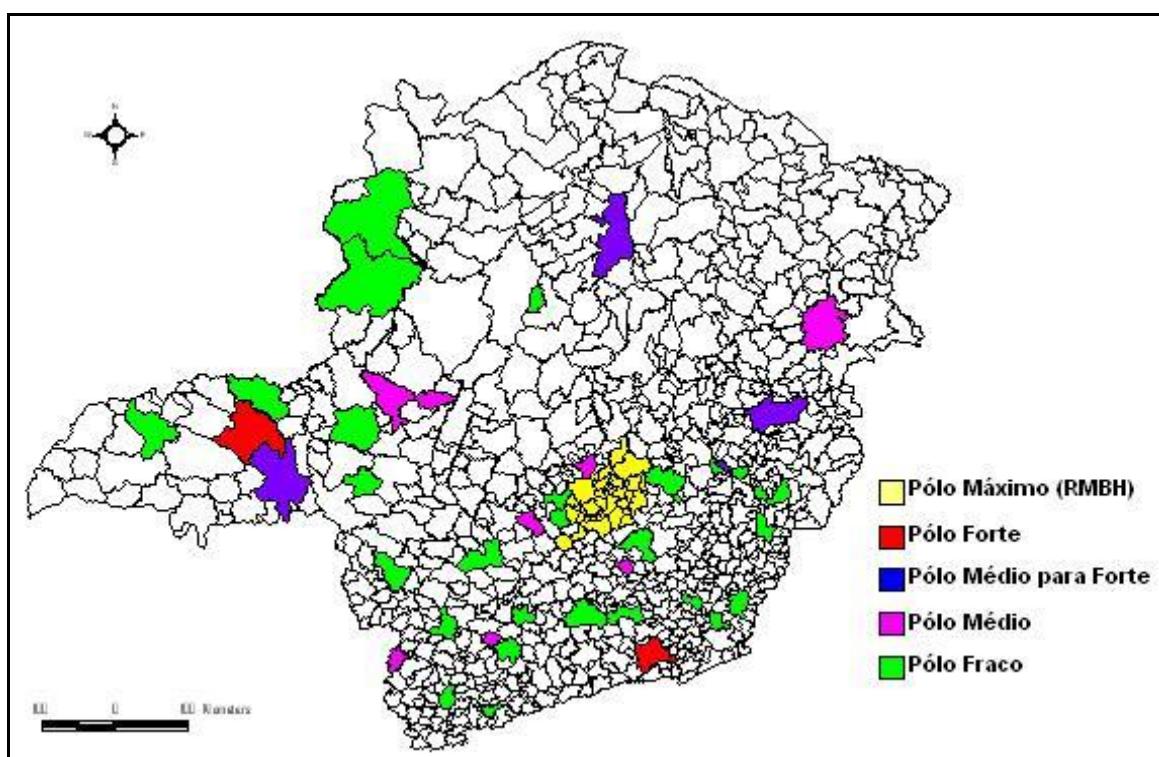
Enfim, embora as quatro edições dos estudos de relações funcionais e hierarquias urbanas produzidas pelo IBGE representem um imenso valor histórico e um quadro de referência ilustrativo de grande utilidade para servir de apoio em pesquisas regionais, estes não podem ser diretamente utilizados para identificar a amplitude e delineamento das regiões funcionais brasileiras. Entretanto, esta ressalva apenas reforça a necessidade de reformulação desta proposta de pesquisa e da importância do investimento nesta linha investigativa, com a construção de uma ampla base de dados, coletados primariamente no nível municipal e que possam revelar a intensidade e magnitude dos fluxos de relacionamentos interurbanos e regionais.

Considerando que além da pesquisa do IBGE não dispomos de outra base de dados que pesquise diretamente os sistemas de relacionamentos interurbanos e intermunicipais, agregamos a este estudo outras metodologias que ajudam na caracterização e classificação dos sistemas regionais. Um esforço nesta direção é a proposta de mensuração dos pontos de maior concentração das atividades residenciais, identificadas, conforme Guimarães e Faria (2006) através de um Índice de Terciarização. Utilizando a base de dados do PIB municipal, desagregado, essa metodologia permite classificar e selecionar os pontos potenciais de polarização, ajudando a identificar as hierarquias urbanas.

O resultado pode ser visto na distribuição e classificação dos pólos Econômicos no Estado de Minas Gerais. Neste mapa observa-se, a presença da capital Belo Horizonte juntamente com os demais municípios que compõem sua região metropolitana. A RMBH, indicada no mapa na cor amarela, é considerada o Polo Máximo do estado. A partir deste mapa, pode-se observar

como se distribuem os Pólos Fortes, Médios, Médios para Fortes, Fracos e também os Não Pólos do estado, permitindo analisar a integração físico-territorial destes pólos com os demais municípios e também com os estados limítrofes. Observa-se, principalmente, a ausência de pólos mais bem integrados ao norte do estado, região esta que apresenta uma precária estruturação da rede urbana e que necessita urgentemente de sérias políticas de desenvolvimento e integração regional.

Mapa 4.13 – Distribuição e classificação dos pólos Econômicos no Estado de Minas Gerais.



FONTE: Base Cartográfica: IBGE- Estacart (2002), apud Guimarães e Faria, 2006.

Com relação ao Triângulo Mineiro pode-se perceber a presença mais densa de uma hierarquia de pólos, o que denota maior estruturação da rede urbana, com uma forte integração dessa região com os estados limítrofes. Essa região se mostrou como a única região no estado de Minas Gerais que apresenta uma aglomeração de diversos tipos de pólos econômicos, sendo que a centralidade do município de Uberlândia nessa região se mostra preponderante.

Assim, ao agregar aos indicadores de fluxo outros dados econômicos e sociais complementares, massa econômica, massa demográfica e indicadores de desempenho, disponíveis ou passíveis de serem calculados na base local (municipal), chega-se a um maior refinamento das características e do desempenho dos municípios em seus contextos regionais. Agrupando estes indicadores é possível juntar duas técnicas de análise. Os indicadores de massa permitem agrupamentos por tipologia classificatória segundo a capacidade de atração gravitacional. De um lado as áreas/localidades com massa econômica e demográfica com potencial de atração e, do outro, as demais, sem massa, pertencentes ao campo de influência das anteriores. Feita a desagregação de todas as áreas pólos e de suas regiões de influência é possível realizar um passo complementar e promover uma caracterização específica das estruturas produtivas, do mercado de trabalho, do suporte institucional e das principais interações e redes presentes na economia regional.

## **5. Aspectos Teóricos e metodológicos**

Para atender aos objetivos do relatório técnico que deve servir de base para a criação da região metropolitana este estudo cumpriu algumas tarefas elementares. Primeiro foi realizada uma recuperação bibliográfica, visando apresentar a caracterização histórica e estrutural da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e os atributos funcionais presentes na articulação da sua respectiva rede urbana. Esta recuperação levou em consideração a importante referência dos estudos das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) realizados pelo IBGE (1972, 1987, 2000 e 2008) e IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP (2002), onde são abordadas as hierarquias e caracterizações das redes urbanas e suas áreas de influência. Em segundo lugar, foi realizado um resgate da legislação e das experiências das regiões metropolitanas brasileiras para servir de referência ao estudo de viabilidade técnica. Nesse contexto, é importante ressaltar que a competência para a criação de regiões metropolitanas cabe à instância de poder estadual. No caso de Minas Gerais, a atual legislação estabelece que o parâmetro mínimo para a criação de uma região metropolitana é a aglomeração urbana de pelo menos 600 mil habitantes. Neste quesito é possível afirmar de partida que o polo regional de Uberlândia atende sozinho a esse critério, representando uma massa demográfica potencial bem mais elevada, em função da população flutuante que interage, de forma física e virtual, regularmente no seu espaço urbano, usufruindo e pressionando a infraestrutura e os equipamentos sociais do tecido urbano e municipal.

Estipula a legislação que o relatório técnico a ser apresentado por instituição de pesquisa de notório conhecimento e experiência apresente um conjunto de análises, contendo: população e crescimento demográfico; grau de conurbação e movimentos pendulares da população; atividades econômicas e perspectivas de desenvolvimento; fatores de polarização, e deficiências dos serviços públicos nos municípios, com implicações no desenvolvimento da própria região. Nessa linha de análise, este estudo se propôs a desenvolver uma caracterização descritiva dos diversos indicadores de infraestrutura e

índices econômicos e sociais dos diversos municípios componentes desta aglomeração urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Os indicadores foram organizados de forma a apresentar um painel, o mais atualizado possível, e, quando necessário, os dados foram compilados de forma a contemplar pelo menos as últimas duas décadas, 1990-2010. Nesse sentido, procurou-se apresentar os seguintes indicadores:

- Indicadores demográficos;
- Indicadores econômicos;
- Indicadores sociais;
- Índices de desenvolvimento;
- Indicadores e mapas do sistema viário e de transportes

Também houve abertura de um espaço de diálogo com representações municipais, por meio das Associações de Municípios, através da apresentação de resultados preliminares do trabalho, para permitir incrementos qualitativos. A proposta de abertura desse espaço e, consequentemente, de diálogo com a comunidade e lideranças municipais e regionais, sobre a estrutura e principais apontamentos preliminares do relatório de viabilidade técnica, criou a possibilidade de incorporação de contribuições da comunidade e de suas lideranças na formatação da versão final do estudo.

A equipe foi dividida por temas e especialidades, na sequência de algumas reuniões preparatórias, nas quais foi discutida a problemática das diversas experiências nacionais de formação de regiões metropolitanas<sup>4</sup> e da base analítica do caso concreto da própria região do Triângulo Mineiro e sua rede de cidades. Aqui é importante destacar dois aspectos centrais deste estudo. Primeiro, o recorte analítico do espaço estudado. Para tanto, de partida foram recortados 66 municípios, que formam a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Trata-se de um recorte regional normativo, conforme já informado, definido oficialmente pela IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O estudo foi realizado primordialmente com dados secundários,

---

<sup>4</sup> Tomou-se como referência os trabalhos do OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004 e 2009, e do IPEA, 2013.

desagregados na base municipal, procurando caracterizar a singularidade de cada experiência particular. Apenas para permitir compatibilização com outras formas de apresentação, os municípios foram listados nas tabelas a partir de suas várias agregações normativas regionais, sejam as microrregiões (IBGE), sejam as regiões de planejamento estadual (SEPLAN/MG). Portanto, para fins de análise, foi criada a seguinte ordem hierárquica de apresentação dos dados: Brasil, Minas Gerais, Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Regiões de planejamento, microrregiões e, finalmente, municípios. A análise é toda ela realizada na base municipal, podendo ser agrupada por tamanho de população municipal, taxas de crescimento demográfico, tamanho do PIB e outros indicadores analisados. Note-se que em nenhum momento foram utilizadas agregações médias de dados em qualquer das bases regionais normativas previamente citadas, por entendermos ser esse procedimento inadequado para revelar as características próprias da realidade dos distintos municípios.

O segundo aspecto a destacar é que, embora o estudo tenha sido realizado na base municipal, ele reconhece a dimensão espacial da economia dessa região, formada a partir de situações municipais diversas e desiguais, mas com importante articulação econômica e social, construída historicamente e representada no campo de forças de interação entre seus polos e a rede urbana circundante. Diferentemente de outras subdivisões regionais em que o recorte normativo oficial não expressa a realidade da dinâmica das interações econômicas e sociais dos municípios, no caso da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba essa articulação da sua rede urbana está bem construída e explica a dinâmica histórica e o próprio desenvolvimento de seus polos principais, como Uberaba e Uberlândia. Aspecto que foi incorporado nas nossas análises, tomando por referência as delimitações ou desenhos das chamadas regiões funcionais urbanas, que procuram regionalizar os campos de forças presentes nas configurações espaciais, conforme trabalhos de Geiger (1967a, 1967b, 1967c e 1970), de Rochefort (1998) e do IBGE (1972, 1987, 2000 e 2008).

Um importante desafio dos trabalhos na base municipal é a inexistência ou inadequação das bases de dados para subsidiar as análises da dinâmica social e econômica. De forma geral, a base de dados regionais apresenta restrições de qualidade, mas também enfrenta problemas graves de inadequada desagregação. Habitualmente, os diversos sistemas nacionais de estatística adotam recortes regionais normativos ou político-administrativos, em decorrência de seus bem definidos limites geográficos, do reconhecimento e padronização universal e da relativa estabilidade ao longo do tempo. Entretanto, embora bastante funcionais para os sistemas oficiais de estatística, esses recortes regionais, conforme já abordado, não são necessariamente adequados para atender aos requerimentos econômicos e sociais específicos dos estudos das dinâmicas e funcionalidades das redes e hierarquias regionais.

Assim, antes de enfrentar os desafios inerentes à confiabilidade e disponibilidade das bases de dados, a análise da dimensão social e econômica deve necessariamente se preocupar com a escala geográfica em que os dados são coletados e disponibilizados. Tendo em vista que as articulações funcionais entre os municípios não possuem forma pré-delimitada e que suas áreas de influência e composição podem se alterar ao longo do tempo, o mais adequado é buscar bases oficiais de estatística disponíveis na menor unidade de análise espacial possível. Ou seja, considerando o plano da abordagem da dinâmica econômica regional e suas interações, o requisito básico é que os dados sejam disponibilizados na escala local ou municipal. Com isso, é possível produzir as agregações que se fizerem necessárias para a adequada caracterização da funcionalidade regional. Portanto, quanto mais desagregada for empreendida a produção dos dados estatísticos, maior é o grau de liberdade do pesquisador para atender aos requisitos funcionais de sua escala de desenvolvimento regional.

Entretanto, por diversas limitações, nem sempre é possível contar com a disponibilização dos dados estatísticos desagregados em escalas espaciais municipais, dificultando a construção de propostas de planejamento e de acompanhamento do desempenho das diversas realidades concretas. Nesse

sentido, este trabalho contou com algumas fontes básicas de dados, desagregados de forma suficiente para serem utilizados pelos pesquisadores nas escalas funcionais regionais, demandadas pelo estudo de caracterização da aglomeração regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Definida a base espacial adequada para a coleta e disponibilização dos dados estatísticos, o próximo desafio foi a escolha das variáveis que melhor pudessem revelar as características da dinâmica econômica dos municípios e da rede regional. A variável mais largamente empregada tem sido o PIB (produto interno bruto) e o PIB per capita. O PIB é considerado uma importante medida de desempenho econômico, em particular na escala da contabilidade nacional. Mas, conforme já comentado, o mesmo raciocínio não é procedente na escala regional, pois, embora a produção represente uma medida com visível identificação de procedência geográfica, sua renda, entendida como um fluxo, não permite a mesma identificação. Assim, produto e renda na escala regional não representam uma identidade e, com isso, pode ocorrer enorme discrepância regional entre capacidade produtiva e absorção de renda. Portanto, para melhor compreensão das relações e desempenho econômico e social na escala municipal e regional, é necessário trabalhar diretamente com as estatísticas de rendimento, quando disponíveis e de boa qualidade, ou com medidas indiretas de rendimentos. No caso do Brasil, país de grande extensão territorial e enorme diversidade social e econômica interna o avanço das pesquisas regionais depende bastante de uma base de dados desagregada no nível municipal. Pesquisas desenvolvidas nesta linha, como o PIB municipal, a PIA (produção industrial anual) municipal, os censos demográficos e vários outros indicadores disponíveis no nível municipal, têm dado grande contribuição para o avanço do conhecimento regional.

Outro problema encontrado em diversas análises espaciais da economia é a forma equivocada da abordagem isolada do desempenho econômico e social dos municípios e regiões. Ou seja, a pesquisa recorta metodologicamente o ambiente espacial e depois se dedica a descrevê-lo como unidade isolada. Algumas contribuições teóricas, como as de Perroux (1950), Amin (2004) e North (1955), já demonstraram que as economias

regionais e municipais não são produtos do isolamento, mas da particular integração no mercado regional, nacional e internacional. O estudo clássico de North (1955) apresentou o caso emblemático do desenvolvimento das economias regionais dos EUA, demonstrando que seu sucesso estava relacionado, principalmente, à participação nos fluxos de comércio e integração externos. Sua conclusão apontou que as economias regionais mais exitosas eram as que desenvolviam produtos de grande inserção externa, decorrentes de vantagens de produção e de localização diferenciadas, formando nodos locais, em torno dos quais eram desenvolvidas as atividades complementares, responsáveis pela formação do entorno regional.

Mesmo depois de algumas décadas, continua sendo possível revisitar a abordagem de North e constatar que as áreas com os mais densos fluxos de importação e exportação não se encontram disseminadas por todos os cantos e lugares, mas ainda permanecem concentradas em localidades específicas, que funcionam como polos ou nodos regionais, em torno dos quais se formam as regionalizações. Segundo esse autor, cada economia regional possui sua distinção e especificidade, mas isso não deve ser entendido fora de um contexto histórico e estrutural mais geral, incluindo a organização política e institucional e a correlação de forças entre o Estado e os planos macroeconômicos.

Assim, considerando a região como um espaço de fluxos e um campo de forças, ela pode ser previamente descrita como um sistema formado por um núcleo central ou polo e circundada, sem forma previamente definida, por sua área de influência. Segundo Allen et al (1998), o entorno regional não é necessariamente contíguo, nem tampouco descontínuo. De fato, o espaço regional é dependente da intensidade e regularidade dos fluxos socioeconômicos, sem obrigatoriamente representar uma mancha de óleo ou um gradiente hierárquico exclusivamente subordinado aos custos de transportes, conforme premissa básica dos teóricos da localização e da nova geografia econômica.

Uma das principais contribuições nesse sentido veio de Perroux (1950), que apresentou uma definição de região como uma noção conjunta de plano,

área de influência e homogeneidade, capaz de conformar características espaciais comuns próprias e distintivas, mas não homogêneas no sentido da uniformidade, e sim no sentido das relações de trocas, da conectividade e da direção, regularidade e intensidade do campo de forças. Segundo essa concepção, o epicentro da noção de região é o seu polo ou núcleo de irradiação de forças centrífugas e centrípetas, fazendo com que a região não possa ser entendida fora da relação dinâmica e funcional entre polo e a sua área de influência. Ou seja, é esta última relação que unifica o plano e a homogeneidade, gerando uma espécie de gradiente de campos de forças entre os polos e suas áreas de influência regionais.

Trata-se, portanto, conforme o autor, de assumir as formas regionais como espaços abstratos e entender as regiões como campos de forças funcionais, cujas características são também moldadas pelas heranças sociais de sua configuração histórica. Ou seja, as regiões não devem ser tomadas como simples áreas ou recortes espaciais, em cujo interior estão contidas atividades produtivas ou objetos materiais. Essa noção básica de região revela a importância de se apreender a dinâmica dos fluxos econômicos e suas relações econômicas, ao invés de se ater simplesmente às atividades produtivas fixas, os chamados fixos espaciais, como as plantas industriais, equipamentos, matéria prima e mão de obra, todas assumidas como unidades de produção elementares e localizadas.

Ao realizar essa diferenciação, Perroux (1950) utilizou os conceitos de produto e renda para mostrar que no plano regional (espaço econômico – campo de forças), diferentemente do plano territorial nacional (espaço geonômico), produto e renda não representam identidades. Assim, dada a ausência de um sistema de balanço de pagamentos municipais ou regionais, torna-se impossível mensurar a parcela de um produto (PIB) realizado em um município ou região que automaticamente se transforma em renda no próprio município ou região. Essa constatação mostra claramente que, em termos econômicos espaciais, o fundamental é entender os movimentos dos fluxos de gastos (consumo e investimento), chave para revelar a espacialização da renda. Portanto, um grande equívoco na análise municipal e regional é

mensurar estoque (produto interno) e interpretá-lo como fluxo (renda interna). Então, não é apropriado usar indicadores de produção contida em um espaço delimitado (território) e assumi-la como renda daquele espaço – por exemplo, utilizar o produto interno de uma área delimitada por territórios municipais ou estaduais (PIB municipal ou PIB estadual), sejam eles microrregiões, mesorregiões ou macrorregiões, e, dividindo-o pela população contida na área (população residente), considerar o resultado (produto per capita) como medida de renda per capita. Assim sendo, Perroux mostrou que, na diferenciação entre espaço econômico e espaço geonômico, desdobra-se um importante desafio para a política de desenvolvimento regional.

A partir desse raciocínio, Perroux (1950, p.93-97) esboçou uma tipologia das regiões definidas como espaços econômicos. Segundo ele, as regiões podiam ser concebidas a partir de uma tripla noção: como um espaço de plano; como um campo de forças e como um agregado homogêneo. Infelizmente, a noção apresentada por Perroux como um conjunto unitário de forças de tripla dimensão foi muito pouco compreendida e logo fragmentada em partes isoladas e de pouco significado econômico. Utilizando-se do artifício da simplificação metodológica, a noção holística de região, esboçada originalmente como uma unidade de tripla dimensão, ganhou significados e procedimentos parciais inconsistentes. A concepção elementar de região como um espaço de um plano transformou-se em um mero objeto de recorte normativo, subordinada à discricionariedade dos planejadores. Ou seja, todo recorte espacial poderia contemplar um plano e qualquer plano poderia ser assumido como uma região de planejamento, dando aos planejadores uma falsa e prática liberdade de recortar e planejar o desenvolvimento regional, de maneira absolutamente dissociada das condições concretas de funcionamento da economia e da própria sociedade. As regiões de planejamento foram transformadas em objetivos programáticos, não necessariamente levando em consideração o real funcionamento dos campos de forças econômicas. Da mesma forma, a noção de agregados homogêneos foi prontamente entendida como de uniformidades, dando vazão a diversos recortes baseados em similaridades geográficas, em geral naturais ou estruturais e dissociados dos

campos de forças que lhes imprimem movimento. Os percalços dessa prática comprometeram diversas políticas públicas de desenvolvimento regional e ajudaram a minar a legitimidade do planejamento regional e da própria ação estruturante do Estado.

Uma interpretação mais acurada da noção de região como uma totalidade revela que, como um plano, cada unidade econômica define seu próprio campo de relações econômicas e técnicas. Em outros termos, munida de autonomia decisória e interesses próprios, cada unidade econômica projeta seus arranjos microeconômicos no plano espacial das relações sociais de produção. Poderíamos exemplificar com a ação isolada de planejamento das diversas empresas de um plano espacial qualquer. Isso não define uma região. As outras unidades econômicas (empresas) realizam o mesmo procedimento, segundo seus arranjos microeconômicos particulares. Cada plano é específico para cada unidade econômica e significa um espaço de decisões autônomas que não possuem entre si o mesmo propósito nem abarcam a mesma extensão espacial. Os planos econômicos de cada unidade não necessitam ser condicionalmente restritos ou coincidentes com os limites territoriais dos municípios, estados ou do próprio país. Ou seja, os campos de forças definidos pelos planos autônomos de investir, de consumir, de migrar, etc., nem sempre são limitados pelos territórios municipais, estaduais ou nacionais, isto é, o espaço econômico de um agente econômico não está contido. São esses planos, que formam verdadeiros campos de forças, que imprimem configuração econômica aos espaços dos municípios e das próprias regiões. Entender os mecanismos que os movimentam e os transformam é uma tarefa essencial da economia e dos que trabalham com o planejamento e com as políticas de desenvolvimento.

O conjunto de planos de todos os agentes ou unidades econômicas, como os planos dos governos (nas suas distintas escalas de poder), os planos dos trabalhadores, o plano das firmas, dão origem ao espaço como um complexo campo de forças e suas interações ou sistema de relações. Isso conduz à formação de um plano de distintas zonas de influência econômica e social. Cada área ou zona de influência é composta por um núcleo central

(polo) e uma rede urbana. A partir de cada polo forma-se uma área de influência, em torno da qual gravita a rede urbana regional, que a ele se conecta em um sistema de trocas e interdependências econômicas e, segundo Storper (1997), não econômicas (*untrade interdependencies*), regulares e mais ou menos intensas. As relações econômicas dentro de cada área são marcadas pela presença de forças centrípetas e centrífugas (polarização e fluência), implicando campos de forças interconectados de atração e repulsão (complementaridade e concorrência). Isso significa que cada área de influência é moldada pela intensidade, singularidade e qualidade de suas relações econômicas e sociais para dentro e para fora, formando um espaço construído pela combinação de heranças de capital fixo, estado das artes e pelos fluxos correntes. A maior concentração e intensidade dos fluxos em determinadas direções (relação entre polo e área polarizada e entre o polo principal e outros polos e áreas polarizadas) não implica exclusividade, autarquia, enclave ou segmentação. Essa particular configuração de forças apenas indica a regionalização do espaço econômico em suas múltiplas escalas: mundial, nacional e regional (metropolitana). Ou seja, é importante demarcar que o município representa importante escala de poder e de organização institucional, mas as relações de interdependência econômica e social ocorrem predominantemente na escala regional e em sua rede de cidades, com suas assimetrias, complementaridades, especializações, deficiências e respectivas divisões do trabalho.

Por fim, Perroux (1950) apresentou sua noção de região como um espaço agregado homogêneo, não como uma forma descritiva de um estoque de características naturais e construídas, campo próprio de domínio da geografia, mas em função de suas estruturas de relações e de interações em comum. A particular intensidade de relações de troca e comunhão de características relacionadas com o mercado de trabalho e sua qualificação, seu processo de aprendizado produtivo, formação de preços, desenvolvimento institucional, dentre outros, define a região e a divisão regional do trabalho.

Portanto, com base nesse legado teórico é possível entender a definição de região como uma noção conjunta de plano, área de influência e

homogeneidade, capaz de conformar características espaciais comuns próprias e distintivas. O epicentro dessa noção de região é o seu polo, ou aglomeração urbana principal, responsável pela irradiação de forças centrífugas e centípetas, fazendo com que a região não possa ser entendida fora da relação dinâmica e funcional entre aglomeração principal (ou hierarquia de polos que forma seu sistema urbano) e áreas de influência. É esta última relação, enfim, que unifica o plano e a homogeneidade, formando os sistemas econômicos e a própria rede urbana regional.

Nesse sentido, os avanços do planejamento regional dependem de uma clara interpretação da dinâmica de desenvolvimento das forças regionais e da consequente definição dos objetivos, estratégias, instrumentos e aporte de recursos para, a partir de um plano comum, de um lado, realizar o enfrentamento das desigualdades e assimetrias econômicas e sociais e, do outro, maximizar o aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento regional. A fragmentação ou pulverização de ações subordinadas aos interesses locais ou particulares podem comprometer a coesão e a própria dinâmica funcional do desenvolvimento regional pré-existente, potencial ou desejável.

Portanto, qualquer região pode ser descrita como um sistema de relacionamentos, incluindo a metropolitana, concebida como um espaço de fluxos e um campo de forças, formado por um núcleo central e suas áreas de influência principal e secundária, que podem receber, entre outras, as denominações de região metropolitana e colar metropolitano, respectivamente. De fato, a estruturação e o funcionamento do espaço regional e sua rede de cidades são dependentes da intensidade e regularidade dos fluxos socioeconômicos que ocorrem internamente e na interação com outros espaços regionais, no próprio território nacional e com o resto do mundo.

Cada região tem sua própria herança histórica, suas peculiaridades espaciais, suas características econômicas distintivas, suas especializações e divisão regional do trabalho e seu próprio balanço interno e externo de influências e forças socioeconômicas. Ou seja, o pressuposto básico de uma região é a existência de um polo principal que constitui uma aglomeração

urbana, em torno do qual se encontra presente um conjunto de campos de forças delineado historicamente por fluxos de trocas e interações sociais e econômicas que compõem as características e amplitudes da configuração espacial. A existência da formação regional não é determinada por uma decisão política ou administrativa, mas, fundamentalmente, pelos processos sociais e econômicos que ali se delineiam e a transformam, interferindo historicamente nas condições de vida das populações e nas relações sociais de produção do núcleo e seu entorno.

O ponto de partida da construção de uma regionalização, portanto, é a tarefa de identificação do polo central e sua rede urbana, com seus respectivos campos de força (GUIMARÃES e FARIA, 2006), permitindo compreender a dinâmica espacial da economia e sua produção desigual e combinada. De forma geral, a tarefa deste estudo é procurar descrever essas distintas e processuais dinâmicas de integração, polarização e fluência socioeconômica que ocorre no caso específico do TMAP, à luz dos estímulos e condicionantes das estruturas institucionais e de dominação das empresas, das escalas de poder do Estado e das próprias relações sociais e culturais próprias desse espaço, formando os sistemas produtivos regionais. Estes perfazem um conjunto de fatores e forças que podem influenciar a localização das atividades econômicas e a forma como os diferentes lugares funcionam e encontram-se inter-relacionados em uma divisão regional do trabalho. Cada unidade de planejamento e formulação de políticas de desenvolvimento (envolvendo diversas escalas de poder) deve buscar compreender as especificidades dos distintos territórios e seus sistemas produtivos regionalizados e, assim, formatar as políticas e estratégias mais adequadas ao enfrentamento das assimetrias sociais e espaciais. Esse é o papel central de uma Agência de Desenvolvimento regional (Agência Metropolitana), cuja contribuição pode ser decisiva para estabelecer as diretrizes do planejamento e da própria governança multinível (entendida em termos de coordenação de ações, atores e competências). É nela que a competência de realizar a ponte entre os diversos governos municipais e destes com os demais órgãos e esferas de governo e entes internacionais pode ser depositada.

O ponto de partida é o entendimento de que a economia se desenvolve e se transforma de forma regionalizada e interdependente, formando estruturas produtivas integradas e suas respectivas redes urbanas contidas nos distintos territórios municipais. A configuração e as características distintivas das regiões recebem influência dos legados históricos, incluindo os avanços tecnológicos, e das transformações nas ordens nacional e internacional que atuam sobre as relações sociais que produzem e transformam o próprio espaço. O fato é que a realidade econômica, ambiental, urbana e funcional do nosso país é regional, não é municipal. Portanto, os municípios, pequenos, médios e grandes, mesmo quando não fisicamente conurbados, encontram-se articulados por um conjunto de relações sociais, econômicas e ambientais cotidianas, que impactam diretamente suas administrações municipais. E analisando a estrutura institucional brasileira, notamos claramente que não há instâncias de gestão territorial regionais, ficando ao encargo dos municípios enfrentar desafios que poderiam ser mais bem planejados e equacionados na escala regional, como, por exemplo, a metropolitana.

Entender a formação desses planos regionalizados e suas dinâmicas singulares representa um conhecimento de apoio imprescindível, seja para os formuladores de políticas públicas de desenvolvimento, seja para a formulação de estratégias de exploração do potencial de crescimento econômico, o fortalecimento do mercado de trabalho, a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida da população.

A principal hipótese é a de que a inadequada formatação das escalas de poder e suas competências territoriais, aliadas a uma imprecisa compreensão, ou ao próprio descaso, acerca da dinâmica de funcionamento das forças econômicas e sociais, nas suas dimensões espaço e tempo, comprometem a funcionalidade dos instrumentos de gestão do território. Em geral, o problema básico a ser tratado nas mais diversas formulações de política de desenvolvimento, quando envolvidas com a dimensão espacial, refere-se à ocorrência ou constatação das persistentes desigualdades e assimetrias sócio-espaciais. O principal desdobramento é a dificuldade ou inadequação metodológica para mensurar o problema e, assim, formular, planejar e executar

estratégias para dinamizar a realidade socioeconômica em áreas e comunidades específicas. O desafio começa pela elaboração do diagnóstico do problema e, subsequentemente, pela definição da unidade elementar de análise e seu recorte espacial ou sua regionalização. Quer dizer, o fenômeno se manifesta no nível municipal, mas seu entendimento deve ser precedido de uma clara compreensão das forças regionais que lhe dão propulsão.

Enfim, a despeito da existência ou não de unidades políticas e administrativas no nível regional (ou metropolitano), lidar com os objetivos transversais no território e envolver as distintas escalas de poder e os seus respectivos balanços de forças, objetivos e interesses constitui um grande desafio, para a gestão pública. Essa complexa tarefa de pensar a realidade na sua dimensão regionalizada, muitas vezes desloca a definição dos objetivos regionais para as instâncias políticas e sociais de maior representação, normalmente centralizadas na escala de poder federal. O histórico de fracasso de muitas políticas de desenvolvimento regional pode ser creditado, em parte, ao desconhecimento das estruturas funcionais presentes nas economias, que levou à formulação de ações e estratégias inadequadas e insuficientes para a transformação das realidades.

Conforme ressaltado por Diniz (2009:244), “uma nova regionalização deveria considerar três critérios complementares e articulados: econômico, ambiental e político”. No plano econômico, a identificação dos campos de forças prevalecentes permite trabalhar e promover a integração produtiva no conjunto da economia e entre as economias urbanas, os polos e suas áreas adjacentes, bem como suas relações entre espaços urbanos e rurais. A integração produtiva ajuda a reforçar a solidariedade e promover o adensamento da estrutura econômica, sem necessariamente gerar concentração espacial. Enfim, para o caso brasileiro, um dos grandes desafios é promover uma nova regionalização da economia, através da criação de um amplo zoneamento funcional que permita atingir objetivos coordenados e dirigidos. Um passo importante nessa direção é promover o reconhecimento das aglomerações urbanas regionais e suas áreas de influência.

## **6. A Aglomeração do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**

Seguindo os critérios de classificação das aglomerações urbanas do Brasil (IPEA/IBGE/NESUR, 2002), devemos, em primeiro lugar, verificar em que grau uma dada aglomeração atende aos chamados aspectos fundamentais de natureza demográfica, de estrutura ocupacional e de integração entre os seus núcleos. No caso da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme dados apresentados neste estudo, a princípio percebe-se que o conjunto de requisitos elencados pela literatura não são estaticamente atendidos em sua totalidade. Embora contando com um núcleo urbano central com mais de 600 mil habitantes, em 2010, e centralidade classificada como “muito forte” (REGIC, 1993), pode-se verificar que diversos municípios do Aglomerado não atendem a critérios tais como: densidade de 60 hab./km<sup>2</sup> por espaço urbanizado contínuo e um mínimo de 65% de PEA nos setores secundário e terciário (urbanos), além da evidente inexistência de conurbação urbana interna entre seus municípios.

Na verdade, enquanto se pode considerar que a PEA regional, na média, concentra-se nos setores secundários e terciários urbanos, apenas 05 municípios atendem ao critério de densidade demográfica, sendo 02, Delta e Fronteira, devido à reduzida área geográfica. Por outro lado, o município polo de Uberlândia, embora conte com área territorial expressiva – sozinho, é maior que toda a região metropolitana de Campinas – desde 1991 já apresentava densidade demográfica para atender aos parâmetros exigidos.

Quadro 6.1 – Municípios com maior densidade demográfica no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Mesorregião e Municípios	Densidade demográfica 1980	Densidade demográfica 1991	Densidade demográfica 2000	Densidade demográfica 2010
Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba	14,77	17,62	20,65	23,68
Uberlândia	58,55	89,18	121,78	146,75
Araxá	45,84	60,00	67,80	80,39
Delta	0,00	0,00	48,47	77,41
Fronteira	35,39	39,67	45,30	70,49
Uberaba	44,15	46,95	55,86	65,60

Fonte: Censos Demográficos IBGE, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Entretanto, conforme reconhecido no estudo citado (IPEA/IBGE/NESUR, 2002), a aplicação desses critérios constituiu-se em quadro preliminar, pois o grau de integração entre os municípios selecionados precisa ser mensurado com base em informações adicionais, como a estrutura da malha viária, o movimento pendular de população e a interação de fluxos. Em outras palavras, o refinamento da classificação depende do avanço de estudos regionais específicos e, em particular, da melhor identificação das estruturas funcionais urbanas nos espaços regionais.

Essa é a justificativa principal do estudo desenvolvido neste trabalho, que visa retomar alguns pontos específicos dessa formação regional, com o objetivo de fornecer elementos para uma classificação da Aglomeração regional em torno de Uberlândia na rede urbana brasileira. De outro modo, entendemos que a discussão mais elucidativa da dinâmica espacial da rede urbana brasileira e suas tendências pode ser mais bem captada se partirmos de análises que procurem caracterizar as aglomerações urbanas tendo por eixo suas áreas de influências regionais, no respectivo contexto de inserção nacional e internacional, vis-à-vis os critérios estáticos. Ou seja, dois requisitos fundamentais são bastante evidentes na Aglomeração do Triângulo Mineiro: a centralidade do núcleo principal, marcada pela diversificação da sua estrutura produtiva e o rápido crescimento populacional, que hoje posiciona Uberlândia dentre os principais municípios brasileiros, segundo os dados do Recenseamento de 2010.

A avaliação da dimensão e importância relativas desse Aglomerado regional deve, necessariamente, passar por uma investigação dos principais processos geradores da sua dinâmica socioeconômica recente, capazes de interferir na distribuição espacial da população, dos investimentos e do emprego. No caso da rede urbana regional com centralidade em Uberlândia, é notório que sua estrutura socioeconômica regional foi diretamente afetada pelos principais processos de transformação da economia brasileira e internacional.

Quando a economia brasileira experimentou o auge do seu processo de concentração econômica e industrial em São Paulo<sup>5</sup> e na Região Sudeste, no período 1950/70, a rede urbana regional consolidava seu histórico papel de articulação comercial e de complementaridade à economia de São Paulo. Nesse contexto, conforme já afirmado, a decisão de construir Brasília no Centro-Oeste foi fundamental para justificar um conjunto de investimentos de infraestrutura (energia, transportes, comunicações, armazenamento, etc.) que posicionaram Uberlândia e região numa localização estratégica de integração da industrialização de São Paulo com a expansão dos mercados interioranos. Esse processo foi acompanhado por um intenso êxodo rural, que caracterizou a dinâmica populacional brasileira naquele período.

Posteriormente, quando a economia brasileira experimentou seu movimento de desconcentração econômica e industrial, entre 1975/85 (DINIZ, 1993), fundamentalmente puxado pelos investimentos diretos das empresas estatais e programas públicos de incentivos, a economia da região do Triângulo Mineiro iniciava uma nova fase, representada pela expansão e modernização da agropecuária, que operou uma verdadeira transformação produtiva nas áreas de cerrados<sup>6</sup>. Com a desaceleração do crescimento, a partir de meados da década de 1970, notamos que Uberlândia e região caminhavam em direção

---

<sup>5</sup> Cano, 1977, é o texto clássico para uma discussão desse processo.

<sup>6</sup> Guimarães, 1993, discute a modernização da agropecuária dos cerrados e seus impactos na centralidade de Uberlândia.

oposta, pois aí começava a se consolidar o expoente movimento agroexportador que viria a caracterizar o período recente, pós-1985.

Neste processo, passam a predominar no Brasil as migrações de curta distância (IPEA/IBGE/NESUR, 2002), que provocaram a rápida concentração urbana e produziram aglomerações metropolitanas de grande magnitude populacional. Essa constatação serviu de base para a formulação da hipótese de que estaríamos diante de uma situação de crescimento fragmentado do mercado nacional, marcado pelo dinamismo de algumas ilhas de prosperidade. Considerando Uberlândia como uma dessas áreas de prosperidade, haja vista seu dinamismo populacional e econômico, com destaque para os últimos 40 anos, não é correto assumir tal hipótese: tratar-se de uma ilha de prosperidade.

O caso do desenvolvimento regional e da rede urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba traz evidências consistentes de que foram os processos de transformação da base produtiva nacional, marcada pela complementariedade à economia paulista, que ajudam a explicar o dinamismo regional. Corrobora nesse sentido a afirmação de que a desconcentração industrial dos anos 75/85 fortaleceu as cidades médias (IPEA/IBGE/NESUR, 1999:20), além do trabalho de Diniz (1993), que caracterizou essa desconcentração como de espacialidade poligonal, isto é, assentada sobre um polígono de eixos principais de articulação com São Paulo. Portanto, longe de explicar o desenvolvimento diferenciado de algumas cidades pela simples alusão à formação de complexos exportadores, o ponto central é repensar também essa função à luz dos processos geradores do dinamismo espacial.

Diante disso, podemos dizer que Uberlândia e região de influência afirmam-se a partir de um conjunto de condições que permitiram o exercício de sua centralidade regional na divisão nacional do trabalho. Em primeiro lugar, determinada distância física em relação à área de influência dos principais polos nacionais, permitindo certa proteção embrionária de mercado ao crescimento dos capitais locais-regionais. Segundo, a infraestrutura pública, investida na região, que permitiu sua localização estratégica na articulação da economia de São Paulo com o interior brasileiro, principalmente com o Centro-

Oeste, abrindo perspectivas de expansão e diversificação da base produtiva, incluindo o fomento agroexportador.

Assim sendo, muito mais do que indicadores de densidade demográfica ou PEA urbana, na construção do Aglomerado Urbano, partimos da noção de região de influência para agrupar aqueles municípios que mais diretamente participam na consolidação econômica e demográfica de Uberlândia. Para tanto, adotamos quatro sistemas principais de integração: transportes, telecomunicações, saúde e educação. Os 66 municípios pesquisados apresentam características e desempenhos assimétricos, com processos de interação diferenciados dentro da hierarquia dos polos regionais.

Embora esta interdependência regional seja de difícil mensuração, podemos dizer que a maior articulação encontra-se situada nos eixos das principais rodovias de integração com Uberlândia, e da economia regional com São Paulo e Centro-Oeste. São elas as BRs 050, 365, 452, 153, 262, 497 e 364, que cruzam o Triângulo em várias direções e permitem sua integração no cenário regional e nacional. A título de exemplo, dentre as rotas mais importantes encontram-se: a BR 050, que, no sentido sul, desde o início dos anos 60 integra o Triângulo Mineiro à porção mais desenvolvida da economia paulista (integração até então realizada pela Ferrovia Mogiana, a partir 1889); a BR 365, no sentido leste e oeste, que permitiu a projeção de Uberlândia pelos cerrados mineiros, desde o início dos anos 70 (1974), quando ali estavam sendo implantados os primeiros projetos de transformação da sua base agropecuária, numa articulação espacial que abriu espaço para o comércio atacadista überlandense acessar uma via direta de penetração, tanto no nordeste brasileiro quanto na fronteira do Centro-Oeste; e, por fim, o conjunto das demais rodovias que reforçaram a integração do Triângulo com o Centro-Oeste brasileiro<sup>7</sup>. Essa integração não só esteve na base do dinamismo econômico e social do referido núcleo urbano, como possibilitou uma

---

<sup>7</sup> Guimarães, 2010, descreve um conjunto de 3 mil km de estradas de rodagem privadas que, a partir da segunda década do século XX integram o Triângulo Mineiro ao Centro-Oeste, canalizando os fluxos econômicos, principalmente para o município de Uberlândia.

representativa acumulação de capitais regionais em diversos setores de atividade, com destaque para o comércio a varejo, o comércio atacadista, o setor agroindustrial e os serviços de telefonia e televisão.

No plano das telecomunicações, a operadora de telefonia fixa de Uberlândia (CTBC TELECOM) e as repetidoras de TV locais, afiliadas dos sistemas nacionais Globo, SBT, Record e Bandeirantes, exercem significativa influência direta sobre esse espaço regional. A Cia. Telefônica, sediada em Uberlândia, única empresa privada a operar no território nacional durante as décadas de 1970 e 1980, atua em uma área composta por mais de 100 municípios, nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul. A cobertura dos canais de retransmissão de sinal televisivo, sob o domínio do capital regional, também atinge uma área bem superior ao recorte aqui delimitado para o Aglomerado urbano regional.

Da mesma forma, é a estrutura de saúde e da rede de educação superior de Uberlândia e Uberaba e principais cidades da região que dão consistência na força da interdependência regional. Além de contarem com um importante parque de serviços na área de ensino, pesquisa e extensão, com destaque para a presença e projeção regional e nacional das Universidades Federais de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), os hospitais universitários desses dois municípios prestam um importante serviço à população regional.

Ademais, cabe ressaltar que a base econômica dos principais municípios da região, com destaque para Uberlândia e Uberaba, apresenta uma importante diversificação e participação do capital regional. Essa participação é representativa, pois guarda certa correlação com o fomento econômico dessa base espacial, na medida em que envolve o ambiente de reinvestimento e diversificação dos capitais aí acumulados. Esse adensamento socioeconômico também é resultado e, ao mesmo tempo, motivação da atração de novos e volumosos investimentos de importantes segmentos dos capitais nacionais e estrangeiros, que dificilmente seriam captados numa listagem de sede de empresas. Mas, além das duas principais cidades dessa região serem sede de fortes grupos atacadistas do país, empresas de

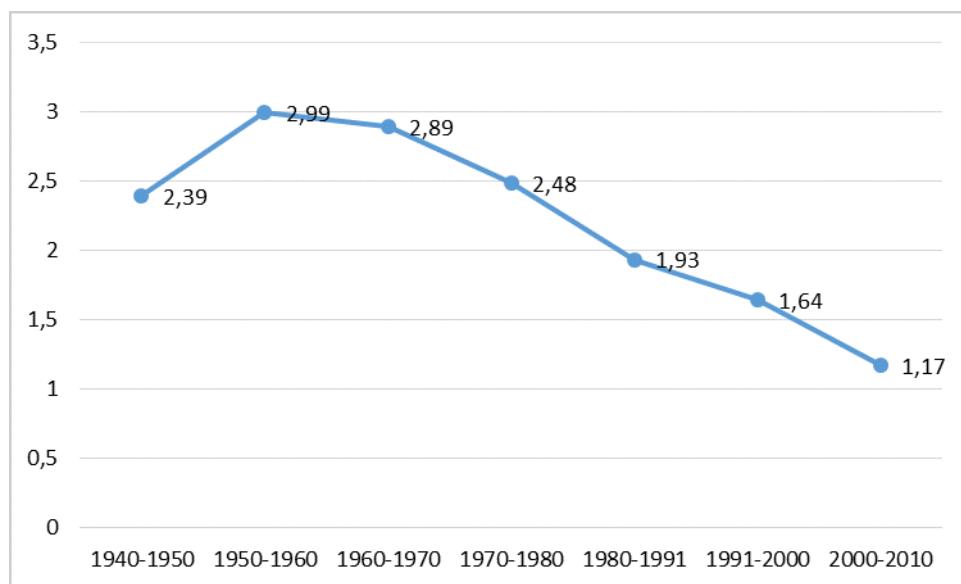
melhoramento e pesquisa genética de plantas e animais e de um conglomerado liderado pela telefonia, sua localização tem sido disputada por empresas de projeção nacional e internacional. Como exemplo de empresas já instaladas, podemos mencionar a indústria de cigarros Souza Cruz (sua maior planta na América Latina); a fábrica de ácidos cítricos da Cargill, uma das mais modernas do mundo; a fábrica de bebidas da AMBEV, a Sadia, a Monsanto, o Carrefour, o Makro, Walmart, Vale Fertilizantes, Duratex, Black & Decker, a Bunge Alimentos, etc.

## 6.1 - Indicadores demográficos

### 6.1.1 – Panorama geral do quadro demográfico

O crescimento demográfico no TMAP ao longo das últimas décadas acompanhou, em grande medida o movimento nacional e precisa ser entendido neste contexto. Ou seja, embora alguns municípios tenham experimentado um crescimento populacional relativo mais proeminente, no geral, esta região tem seguido a tendência nacional, qual seja a partir da década de 1970 podemos observar uma contínua desaceleração do ritmo de incorporação de novos habitantes.

Gráfico 6.1 – Evolução da taxa geométrica de crescimento anual, Brasil – 1940/2010

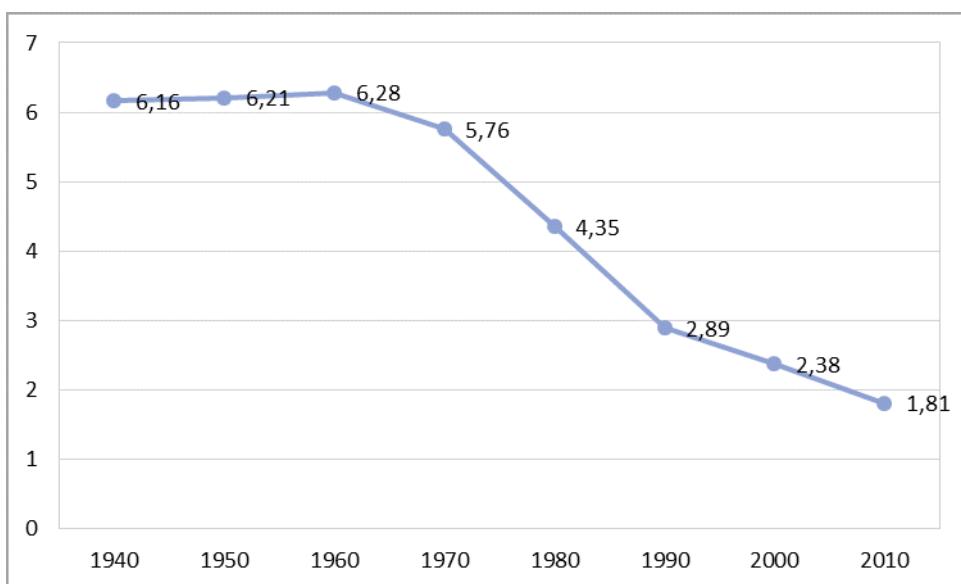


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados Gerais da Amostra: Rio de Janeiro, 2012.

Considerando que a mesorregião do TMAP não se constitui em área de fronteira, onde ainda ocorrem grandes influxos migratórios, o esperado para a evolução demográfica regional é uma contínua desaceleração do seu ritmo de crescimento. Esta situação poderia ser alterada apenas se viesse a ocorrer o

surgimento de uma nova corrente migratório internacional, em especial do continente asiático, que poderia inverter esta tendência. Neste sentido, pode-se dizer que os dados apresentados a seguir sobre a evolução demográfica regional refletem uma tendência nacional consistente de redução do ritmo histórico de crescimento puxado pela acentuada redução da taxa de fecundidade.

Gráfico 6.2 – Taxa de fecundidade total, Brasil – 1940/2010

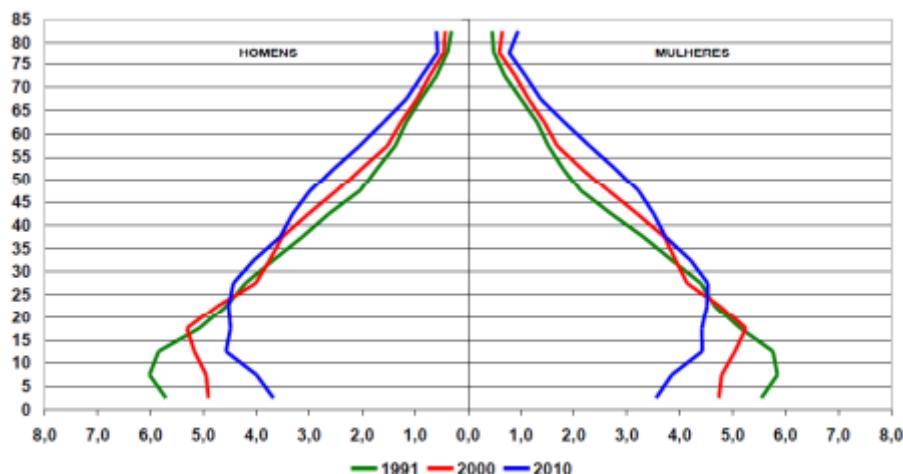


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados Gerais da Amostra: Rio de Janeiro, 2012.

Por outro lado, se teremos de trabalhar com projeções demográficas menos acentuadas do que as experimentadas nas décadas anteriores, o planejamento das cidades deve estar atento às transformações em curso na estrutura da população das cidades brasileiras. Também seguindo outra importante tendência nacional, pode-se observar que os quadros de pirâmide etária revelam um crescente envelhecimento da população no topo, acima de 60 anos, e uma diminuição na base, crianças e jovens. Este quadro indica que nos próximos 25 anos a população brasileira vai crescer mais lentamente, diminuindo a pressão na base e aumentando as demandas no topo, mas, fundamentalmente, iremos atravessar uma promissora janela de oportunidade

demográfica, onde predomina na estrutura etária uma população em idade ativa (PIA) com grande potencial produtivo.

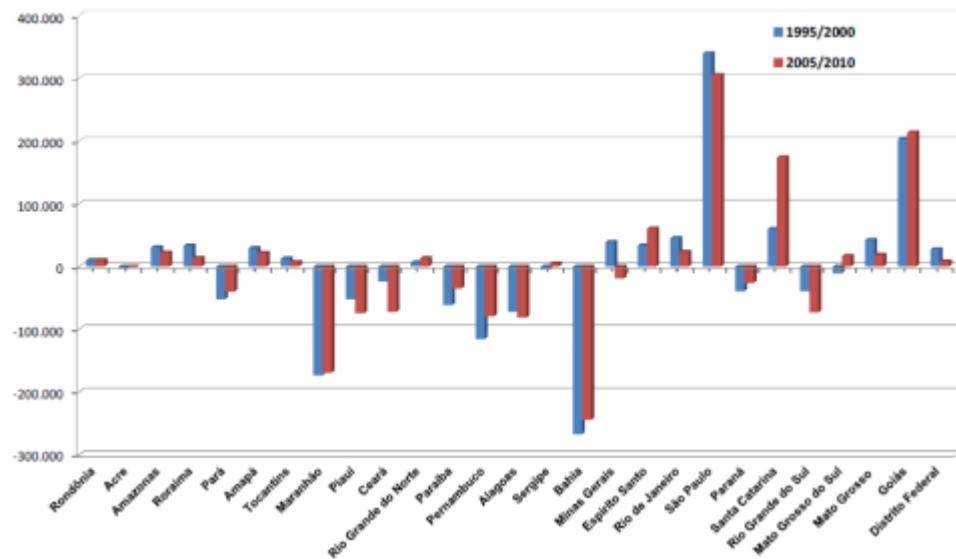
Gráfico 6.3 – Composição da população residente total, por sexo e grupo de idade, 1991/2000/2010 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados Gerais da Amostra: Rio de Janeiro, 2012.

Diante desse quadro, caberá às políticas públicas enfrentarem os desafios inerentes ao envelhecimento, mas principalmente aproveitarem e darem vazão a este rico momento de canalizar esforços para fomentar políticas de emprego e produção capazes de elevar os padrões de vida na sociedade brasileira, com redução das assimetrias sociais e regionais. Um destes desafios é criar políticas de desenvolvimento que sejam capazes de geração de oportunidades de emprego nas diversas regiões brasileiras, reduzindo a pressão migratória para as metrópoles e a histórica mobilidade espacial das pessoas que saem dos estados do Nordeste e migram para o Centro-Sul. Embora os dados revelem que os saldos migratórios já tenham sofrido um ligeiro decrescimento na última década, ainda é notório que alguns estados, como a Bahia, continuam expulsando um grande contingente de pessoas e, na outra ponta, São Paulo e Goiás (entorno de Brasília) representam os principais destinos desta população.

Gráfico 6.4 – Saldos migratórios, segundo as Unidades da Federação 1995/2000 e 2005/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados Gerais da Amostra: Rio de Janeiro, 2012.

O Estado de Minas Gerais aparece no quadro migratório com uma pequena variação negativa, embora, dada a diversidade regional presente neste território, seja necessário qualificar as distintas situações. O Norte e o Leste do estado, incluindo a zona da Mata Mineira, mais integrada com a economia carioca e capixaba, representam espaços com históricos saldos migratórios negativos. Por outro lado, áreas como o TMAP, o Sul de Minas e o entorno da Região Metropolitana da capital (BH), por processos distintos, destacam-se com maior dinâmica produtiva e, consequentemente, puderam atrair mais pessoas do que expulsar.

## 6.1.2 - Crescimento e composição da População do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

No caso do TMAP, cuja articulação histórica com Goiás e São Paulo a colocam numa situação de privilégio em termos de localização, os dados sobre população indicam que esta mesorregião apresentou taxa de crescimento populacional, para 2000/2010, de 1,38%, acima da taxa de crescimento populacional do Brasil e de Minas Gerais, respectivamente, 1,17% e 0,91%. Essa realidade aponta para o ainda expressivo dinamismo populacional dessa região que, a partir do ano de 1991, já revelava taxas de crescimento geométrico populacional anual acima das médias nacional e estadual.

Tabela 6.1 - População residente e taxa de crescimento geométrico anual municipal 1980, 1991, 2000 e 2010

Brasil, Estado, Mesorregião do TMAP e Municípios	População total				Tx Cresc. Geom. Anual Pop Total		
	1980	1991	2000	2010	1980/91	1991/00	2000/10
Brasil	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799	1,93	1,64	1,17
Minas Gerais	13.380.105	15.743.152	17.891.494	19.597.330	1,49	1,44	0,91
<b>TMAP</b>	<b>1.337.305</b>	<b>1.595.648</b>	<b>1.869.886</b>	<b>2.144.482</b>	<b>1,62</b>	<b>1,79</b>	<b>1,38</b>
Abadia dos Dourados	8.004	6.492	6.446	6.704	-1,89	-0,08	0,39
Água Comprida	1.966	1.808	2.092	2.025	-0,76	1,65	-0,32
Araguari	83.519	91.283	101.974	109.801	0,81	1,25	0,74
Araporã	-	-	5.309	6.144	-	-	1,47
Arapuá	3.408	3.113	2.744	2.775	-0,82	-1,41	0,11
Araxá	53.414	69.911	78.997	93.672	2,48	1,38	1,72
Cachoeira Dourada	2.366	2.284	2.305	2.505	-0,32	0,10	0,84
Campina Verde	21.152	20.080	19.100	19.324	-0,47	-0,56	0,12
Campo Florido	4.962	4.519	5.328	6.870	-0,85	1,86	2,57
Campos Altos	10.544	11.112	12.819	14.206	0,48	1,62	1,03
Canápolis	7.084	15.990	10.633	11.365	7,68	-4,47	0,67
Capinópolis	13.160	15.060	14.403	15.290	1,23	-0,50	0,60
Carmo do Paranaíba	25.382	27.358	29.460	29.735	0,68	0,83	0,09
Carneirinho	-	-	8.910	9.471	-	-	0,61
Cascalho Rico	2.447	2.629	2.622	2.857	0,65	-0,03	0,86
Centralina	11.239	13.783	10.236	10.266	1,87	-3,28	0,03
Comendador Gomes	3.224	2.964	2.842	2.972	-0,76	-0,47	0,45
Conceição das Alagoas	13.549	14.054	17.156	23.043	0,33	2,26	2,99
Conquista	7.244	7.048	6.101	6.526	-0,25	-1,61	0,68
Coromandel	20.934	24.954	27.452	27.547	1,61	1,08	0,03
Cruzeiro da Fortaleza	2.717	3.068	3.720	3.934	1,11	2,18	0,56
Delta	-	-	5.065	8.089	-	-	4,79
Douradoquara	2.125	1.583	1.785	1.841	-2,64	1,36	0,31
Estrela do Sul	7.350	7.233	6.883	7.446	-0,15	-0,55	0,79
Fronteira	7.050	7.902	9.024	14.041	1,04	1,50	4,52
Frutal	34.271	41.424	46.566	53.468	1,74	1,32	1,39
Grupiara	1.359	1.265	1.376	1.373	-0,65	0,95	-0,02

Guimarânia	5.447	5.739	6.384	7.265	0,48	1,20	1,30
Gurinhatã	8.908	7.640	6.883	6.137	-1,39	-1,16	-1,14
Ibiá	16.107	18.317	21.044	23.218	1,18	1,57	0,99
Indianópolis	3.678	4.861	5.387	6.190	2,57	1,16	1,40
Ipiaçu	4.254	4.122	4.026	4.107	-0,29	-0,26	0,20
Iraí de Minas	3.427	4.476	5.903	6.467	2,46	3,15	0,92
Itapagipe	11.477	11.203	11.832	13.656	-0,22	0,61	1,44
Ituiutaba	74.240	84.577	89.091	97.171	1,19	0,58	0,87
Iturama	47.564	45.699	28.814	34.456	-0,36	-5,04	1,80
Lagoa Formosa	17.550	15.949	16.293	17.161	-0,87	0,24	0,52
Limeira do Oeste	-	-	6.170	6.890	-	-	1,11
Matutina	4.270	3.758	3.838	3.761	-1,15	0,24	-0,20
Monte Alegre de Minas	15.110	17.919	18.006	19.619	1,56	0,05	0,86
Monte Carmelo	26.870	34.705	43.899	45.772	2,35	2,67	0,42
Nova Ponte	5.325	10.147	9.492	12.812	6,04	-0,75	3,04
Patos de Minas	86.121	102.946	123.881	138.710	1,64	2,10	1,14
Patrocínio	44.376	60.753	73.130	82.471	2,90	2,10	1,21
Pedrinópolis	3.670	4.391	3.361	3.490	1,64	-2,95	0,38
Perdizes	9.238	10.735	12.364	14.404	1,37	1,60	1,54
Pirajuba	2.984	3.112	2.741	4.656	0,38	-1,41	5,44
Planura	8.168	7.309	8.297	10.384	-1,01	1,43	2,27
Prata	19.559	24.638	23.576	25.802	2,12	-0,49	0,91
Pratinha	2.472	2.503	2.883	3.265	0,11	1,60	1,25
Rio Paranaíba	10.768	9.453	11.528	11.885	-1,18	2,25	0,31
Romaria	2.832	3.392	3.737	3.596	1,65	1,09	-0,38
Sacramento	18.792	20.406	21.334	23.896	0,75	0,50	1,14
Santa Juliana	6.031	7.820	8.078	11.337	2,39	0,36	3,45
Santa Rosa da Serra	2.757	2.867	3.114	3.224	0,36	0,93	0,35
Santa Vitória	17.385	16.583	16.365	18.138	-0,43	-0,15	1,03
São Francisco de Sales	4.441	4.941	5.274	5.776	0,97	0,73	0,91
São Gotardo	17.320	19.697	27.631	31.819	1,18	3,87	1,42
Serra do Salitre	6.299	7.984	9.390	10.549	2,18	1,84	1,17
Tapira	2.723	2.973	3.327	4.112	0,80	1,27	2,14
Tiros	9.842	8.647	7.571	6.906	-1,17	-1,48	-0,92
Tupaciguara	25.241	26.527	23.117	24.188	0,45	-1,53	0,45
Uberaba	199.208	211.824	252.051	295.988	0,56	1,97	1,62
Uberlândia	240.967	367.061	501.214	604.013	3,90	3,56	1,88
União de Minas	-	-	4.638	4.418	-	-	-0,48
Veríssimo	3.414	3.057	2.874	3.483	-1,00	-0,69	1,94

Fonte: IBGE, Sidra.

Analizando o crescimento populacional dos municípios constitutivos da Região do TMAP, de maneira especial nos anos 2000 e 2010, a Tabela 6.2 destaca os 10 municípios a apresentarem as maiores taxas de crescimento geométrico populacional anual. Cabe chamar à atenção para o fato de que, embora esses municípios sejam aqueles com maiores taxas de crescimento populacional, o conjunto deles representa apenas 4,61% da população da Região do TMAP no ano de 2010.

Tabela 6.2: População dos 10 Municípios com maiores taxas de crescimento geométrico populacional, participação populacional relativa no total da população da Mesorregião do TMAP, Municípios selecionados -. 2000 e 2010

Mesorregião do TMAP e Municípios	População total (2000)	% Municípios em relação à população da Região do TMAP=100	População total (2010)	% Municípios em relação à população da Região do TMAP=100	Tx Cresc. Geom. Anual Pop Total 2000/10
<b>TMAP</b>	<b>1.869.886</b>		<b>2.144.482</b>		<b>1,38</b>
Pirajuba	2.741	0,15	4.656	0,22	5,44
<i>Delta</i>	5.065	0,27	8.089	0,38	4,79
Fronteira	9.024	0,48	14.041	0,65	4,52
Santa Juliana	8.078	0,43	11.337	0,53	3,45
Nova Ponte	9.492	0,51	12.812	0,60	3,04
Conceição das Alagoas	17.156	0,92	23.043	1,07	2,99
Campo Florido	5.328	0,28	6.870	0,32	2,57
Planura	8.297	0,44	10.384	0,48	2,27
Tapira	3.327	0,18	4.112	0,19	2,14
Veríssimo	2.874	0,15	3.483	0,16	1,94
<b>Total Municípios Selecionados</b>	<b>71.382</b>	<b>3,82</b>	<b>98.827</b>	<b>4,61</b>	

Fonte: IBGE, SIDRA.

Portanto, é possível apontar que os principais municípios da mesorregião apresentam uma tendência de crescimento próximo ao ritmo nacional. Observando a origem das correntes migratórias responsáveis diretamente pelo desempenho muito acima da média experimentado por estes municípios notamos que a mesma foge do padrão histórico e geográfico e, provavelmente, não podem ser assumidas como tendência.

Tabela 6.3: Total de migrantes de data fixa (2005) para o município de Pirajuba – ano 2010.

	Total	%
<b>Total</b>	<b>1099</b>	<b>100</b>
<b>Nordeste</b>	<b>560</b>	<b>50,9</b>
Maranhão	14	1,2
Ceará	4	0,3
Rio Grande do Norte	54	4,9
Paraíba	34	3,1
Pernambuco	108	9,9
Alagoas	249	22,7
Sergipe	7	0,6
Bahia	91	8,2
<b>Sudeste</b>	<b>487</b>	<b>44,3</b>
Minas Gerais	343	31,2
São Paulo	143	13,1
<b>Sul</b>	<b>7</b>	<b>0,6</b>
Paraná	4	0,4
Santa Catarina	2	0,2
<b>Centro-Oeste</b>	<b>46</b>	<b>4,2</b>
Mato Grosso do Sul	3	0,3
Mato Grosso	21	1,9
Goiás	20	1,8
Distrito Federal	2	0,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (micrdados).

Tabela 6.4: Total de migrantes de data fixa (2005) para o município de Delta – ano 2010.

	Total	%
<b>Total</b>	<b>2384,6</b>	<b>100</b>
<b>Norte</b>	<b>65,8</b>	<b>2,8</b>
Pará	10,9	0,5
Amapá	43	1,8
Tocantins	11,9	0,5
<b>Nordeste</b>	<b>1428,8</b>	<b>59,9</b>
Maranhão	537,7	22,5
Piauí	39,8	1,7
Ceará	11,3	0,5
Rio Grande do Norte	23,2	1
Paraíba	10,1	0,4
Pernambuco	89,9	3,8
Alagoas	578	24,2
Sergipe	10,6	0,4
Bahia	128,3	5,4
<b>Sudeste</b>	<b>870,5</b>	<b>36,5</b>
Minas Gerais	508,6	21,3
Rio de Janeiro	13,4	0,6
São Paulo	348,4	14,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>19,5</b>	<b>0,8</b>
Mato Grosso do Sul	3,5	0,1
Goiás	16	0,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (micrdados).

O que se pode observar é que nos municípios com maior crescimento na última década a origem dos migrantes não é predominantemente composta pelos estados que tradicionalmente fornecem população ao TMAP, quais sejam: Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Bahia. Na verdade, os campeões de crescimento na mesorregião apresentaram algumas características comuns. Primeiro, são municípios com pequenas massas demográficas e, com isto, ao receberem um influxo migratório, derivado de algum fenômeno localizado, isto causa um forte impacto, circunstancial, na taxa geométrica média de crescimento. Segundo, receberam fluxos migratórios de estados do nordeste, como Alagoas, Pernambuco e Maranhão, que não representam espaços de maior articulação direta com a mesorregião. Terceiro este resultado, portanto, pode estar relacionado com a produção e processamento da cana de açúcar na região, cujos desdobramentos futuros não apontam para a continuidade de atração de novos migrantes.

Por outro lado, quando analisados os municípios acima de 50.000 habitantes, representados, tanto em 2000 e 2010, por Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araguari, Ituiutaba, Araxá, Patrocínio e Frutal, nota-se que possuíam, no ano de 2000, 67,75% do total da população da Região do TMAP e, em 2010, 68,79%. Uberlândia e Uberaba, conjuntamente, representavam em 2000 e 2010, do total da população da Região do TMAP, 40,28% e 41,97% respectivamente. Isoladamente, o município de Uberlândia congrega 28,17% da população da Região do TMAP. Ele é o município que, entre os 10 com maior número de habitantes, mais ganha participação relativa no total da população da Região do ano de 2000 para 2010, o que permite apontar para o papel importante dessa cidade no dinamismo da Região. Assim sendo, o fundamental é observar a tendência do crescimento demográfico dos principais municípios da região e a consolidação de uma forte centralidade em torno de Uberlândia e Uberaba.

Tabela 6.5: População e participação percentual dos 10 municípios com maior população na Mesorregião do TMAP - 2000 e 2010

Mesorregião e Municípios	População 2000	% Municípios em relação à população da Região do TMAP=100	População 2010	% Municípios em relação à população da Região do TMAP=100
<b>TMAP</b>	<b>1.869.886</b>		<b>2.144.482</b>	
Uberlândia	501.214	26,80	604.013	28,17
Uberaba	252.051	13,48	295.988	13,80
Patos de Minas	123.881	6,63	138.710	6,47
Araguari	101.974	5,45	109.801	5,12
Ituiutaba	89.091	4,76	97.171	4,53
Araxá	78.997	4,22	93.672	4,37
Patrocínio	73.130	3,91	82.471	3,85
Frutal	46.566	2,49	53.468	2,49
<b>Total Municípios Selecionados</b>	<b>1.266.904</b>	<b>67,75</b>	<b>1.475.294</b>	<b>68,79</b>

Fonte: IBGE, Sidra.

Efetuando-se análise do tamanho da população dos municípios da Região em estudo, foi possível detectar, conforme Tabela 6.6, que a maioria desses municípios tem população de até 10.000 habitantes. É importante relembrar, conforme destacado na Tabela 6.2, que os municípios que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional anual foram justamente esses municípios.

No ano de 2010, é possível perceber que 32 municípios, ou seja, 48,49% dos municípios da Região do TMAP tinham até 10.000 habitantes. Quando se incorpora os municípios com até 20.000 habitantes, no total de 16, que representam 24,24% do total dos municípios da Região, conclui-se que mais de 70% dos municípios da região do TMAP possuem no máximo 20.000 habitantes.

Tabela 6.6: População, classe de tamanho da população e taxa de urbanização, Municípios da Região do TMAP, 2000 e 2010.

Municípios da Região do TMAP	População		Classes de Tamanho da População dos Municípios		Taxa de Urbanização	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>169.799.170</b>	<b>190.755.799</b>	<b>Mais de 150.000</b>	<b>Mais de 150.000</b>	<b>81</b>	<b>84</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>17.891.494</b>	<b>19.597.330</b>	<b>Mais de 150.000</b>	<b>Mais de 150.000</b>	<b>82</b>	<b>85</b>
<b>TMAP</b>	<b>1.869.886</b>	<b>2.144.482</b>	<b>Mais de 150.000</b>	<b>Mais de 150.000</b>	<b>89</b>	<b>91</b>
Abadia dos Dourados	6.446	6.704	Até 10.000	Até 10.000	61	62
Água Comprida	2.092	2.025	Até 10.000	Até 10.000	65	75
Araguari	101.974	109.801	50.001 a 150.000	50.001 a 150.000	91	93
Araporã	5.309	6.144	Até 10.000	Até 10.000	91	96
Arapuá	2.744	2.775	Até 10.000	Até 10.000	63	75

Araxá	78.997	93.672	50.001 a 150.000	50.001 a 150.000	98	99
Cachoeira Dourada	2.305	2.505	Até 10.000	Até 10.000	86	89
Campina Verde	19.100	19.324	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	70	75
Campo Florido	5.328	6.870	Até 10.000	Até 10.000	59	76
Campos Altos	12.819	14.206	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	91	91
Canápolis	10.633	11.365	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	85	90
Capinópolis	14.403	15.290	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	91	94
Carmo do Paranaíba	29.460	29.735	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	82	85
Carneirinho	8.910	9.471	Até 10.000	Até 10.000	62	74
Cascalho Rico	2.622	2.857	Até 10.000	Até 10.000	45	63
Centralina	10.236	10.266	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	91	91
Comendador Gomes	2.842	2.972	Até 10.000	Até 10.000	41	51
Conceição das Alagoas	17.156	23.043	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	84	91
Conquista	6.101	6.526	Até 10.000	Até 10.000	78	87
Coromandel	27.452	27.547	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	74	79
Cruzeiro da Fortaleza	3.720	3.934	Até 10.000	Até 10.000	84	85
Delta	5.065	8.089	Até 10.000	Até 10.000	92	94
Douradoquara	1.785	1.841	Até 10.000	Até 10.000	63	67
Estrela do Sul	6.883	7.446	Até 10.000	Até 10.000	73	81
Fronteira	9.024	14.041	Até 10.000	10.001 a 20.000	77	93
Frutal	46.566	53.468	20.001 a 50.000	50.001 a 150.000	84	86
Grupiara	1.376	1.373	Até 10.000	Até 10.000	84	85
Guimarânia	6.384	7.265	Até 10.000	Até 10.000	79	82
Gurinhatã	6.883	6.137	Até 10.000	Até 10.000	41	44
Ibiá	21.044	23.218	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	82	85
Indianópolis	5.387	6.190	Até 10.000	Até 10.000	59	66
Ipiaçu	4.026	4.107	Até 10.000	Até 10.000	87	91
Iraí de Minas	5.903	6.467	Até 10.000	Até 10.000	78	80
Itapagipe	11.832	13.656	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	59	70
Ituiutaba	89.091	97.171	50.001 a 150.000	50.001 a 150.000	94	96
Iturama	28.814	34.456	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	93	95
Lagoa Formosa	16.293	17.161	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	67	76
Limeira do Oeste	6.170	6.890	Até 10.000	Até 10.000	60	73
Matutina	3.838	3.761	Até 10.000	Até 10.000	72	72
Monte Alegre de Minas	18.006	19.619	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	70	74
Monte Carmelo	43.899	45.772	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	87	88
Nova Ponte	9.492	12.812	Até 10.000	10.001 a 20.000	79	86
Patos de Minas	123.881	138.710	50.001 a 150.000	50.001 a 150.000	90	92
Patrocínio	73.130	82.471	50.001 a 150.000	50.001 a 150.000	86	88
Pedrinópolis	3.361	3.490	Até 10.000	Até 10.000	85	84
Perdizes	12.364	14.404	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	58	69
Pirajuba	2.741	4.656	Até 10.000	Até 10.000	79	89
Planura	8.297	10.384	Até 10.000	10.001 a 20.000	95	97
Prata	23.576	25.802	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	73	75
Pratinha	2.883	3.265	Até 10.000	Até 10.000	57	54
Rio Paranaíba	11.528	11.885	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	54	61
Romaria	3.737	3.596	Até 10.000	Até 10.000	71	76
Sacramento	21.334	23.896	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	74	81
Santa Juliana	8.078	11.337	Até 10.000	10.001 a 20.000	82	86
Santa Rosa da Serra	3.114	3.224	Até 10.000	Até 10.000	60	61
Santa Vitória	16.365	18.138	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	77	82
São Francisco de Sales	5.274	5.776	Até 10.000	Até 10.000	65	75
São Gotardo	27.631	31.819	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	92	94
Serra do Salitre	9.390	10.549	Até 10.000	10.001 a 20.000	70	74
Tapira	3.327	4.112	Até 10.000	Até 10.000	67	67
Tiros	7.571	6.906	Até 10.000	Até 10.000	64	70
Tupaciguara	23.117	24.188	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	89	91
Uberaba	252.051	295.988	Mais de 150.000	Mais de 150.000	97	98
Uberlândia	501.214	604.013	Mais de 150.000	Mais de 150.000	98	97

União de Minas	4.638	4.418	Até 10.000	Até 10.000	49	62
Veríssimo	2.874	3.483	Até 10.000	Até 10.000	51	58

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010.

Quanto à dinâmica de distribuição da população no interior da área rural e urbana dos municípios, a Tabela 6.6 permite a constatação do avanço do processo de urbanização da Região do TMAP. Praticamente todos os municípios do ano de 2000 para 2010 apresentaram aumento em suas taxas de urbanização: a exceção ficou para os municípios de Centralina, Matutina, Pedrinópolis, Pratinha e Uberlândia. As taxas de urbanização da Região do TMAP estiveram, tanto em 2000 como em 2010, acima das taxas de urbanização do Brasil e do Estado de Minas Gerais. Particularmente em 2010, as mesmas foram: 91,40%; 84,36% e 85,29%, respectivamente.

Tendo em vista o cenário descrito acima acerca da dinâmica populacional dos municípios da Região do TMAP, buscou-se captar características da mesma a partir da análise da estrutura etária dessa população. A investigação referente à estrutura etária da população dos municípios da Região do TMAP foi realizada a partir da construção de cinco faixas de idade: 0 a 6 anos; 7 a 14 anos; 15 a 25 anos; 26 a 59 anos e 60 anos ou mais.

A partir da tabela a seguir e tendo em vista tais faixas, foi possível detectar que entre os anos 2000 e 2010, em todos os municípios, as três primeiras faixas de idade, que estavam associadas à população mais jovem, não apresentaram ampliação de participação relativa no total da população nesses dois anos em análise.

Para todos os municípios, as únicas faixas de idade a apresentarem ampliação de participação relativa no total da população foram as duas faixas com maior idade, 26 a 59 anos e 60 anos ou mais. É importante destacar que a faixa de idade em que se concentra mais de 40% do total da população de todos os municípios da Região do TMAP, é a de 26 a 59 anos de idade, faixa de idade essa que concentra a maior parte da população economicamente ativa de um município.

Tabela 6.7: Participação relativa das faixas de idade na população total dos municípios das Microrregiões da Região do TMAP, 2000 e 2010 - (%)

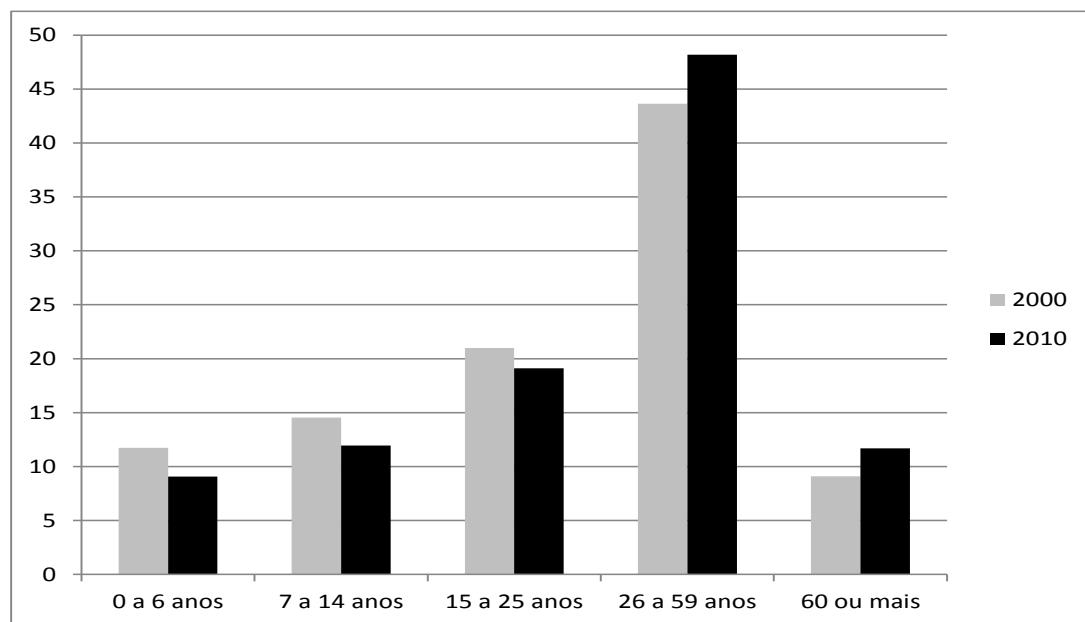
Mesorregião do TMAP e Municípios	0 a 6 anos		7 a 14 anos		15 a 25 anos		26 a 59 anos		60 ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>TMAP</b>	<b>11,75</b>	<b>9,08</b>	<b>14,55</b>	<b>11,94</b>	<b>20,99</b>	<b>19,12</b>	<b>43,63</b>	<b>48,17</b>	<b>9,09</b>	<b>11,69</b>
Abadia dos Dourados	11,56	8,46	12,85	11,72	18,49	16,07	46,48	49,12	10,63	14,63
Água Comprida	11,57	7,51	15,54	11,51	19,50	19,01	43,02	46,91	10,37	15,06
Araguari	11,17	8,76	14,51	11,67	20,63	18,24	43,94	48,23	9,75	13,09
Araporã	13,92	11,18	15,14	13,22	21,17	20,41	42,57	45,43	7,20	9,77
Arapuá	10,46	7,39	12,79	11,28	18,26	14,95	46,10	48,54	12,39	17,84
Araxá	11,38	8,75	14,68	11,57	20,67	19,45	43,96	48,67	9,31	11,55
Cachoeira Dourada	11,06	10,34	15,75	13,09	20,35	18,24	39,87	44,87	12,97	13,45
Campina Verde	11,10	8,11	14,94	11,40	19,00	16,94	42,28	47,81	12,67	15,74
Campo Florido	14,62	11,47	14,02	14,22	20,40	19,24	41,22	44,89	9,74	10,17
Campos Altos	13,63	10,78	16,84	13,97	21,34	19,64	39,69	45,29	8,50	10,33
Canápolis	12,10	9,27	15,12	11,80	20,58	19,89	42,90	47,43	9,29	11,61
Capinópolis	11,38	9,76	14,54	12,30	19,72	17,70	43,23	46,85	11,14	13,39
Carmo do Paranaíba	12,00	8,47	14,58	12,54	20,35	17,62	43,42	48,02	9,65	13,34
Carneirinho	11,57	8,66	14,94	12,51	20,33	17,81	42,49	47,59	10,67	13,43
Cascalho Rico	11,63	9,00	13,69	12,22	19,64	15,51	43,33	46,87	11,71	16,42
Centralina	10,91	8,95	15,30	12,49	20,09	18,26	43,05	45,63	10,65	14,67
Comendador Gomes	10,73	10,57	16,40	12,18	19,81	18,30	43,77	47,34	9,29	11,61
Conceição das Alagoas	13,76	11,34	14,40	13,24	20,45	21,06	42,88	45,85	8,52	8,51
Conquista	11,23	9,36	15,42	12,09	19,93	18,31	42,47	46,71	10,95	13,53
Coromandel	12,22	8,52	14,56	12,32	19,81	17,34	44,67	48,92	8,74	12,89
Cruzeiro da Fortaleza	13,74	10,55	15,94	14,82	19,87	18,78	40,70	44,23	9,76	11,62
Delta	14,27	13,17	15,40	12,89	23,65	23,09	40,36	44,39	6,32	6,45
Douradoquara	9,64	9,07	15,63	9,89	17,82	18,03	45,83	47,04	11,09	15,97
Estrela do Sul	12,26	8,80	14,72	13,24	19,95	18,64	42,73	46,75	10,34	12,57
Fronteira	12,30	11,35	15,36	12,80	21,02	20,01	42,69	45,86	8,63	9,99
Frutal	11,08	9,19	14,60	11,35	20,17	19,39	43,97	47,79	10,17	12,27
Grupiara	10,10	8,74	13,88	11,14	19,26	16,10	44,19	48,00	12,57	16,02
Guimaránia	12,70	9,69	14,72	13,76	20,14	18,84	42,90	44,67	9,52	13,04
Gurinhatã	11,61	7,90	13,32	12,22	18,35	13,35	44,05	47,82	12,67	18,71
Ibiá	12,43	9,42	15,27	12,62	19,65	18,31	43,12	48,26	9,52	11,39
Indianópolis	14,37	10,68	16,91	13,97	21,77	20,29	39,26	45,02	7,69	10,03
Ipiaçu	11,18	8,69	15,40	11,91	18,98	17,65	43,37	46,19	11,08	15,56
Iraí de Minas	13,76	10,51	14,65	13,34	20,82	18,79	43,88	46,81	6,89	10,55
Itapagipe	10,93	7,48	14,35	10,41	19,12	18,92	44,79	50,20	10,82	13,00
Ituiutaba	10,93	8,57	13,73	11,37	19,23	18,19	44,20	47,14	11,92	14,72
Iturama	12,79	9,16	14,89	13,09	21,55	19,92	42,51	47,55	8,27	10,29
Lagoa Formosa	11,20	8,57	14,77	11,97	19,10	17,56	44,61	47,45	10,32	14,45
Limeira do Oeste	12,19	9,00	15,75	12,69	20,70	20,41	41,93	46,91	9,43	11,00
Matutina	10,89	7,15	13,08	12,15	19,07	15,47	43,17	46,56	13,78	18,67
Monte Alegre de Minas	12,01	8,74	14,79	12,16	19,98	17,89	41,99	46,52	11,22	14,69
Monte Carmelo	12,86	9,13	15,01	13,09	21,98	18,83	42,78	48,41	7,38	10,54
Nova Ponte	13,56	10,56	16,00	14,14	20,65	20,25	42,33	46,69	7,46	8,36
Patos de Minas	11,78	8,35	14,80	11,96	20,74	18,90	44,19	48,89	8,49	11,90
Patrocínio	13,62	9,63	15,81	13,66	21,19	19,42	41,81	46,86	7,58	10,44
Pedrinópolis	12,02	9,83	13,75	12,89	20,02	17,36	43,20	46,65	11,01	13,27
Perdizes	13,53	10,75	15,21	14,44	21,13	19,12	42,79	46,88	7,33	8,81
Pirajuba	11,86	10,80	14,19	12,69	18,83	19,91	42,32	46,61	12,81	9,99

Planura	11,43	11,26	16,27	12,13	21,72	20,28	42,62	46,94	7,97	9,39
Prata	12,25	9,74	15,15	12,65	20,90	18,32	42,36	47,88	9,34	11,42
Pratinha	11,31	8,06	13,39	11,27	19,35	15,47	44,36	49,49	11,59	15,71
Rio Paranaíba	12,16	9,38	13,65	12,51	22,42	18,96	42,90	48,04	8,87	11,11
Romaria	13,35	9,59	15,57	12,57	20,60	17,58	42,12	48,28	8,35	11,99
Sacramento	11,77	9,24	15,01	12,15	20,66	19,14	42,14	46,78	10,42	12,69
Santa Juliana	11,90	10,06	14,62	12,93	20,76	19,86	44,36	47,71	8,37	9,43
Santa Rosa da Serra	13,20	10,05	14,74	13,96	21,55	17,68	40,82	45,78	9,70	12,53
Santa Vitória	11,02	9,06	13,96	11,60	20,10	17,50	43,79	47,87	11,13	13,97
São Francisco de Sales	11,77	9,31	15,09	12,10	21,86	18,14	41,66	49,72	9,61	10,72
São Gotardo	13,28	9,94	15,19	13,22	22,03	20,90	41,35	45,83	8,15	10,12
Serra do Salitre	14,13	10,73	16,81	14,48	20,92	19,94	41,05	45,83	7,09	9,02
Tapira	11,87	8,78	15,36	11,89	20,02	20,01	42,95	48,88	9,80	10,43
Tiros	10,50	7,79	13,22	12,00	19,85	15,80	43,72	47,81	12,71	16,59
Tupaciguara	11,31	8,69	14,52	12,11	18,44	16,91	43,00	46,47	12,74	15,81
Uberaba	10,79	8,50	13,80	11,10	20,99	19,13	44,15	48,65	10,27	12,62
Uberlândia	11,71	9,21	14,41	11,58	22,15	19,85	44,23	49,15	7,50	10,21
União de Minas	12,72	10,16	15,52	12,38	21,07	18,74	42,04	47,17	8,65	11,54
Veríssimo	13,05	9,62	13,36	13,38	18,93	16,54	43,60	47,17	11,06	13,29

Fonte: IBGE, Sidra.

O Gráfico 6.1 informa a participação relativa das faixas de idade para a população total da Região do TMAP, evidenciando comportamento similar àquele apresentado na análise dos municípios anteriormente: as duas faixas etárias que cresceram foram aquelas relativas às idades mais altas. Também na Região do TMAP, situa-se na faixa de 26 a 59 anos praticamente metade da população da mesma.

Gráfico 6.5: Participação relativa das faixas de idade na população total da Região do TMAP, 2000 e 2010



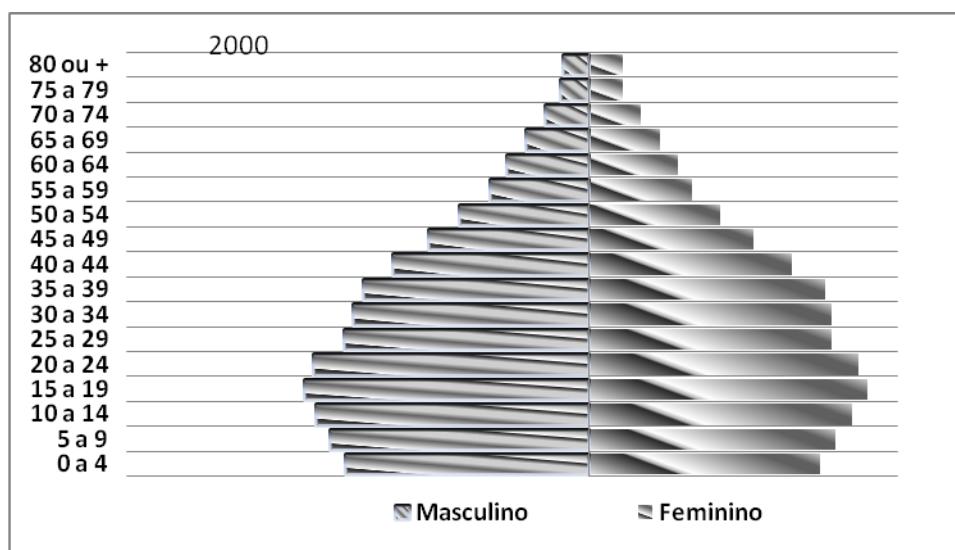
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010.

As consequências das mudanças na composição etária podem ser mais claramente percebidas graficamente, através das pirâmides etárias, cuja elaboração permite uma distribuição mais detalhada, podendo ser mantidas as habituais faixas de 5 anos de idade.

Os Gráficos 6.6 e 6.7 apresentam as pirâmides etárias referentes a 2000 e 2010 da população total do TMAP, e nos demais são apresentadas as estruturas dos maiores municípios, seguindo a ordem de sua importância, para os mesmos anos. Nota-se, para a região, comportamento similar àquele apresentado na análise dos municípios anteriormente: paulatino abaulamento da figura, pelo estreitamento da base e ampliação das faixas etárias mais altas, notando-se que as faixas correspondentes a pessoas idosas vão ganhando cada vez mais espaço. Ao lado disso, a faixa de idade com maior número de pessoas no conjunto da região, que era a de 15-19 anos, perde seu lugar para a de 20-24 e mesmo para a de 25-29 anos, entre 2000 e 2010.

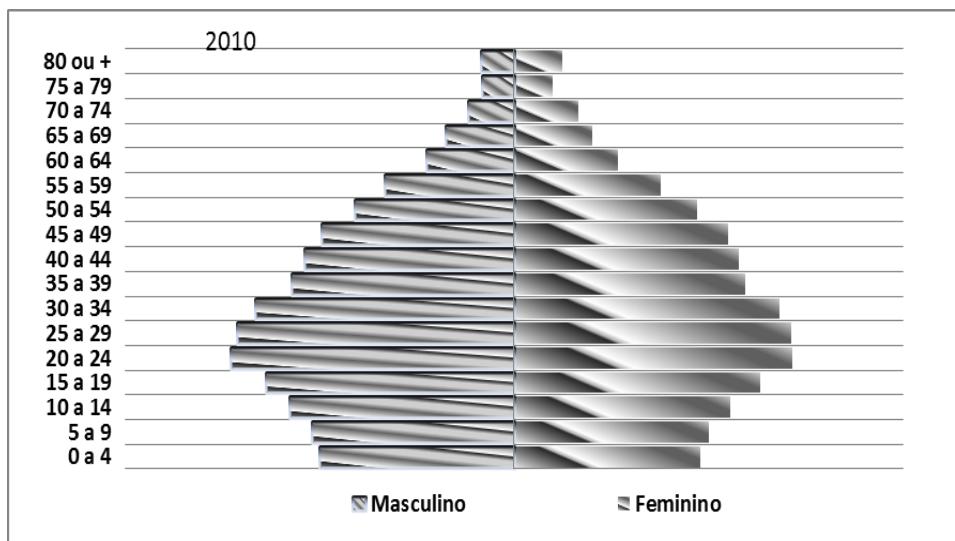
Em termos gerais, a maior diferença entre o total do TMAP e os principais municípios é uma certa regularidade na distribuição etária, que conforma uma figura com contornos mais suaves. No caso dos municípios – deixando de lado a maior ou menor velocidade de estreitamento da base –, as “irregularidades”, em boa parte das vezes, guardam relação com a migração, que torna a população jovem mais numerosa, pela agregação de contingentes compostos por boa parcela de pessoas jovens.

Gráfico 6.6 - TMAP – Distribuição da População por Faixas Etárias Segundo o Sexo – 2000



Fonte: IBGE, Censos Demográfico 2000, microdados.

Gráfico 6.7 - TMAP – Distribuição da População por Faixas Etárias segundo o Sexo – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (microdados).

### 6.1.3 – Migração

A análise dos dados de migração e de deslocamento da população requer alguns esclarecimentos a respeito da fonte de dados e de alguns conceitos. Primeiramente, é necessário enfatizar que todos os dados e

conceitos apresentados foram trabalhados a partir de uma única fonte de dados, que são os microdados da amostra do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010. Em alguns casos também foram analisados os microdados do Censo de 2000 para fins de comparação e análise das mudanças que ocorreram ao longo do tempo.

Os dados apresentados dizem respeito à naturalidade da população residente nos municípios em estudo; ao número de migrantes e sua composição; ao tempo de moradia daqueles que são considerados migrantes; ao local de última residência, que nos permite fazer um estudo dos migrantes da última década; ao deslocamento para o trabalho, que identifica aqueles que se deslocam diariamente para trabalhar em outro município; e ao deslocamento de estudantes, que muitas vezes frequentam escolas fora do município de residência. Os detalhes conceituais serão colocados ao longo da análise, lembrando que todos eles são dados pelo IBGE.

Os dados sobre naturalidade mostram o número de pessoas que são naturais e que não são naturais em um município, bem como se aqueles que não são naturais nasceram em Minas Gerais ou não. São consideradas “**naturais**” aquelas pessoas que nasceram no município aonde residiam na data do censo, e “**não naturais**” aqueles que não nasceram no município de residência.

Obviamente, os municípios com maior contingente populacional tinham também maior número de pessoas não naturais. São as sedes das microrregiões mais o município de Araguari, situado a 38 km de Uberlândia, com a 5ª maior população de não naturais em 2010 (maior que as de Araxá, Patrocínio e Frutal).

Os municípios que tiveram maior crescimento da população não natural durante a década foram Pirajuba (166,6%), Fronteira (147,9%), Delta (137,5%), Estrela do Sul (119,9%), Conceição das Alagoas (112,6%) e Santa Juliana (101,8%). E os que apresentaram maiores reduções no número de não naturais foram Água Comprida (-22,4%), Araporã (-20,6%), Monte Alegre de Minas (-17,8%), Douradoquara (-13,2%), Monte Carmelo (-12,6%) e Pratinha (-10,1%).

A Tabela 6.8 apresenta a população relativa de não naturais dos municípios nos anos 2000 e 2010. Em 2000, apenas 4 municípios tinham a maior parte da população composta por pessoas não naturais: Araporã (67%), Delta (59%), Indianópolis (53%) e Uberlândia (53%). Em 2010, 12 municípios apresentaram essa característica: Delta (88%), Fronteira (78%), Campo Florido (62%), Comendador Gomes (61%), Pirajuba (56%), Planura (56%), Romaria (53%), Nova Ponte (53%), Limeira do Oeste (52%), Indianópolis (52%), Estrela do Sul (51%) e Serra do Salitre (51%). É importante destacar que nenhum desses municípios, cuja maioria da população é não natural, é sede de microrregiões, ou seja, nas sedes as pessoas naturais ainda são a maioria.

Além disso, a Tabela 6.8 apresenta também a composição das populações não naturais, mostrando se aqueles que não eram naturais eram nascidos em outro município mineiro ou em outro estado. Portanto, “**mineiros não naturais**” são aquelas pessoas não naturais do município de residência que nasceram em outro município de Minas Gerais.

Dos municípios com maiores contingentes populacionais, Uberlândia apresentou a maior população relativa de mineiros não naturais, que passou de 31%, em 2000, para 29% da população residente total em 2010. Em segundo, está Patos de Minas, cuja proporção de mineiros não naturais permaneceu em torno de 23%.

O município de Comendador Gomes foi o que apresentou maior população relativa de mineiros não naturais: 36%, em 2000, e 43% em 2010. No oposto está Carneirinho, cuja população de mineiros não naturais representava apenas 8% do total de residentes em 2000 e 12% em 2010.

Tabela 6.8: População relativa de não naturais e mineiros não naturais nos municípios da Aglomeração Urbana do TMAP - 2000 e 2010 (\*)

Município	2000		2010	
	Não naturais	Mineiros não naturais	Não naturais	Mineiros não naturais
Abadia dos Dourados	16,5	12,5	19,8	17,2
Água Comprida	45,8	23,6	36,7	24,4
Araguari	31,7	15,0	30,4	13,2
Araporã	67,2	20,2	46,2	17,4
Arapuá	18,1	16,3	21,4	19,4

Araxá	29,7	24,0	29,4	21,9
Cachoeira Dourada	44,1	15,3	42,5	19,9
Campina Verde	30,1	22,5	26,8	19,0
Campo Florido	47,6	30,6	61,7	35,6
Campos Altos	29,4	24,5	37,2	27,0
Canápolis	34,8	19,4	50,1	21,5
Capinópolis	33,9	16,7	36,7	14,8
Carmo do Paranaíba	20,5	16,6	20,2	15,6
Carneirinho	35,3	8,5	43,8	12,6
Cascalho Rico	31,0	22,4	47,7	32,1
Centralina	38,6	17,7	46,6	25,7
Comendador Gomes	48,4	36,3	61,4	43,2
Conceição das Alagoas	31,8	17,5	50,3	20,1
Conquista	22,8	13,8	32,7	20,1
Coromandel	25,7	17,6	27,6	19,3
Cruzeiro da Fortaleza	21,7	18,0	23,6	18,0
Delta	59,4	33,6	88,4	36,9
Douradoquara	29,8	25,1	25,1	21,7
Estrela do Sul	25,2	14,8	51,3	30,9
Fronteira	48,9	17,6	78,0	20,0
Frutal	31,9	16,4	33,3	13,9
Grupiara	33,0	23,6	39,3	30,5
Guimarânia	29,0	20,7	29,6	21,2
Gurinhatã	34,6	23,5	44,8	34,4
Ibiá	31,6	23,1	29,5	22,3
Indianópolis	52,9	30,7	52,4	26,2
Ipiaçu	44,9	25,7	45,8	19,5
Iraí de Minas	37,4	23,8	41,3	29,6
Itapagipe	23,7	14,5	34,0	20,3
Ituiutaba	30,7	17,4	35,1	17,7
Iturama	41,6	17,1	48,1	18,8
Lagoa Formosa	16,4	13,9	23,4	17,6
Limeira do Oeste	47,6	17,3	52,4	19,4
Matutina	19,8	18,1	26,3	22,5
Monte Alegre de Minas	36,5	22,0	27,5	16,5
Monte Carmelo	39,8	25,1	33,4	21,8
Nova Ponte	42,8	25,9	52,9	29,6
Patos de Minas	28,2	23,2	28,7	23,5
Patrocínio	29,9	20,6	29,7	18,8
Pedrinópolis	40,9	31,4	46,1	34,6
Perdizes	37,2	25,7	40,9	24,5
Pirajuba	35,6	22,8	55,8	20,2
Planura	45,2	16,0	55,7	20,2
Prata	28,0	17,4	28,5	19,1
Pratinha	21,6	19,9	17,6	15,2
Rio Paranaíba	33,6	24,9	40,6	32,0
Romaria	49,7	28,1	53,3	34,5
Sacramento	22,7	13,9	30,2	16,6
Santa Juliana	31,6	19,7	45,4	25,0
Santa Rosa da Serra	34,1	29,2	35,2	28,4
Santa Vitória	38,3	22,0	42,6	25,0
São Francisco de Sales	41,5	27,8	36,3	20,9
São Gotardo	31,3	22,3	37,1	21,6
Serra do Salitre	38,7	24,7	50,9	32,4
Tapira	29,0	24,5	28,8	22,5
Tiros	18,9	15,7	20,7	16,4
Tupaciguara	26,6	13,1	30,4	17,0
Uberaba	37,8	24,8	37,3	22,3
Uberlândia	52,9	31,3	49,1	29,0
União de Minas	43,0	18,5	47,7	21,0
Veríssimo	46,4	36,0	42,0	33,6

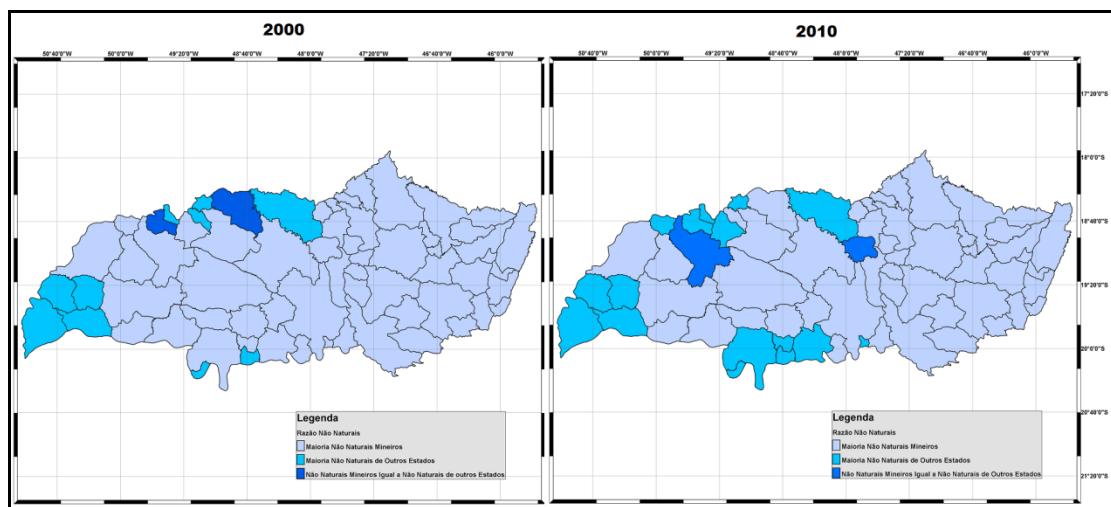
Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

(\*) Percentuais em relação à população residente total

Em 2010, apenas 16 municípios da mesorregião do TMAP possuíam população não natural de mineiros menor que a população não natural de outros estados, sendo todos localizados no Triângulo Mineiro. Nos demais 50 municípios da mesorregião, a população não natural de mineiros superava a população não natural de pessoas nascidas em outras UFs, conforme mostra o Mapa 6.1.

Os municípios em azul escuro são aqueles cuja população de mineiros não naturais era igual à de não naturais de outros estados. São eles: Capinópolis e Tupaciguara, em 2000; e Indianópolis e Ituiutaba, em 2010. Os municípios em azul turquesa são aqueles onde os mineiros não naturais eram minoria: Carneirinho, Cachoeira Dourada, Araporã, Planura, Fronteira, Limeira do Oeste, Iturama, União de Minas, Centralina e Araguari, em 2000, e Fronteira, Carneirinho, Pirajuba, Planura, Limeira do Oeste, Araporã, Iturama, Conceição das Alagoas, Capinópolis, Delta, Frutal, Ipiaçu, Canápolis, Araguari, União de Minas e Cachoeira Dourada, em 2010. Os demais municípios são aqueles onde a maioria dos não naturais era nascida em Minas Gerais.

Mapa 6.1: Proporção de mineiros e não mineiros na população não natural dos municípios da Aglomeração Urbana do TMAP, em 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

São considerados “**migrantes**” as pessoas não naturais e aqueles que, ao responderem o Censo no município de residência, informaram que

nasceram no município onde residem, mas já moraram em outro município no passado. Sendo assim, temos os “**migrantes não naturais**” (população não natural do município) e “**migrantes naturais**” (pessoas que nasceram no município, mas já moraram em município ou país diferentes do seu local de nascimento).

A Tabela 6.9 apresenta a população relativa de migrantes dos municípios do TMAP. Considerando os municípios-sedes das microrregiões com maiores contingentes populacionais, Uberlândia possuía a maior concentração de migrantes, com mais da metade da população sendo de pessoas não naturais e naturais que moraram fora e retornaram para o município. Em 2000, a população migrante de Uberlândia representava 56% da população total e, em 2010, 53,5%.

Em 2000, o município com maior população relativa de migrantes era Araporã, com 69% da população total formada por migrantes. Em 2010, Delta foi o município com maior população relativa de migrantes: 92% da população total.

Em todos os municípios da mesorregião a maioria dos migrantes era não natural, tanto em 2000 quanto em 2010. Isso significa que nesses municípios os migrantes eram praticamente não naturais, pois o número de migrantes naturais (de retorno) era bem pequeno. Em Uberlândia, maior município do TMAP, os não naturais representavam 94% dos migrantes em 2000 e 92% em 2010. Os municípios que apresentaram maior crescimento no número de migrantes no período 2000–2010 foram: Fronteira (146,4%); Pirajuba (145,5%); Delta (139,1%) e Estrela do Sul (129,6%). E os que apresentaram maior decrescimento foram: Douradoquara (-28%); Araporã (-22,4%) e Campina Verde (-18%).

Tabela 6.9: Percentuais de migrantes e migrantes não naturais nos municípios do TMAP – 2000 e 2010.

Município de residência	2000		2010	
	% de migrantes (*)	% de não naturais (**)	% de migrantes (*)	% de não naturais (**)
Abadia dos Dourados	19,3	85,4	22,2	88,9
Água Comprida	49,7	92,2	42,4	86,7
Araguari	36,9	85,9	35,2	86,4
Araporã	69,5	96,8	46,6	99,0
Arapuá	22,7	79,5	26,9	79,7
Araxá	35,1	84,6	34,6	85,0
Cachoeira Dourada	49,1	89,8	43,5	97,7
Campina Verde	38,4	78,4	31,1	86,2
Campo Florido	49,4	96,5	65,0	95,0
Campos Altos	33,8	86,7	40,2	92,6
Canápolis	38,2	91,2	53,5	93,6
Capinópolis	37,2	91,1	41,0	89,5
Carmo do Paranaíba	27,8	73,6	27,8	72,9
Carneirinho	39,6	89,1	47,3	92,6
Cascalho Rico	35,3	87,8	52,0	91,7
Centralina	41,0	94,0	48,3	96,5
Comendador Gomes	53,7	90,2	63,6	96,5
Conceição das Alagoas	35,6	89,2	52,6	95,5
Conquista	26,2	86,9	36,1	90,6
Coromandel	31,9	80,6	33,0	83,7
Cruzeiro da Fortaleza	25,2	86,0	24,8	95,0
Delta	61,6	96,4	92,3	95,8
Douradoquara	40,6	73,5	28,3	88,7
Estrela do Sul	26,7	94,6	56,6	90,6
Fronteira	50,2	97,5	79,5	98,1
Frutal	38,5	82,8	37,8	88,0
Grupiara	37,3	88,5	46,8	83,8
Guimarânia	31,5	92,2	32,2	92,1
Gurinhatã	37,9	91,3	46,7	96,0
Ibiá	36,5	86,6	34,9	84,4
Indianópolis	55,4	95,5	53,8	97,3
Ipiaçu	53,3	84,1	46,7	98,2
Iraí de Minas	42,8	87,4	42,0	98,3
Itapagipe	28,9	82,0	36,4	93,4
Ituiutaba	37,5	81,8	42,7	82,3
Iturama	46,7	89,2	52,5	91,6
Lagoa Formosa	25,6	64,0	32,6	71,7
Limeira do Oeste	48,9	97,4	53,3	98,3
Matutina	26,9	73,4	33,2	79,2
Monte Alegre de Minas	39,6	92,1	31,2	88,4
Monte Carmelo	44,9	88,7	38,6	86,5
Nova Ponte	44,9	95,4	55,0	96,1
Patos de Minas	36,0	78,5	36,5	78,5
Patrocínio	34,1	87,5	34,6	85,8
Pedrinópolis	46,7	87,6	49,2	93,8
Perdizes	40,0	93,1	43,4	94,2
Pirajuba	40,0	89,0	57,7	96,7
Planura	46,5	97,4	59,5	93,6
Prata	31,7	88,2	32,8	87,0
Pratinha	25,0	86,4	20,4	86,6
Rio Paranaíba	37,5	89,5	43,5	93,3
Romaria	52,3	94,9	56,4	94,6
Sacramento	28,6	79,3	33,0	91,6

Santa Juliana	34,0	92,9	47,0	96,7
Santa Rosa da Serra	38,2	89,2	38,4	91,7
Santa Vitória	44,3	86,4	48,8	87,2
São Francisco de Sales	46,1	89,9	38,3	94,8
São Gotardo	36,9	84,9	42,7	87,0
Serra do Salitre	40,7	95,2	53,9	94,5
Tapira	34,1	85,1	30,6	94,0
Tiros	25,3	74,7	28,3	73,0
Tupaciguara	32,7	81,2	35,8	84,8
Uberaba	43,4	87,1	42,3	88,1
Uberlândia	56,3	93,8	53,5	91,9
União de Minas	45,0	95,6	49,7	95,9
Veríssimo	52,5	88,5	51,9	81,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

(\*) Em relação à população residente total

(\*\*) Em relação ao total de migrantes

A Tabela 6.10 apresenta o tempo de residência dos migrantes nos municípios do TMAP, considerando que a data da pergunta é julho de 2010. Podemos observar que na maioria (em 57% dos municípios, incluindo as sedes das microrregiões), o número de migrantes que residiam há 10 anos ou mais era maior que o número dos que residiam no município há menos de 10 anos. Isso significa dizer que a maioria dos migrantes chegou nesses municípios antes do segundo semestre do ano de 2000. Em Uberlândia, 67% da população de migrantes residiam no município há pelo menos 10 anos. Em Uberaba, esse percentual foi de 66%; Araxá, 64%; Ituiutaba, 58%; Patos de Minas, 62%; Patrocínio, 63% e em Frutal, 61%.

Os municípios com maiores proporções de migrantes residentes há 10 anos ou mais são Cachoeira Dourada e Araguari, onde 69% dos migrantes chegaram antes do segundo semestre do ano 2000.

Em 23 municípios do TMAP, a maioria da população migrante residia há menos de 10 anos. Dentre eles, podemos destacar Pirajuba, onde 72% dos migrantes chegaram a partir do segundo semestre do ano 2000; Veríssimo (67%) e Conceição das Alagoas (60%). Com exceção de Planura, cujo percentual de migrantes que residiam há menos de 10 anos era 46,2%, todos os municípios citados na Tabela 6.2, com as maiores taxas de crescimento geométrico populacional da mesorregião, estão dentre aqueles cuja maior parte da população de migrantes residia há menos de 10 anos. Isso indica que tal

crescimento está relacionado ao fluxo migratório que esses municípios receberam durante o período 2000-2010.

É importante ressaltar que em todos os municípios da mesorregião, a maioria dos migrantes que residem há menos de 10 anos, residiam nos municípios há menos de 5 anos. Isso significa dizer que a imigração na década foi mais acentuada a partir do segundo semestre de 2005. Apenas em Pirajuba mais da metade (61%) dos migrantes residem há menos de 5 anos.

Tabela 6.10: Tempo de residência dos migrantes nos municípios da mesorregião 2010

Município de residência	MENOS DE 10 ANOS					10 ANOS OU MAIS	
	Menos de 5 anos	% (**)	% (*)	Menos de 10 anos	% (*)	Valor Absoluto	% (*)
Abadia dos	514	72,2	34,5	712	47,8	777	52,1
Água Comprida	265	63,9	30,9	415	48,4	445	51,9
Araguari	8.197	68,2	21,2	12.017	31,1	26.655	68,9
Araporã	943	76,5	32,9	1.232	43,0	1.632	57,0
Arapuá	251	71,7	33,7	350	47,0	396	53,2
Araxá	6.995	59,7	21,6	11.718	36,2	20.652	63,8
Cachoeira	245	72,9	22,5	336	30,8	756	69,4
Campina Verde	2.020	73,9	33,6	2.733	45,4	3.285	54,6
Campo Florido	1.925	71,7	43,1	2.686	60,2	1.776	39,8
Campos Altos	1.764	67,9	30,9	2.598	45,5	3.110	54,5
Canápolis	2.234	78,6	36,7	2.844	46,8	3.240	53,3
Capinópolis	1.935	72,5	30,9	2.668	42,6	3.599	57,4
Carmo do	2.368	71,1	28,7	3.332	40,4	4.920	59,6
Carneirinho	1.063	60,2	23,7	1.767	39,4	2.717	60,6
Cascalho Rico	643	78,1	43,3	823	55,4	660	44,4
Centralina	1.058	66,5	21,3	1.592	32,1	3.371	68,0
Comendador	707	77,4	37,4	913	48,3	978	51,7
Conceição das	5.588	76,5	46,1	7.309	60,3	4.820	39,7
Conquista	814	80,0	34,6	1.018	43,2	1.337	56,8
Coromandel	2.295	57,5	25,3	3.992	43,9	5.098	56,1
Cruzeiro da	350	70,0	35,8	500	51,2	476	48,7
Delta	3.448	77,9	46,2	4.429	59,3	3.033	40,6
Douradoquara	177	61,7	34,0	287	55,1	232	44,5
Estrela do Sul	1.715	72,4	40,7	2.368	56,2	1.845	43,8
Fronteira	3.997	66,8	35,8	5.982	53,6	5.174	46,4
Frutal	5.780	74,3	28,6	7.781	38,5	12.434	61,5
Grupiara	143	70,8	22,2	202	31,4	438	68,1
Guimarânia	826	66,4	35,3	1.244	53,2	1.092	46,7
Gurinhatã	998	71,6	34,8	1.394	48,6	1.470	51,3
Ibiá	2.388	65,2	29,5	3.663	45,2	4.441	54,8
Indianópolis	968	55,0	29,0	1.760	52,8	1.570	47,1
Ipiacu	699	78,6	36,5	889	46,4	1.030	53,7
Iraí de Minas	864	73,4	31,8	1.177	43,4	1.537	56,6
Itapagipe	1.952	76,6	39,3	2.547	51,2	2.426	48,8
Ituiutaba	12.809	74,1	30,9	17.289	41,7	24.152	58,3
Iturama	5.108	66,3	28,3	7.707	42,6	10.369	57,4
Lagoa Formosa	2.060	65,8	36,8	3.129	56,0	2.464	44,1

Limeira do Oeste	1.119	67,5	30,5	1.659	45,2	2.016	54,9
Matutina	389	63,3	31,2	615	49,3	631	50,6
Monte Alegre de Minas	2.216	79,1	36,3	2.800	45,8	3.311	54,2
Monte Carmelo	4.270	65,8	24,2	6.487	36,7	11.188	63,3
Nova Ponte	2.706	66,2	38,4	4.087	58,0	2.961	42,0
Patos de Minas	11.857	62,4	23,4	19.001	37,5	31.628	62,5
Patrocínio	6.866	65,6	24,1	10.469	36,7	18.080	63,3
Pedrinópolis	474	64,9	27,6	730	42,5	989	57,6
Perdizes	2.483	68,5	39,7	3.626	58,0	2.629	42,1
Pirajuba	1.636	84,4	60,9	1.939	72,1	748	27,8
Planura	2.228	78,0	36,0	2.858	46,2	3.326	53,8
Prata	2.861	72,0	33,8	3.974	47,0	4.487	53,0
Pratinha	207	59,8	31,1	346	52,0	321	48,3
Rio Paranaíba	1.983	69,2	38,4	2.864	55,4	2.303	44,6
Romaria	651	65,5	32,1	994	49,0	1.035	51,0
Sacramento	2.815	71,5	35,7	3.937	50,0	3.938	50,0
Santa Juliana	2.056	70,0	38,6	2.937	55,2	2.384	44,8
Santa Rosa da Serra	350	60,9	28,3	575	46,4	660	53,3
Santa Vitória	3.153	75,9	35,6	4.156	46,9	4.697	53,0
São Francisco	794	71,3	35,9	1.114	50,4	1.092	49,4
São Gotardo	4.668	64,6	34,4	7.228	53,2	6.359	46,8
Serra do Salitre	1.804	70,4	31,7	2.561	45,1	3.120	54,9
Tapira	379	59,4	30,1	638	50,7	621	49,3
Tiros	692	59,1	35,4	1.171	59,9	782	40,0
Tupaciguara	2.666	75,4	30,8	3.536	40,8	5.118	59,1
Uberaba	30.105	70,1	24,0	42.955	34,3	82.323	65,7
Uberlândia	69.077	65,5	21,4	105.455	32,6	217.679	67,4
União de Minas	937	79,7	42,7	1.175	53,5	1.016	46,3
Veríssimo	728	60,3	40,3	1.207	66,8	602	33,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

(\*) Em relação à população de migrantes

(\*\*) Em relação ao total de migrantes que residem há menos de 10 anos

As análises a seguir tomam por base os dados referentes ao que chamamos de “local de última residência”. Portanto, considerando a metodologia do Censo 2010, serão considerados apenas os imigrantes que residiam nos municípios há menos de 10 anos. Isso significa que os dados de 2000 referem-se ao período 1990 (segundo semestre) – 2000, e os de 2010 referem-se ao período 2000 (segundo semestre) – 2010.

A Tabela 6.11 apresenta a população relativa de imigrantes por faixa etária. Podemos observar que em todos os municípios boa parte dos imigrantes do período 2000–2010 tinha entre 26 e 59 anos, sendo que em Matutina, Tapira, União de Minas, Carmo do Paranaíba, Patos de Minas e Santa Rosa da Serra, mais da metade dos imigrantes do período estavam nessa faixa etária.

Analizando os municípios sedes das microrregiões, temos que em Patos de Minas, 51% dos imigrantes da década tinham de 26 a 59 anos. Em Araxá, esse percentual era 49%; Uberlândia, 48%; Patrocínio e Uberaba, 47%; Ituiutaba, 46% e Frutal, 45%.

Portanto, em todos os casos analisados, a proporção de imigrantes entre 26 e 59 anos era maior que a proporção dos demais em outras faixas etárias. Isso pode explicar o que foi mostrado na tabela 6.7: mais de 40% da população de todos os municípios da mesorregião tinha de 26 a 59 anos, a faixa etária que teve maior crescimento relativo no período 2000-2010.

Tabela 6.11: Percentual dos imigrantes que chegaram nos municípios da mesorregião no período 2000 – 2010, por faixa etária

Município de residência	0 a 6		7 a 14		15 a 25		26 a 59		60 ou mais		Total de imigrantes no período
	No. de imigrantes	%									
Abadia dos Dourados	88	12,4	94	13,3	156	22,0	319	45,0	52	7,3	709
Água Comprida	37	8,9	57	13,7	81	19,5	206	49,6	34	8,2	415
Araguari	1.146	9,5	1.679	14,0	2.685	22,3	5.804	48,3	701	5,8	12.015
Araporã	145	11,8	154	12,5	342	27,8	522	42,4	68	5,5	1.231
Arapuá	21	6,0	45	12,9	89	25,4	170	48,6	25	7,1	350
Araxá	903	7,7	1.581	13,5	2.729	23,3	5.757	49,1	750	6,4	11.720
Cachoeira Dourada	43	12,6	82	24,1	37	10,9	130	38,2	48	14,1	340
Campina Verde	277	10,1	401	14,7	476	17,4	1.296	47,5	281	10,3	2.731
Campo Florido	355	13,2	429	16,0	625	23,3	1.177	43,8	100	3,7	2.686
Campos Altos	291	11,2	318	12,3	615	23,7	1.290	49,7	81	3,1	2.595
Canápolis	341	12,0	265	9,3	837	29,5	1.302	45,8	95	3,3	2.840
Capinópolis	320	12,0	327	12,3	619	23,2	1.267	47,6	130	4,9	2.663
Carmo do Paranaíba	352	10,6	392	11,8	734	22,0	1.717	51,5	139	4,2	3.334
Carneirinho	244	13,8	330	18,7	372	21,0	724	41,0	98	5,5	1.768
Cascalho Rico	88	10,7	94	11,4	196	23,7	376	45,5	72	8,7	826
Centralina	361	22,7	298	18,7	278	17,5	582	36,6	73	4,6	1.592
Comendador Gomes	185	20,2	136	14,9	199	21,7	369	40,3	26	2,8	915
Conceição das Alagoas	879	12,0	1.101	15,1	2.030	27,8	3.159	43,3	135	1,8	7.304
Conquista	128	12,6	140	13,8	238	23,4	479	47,1	31	3,1	1.016
Coromandel	421	10,5	688	17,2	824	20,6	1.814	45,4	249	6,2	3.996
Cruzeiro da Fortaleza	39	7,9	112	22,6	106	21,4	223	45,0	16	3,2	496
Delta	925	20,9	597	13,5	1.096	24,8	1.704	38,5	106	2,4	4.428
Douradoquara	26	9,2	55	19,4	42	14,8	142	50,2	18	6,4	283
Estrela do Sul	331	14,0	420	17,7	513	21,7	1.008	42,6	95	4,0	2.367
Fronteira	986	16,5	962	16,1	1.420	23,7	2.355	39,4	259	4,3	5.982
Frutal	776	10,0	843	10,8	2.342	30,1	3.515	45,2	306	3,9	7.782
Grupiara	40	19,7	36	17,7	38	18,7	78	38,4	11	5,4	203
Guimarânia	178	14,3	258	20,7	277	22,3	496	39,9	35	2,8	1.244
Gurinhatá	229	16,4	239	17,1	202	14,4	607	43,4	122	8,7	1.399
Ibiá	493	13,5	610	16,7	876	23,9	1.528	41,8	152	4,2	3.659
Indianópolis	149	8,5	263	15,0	457	26,0	784	44,6	106	6,0	1.759
Ipiaçu	137	15,4	133	15,0	178	20,0	371	41,7	70	7,9	889
Iraí de Minas	129	10,9	163	13,8	307	26,0	545	46,1	38	3,2	1.182
Itapagipe	300	11,8	369	14,5	528	20,7	1.242	48,8	107	4,2	2.546
Ituiutaba	1.610	9,3	2.688	15,5	4.277	24,7	7.915	45,8	802	4,6	17.292
Iturama	533	6,9	1.179	15,3	1.875	24,3	3.641	47,2	478	6,2	7.706
Lagoa Formosa	364	11,6	506	16,1	586	18,7	1.465	46,7	213	6,8	3.134
Limeira do Oeste	198	11,9	239	14,4	376	22,6	763	45,9	85	5,1	1.661
Matutina	85	13,8	51	8,3	109	17,8	331	53,9	38	6,2	614
Monte Alegre de Minas	221	7,9	485	17,3	542	19,4	1.383	49,5	165	5,9	2.796
Monte Carmelo	655	10,1	1.001	15,4	1.346	20,8	3.084	47,6	397	6,1	6.483
Nova Ponte	348	8,5	723	17,7	939	23,0	1.915	46,8	166	4,1	4.091
Patos de Minas	1.088	5,7	2.205	11,6	4.925	25,9	9.773	51,4	1.011	5,3	19.002
Patrocínio	864	8,3	1.613	15,4	2.554	24,4	4.883	46,6	554	5,3	10.468
Pedrinópolis	92	12,6	121	16,5	136	18,6	342	46,7	41	5,6	732
Perdizes	418	11,5	660	18,2	901	24,8	1.563	43,1	85	2,3	3.627
Pirajuba	252	13,0	262	13,5	514	26,5	873	45,0	41	2,1	1.942
Planura	326	11,4	354	12,4	758	26,5	1.311	45,8	113	3,9	2.862
Prata	564	14,2	536	13,5	912	22,9	1.802	45,3	160	4,0	3.974

Pratinha	46	13,3	40	11,6	85	24,6	165	47,7	10	2,9	346
Rio Paranaíba	299	10,5	413	14,4	801	28,0	1.276	44,6	71	2,5	2.860
Romaria	139	14,0	128	12,9	204	20,5	457	46,0	65	6,5	993
Sacramento	477	12,1	607	15,4	829	21,0	1.794	45,5	236	6,0	3.943
Santa Juliana	373	12,7	458	15,6	793	27,0	1.252	42,7	56	1,9	2.932
Santa Rosa da Serra	52	9,1	103	18,0	103	18,0	291	50,9	23	4,0	572
Santa Vitória	439	10,6	543	13,1	833	20,0	2.109	50,7	233	5,6	4.157
São Francisco de Sales	157	14,1	169	15,2	187	16,8	555	50,0	43	3,9	1.111
São Gotardo	650	9,0	989	13,7	2.069	28,6	3.368	46,6	152	2,1	7.228
Serra do Salitre	319	12,4	414	16,2	605	23,6	1.181	46,1	44	1,7	2.563
Tapira	30	4,7	80	12,5	145	22,7	336	52,6	48	7,5	639
Tiros	115	9,8	169	14,4	265	22,6	569	48,6	52	4,4	1.170
Tupaciguara	443	12,5	570	16,1	619	17,5	1.523	43,0	389	11,0	3.544
Uberaba	2.891	6,7	4.787	11,1	12.424	28,9	20.336	47,3	2.522	5,9	42.960
Uberlândia	7.127	6,8	11.669	11,1	30.217	28,7	50.586	48,0	5.854	5,6	105.453
União de Minas	123	10,4	170	14,4	230	19,5	614	52,1	41	3,5	1.178
Veríssimo	125	10,4	209	17,4	244	20,3	559	46,4	67	5,6	1.204

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

A Tabela 6.12 apresenta o número de imigrantes interestaduais nos municípios do TMAP em 2000 e 2010. Podemos observar a importância de Uberlândia enquanto polo atrativo desses imigrantes dentro da mesorregião. Dados de 2000 mostram que 38% dos imigrantes oriundos de outros estados que ingressaram na mesorregião do TMAP, no período de 1990 a 2000, foram para Uberlândia. Os outros municípios-sedes de microrregiões absorveram, juntos, 28% desses imigrantes; e os demais, 34%. No período 2000-2010, apesar dos dados mostrarem que houve maior dispersão dos imigrantes, Uberlândia continuou sendo polo atrativo, absorvendo 30% dos imigrantes interestaduais. As demais sedes receberam 31% e o restante da mesorregião, 39%.

Tabela 6.12: Distribuição dos imigrantes interestaduais nos municípios do TMAP - 2000 e 2010.

Município de residência	2000		2010	
	Número de imigrantes interestaduais	%	Número de imigrantes interestaduais	%
Abadia dos Dourados	182	0,1	90	0,1
Água Comprida	322	0,2	130	0,1
Araguari	8.461	5,1	6.442	3,9
Araporã	1.588	1,0	798	0,5
Arapuá	82	0,0	39	0,0
Araxá	3.183	1,9	3.917	2,4
Cachoeira Dourada	211	0,1	97	0,1
Campina Verde	1.133	0,7	569	0,3
Campo Florido	558	0,3	1.047	0,6
Campos Altos	440	0,3	1.045	0,6
Canápolis	790	0,5	1.624	1,0
Capinópolis	681	0,4	1.757	1,1
Carmo do Paranaíba	1.089	0,7	634	0,4
Carneirinho	902	0,5	1.116	0,7
Cascalho Rico	198	0,1	198	0,1

Centralina	1.263	0,8	587	0,4
Comendador Gomes	272	0,2	322	0,2
Conceição das Alagoas	1.780	1,1	4.874	2,9
Conquista	324	0,2	414	0,3
Coromandel	1.408	0,9	1.034	0,6
Cruzeiro da Fortaleza	87	0,1	103	0,1
Delta	781	0,5	2.692	1,6
Douradoquara	67	0,0	32	0,0
Estrela do Sul	396	0,2	837	0,5
Fronteira	1.582	1,0	4.444	2,7
Frutal	4.771	2,9	5.332	3,2
Grupiara	117	0,1	32	0,0
Guimarânia	529	0,3	316	0,2
Gurinhatã	320	0,2	231	0,1
Ibiá	1.034	0,6	1.027	0,6
Indianópolis	637	0,4	639	0,4
Ipiaçu	312	0,2	580	0,4
Iraí de Minas	631	0,4	211	0,1
Itapagipe	796	0,5	990	0,6
Ituiutaba	5.953	3,6	10.258	6,2
Iturama	3.611	2,2	4.865	2,9
Lagoa Formosa	611	0,4	733	0,4
Limeira do Oeste	557	0,3	785	0,5
Matutina	177	0,1	78	0,0
Monte Alegre de Minas	1.057	0,6	775	0,5
Monte Carmelo	3.882	2,3	2.370	1,4
Nova Ponte	1.176	0,7	1.746	1,1
Patos de Minas	6.369	3,8	4.204	2,5
Patrocínio	4.637	2,8	3.980	2,4
Pedrinópolis	176	0,1	146	0,1
Perdizes	1.011	0,6	1.187	0,7
Pirajuba	176	0,1	1.146	0,7
Planura	1.211	0,7	1.902	1,1
Prata	1.737	1,0	1.306	0,8
Pratinha	25	0,0	77	0,0
Rio Paranaíba	860	0,5	652	0,4
Romaria	500	0,3	220	0,1
Sacramento	1.713	1,0	2.131	1,3
Santa Juliana	521	0,3	1.436	0,9
Santa Rosa da Serra	167	0,1	102	0,1
Santa Vitória	1.387	0,8	1.525	0,9
São Francisco de Sales	434	0,3	424	0,3
São Gotardo	2.296	1,4	3.317	2,0
Serra do Salitre	896	0,5	962	0,6
Tapira	173	0,1	140	0,1
Tiros	388	0,2	228	0,1
Tupaciguara	1.726	1,0	1.145	0,7
Uberaba	20.899	12,6	22.929	13,9
<b>Uberlândia</b>	<b>63.335</b>	<b>38,3</b>	<b>49.609</b>	<b>30,0</b>
União de Minas	603	0,4	667	0,4
Veríssimo	303	0,2	221	0,1
Total	165.494	100,0	165.466	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

A Tabela 6.13 apresenta dados referentes aos imigrantes intra-estaduais, que são as pessoas provenientes de municípios mineiros, excluindo

aqueles que pertencem à mesorregião em estudo, ou seja, pessoas mineiras que vieram para o TMAP. Nesse caso não foi possível fazer uma análise comparativa com o período anterior porque o censo de 2000 não apresentou dados referentes ao município de última residência dos imigrantes, tornando impossível separar os imigrantes provenientes da própria mesorregião dos demais originários do restante de Minas Gerais.

Novamente conseguimos perceber o poder atrativo de Uberlândia dentro do TMAP. Sozinho, o município de Uberlândia absorveu 36% dos imigrantes oriundos de outras partes de Minas Gerais, que ingressaram na mesorregião durante o período 2000-2010. Neste mesmo período, as demais sedes de microrregiões receberam, juntas, 35% desses imigrantes intra-estaduais, e os demais municípios, 29%.

Tabela 6.13: Distribuição dos imigrantes intra-estaduais para os municípios da mesorregião TMAP – 2010

Município de residência	Número de imigrantes intra-estaduais (*)	%
Abadia dos Dourados	111	0,2
Água Comprida	44	0,1
Araguari	1.177	2,2
Araporã	93	0,2
Arapuá	41	0,1
Araxá	2.785	5,1
Cachoeira Dourada	15	0,0
Campina Verde	106	0,2
Campo Florido	355	0,7
Campos Altos	617	1,1
Canápolis	51	0,1
Capinópolis	68	0,1
Carmo do Paranaíba	655	1,2
Carneirinho	26	0,0
Cascalho Rico	10	0,0
Centralina	33	0,1
Comendador Gomes	30	0,1
Conceição das Alagoas	708	1,3
Conquista	136	0,2
Coromandel	1.171	2,1
Cruzeiro da Fortaleza	132	0,2
Delta	271	0,5
Douradoquara	3	0,0
Estrela do Sul	184	0,3
Fronteira	209	0,4
Frutal	412	0,8
Grupiara	34	0,1
Guimarânia	182	0,3
Gurinhatã	28	0,1
Ibiá	655	1,2

Indianópolis	134	0,2
Ipiáçu	6	0,0
Iraí de Minas	344	0,6
Itapagipe	16	0,0
Ituiutaba	478	0,9
Iturama	134	0,2
Lagoa Formosa	494	0,9
Limeira do Oeste	22	0,0
Matutina	86	0,2
Monte Alegre de Minas	112	0,2
Monte Carmelo	973	1,8
Nova Ponte	538	1,0
Patos de Minas	7.309	13,4
Patrocínio	2.580	4,7
Pedrinópolis	75	0,1
Perdizes	648	1,2
Pirajuba	95	0,2
Planura	124	0,2
Prata	323	0,6
Pratinha	49	0,1
Rio Paranaíba	464	0,9
Romaria	96	0,2
Sacramento	304	0,6
Santa Juliana	193	0,4
Santa Rosa da Serra	232	0,4
Santa Vitória	128	0,2
São Francisco de Sales	23	0,0
São Gotardo	1.714	3,1
Serra do Salitre	516	0,9
Tapira	173	0,3
Tiros	442	0,8
Tupaciguara	219	0,4
Uberaba	5.255	9,6
<b>Uberlândia</b>	<b>19.788</b>	<b>36,3</b>
União de Minas	67	0,1
Veríssimo	49	0,1
<b>Total</b>	<b>54.545</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (microrregiões).

(\*) Número de pessoas cuja residência anterior foi em um município mineiro, excluindo aqueles que pertencem à mesorregião TMAP.

A Tabela 6.14 apresenta o saldo migratório interno do TMAP. Isso significa que foram analisados os imigrantes que vieram de outros municípios da região e os emigrantes que saíram para outros municípios dentro da região.

Todos os municípios-sedes de microrregiões, com exceção de Uberaba e Uberlândia, apresentaram saldo negativo. Isto significa que, no período 2000-2010, mais pessoas emigraram de Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio e demais municípios do que imigraram para esses municípios. Como Uberaba e, especialmente Uberlândia, apresentaram saldo positivo, podemos dizer que as pessoas migraram desses municípios para Uberaba e,

principalmente, para Uberlândia, que recebeu um total de 30.975 pessoas vindas da mesorregião nesse período, totalizando um saldo migratório positivo de 13.035 pessoas. É importante chamar a atenção para Uberlândia porque seu saldo migratório foi muito acima do de Uberaba, que ficou em 2.896. Portanto, os dados mostraram que Uberlândia foi o pólo atrativo da região entre 2000 e 2010.

O município que apresentou menor saldo migratório foi Patrocínio, cuja diferença de imigrantes e emigrantes foi de 2.162 pessoas. Em segundo lugar, está Frutal, com saldo negativo de 1.801 pessoas e, em terceiro, Ituiutaba (-1.774).

Tabela 6.14: Diferença entre imigrantes e emigrantes dos municípios da mesorregião TMAP, considerando o período 2000 – 2010

Municípios	Imigrantes (*)	Emigrantes (**)	Saldo (***)
Abadia dos Dourados	474	836	-362
Água Comprida	234	119	115
Araguari	3.906	5.093	-1.187
Araporã	277	294	-17
Arapuá	245	420	-175
Araxá	4.488	4.952	-464
Cachoeira Dourada	195	155	40
Campina Verde	1.944	3.660	-1.716
Campo Florido	1.204	689	515
Campos Altos	800	1.592	-792
Canápolis	1.130	1.693	-563
Capinópolis	777	2.285	-1.508
Carmo do Paranaíba	1.406	2.517	-1.111
Carneirinho	446	500	-54
Cascalho Rico	585	441	144
Centralina	670	1.280	-610
Comendador Gomes	473	315	158
Conceição das Alagoas	1.479	1.661	-182
Conquista	449	687	-238
Coromandel	1.621	2.489	-868
Cruzeiro da Fortaleza	256	683	-427
Delta	696	339	357
Douradoquara	232	194	38
Estrela do Sul	1.118	808	310
Fronteira	850	446	404
Frutal	1.816	3.617	-1.801
Grupiara	117	154	-37
Guimarânia	570	921	-351
Gurinhatã	1.046	1.340	-294
Ibiá	1.738	1.809	-71
Indianópolis	913	862	51
Ipiaçu	273	450	-177
Iraí de Minas	561	598	-37
Itapagipe	1.414	821	593

Ituiutaba	6.230	8.004	-1.774
Iturama	2.442	2.731	-289
Lagoa Formosa	1.775	1.896	-121
Limeira do Oeste	753	467	286
Matutina	289	464	-175
Monte Alegre de Minas	1.786	1.859	-73
Monte Carmelo	2.910	4.644	-1.734
Nova Ponte	1.695	1.235	460
Patos de Minas	6.423	6.502	-79
Patrocínio	3.542	5.704	-2.162
Pedrinópolis	464	444	20
Perdizes	1.663	1.208	455
Pirajuba	638	349	289
Planura	674	550	124
Prata	2.167	2.165	2
Pratinha	199	249	-50
Rio Paranaíba	1.618	962	656
Romaria	637	587	50
Sacramento	1.320	2.014	-694
Santa Juliana	1.188	1.152	36
Santa Rosa da Serra	202	305	-103
Santa Vitória	2.317	2.168	149
São Francisco de Sales	499	593	-94
São Gotardo	1.726	2.407	-681
Serra do Salitre	897	696	201
Tapira	296	196	100
Tiros	318	727	-409
Tupaciguara	2.045	2.158	-113
<b>Uberaba</b>	<b>12.563</b>	<b>9.667</b>	<b>2.896</b>
<b>Uberlândia</b>	<b>30.975</b>	<b>17.940</b>	<b>13.035</b>
União de Minas	417	585	-168
Veríssimo	880	603	277

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micródados).

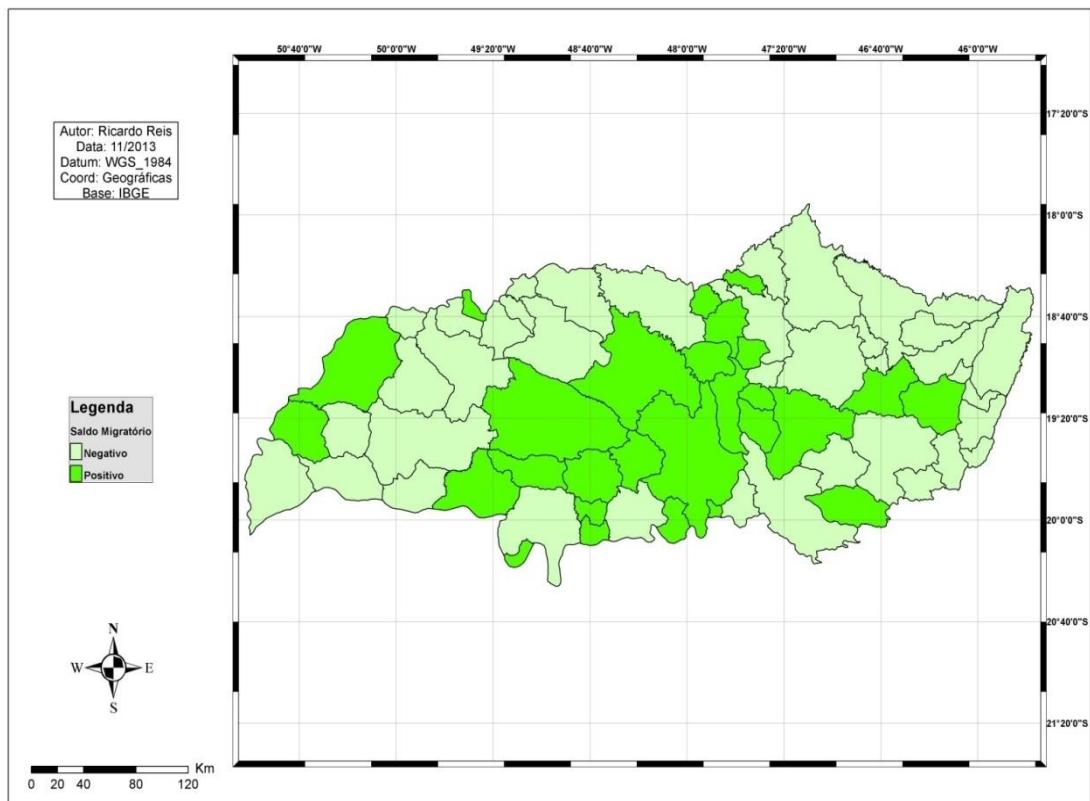
(\*) Número de pessoas que ingressaram no município, vindos de outros municípios da mesorregião

(\*\*) Número de pessoas que saíram do município, indo para outros municípios da mesorregião

(\*\*\*) É a diferença entre o número de imigrantes e o número de emigrantes

O Mapa 6.2 apresenta os municípios da mesorregião do TMAP de acordo com o saldo migratório intramesorregional. Os municípios em verde escuro apresentaram saldo positivo (mais pessoas ingressaram do que saíram), e os em verdes claros são aqueles que apresentaram saldo negativo, ou seja, de onde saíram mais pessoas do que chegaram.

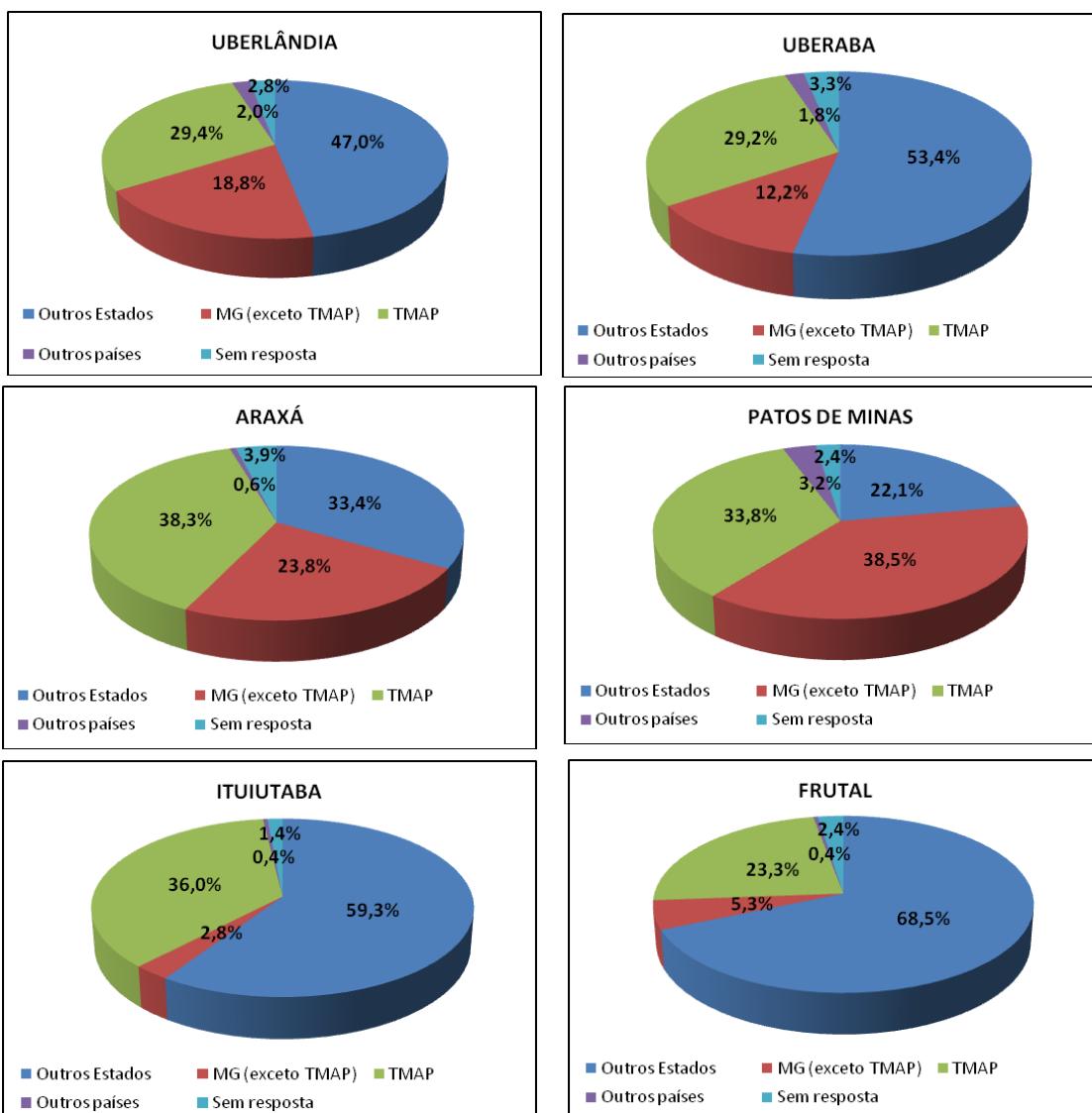
Mapa 6.2: Saldo migratório intramesorregional no período 2000 – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

O Gráfico 6.8 mostra a população relativa de imigrantes, segundo suas origens, para cada município-sede da microrregião. Em Ituiutaba, Frutal e Uberaba, mais da metade dos imigrantes que vieram no período 2000-2010, são oriundos de outros estados. Em Uberlândia, 47% dos imigrantes vieram de outros estados, 29% da própria mesorregião e 19% de outras partes de Minas Gerais. Araxá foi o município com maior percentual de imigrantes intramesorregionais: 38% dos imigrantes que foram para o município, no período 2000-2010, eram oriundos de outros municípios do TMAP mesorregião do TMAP. Em Patos de Minas, a maior participação é de mineiros de outras localidades, ou seja, 38% dos imigrantes são originários de outras partes de Minas Gerais, enquanto 34% são do TMAP e 22% de outros estados.

Gráfico 6.8: Proporção de imigrantes (residentes há menos de 10 anos), segundo sua origem, nos municípios-sede das microrregiões



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (microdados).

A Tabela 6.15 relaciona todos os municípios-sede das microrregiões com os municípios que mais expulsaram emigrantes, ou seja, mostra a origem da maioria dos imigrantes intramesorregionais de Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia, durante o período 2000-2010.

No caso de Uberlândia, o maior número de imigrantes saiu de Ituiutaba (13,4% do total de imigrantes intramesorregionais); em Patos de Minas, o maior número saiu de Lagoa Formosa (17,5%); Frutal recebeu imigrantes principalmente de Uberaba (13,7%); Araxá, Ituiutaba, Patrocínio e Uberaba tiveram maior entrada de imigrantes que saíram de Uberlândia.

Tabela 6.15: Detalhamento das principais origens dos imigrantes dos municípios-sedes das microrregiões, considerando aqueles que residiam há menos de 10 anos

Município de residência anterior	Uberlândia		Município de residência anterior	Uberaba		Município de residência anterior	Patos de Minas	
	Nº de imigrantes	%		Nº de imigrantes	%		Nº de imigrantes	%
Ituiutaba	4.156	13,4	Uberlândia	2.033	16,2	Lagoa Formosa	1.122	17,5
Araguari	2.826	9,1	Araxá	1.445	11,5	Uberlândia	957	14,9
Uberaba	2.328	7,5	Alagoas	994	7,9	Paranaíba	918	14,3
Patos de Minas	2.202	7,1	Sacramento	864	6,9	Patrocínio	632	9,8
Monte Carmelo	1.854	6	Frutal	703	5,6	Coromandel	542	8,4
Patrocínio	1.587	5,1	Ituiutaba	447	3,6	Uberaba	359	5,6
Tupaciguara	1.433	4,6	Patrocínio	425	3,4	Fortaleza	344	5,4
Campina Verde	1.383	4,5	Veríssimo	417	3,3	Rio Paranaíba	222	3,5
Prata	1.106	3,6	Patos de Minas	407	3,2	Monte Carmelo	207	3,2
Minas	1.052	3,4	Araguari	404	3,2	São Gotardo	181	2,8
Demais municípios	11.048	35,7	Demais municípios	4.424	35,2	municípios	939	14,6
Total	30.975	100	Total	12.563	100	Total	6.423	100

Município de residência anterior	Ituiutaba		Município de residência anterior	Araxá		Município de residência anterior	Patrocínio	
	Nº de imigrantes	%		Nº de imigrantes	%		Nº de imigrantes	%
Uberlândia	1941	0,3	Uberlândia	669	14,9	Uberlândia	546	15,4
Capinópolis	936	0,2	Ibiá	533	11,9	Patos de Minas	501	14,1
Gurinhatã	754	0,1	Uberaba	509	11,3	Coromandel	466	13,2
Santa Vitória	609	0,1	Campos Altos	482	10,7	Monte Carmelo	397	11,2
Canápolis	297	0	Patos de Minas	361	8	Guimarânia	272	7,7
Uberaba	227	0	Perdizes	333	7,4	Araguari	173	4,9
Campina Verde	179	0	São Gotardo	279	6,2	Araxá	173	4,9
Araxá	173	0	Sacramento	266	5,9	Serra do Salitre	149	4,2
Ipiaçu	157	0	Patrocínio	247	5,5	Uberaba	134	3,8
Araguari	135	0	Pratinha	157	3,5	Fortaleza	111	3,1
Demais municípios	822	0,1	Demais municípios	652	14,5	municípios	620	17,5
Total	6230	1	Total	4.488	100	Total	3.542	100

Município de residência anterior	Frutal	
	Nº de imigrantes	%
Uberaba	248	17,1
Uberlândia	238	16,4
Fronteira	201	13,8
Itapagipe	190	13,1
Planura	152	10,5
Comendador Gomes	124	8,5
Iturama	92	6,3
Campina Verde	85	5,8
Pirajuba	69	4,7
Monte Alegre Minas	55	3,8
Demais municípios	362	24,9
Total	1.454	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

A Tabela 6.16 apresenta os percentuais dos emigrantes dos municípios do TMAP que saíram para Uberlândia. É importante ressaltar que estão sendo considerados apenas os fluxos intramesorregionais. Sendo assim, podemos observar que o município que mais expulsou pessoas para Uberlândia durante os anos 2000-2010 foi Ituiutaba, onde 52% dos emigrantes que saíram para outros municípios do TMAP se deslocaram para Uberlândia.

Em segundo lugar está Araguari, que expulsou 2.826 (55%) pessoas para Uberlândia e, em terceiro, Uberaba, cujo número de emigrantes que foram para Uberlândia foi 2.328 pessoas (24%).

Tabela 6.16: Percentual de emigrantes intramesorregionais que saíram para o município de Uberlândia no período 2000 – 2010

Município de residência anterior	Emigrantes que foram para Uberlândia	%	Total de emigrantes intramesorregionais
Abadia dos Dourados	308	36,8	836
Água Comprida	0	0,0	119
Araguari	2.826	55,5	5.093
Araporã	136	46,3	294
Arapuá	67	16,0	420
Araxá	634	12,8	4.952
Cachoeira Dourada	0	0,0	155
Campina Verde	1.383	37,8	3.660
Campo Florido	75	10,9	689
Campos Altos	338	21,2	1.592
Canápolis	794	46,9	1.693
Capinópolis	669	29,3	2.285
Carmo do Paranaíba	275	10,9	2.517
Carneirinho	17	3,4	500
Cascalho Rico	177	40,1	441
Centralina	611	47,7	1.280
Comendador Gomes	0	0,0	315
Conceição das Alagoas	84	5,1	1.661
Conquista	14	2,0	687
Coromandel	875	35,2	2.489
Cruzeiro da Fortaleza	0	0,0	683
Delta	0	0,0	339
Douradoquara	72	37,1	194
Estrela do Sul	192	23,8	808
Fronteira	23	5,2	446
Frutal	570	15,8	3.617
Grupiara	48	31,2	154
Guimarânia	138	15,0	921
Gurinhatã	86	6,4	1.340
Ibiá	468	25,9	1.809

Indianópolis	500	58,0	862
Ipiaçu	56	12,4	450
Iraí de Minas	101	16,9	598
Itapagipe	146	17,8	821
Ituiutaba	4.156	51,9	8.004
Iturama	413	15,1	2.731
Lagoa Formosa	290	15,3	1.896
Limeira do Oeste	0	0,0	467
Matutina	0	0,0	464
Monte Alegre de Minas	1.052	56,6	1.859
Monte Carmelo	1.854	39,9	4.644
Nova Ponte	311	25,2	1.235
Patos de Minas	2.202	33,9	6.502
Patrocínio	1.587	27,8	5.704
Pedrinópolis	58	13,1	444
Perdizes	167	13,8	1.208
Pirajuba	19	5,4	349
Planura	46	8,4	550
Prata	1.106	51,1	2.165
Pratinha	0	0,0	249
Rio Paranaíba	42	4,4	962
Romaria	276	47,0	587
Sacramento	268	13,3	2.014
Santa Juliana	313	27,2	1.152
Santa Rosa da Serra	0	0,0	305
Santa Vitória	782	36,1	2.168
São Francisco de Sales	19	3,2	593
São Gotardo	389	16,2	2.407
Serra do Salitre	70	10,1	696
Tapira	0	0,0	196
Tiros	111	15,3	727
Tupaciguara	1.433	66,4	2.158
Uberaba	2.328	24,1	9.667
Uberlândia	0	0,0	17.940
União de Minas	0	0,0	585
Veríssimo	0	0,0	603

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

Os questionários da amostra do censo de 2010, que resultaram nos micrdados trabalhados neste estudo, continham perguntas sobre o município onde as pessoas trabalhavam e se voltavam do trabalho para casa diariamente. Sendo assim, a Tabela 6.17 apresenta o número de trabalhadores residentes em cada município da mesorregião, bem como o número daqueles que trabalhavam em outro município na data do censo (julho de 2010) e voltavam do trabalho para casa diariamente.

Uberlândia tinha o maior número de trabalhadores que moravam em Uberlândia, mas trabalhavam em outro município, voltando do trabalho para casa diariamente. Relativamente, essas pessoas representavam apenas 1,3% da massa de trabalhadores do município. Em termos percentuais, Planura apareceu em primeiro lugar: 34% dos trabalhadores que moram em Planura trabalham em outro município e voltam do trabalho para casa diariamente.

Tabela 6.17: Percentual de trabalhadores que trabalhavam em outro município e retornavam do trabalho para casa diariamente – 2010

Município de residência	Número de trabalhadores que trabalhavam em outro município	%	Total de trabalhadores
Abadia dos Dourados	49	1,5	3.319
Água Comprida	52	4,8	1.081
Araguari	1.420	2,6	54.893
Araporã	393	14,6	2.699
Arapuá	83	5,8	1.428
Araxá	1.096	2,3	48.073
Cachoeira Dourada	24	2,0	1.206
Campina Verde	89	1,0	9.090
Campo Florido	16	0,5	3.365
Campos Altos	204	2,8	7.297
Canápolis	171	3,0	5.664
Capinópolis	155	2,2	7.128
Carmo do Paranaíba	215	1,5	14.044
Carneirinho	233	4,9	4.798
Cascalho Rico	38	2,4	1.555
Centralina	599	13,7	4.378
Comendador Gomes	17	1,0	1.700
Conceição das Alagoas	395	3,6	10.974
Conquista	437	13,8	3.177
Coromandel	58	0,4	14.180
Cruzeiro da Fortaleza	71	3,8	1.857
Delta	663	18,8	3.521
Douradoquara	11	1,0	1.074
Estrela do Sul	128	3,4	3.744
Fronteira	1.278	18,8	6.798
Frutal	373	1,4	26.789
Grupiara	47	6,9	684
Guimarânia	255	7,9	3.246
Gurinhatã	22	0,7	3.083
Ibiá	70	0,6	10.987
Indianópolis	32	1,1	2.865
Ipiaçu	349	19,4	1.796
Iraí de Minas	124	3,7	3.349
Itapagipe	118	1,7	7.024
Ituiutaba	1.579	3,2	48.717

Iturama	614	3,5	17.394
Lagoa Formosa	543	6,3	8.660
Limeira do Oeste	37	1,2	3.089
Matutina	77	4,6	1.660
Monte Alegre de Minas	134	1,5	9.234
Monte Carmelo	395	1,7	22.917
Nova Ponte	440	7,1	6.184
Patos de Minas	895	1,3	70.620
Patrocínio	278	0,7	41.436
Pedrinópolis	226	13,5	1.674
Perdizes	113	1,5	7.349
Pirajuba	73	3,4	2.179
Planura	1.728	33,8	5.111
Prata	154	1,2	13.320
Pratinha	15	1,0	1.557
Rio Paranaíba	133	2,1	6.270
Romaria	115	6,7	1.705
Sacramento	78	0,6	13.359
Santa Juliana	38	0,7	5.707
Santa Rosa da Serra	76	4,2	1.806
Santa Vitória	105	1,1	9.327
São Francisco de Sales	211	8,1	2.609
São Gotardo	1.068	6,4	16.567
Serra do Salitre	102	1,8	5.672
Tapira	9	0,4	2.244
Tiros	45	1,3	3.500
Tupaciguara	348	3,0	11.541
Uberaba	2.034	1,3	153.879
Uberlândia	1.729	0,5	318.989
União de Minas	57	2,9	1.997
Veríssimo	34	2,2	1.517

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 (micrdados).

Nos moldes do que foi feito para os dados de migrantes da mesorregião, a Tabela 6.18 apresenta o número de trabalhadores que chegam diariamente para trabalhar no município e o número de trabalhadores que saem diariamente para trabalhar em outro município, considerando apenas aqueles que disseram que voltam do trabalho para casa diariamente. Também é importante destacar que o saldo contempla apenas os fluxos internos à mesorregião, ou seja, é a diferença dos que chegam para trabalhar, mas moram em outro município do TMAP, e dos que saem para trabalhar em outro município do TMAP.

Considerando os municípios-sede das microrregiões, Uberlândia é o que apresenta maior saldo de trabalhadores, com 2.071 trabalhadores que chegam

e 1.324 trabalhadores que saem diariamente, dando um saldo positivo de 747 trabalhadores. O município de Ituiutaba tem o menor saldo (-1.196), com 246 trabalhadores que chegam e 1.442 que saem diariamente. Araxá e Uberaba também apresentaram saldo negativo: -832 e -457, respectivamente.

O município que apresentou maior saldo foi Rio Paranaíba, cuja diferença deu um número positivo de 1.040 trabalhadores. Em segundo lugar, aparece Canápolis, com saldo de 793 trabalhadores e, em terceiro, Uberlândia. Os piores saldos foram de Ituiutaba e Araguari (-995).

Tabela 6.18: Saldo de trabalhadores que chegam e saem nos municípios da mesorregião do TMAP – 2010

Município	Número de Trabalhadores que chegam diariamente	Número de trabalhadores que saem diariamente	Saldo
Abadia dos Dourados	23	40	-17
Água Comprida	11	52	-41
Araguari	324	1.319	-995
Araporã	156	19	137
Arapuá	28	76	-48
Araxá	234	1.066	-832
Cachoeira Dourada	55	16	39
Campina Verde	123	84	39
Campo Florido	225	16	209
Campos Altos	126	71	55
Canápolis	938	145	793
Capinópolis	842	127	715
Carmo do Paranaíba	239	195	44
Carneirinho	151	175	-24
Cascalho Rico	44	37	7
Centralina	28	275	-247
Comendador Gomes	70	17	53
Conceição das Alagoas	317	372	-55
Conquista	133	433	-300
Coromandel	91	58	33
Cruzeiro da Fortaleza	38	71	-33
Delta	418	444	-26
Douradoquara	0	11	-11
Estrela do Sul	243	109	134
Fronteira	30	134	-104
Frutal	657	228	429
Grupiara	18	12	6
Guimarânia	20	256	-236
Gurinhatã	53	19	34
Ibiá	245	70	175
Indianópolis	196	31	165
Ipiaçu	26	347	-321

Iraí de Minas	96	118	-22
Itapagipe	324	101	223
Ituiutaba	246	1.442	-
Iturama	153	510	-357
Lagoa Formosa	144	527	-383
Limeira do Oeste	409	37	372
Matutina	2	74	-72
Monte Alegre de Minas	202	124	78
Monte Carmelo	166	320	-154
Nova Ponte	349	436	-87
Patos de Minas	568	524	44
Patrocínio	452	211	241
Pedrinópolis	20	227	-207
Perdizes	261	97	164
Pirajuba	476	74	402
Planura	30	558	-528
Prata	132	154	-22
Pratinha	47	15	32
Rio Paranaíba	1.161	121	1.040
Romaria	62	116	-54
Sacramento	224	35	189
Santa Juliana	708	38	670
Santa Rosa da Serra	44	56	-12
Santa Vitória	74	33	41
São Francisco de Sales	15	209	-194
São Gotardo	249	1.055	-806
Serra do Salitre	56	82	-26
Tapira	664	6	658
Tiros	31	44	-13
Tupaciguara	107	320	-213
Uberaba	1.195	1.652	-457
Uberlândia	2.071	1.324	747
União de Minas	53	57	-4
Veríssimo	163	34	129

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 (micrdados).

Também nos moldes do que foi feito para os dados de migrantes, a Tabela 6.19 apresenta de onde vem a maioria dos trabalhadores que chegam para trabalhar nos municípios-sede das microrregiões, e que retornam para seus municípios de residência diariamente. No caso de Uberlândia, 58% desses trabalhadores moram em Araguari e 10% em Tupaciguara. Em Uberaba, 54% moram em Delta e Uberlândia. No caso de Araxá, boa parte (21%) vem de Perdizes e Ibiá (19%). Em Frutal, 55% desses trabalhadores que chegam e retornam diariamente moram em Planura. Ituiutaba recebe

principalmente de Uberlândia (30%); Patos de Minas, de Lagoa Formosa (84%) e Patrocínio, de Guimarânia (50%).

Tabela 6.19: Principais origens dos trabalhadores que se deslocam diariamente para trabalhar nos municípios-sede das microrregiões – 2010

Município de residência	Uberlândia		Município de residência	Uberaba		Município de residência	Patos de Minas	
	Número	%		Número	%		Número	%
Araguari	1.212	58,5	Delta	321	26,9	Lagoa Formosa	432	83,7
Tupaciguara	212	10,2	Uberlândia	319	26,7	Cruzeiro da Fortaleza	36	7
Uberaba	151	7,3	Nova Ponte	266	22,3	Uberlândia	21	4,1
Ituiutaba	79	3,8	Águia Comprida	52	4,4	Patrocínio	19	3,7
Monte Alegre de Minas	76	3,7	Araxá	45	3,8	Guimarânia	13	2,5
Prata	66	3,2	Pedrinópolis	30	2,5	Rio Paranaíba	12	2,3
Patrocínio	51	2,5	Veríssimo	25	2,1	Tupaciguara	11	2,1
Monte Carmelo	50	2,4	Conceição das Alagoas	19	1,6	Carmo do Paranaíba	10	1,9
Nova Ponte	44	2,1	Iturama	18	1,5	Demais municípios	14	2,7
Coromandel	25	1,2	Conquista	17	1,4	Total	568	110
Patos de Minas	18	0,9	Planura	16	1,3			
Demais municípios	87	4,2	Demais municípios	67	5,6			
Total	2.071	100	Total	1.195	100			

Municipio de residência	Ituiutaba		Municipio de residência	Araxá		Municipio de residência	Patrocínio	
	Número	%		Número	%		Número	%
Uberlândia	73	29,7	Perdizes	49	20,9	Guimarânia	228	50,4
Capinópolis	43	17,5	Ibiá	45	19,2	Patos de Minas	113	25
Canápolis	33	13,4	Serra do Salitre	28	12	Perdizes	28	6,2
Prata	25	10,2	Uberlândia	24	10,3	Cruzeiro da Fortaleza	15	3,3
Tupaciguara	18	7,3	Uberaba	22	9,4	Serra do Salitre	15	3,3
Gurinhatã	10	4,1	Patos de Minas	20	8,5	Araxá	14	3,1
Monte Alegre de Minas	10	4,1	Patrocínio	11	4,7	Coromandel	14	3,1
Uberaba	10	4,1	Pralinha	10	4,3	Demais municípios	25	5,5
Demais municípios	24	9,8	Tupaciguara	10	4,3	Total	452	100
Total	246	100	Demais municípios	15	6,4			
			Total	234	100			

Municipio de residência	Frutal	
	Número	%
Planura	361	54,9
Fronteira	115	17,5
Itapagipe	87	13,2
Uberaba	51	7,8
Conceição das Alagoas	23	3,5
Prata	9	1,4
Demais mun.	11	1,7
Total	657	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 (micrdados).

A análise dos dados sobre migração e deslocamento aponta resultados que corroboram com os demais apresentados neste estudo. Uberlândia, de fato, apareceu como sendo um polo atrativo dentro da mesorregião, atraindo não só mineiros, mas também pessoas oriundas de outros estados brasileiros.

Podemos dizer também que embora Araguari não seja sede de uma microrregião, sua dimensão demográfica e sua proximidade com o município de Uberlândia (38 km) a tornou um município com fortes interações econômicas e sociais com o principal município da região, sendo que a maior parte do movimento pendular de trabalhadores e estudantes que vão para Uberlândia trabalhar e estudar são predominantemente oriundos de Araguari.

Assim como no caso dos trabalhadores também foi analisada a situação da mobilidade dos estudantes que se deslocam do município de residência para frequentar escolas em outros municípios. Diferentemente da análise que foi feita sobre o deslocamento dos trabalhadores, no caso dos estudantes não é possível saber se o deslocamento é diário. Portanto, os dados só podem informar qual a proporção de estudantes de cada município que frequenta escola em outros municípios e quais são esses municípios de destino.

Segundo o IBGE, estudante é a pessoa matriculada em cursos regulares, ou seja, pré-escola (maternal e jardim de infância); classe de alfabetização (CA); alfabetização de jovens e adultos; regular do ensino fundamental; regular do ensino médio; educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivos do ensino fundamental e médio; superior de graduação; especialização de nível superior (mínimo de 360 horas); mestrado e doutorado.<sup>8</sup>

A Tabela 6.20 apresenta a população de estudantes em cada município da mesorregião TMAP, bem como o número (absoluto e relativo) daqueles que frequentam escolas em outros municípios (que não são os de residência).

---

<sup>8</sup> Também segundo o IBGE, não foram considerados estudantes aqueles matriculados somente em cursos rápidos profissionalizantes ou de extensão cultural (corte e costura, dança, idiomas, informática; cursos superiores sequenciais, de aperfeiçoamento ou extensão); cursos de Ensino Fundamental e Ensino Médio (2º grau) ministrados por meio de rádio e televisão ou por correspondência; e cursos pré-vestibular.

Os municípios maiores em termos de massa demográfica, como esperado, apresentaram as maiores populações de estudantes e, obviamente, os maiores números de estudantes que saem para estudar em outros municípios. Entretanto, no geral, a proporção desses em relação ao total de estudantes do município não se mostrou muito significativa. Em Uberlândia, apenas 2,6% dos estudantes frequentavam escolas de outros municípios. Em Araguari, 8,1%; Uberaba, 2,4%; Araxá, 5,2%; Patos de Minas, 2,8%; Ituiutaba, 4,1% e Patrocínio, 4,2%.

Em termos proporcionais, podemos destacar os municípios de Planura, onde 19,5% da população de estudantes declararam frequentar escolas de outros municípios; Itapagipe, cujo percentual era 19%; Água Comprida, Carneirinho e União de Minas, onde esse percentual era aproximadamente 18%.

Na maioria dos casos, os dados revelam que a maior parte dos estudantes se deslocavam para escolas de outros municípios mineiros, com exceção de Uberlândia, Delta, Uberaba, Limeira do Oeste, Centralina, Carneirinho, Planura, Frutal, Fronteira, Iturama e Araporã. Nesses casos, o principal destino eram municípios de outros estados.

Com exceção de Delta, Limeira do Oeste, Uberlândia, Uberaba, Centralina, Carneirinho, Planura, Frutal, Fronteira, Iturama e Araporã, em todos os demais municípios da mesorregião, o número de estudantes que freqüentavam escolas em outros municípios do próprio TMAP era maior do que o número de estudantes que freqüentavam escolas em outros estados e outras regiões mineiras.

Tabela 6.20: População de estudantes dos municípios da mesorregião TMAP – 2010.

Município de residência	Total de estudantes	Estudantes que frequentam escola de outro município							
		Total	%	De outro estado		De MG (*)		Da mesorregião TMAP	
				Total	%	Total	%	Total	%
Abadia dos Dourados	1.476	207	14,0	6	0,4	11	0,7	190	12,9
Água Comprida	494	91	18,4	7	1,4	0	0,0	84	17,0
Araguari	28.866	2.336	8,1	278	1,0	38	0,1	2.020	7,0
Araporã	1.845	286	15,5	261	14,1	2	0,1	23	1,2
Arapuá	789	126	16,0	0	0,0	12	1,5	114	14,4
Araxá	26.881	1.391	5,2	183	0,7	143	0,5	1.065	4,0
Cachoeira Dourada	814	127	15,6	5	0,6	0	0,0	122	15,0

Campina Verde	4.577	609	13,3	74	1,6	5	0,1	530	11,6
Campo Florido	1.971	264	13,4	5	0,3	0	0,0	259	13,1
Campos Altos	4.041	418	10,3	19	0,5	31	0,8	368	9,1
Canápolis	2.800	285	10,2	45	1,6	0	0,0	240	8,6
Capinópolis	4.038	487	12,1	6	0,1	0	0,0	481	11,9
Carmo do Paranaíba	7.776	832	10,7	27	0,3	46	0,6	759	9,8
Carneirinho	2.525	463	18,3	334	13,2	4	0,2	125	5,0
Cascalho Rico	611	59	9,7	0	0,0	0	0,0	59	9,7
Centralina	2.503	300	12,0	208	8,3	0	0,0	92	3,7
Comendador Gomes	634	103	16,2	5	0,8	3	0,5	95	15,0
Conceição das Alagoas	5.988	717	12,0	154	2,6	13	0,2	550	9,2
Conquista	1.679	205	12,2	13	0,8	3	0,2	189	11,3
Coromandel	6.759	470	7,0	34	0,5	39	0,6	397	5,9
Cruzeiro da Fortaleza	1.158	168	14,5	4	0,3	5	0,4	159	13,7
Delta	2.333	270	11,6	137	5,9	12	0,5	121	5,2
Douradoquara	442	72	16,3	2	0,5	0	0,0	70	15,8
Estrela do Sul	1.981	302	15,2	9	0,5	6	0,3	287	14,5
Fronteira	3.480	465	13,4	382	11,0	0	0,0	83	2,4
Frutal	13.786	829	6,0	643	4,7	9	0,1	177	1,3
Grupiara	349	50	14,3	4	1,1	0	0,0	46	13,2
Guimarânia	2.062	222	10,8	11	0,5	8	0,4	203	9,8
Gurinhatã	1.324	125	9,4	0	0,0	0	0,0	125	9,4
Ibiá	6.051	440	7,3	13	0,2	48	0,8	379	6,3
Indianópolis	1.619	160	9,9	3	0,2	0	0,0	157	9,7
Ipiaçu	1.106	133	12,0	21	1,9	0	0,0	112	10,1
Iraí de Minas	1.706	235	13,8	9	0,5	26	1,5	200	11,7
Itapagipe	3.531	669	18,9	246	7,0	0	0,0	423	12,0
Ituiutaba	25.506	1.048	4,1	315	1,2	34	0,1	699	2,7
Iturama	10.179	992	9,7	827	8,1	12	0,1	153	1,5
Lagoa Formosa	3.990	455	11,4	14	0,4	21	0,5	420	10,5
Limeira do Oeste	1.836	175	9,5	112	6,1	0	0,0	63	3,4
Matutina	869	125	14,4	7	0,8	5	0,6	113	13,0
Monte Alegre de Minas	4.833	578	12,0	26	0,5	0	0,0	552	11,4
Monte Carmelo	13.587	963	7,1	104	0,8	65	0,5	794	5,8
Nova Ponte	3.550	401	11,3	29	0,8	18	0,5	354	10,0
Patos de Minas	37.450	1.050	2,8	105	0,3	320	0,9	625	1,7
Patrocínio	24.073	1.010	4,2	213	0,9	134	0,6	663	2,8
Pedrinópolis	859	87	10,1	6	0,7	0	0,0	81	9,4
Perdizes	3.999	424	10,6	43	1,1	37	0,9	344	8,6
Pirajuba	1.207	124	10,3	10	0,8	0	0,0	114	9,4
Planura	2.579	503	19,5	372	14,4	5	0,2	126	4,9
Prata	6.384	516	8,1	74	1,2	39	0,6	403	6,3
Pratinha	706	82	11,6	5	0,7	8	1,1	69	9,8
Rio Paranaíba	3.200	492	15,4	19	0,6	37	1,2	436	13,6
Romaria	997	149	14,9	8	0,8	0	0,0	141	14,1
Sacramento	5.830	633	10,9	190	3,3	8	0,1	435	7,5
Santa Juliana	2.750	231	8,4	10	0,4	0	0,0	221	8,0
Santa Rosa da Serra	887	94	10,6	2	0,2	16	1,8	76	8,6
Santa Vitória	4.400	510	11,6	107	2,4	10	0,2	393	8,9
São Francisco de Sales	1.679	218	13,0	97	5,8	2	0,1	119	7,1
São Gotardo	8.615	500	5,8	55	0,6	35	0,4	410	4,8
Serra do Salitre	2.910	289	9,9	10	0,3	21	0,7	258	8,9
Tapira	1.114	116	10,4	2	0,2	4	0,4	110	9,9
Tiros	1.672	154	9,2	9	0,5	6	0,4	139	8,3
Tupaciguara	5.992	670	11,2	59	1,0	0	0,0	611	10,2
Uberaba	83.571	2.006	2,4	1.094	1,3	247	0,3	665	0,8
Uberlândia	186.166	4.883	2,6	2.448	1,3	735	0,4	1.700	0,9
União de Minas	1.102	200	18,1	48	4,4	0	0,0	152	13,8
Veríssimo	897	59	6,6	3	0,3	0	0,0	56	6,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 (microdados).

(\*) Exceto municípios da mesorregião TMAP

A Tabela 6.21 relaciona os municípios que apresentaram maiores números de estudantes que declararam frequentar escolas em outros municípios, indicando o destino principal desses estudantes. Como foi dito anteriormente, esses municípios são aqueles que possuíam os maiores contingentes populacionais da mesorregião.

Em Uberlândia e Uberaba, mais de 50% desses estudantes frequentavam escolas em outros estados. Nos demais casos (Patos de Minas, Ituiutaba, Patrocínio, Araguari e Araxá), o principal destino desses estudantes eram outros municípios do TMAP, especialmente Uberlândia e Uberaba. No caso de Araguari, 82% dos estudantes que estudavam em outros municípios se dirigiam para Uberlândia, e no caso de Araxá, 54% para Uberaba.

Tabela 6.21: Municípios com maiores fluxos de saída de estudantes, segundo o local das escolas – 2010.

UBERLÂNDIA		
Município da escola	Total	%
Outros estados	2.448	50,1
MG (*)	735	15,1
TMAP	1.700	34,8
Patos de Minas	252	5,2
Ituiutaba	226	4,6
Araguari	189	3,9
Uberaba	167	3,4
Araxá	85	1,7
Monte Alegre de Minas	68	1,4
Tupaciguara	68	1,4
Lagoa Formosa	55	1,1
Ibia	51	1
Tiros	50	1
Santa Vitória	48	1
Abadia dos Dourados	47	1
Coromandel	47	1
Prata	46	0,9
Monte Carmelo	44	0,9
Frutal	39	0,8
Campina Verde	35	0,7
São Gotardo	32	0,7
Douradoquara	22	0,5
Indianópolis	22	0,5
Araporã	19	0,4
Canápolis	19	0,4
Centralina	18	0,4
Capinopolis	17	0,3
Conquista	10	0,2
Rio Paranaíba	9	0,2
Irai de Minas	8	0,2
Veríssimo	7	0,1
Total	4.883	100

UBERABA		
Município da escola	Total	%
Outros estados	1.094	54,5
MG (*)	247	12,3
TMAP	665	33,2
Uberlândia	311	15,5
Iturama	102	5,1
Araxá	50	2,5
Sacramento	28	1,4
Santa Juliana	21	1
Araguari	20	1
Conquista	20	1
São Gotardo	16	0,8
Rio Paranaíba	15	0,7
Coromandel	12	0,6
Nova Ponte	12	0,6
Veríssimo	12	0,6
Itapagipe	11	0,5
Conceição das Alagoas	10	0,5
Campos Altos	9	0,4
Patrocínio	8	0,4
Tupaciguara	8	0,4
Total	2.006	100

ARAGUARI		
Município da escola	Total	%
Outros estados	278	11,9
MG (*)	38	1,6
TMAP	2.020	86,5
Uberlândia	1.914	81,9
Uberaba	48	2,1
Ituiutaba	37	1,6
Indianópolis	11	0,5
Cruzeiro da Fortaleza	10	0,4
Total	2.336	100

PATROCÍNIO		
Município da escola	Total	%
Outros estados	213	21,1
MG (*)	134	13,3
TMAP	663	65,6
Uberlândia	295	29,2
Patos de Minas	84	8,3
Guimarânia	66	6,5
Uberaba	66	6,5
Serra do Salitre	26	2,6
Rio Paranaíba	23	2,3
Estrela do Sul	20	2
Araxá	19	1,9
Monte Carmelo	14	1,4
Cruzeiro da Fortaleza	11	1,1
Araguari	10	1
Coromandel	10	1
Perdizes	10	1
Ituiutaba	9	0,9
Total	1.010	100

ARAXÁ		
Município da escola	Total	%
Outros estados	183	13,2
MG (*)	143	10,3
TMAP	1.065	76,6
Uberaba	757	54,4
Uberlândia	154	11,1
Ibiá	54	3,9
Santa Rosa da Serra	27	1,9
Arapuá	15	1,1
Patos de Minas	13	0,9
Rio Paranaíba	11	0,8
Pedrinópolis	9	0,6
Perdizes	9	0,6
Campos Altos	6	0,4
Frutal	5	0,4
São Gotardo	5	0,4
Total	1.391	100

PATOS DE MINAS		
Município da escola	Total	%
Outros estados	105	10
MG (*)	320	30,5
TMAP	625	59,5
Uberlândia	303	28,9
Coromandel	87	8,3
Rio Paranaíba	70	6,7
Uberaba	60	5,7
Cruzeiro da Fortaleza	49	4,7
Guimarânia	38	3,6
Patrocínio	11	1
Araguari	7	0,7
Total	1.050	100

ITUIUTABA		
Município da escola	Total	%
Outros estados	315	30,1
MG (*)	34	3,2
TMAP	699	66,7
Uberlândia	363	34,6
Capinópolis	160	15,3
Uberaba	102	9,7
Prata	35	3,3
Gurinhatã	23	2,2
Santa Vitória	10	1
Monte Alegre de Minas	6	0,6
Total	1.048	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 (micrdados).

(\*) Exceto municípios da mesorregião TMAP

A Tabela 6.22 apresenta o saldo do fluxo de estudantes dentro dos municípios do TMAP. Esse saldo nada mais é do que a diferença entre o número de estudantes que entravam para estudar nas escolas do município e o número de estudantes que saíam para frequentar escola em outros municípios da mesorregião. Assim como foi feito na análise dos trabalhadores,

consideraram-se somente os fluxos intramesorregionais tratados no censo de 2010.

Apenas 11 municípios apresentaram saldo positivo: Limeira do Oeste, Grupiara, São Gotardo, Rio Paranaíba, Araxá, Frutal, Iturama, Ituiutaba, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia. Com exceção de Patrocínio, todas as sedes de microrregiões obtiveram saldos positivos, indicando que atraem mais estudantes do que repelem. Uberlândia (1º lugar), Uberaba (2º lugar) e Patos de Minas (3º lugar) foram os municípios que apresentaram maiores saldos em 2010, podendo ser chamados de pólos atrativos dos estudantes da região, pois juntos, receberam 66% dos estudantes que saíram dos demais municípios para freqüentar escola em outros municípios da mesorregião.

Do lado oposto, os municípios que apresentaram os maiores saldos negativos foram Araguari (1º lugar), Carmo do Paranaíba (2º lugar), Conceição das Alagoas (3º lugar), Tupaciguara (4º lugar) e Monte Alegre de Minas (5º lugar). O principal destino dos estudantes de Araguari (95% dos estudantes que frequentavam escola em outros municípios do TMAP), Tupaciguara (91%) e Monte Alegre de Minas (74%) era Uberlândia. No caso de Carmo do Paranaíba, 61% desses estudantes foram para Patos de Minas e, no caso de Conceição das Alagoas, 88% para Uberaba.

Tabela 6.22: Saldo dos fluxos intramesorregionais de entrada e saída dos estudantes nos municípios do TMAP – 2010.

Municípios	Número de estudantes que entram	Número de estudantes que saem	Saldo
Abadia dos Dourados	65	190	-125
Água Comprida	0	84	-84
Araguari	480	2.020	-1.540
Araporã	19	23	-4
Arapuá	59	114	-55
Araxá	1.243	1.065	178
Cachoeira Dourada	0	122	-122
Campina Verde	205	530	-325
Campo Florido	31	259	-228
Campos Altos	45	368	-323
Canápolis	117	240	-123
Capinópolis	191	481	-290
Carmo do Paranaíba	117	759	-642

Carneirinho	29	125	-96
Cascalho Rico	3	59	-56
Centralina	72	92	-20
Comendador Gomes	8	95	-87
Conceição das Alagoas	23	550	-527
Conquista	30	189	-159
Coromandel	262	397	-135
Cruzeiro da Fortaleza	89	159	-70
Delta	0	121	-121
Douradoquara	31	70	-39
Estrela do Sul	47	287	-240
Fronteira	25	83	-58
Frutal	422	177	245
Grupiara	75	46	29
Guimarânia	109	203	-94
Gurinhatã	37	125	-88
Ibiá	139	379	-240
Indianópolis	36	157	-121
Ipiaçu	0	112	-112
Iraí de Minas	40	200	-160
Itapagipe	23	423	-400
Ituiutaba	1.541	699	842
Iturama	727	153	574
Lagoa Formosa	58	420	-362
Limeira do Oeste	72	63	9
Matutina	26	113	-87
Monte Alegre de Minas	74	552	-478
Monte Carmelo	368	794	-426
Nova Ponte	98	354	-256
Patos de Minas	1.708	625	1.083
Patrocínio	457	663	-206
Pedrinópolis	27	81	-54
Perdizes	41	344	-303
Pirajuba	51	114	-63
Planura	6	126	-120
Prata	137	403	-266
Pratinha	0	69	-69
Rio Paranaíba	613	436	177
Romaria	30	141	-111
Sacramento	76	435	-359
Santa Juliana	40	221	-181
Santa Rosa da Serra	32	76	-44
Santa Vitória	73	393	-320
São Francisco de Sales	39	119	-80
São Gotardo	442	410	32
Serra do Salitre	28	258	-230
Tapira	0	110	-110
Tiros	72	139	-67
Tupaciguara	115	611	-496
Uberaba	4.030	665	3.365
Uberlândia	6.650	1.700	4.950
União de Minas	52	152	-100
Veríssimo	44	56	-12

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 (micrdados).

A principal conclusão é que além de uma boa mobilidade de pessoas no âmbito intraregional, notadamente entre os municípios polos e os municípios da área de influência, também ficou evidenciado que, pela dimensão e proximidade, o maior movimento pendular ocorre na conexão de pessoas residentes nos municípios de Araguari e Uberlândia. Este forte relacionamento entre estes dois municípios corrobora no sentido de pensarmos uma nucleação regional expandida, ou seja, formada por Uberlândia, Uberaba e Araguari. Em um segundo plano destacam-se as interações que ocorrem entre os principais polos e os municípios que lhes estão mais próximos ou contíguos.

Para além das análises de mobilidade de estudantes e trabalhadores nota-se que os dados sobre os contingentes de pessoas não naturais dos municípios em que residem permite traçar um perfil da formação populacional, sem delimitação no tempo. Já a análise do período mais recente, que permite observar os fluxos migratórios, requer avaliar as informações sobre a migração de data fixa. *Migrante de data fixa* é a pessoa com residência em caráter definitivo numa determinada área geográfica na data de referência do Censo Demográfico, que declarou que, na data fixa, residia em outro município. A data fixa é exatamente 5 anos antes da data de referência<sup>9</sup> e a análise dessas informações permite avaliar os fluxos migratórios recentes, evitando considerar como ainda presentes os movimentos migratórios que possam ter perdido intensidade. Essa é uma das razões mais importantes que leva demógrafos e analistas, e o próprio Manual da ONU referente a mensuração de migrações internas, a concederem grande atenção à migração de data fixa (RIGOTTI, 1999).

A Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é tradicional receptora de migrantes: de outros Estados e da própria Minas Gerais, mas em

---

<sup>9</sup> As datas de referência dos dois últimos Censos Demográficos, que foram aqui utilizados, são os dias 1º de agosto de 2000 e 31 de julho de 2010 desses anos, e as características das pessoas são captados para essa data (idade, local de residência, escolaridade, estado civil, etc). As datas fixas, nos quesitos referentes a migração, são os dias 31 de julho de 1995 (Censo de 2000) e de 2005 (Censo de 2010). Observe-se que, como para os demais quesitos referentes a migração, são captadas informações tão somente de pessoas de 5 anos ou mais.

seu interior também sempre houve trânsito de migrantes, direcionados sobretudo para certos polos regionais. E o volume é considerável, como se vê pela Tabela 6.23: juntos, comporiam o terceiro maior município do Triângulo, seja os chegados até 2000, seja os de 2010, pois foram mais de 193.094 pessoas, no primeiro caso; quase 199.158, no segundo. Esse é o movimento populacional que possibilitou que o crescimento de vários municípios fosse elevado.

Tabela 6.23: Destino dos Migrantes de Data Fixa segundo os Municípios 2000 e 2010

Município de Destino	2000		2010		Variação %
	No.	%	No.	%	
<b>TMAP</b>	<b>193.094</b>	<b>100,00</b>	<b>199.158</b>	<b>100,00</b>	<b>3,14</b>
Uberlândia	61.488	31,84	56.754	28,50	-7,70
Uberaba	21.652	11,21	23.948	12,02	10,61
Ituiutaba	7.058	3,66	10.558	5,30	49,59
Patos de Minas	11.741	6,08	9.666	4,85	-17,67
Araguari	7.829	4,05	6.749	3,39	-13,80
Patrocínio	6.376	3,30	5.626	2,82	-11,77
Araxá	4.173	2,16	5.314	2,67	27,34
Conceição das Alagoas	2.205	1,14	4.550	2,28	106,39
Frutal	4.469	2,31	4.246	2,13	-4,98
Iturama	3.783	1,96	3.907	1,96	3,26
São Gotardo	3.901	2,02	3.552	1,78	-8,96
Fronteira	1.124	0,58	3.141	1,58	179,48
Monte Carmelo	4.573	2,37	3.014	1,51	-34,09
Santa Vitória	1.768	0,92	2.593	1,30	46,64
Delta	755	0,39	2.449	1,23	224,36
Nova Ponte	1.695	0,88	2.416	1,21	42,52
Sacramento	1.870	0,97	2.335	1,17	24,86
Prata	1.934	1,00	2.217	1,11	14,66
Tupaciguara	1.630	0,84	2.068	1,04	26,92
Perdizes	2.243	1,16	1.978	0,99	-11,80
Planura	866	0,45	1.906	0,96	119,96
Monte Alegre de Minas	1.834	0,95	1.897	0,95	3,45
Carmo do Paranaíba	2.114	1,09	1.830	0,92	-13,43
Coromandel	2.779	1,44	1.784	0,90	-35,81
Santa Juliana	1.059	0,55	1.725	0,87	62,89
Campo Florido	915	0,47	1.694	0,85	85,08
Campina Verde	2.270	1,18	1.693	0,85	-25,40
Capinópolis	904	0,47	1.684	0,85	86,38
Rio Paranaíba	1.910	0,99	1.668	0,84	-12,67
Lagoa Formosa	961	0,50	1.644	0,83	71,03
Canápolis	1.143	0,59	1.593	0,80	39,29
Ibiá	2.797	1,45	1.530	0,77	-45,30
Campos Altos	1.132	0,59	1.475	0,74	30,22
Serra do Salitre	1.356	0,70	1.450	0,73	6,89
Itapagipe	1.153	0,60	1.434	0,72	24,32
Estrela do Sul	446	0,23	1.342	0,67	200,60
Pirajuba	250	0,13	1.130	0,57	352,82

Limeira do Oeste	691	0,36	958	0,48	38,55
Araporã	984	0,51	824	0,41	-16,28
Carneirinho	746	0,39	789	0,40	5,81
União de Minas	716	0,37	739	0,37	3,28
Iraí de Minas	1.021	0,53	727	0,36	-28,80
Gurinhatã	741	0,38	714	0,36	-3,62
Centralina	1.297	0,67	692	0,35	-46,67
Conquista	383	0,20	684	0,34	78,86
Veríssimo	739	0,38	670	0,34	-9,33
Indianópolis	1.130	0,59	658	0,33	-41,75
Guimarânia	824	0,43	625	0,31	-24,21
São Francisco de Sales	592	0,31	622	0,31	5,19
Ipiaçu	545	0,28	606	0,30	11,08
Tiros	777	0,40	568	0,28	-26,99
Cascalho Rico	343	0,18	547	0,27	59,63
Comendador Gomes	580	0,30	523	0,26	-9,93
Romaria	816	0,42	513	0,26	-37,13
Abadia dos Dourados	427	0,22	439	0,22	2,87
Pedrinópolis	528	0,27	378	0,19	-28,52
Matutina	304	0,16	326	0,16	7,35
Santa Rosa da Serra	481	0,25	317	0,16	-33,99
Cruzeiro da Fortaleza	329	0,17	294	0,15	-10,39
Tapira	470	0,24	292	0,15	-37,81
Água Comprida	389	0,20	224	0,11	-42,48
Arapuá	192	0,10	221	0,11	15,10
Cachoeira Dourada	220	0,11	217	0,11	-1,16
Pratinha	242	0,13	178	0,09	-26,55
Douradoquara	293	0,15	140	0,07	-52,23
Grupiara	136	0,07	110	0,06	-18,66

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

Apesar de permanecer um fluxo volumoso, nota-se que sua variação (3,1%) foi muito inferior ao crescimento do TMAP, mas a redução dos movimentos migratórios mostrou-se uma das características da dinâmica populacional brasileira, na última década, e, mesmo assim, persistiu a atração.

Na montagem da Tabela 6.23 foi seguida a ordem decrescente da quantidade de migrantes de data fixa residentes nos municípios em 2010. Uberlândia, seguida de longe por Uberaba são predominantes como destino, e, juntas receberam quase 81 mil pessoas, mais de 40% do total. Embora o movimento para a primeira tenha diminuído (-7,7%), enquanto cresceu bastante para a segunda (10,6%), a predominância de Uberlândia está longe de ser superada. Ituiutaba (quase 50% a mais de migrantes) e Araxá (27,3% a mais), entre os mais populosos, além de Conceição das Alagoas (106,39% a mais) são outros em que o movimento se intensificou, ao passo que Araguari, Patos de Minas e Patrocínio, são exemplos da situação inversa.

A concentração do destino de residência dos migrantes é mais uma situação que mostra a concentração populacional no TMAP, sendo sua consequência: perto de 2/3 desses migrantes (64%) residiam, em 2010, em apenas 9 municípios: Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba, Patos de Minas Araguari Patrocínio Araxá Conceição das Alagoas e Frutal.

É importante analisar a origem dos migrantes de data fixa, ou seja, o local de residência na data fixa, para captar a área de influência das unidades componentes da TMAP, e as Tabelas 6.24, 6.25 e 6.26 mostram a importância da própria região nos movimentos migratórios.

A imigração de outros países, seja de brasileiros de retorno ou de estrangeiros, não tem qualquer relevância. Trata-se de migração de caráter nacional, na maior parte de mineiros, mas com participação forte e crescente de oriundos de outras Unidades da Federação. Dentre os que residiam em Minas Gerais, predominaram os que residiam nos próprios municípios do TMAP: 34% do total. Em resumo, 2/3 dos migrantes de data fixa vieram de fora da região, pelos dados do último Censo Demográfico.

Tabela 6.24: Origem dos Migrantes de Data Fixa – 2000 e 2010

ORIGEM	2.000		2010		Variação %
	No.	%	No.	%	
Outros países	897	0,50	3.142	1,60	250,30
Brasil(*)	<b>192.198</b>	<b>99,50</b>	<b>196.016</b>	<b>98,40</b>	<b>2,00</b>
Outras UF	83.916	43,50	91.472	45,90	9,00
Minas Gerais(**)	108.070	56,00	104.172	52,30	-3,60
Outras Mesorregiões	31.514	16,30	27.791	14,00	-11,80
TMAP	<b>72.214</b>	<b>37,40</b>	<b>67.744</b>	<b>34,00</b>	<b>-6,20</b>
Total	193.095	100,00	199.158	100,00	3,10

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

(\*) Inclui migrantes residentes em UF ignorada na data fixa.

(\*\*) Inclui migrantes residentes em Município ignorado de Minas Gerais na data fixa.

Entre as pessoas provenientes do território nacional, nota-se que no período cresceu significativamente o número de vindos do Nordeste, sobretudo de Alagoas, seguido da Bahia e do Maranhão. Na contraposição, decresceu o número de paulistas, mineiros e goianos.

Tabela 6.25: Origem dos Migrantes de Data Fixa – 2000 e 2010  
Regiões e Principais Unidades da Federação

REGIÃO/UF DE ORIGEM	2000		2010		Variação
	No.	%	No.	%	
<b>NORTE</b>	<b>4.348</b>	<b>2,26</b>	<b>3.898</b>	<b>2,08</b>	<b>-10,35</b>
<b>NORDESTE</b>	<b>13.595</b>	<b>7,08</b>	<b>36.583</b>	<b>19,53</b>	<b>169,10</b>
Maranhão	1.568	0,82	6.704	3,58	327,57
Alagoas	1.688	0,88	9.639	5,15	470,94
Bahia	4.839	2,52	8.990	4,80	85,80
<b>SUDESTE</b>	<b>139.142</b>	<b>72,48</b>	<b>122.755</b>	<b>65,55</b>	<b>-11,78</b>
Minas Gerais	108.070	56,29	95.801	51,16	-11,35
São Paulo	28.907	15,06	24.949	13,32	-13,69
<b>SUL</b>	<b>6.202</b>	<b>3,23</b>	<b>2.970</b>	<b>1,59</b>	<b>-52,12</b>
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>28.696</b>	<b>14,95</b>	<b>21.068</b>	<b>11,25</b>	<b>-26,58</b>
Goiás	20.130	10,49	14.188	7,58	-29,52
<b>TOTAL</b>	<b>191.984</b>	<b>100,00</b>	<b>187.274</b>	<b>100,00</b>	<b>-2,45</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

Finalmente, as Mesorregiões mineiras reduziram participação, como fornecedoras de população para o TMAP, no conjunto, mas cresceu a chegada de pessoas que na data fixa residiam no Norte de Minas.

Tabela 6.26: Mesorregiões de Origem dos Migrantes de Data Fixa Provenientes de Minas Gerais – 2000 e 2010

MESORREGIÃO DE ORIGEM	2000			2010			Var.
	No.	%	Acumulado	No.	%	Acumulado	
<b>TMAP</b>	<b>72.214</b>	<b>69,62</b>	<b>69,62</b>	<b>67.744</b>	<b>70,91</b>	<b>70,91</b>	<b>-6,19</b>
Norte de Minas	7.206	6,95	76,57	9.492	9,94	80,85	31,71
Noroeste de Minas	8.054	7,77	84,33	5.671	5,94	86,78	-29,59
Metrop. de Belo Horizonte	6.465	6,2	90,56	5.000	5,23	92,02	-22,66
Central Mineira	1.984	1,91	92,48	1.284	1,34	93,36	-35,28
Vale do Rio Doce	1.186	1,14	93,62	1.280	1,34	94,70	7,91
Sul/Sudoeste de Minas	2.065	1,99	95,61	1.251	1,31	96,01	-39,44
Oeste de Minas	1.942	1,87	97,48	1.194	1,25	97,26	-38,53
Jequitinhonha	892	0,87	98,34	1.017	1,06	98,32	14,04
Zona da Mata	763	0,74	99,08	896	0,94	99,26	17,40
Campo das Vertentes	583	0,56	99,64	452	0,47	99,73	-22,60
Vale do Mucuri	374	0,36	100,00	254	0,27	100,00	-31,94
<b>Total</b>	<b>103.729</b>	<b>100,00</b>		<b>95.534</b>	<b>100,00</b>		<b>-7,90</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

#### **6.1.4 – Considerações sobre a tendência demográfica regional**

Um dos principais desafios para a realização de projeções demográficas é a formulação de boas hipóteses sobre o comportamento das principais componentes da dinâmica populacional. Este desafio é maior ainda nos menores espaços territoriais, como os limites municipais, onde variações na variável migratória podem causar impactos difíceis de antecipação. Na verdade, dentre os três principais componentes pode-se dizer que dois possuem tendências bem delineadas pelos padrões históricos de comportamento: fecundidade e mortalidade. Ou seja, as taxas de fecundidade e mortalidade vêm apresentando padrões regulares de redução ao longo das últimas décadas tanto no nível nacional, quanto estadual, regional ou municipal. Portanto, o grande desafio presente nas projeções reside na variável migratória, cuja volatilidade responde a diferentes fatores econômicos e sociais e tende a ser mais impactante nos municípios com menores massas demográficas.

Conforme já mencionado anteriormente a mesorregião do TMAP e seus municípios, de forma geral, devem seguir o padrão esperado de crescimento demográfico e mudanças na estrutura etária do resto do país. Portanto, ainda que possam ocorrer alguns ajustes localizados e sazonais, como os do impacto provocado nos últimos anos pela expansão da cultura e processamento da cana de açúcar, a população dos municípios da mesorregião do TMAP deve continuar crescendo em ritmo mais lento nos próximos 20 anos, quando então atingirá o topo e será iniciado um processo de redução gradativa. Assim sendo, dada a atual assimetria de tamanho dos municípios a tendência é que não ocorram mudanças relativas na hierarquia dos mesmos, devendo permanecer a atual estrutura de rede urbana principal e secundária.

Tomando como referência o estudo de Fígoli et all (2010), o esperado é que ocorra na mesorregião do TMAP, assim como em todo o estado de Minas Gerais, uma redução das taxas de crescimento geométrico anual até 2030 e, a

partir daí, passariam a predominar taxas negativas de incremento populacional até 2050. Segundo estas projeções o crescimento geométrico anual no TMAP será de 0,85 no período 2010/15, passando a 0,47 no período 2015/20, 0,22 no período 2020/25 e 0,03 no período 2025/30. A partir deste ponto a população na região iniciaria um processo de redução, seja pelas taxas de mortalidade, seja pelos saldos líquidos migratórios negativos. No referido estudo as projeções realizadas para a taxa de fecundidade e para a esperança média de vida também confirmam o esperado. A taxa de fecundidade da mesorregião do TMAP que no ano de 2010 registrou 1,55 foi estimada com uma redução gradativa para os próximos quinquênios, passando a 1,50 em 2015; 1,49 em 2020; 1,47 em 2025 e 1,45 em 2030. Já a esperança média de vida que no período 2005/10 atingiu 69,3 anos para homens e 74,6 para mulheres, deve crescer paulatinamente para registrar em 2025/30 as cifras de 72,8 anos para homens e 77,8 para mulheres. Tal projeção reforça a percepção já cristalizada de um quadro demográfico de redução quantitativa no ritmo de crescimento, acompanhado de diminuição relativa da população jovem (menos de 15 anos) e crescimento da população acima de 60 anos.

Para fechar o quadro de projeções demográficas, também com base no referido estudo, nota-se que a expectativa em torno dos saldos líquidos migratórios é de uma sensível redução nas próximas décadas. Portanto, se existe alguma esperança de crescimento demográfico mais acelerado ou mesmo de manutenção dos padrões ocorridos nas últimas décadas, o estudo citado estima que a taxa líquida de migração não deva contribuir para tal. Enquanto no quinquênio 2005/2010 esta taxa na mesorregião foi de 2,45 para homens e 2,26 para mulheres, estima-se que a mesma será reduzida em 2010/2015 para 1,84 para homens e 1,69 para mulheres, passando em 2015/20 para 0,61 para homens e 0,46 para mulheres, a partir de quando se tornará nula.

Portanto, a menos que ocorra uma inesperada alteração nos principais componentes da dinâmica populacional, por exemplo, com a entrada de correntes migratórias estrangeiras (asiáticas ou africanas), pode-se considerar

que a estrutura demográfica dos municípios da mesorregião, em termos de dimensão, não sofrerão mudanças muito substantivas nas próximas décadas. O que já está em curso são as transformações na estrutura da pirâmide etária, com envelhecimento gradativo e redução da população jovem. Quanto aos fluxos migratórios, espera-se que estes continuem a ocorrer, mas com saldos líquidos cada vez menos expressivos e consequentemente incapazes de alterarem o quadro pré-existente da hierarquia urbana regional.

## 6.2 – Indicadores Econômicos

### 6.2.1 – Análise da estrutura econômica

#### 6.2.1.1 - A importância da Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no Cenário Nacional e Estadual

A Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba destaca-se por sua importância econômica, em Minas Gerais, uma vez que é responsável por aproximadamente 15% da riqueza gerada no Estado. Essa informação tem como base os dados da participação regional no PIB estadual, que nos anos de 2000, 2006, 2009 e 2010, foi de 15,4%, 15,1%, 16,0% e 15,0%, respectivamente, como mostra a Tabela 6.27.

Tabela 6.27: Participação da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no PIB, no Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária, indústria e serviços do Estado de Minas Gerais - 2000, 2006, 2009 e 2010 (em %).

Participação Percentual da Mesorregião	2000	2006	2009	2010
no PIB do estado de MG	15,4	15,1	16,0	15,0
no VAB industrial do estado de MG	15,3	15,4	15,4	13,4
no VAB agropecuário do estado de MG	27,1	27,6	29,3	29,2
no VAB de serviços do estado de MG	13,7	13,7	14,1	13,5

Fonte: IBGE – PIB municipal.

Essa Tabela também ilustra a importância da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) para os três setores da economia mineira, chamando atenção sua agropecuária, que em 2010 respondeu por quase um terço do total estadual. A participação da mesorregião no VAB industrial estadual apresentou queda de 2% na década; entretanto, essa queda não reflete uma contração absoluta de sua indústria, mas sim o maior crescimento relativo do conjunto das demais regiões, devendo-se notar que a maioria das empresas do ramo industrial instaladas nesta mesorregião é fabricante de produtos de menor valor agregado, com maior intensidade de trabalho, notadamente nos ramos relacionados à agroindústria. No que se refere ao setor de serviços, durante a década pode-se notar uma estabilidade da

participação mesorregional no Estado, oscilando no intervalo entre 13,5% e 14,0 %.

Contudo, como revela a Tabela 6.28, com informações referentes a alguns municípios selecionados, a importância econômica dos municípios que compõem a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é bastante heterogênea, com destaque para Uberlândia e Uberaba que, juntos, geram em torno de 7% do PIB estadual. A participação de Uberlândia no PIB estadual para os anos de 2000, 2006, 2009 e 2010 foi de 5,1%, 4,8%, 5,6% e 5,2%. Uberaba, nos mesmos anos, apresentou participação de 2,1%, 2,1%, 2,3% e 2%. Sem dúvida, além de concentrarem a maior parte da riqueza gerada na região, as estruturas produtivas são mais diversificadas nesses dois municípios, que exercem grande influência sobre os demais, como será apresentado mais adiante. Araxá, Araguari, Ituiutaba, Patos de Minas e Patrocínio, em 2010, tiveram participação de 0,8%, 0,6%, 0,6% e 0,4%, respectivamente. Os demais municípios apresentaram percentuais inferiores a esses.

Tabela 6.28: Participação municipal no PIB estadual, municípios selecionados 2000, 2006, 2009 e 2010.

Municípios	2000	2006	2009	2010
Araguari	0,7	0,8	0,7	0,6
Araporã	0,3	0,5	0,3	0,3
Araxá	0,7	0,6	0,7	0,8
Fronteira	0,4	0,4	0,3	0,2
Frutal	0,3	0,3	0,3	0,3
Ituiutaba	0,6	0,5	0,6	0,6
Patos de Minas	0,7	0,6	0,6	0,6
Patrocínio	0,4	0,4	0,5	0,4
Uberaba	2,1	2,1	2,3	2,0
Uberlândia	5,1	4,8	5,6	5,2
Demais municípios da Mesorregião	4,1	4,1	4,2	4,0

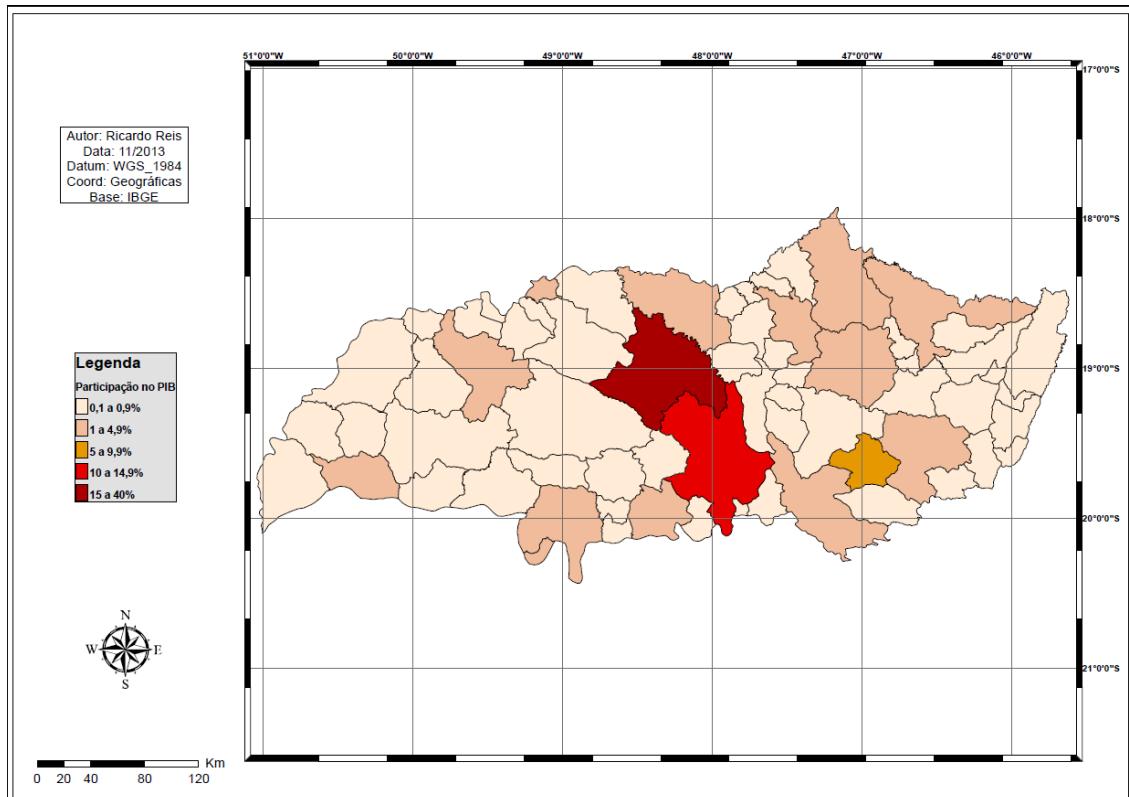
Fonte: IBGE – PIB municipal.

Esses dados mostram claramente que a geração de riqueza é espacialmente concentrada nos maiores municípios, e disso decorre que há uma hierarquia espacial entre os municípios que conformam o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e, embora haja articulações no interior da

mesorregião, ela é altamente polarizada por Uberlândia e Uberaba, notadamente pelo primeiro.

O Mapa 6.3 expõe a concentração da atividade econômica na Mesorregião. Uberlândia, dentro do Aglomerado Urbano, em 2010 concentrava 34,7% do PIB, apresentando elevação na participação no decênio anterior, uma vez que em 2000 essa participação figurava em 33,1%. Uberaba, em segunda posição, concentrava 13,6% do PIB da mesorregião, seguida por Araxá, que ampliou sua parcela, de 4,7% para 5,6%, entre 2000 e 2010.

Mapa 6.3: Participação do PIB municipal no PIB da Meso-região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.



Fonte: IBGE – PIB municipal.

Além deles, conforme pode ser visto no mapa, registraram participação superior a 1% no PIB mesoregional apenas Araguari (4,2%), Ituiutaba (3,84), Patos de Minas (3,79%), Patrocínio (2,85), Araporã (1,75%), Frutal (1,75%), Fronteira (1,5%), Monte Carmelo (1,49%), Iturama (1,25%), Conceição das Alagoas (1,2%), Ibiá (1,12%), Sacramento (1,12%) e Coromandel (1,05%). Ou

seja, dos 66 municípios da mesorregião este grupo formado por 16 municípios respondem por aproximadamente 63% de todo o PIB mesorregional.

Dentre os municípios analisados neste relatório, há um grupo que apresentou ganhos de participação no PIB da Mesorregião na primeira década dos anos 2000, sendo que, entre esses municípios, alguns elevaram, simultaneamente, suas participações no PIB estadual. Enquadram-se nessa segunda situação Uberlândia, Araxá, Ituiutaba, Conceição das Alagoas, Sacramento, Coromandel, Prata, Perdizes, Santa Vitória, Tapira, Santa Juliana, Delta e Limeira do Oeste.

Outro indicador que revela a importância da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no cenário nacional, estadual e regional consiste no PIB per capita. Dos 66 municípios, 37 apresentaram PIB per capita superior à média nacional, ao passo que 40 apresentaram PIB per capita superior ao PIB per capita de Minas Gerais. Quanto ao crescimento desse indicador, entre 2000 e 2010, em 40 municípios foi superior ao crescimento da média nacional e em 2 outros foi idêntico, enquanto 19 apresentaram crescimento positivo, embora abaixo da média nacional, e apenas em 4 a taxa de variação foi negativa. Segue a Tabela 6.29 com o PIB per capita dos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba que apresentam valores superiores à média nacional.

Tabela 6.29: PIB per capita, Brasil, Minas Gerais, municípios selecionados da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000 e 2010.

Municípios	2000	2010
Brasil	6.954,87	10.035,71
Minas Gerais	5.631,37	9.104,50
Água Comprida	12.425,43	31.343,14
Araguari	6.862,51	10.231,96
Araporã	63.040,50	76.221,67
Arapuá	6.079,45	11.962,55
Araxá	9.150,12	15.975,30
Campo Florido	9.306,87	20.714,51
Canápolis	10.977,71	12.519,38
Carneirinho	6.378,90	11.277,78
Comendador Gomes	11.037,65	17.631,83
Conceição das Alagoas	7.560,85	13.943,80
Conquista	8.904,61	12.533,49
Coromandel	5.507,83	10.195,53
Delta	8.742,15	17.057,97
Estrela do Sul	4.694,03	12.873,15
Fronteira	39.013,85	28.499,46
Ibiá	9.253,28	12.961,40
Indianópolis	26.262,30	23.726,25
Ituiutaba	6.212,54	10.582,76
Limeira do Oeste	5.656,73	14.009,47
Nova Ponte	18.500,74	19.912,74
Pedrinópolis	5.629,57	10.723,31
Perdizes	8.217,00	15.642,48
Pirajuba	28.399,49	19.443,38
Planura	19.211,52	17.373,20
Prata	4.845,99	10.078,95
Rio Paranaíba	12.655,53	16.633,67
Romaria	10.337,97	14.196,92
Sacramento	7.775,90	12.548,35
Santa Juliana	7.260,71	14.173,97
Santa Vitória	4.833,24	11.044,77
São Francisco de Sales	6.065,04	11.198,92
Serra do Salitre	6.615,87	11.247,20
Tapira	27.238,35	41.937,35
Uberaba	8.482,46	12.275,05
Uberlândia	10.222,23	15.373,36
União de Minas	7.253,77	14.481,02
Veríssimo	9.215,38	14.268,99

Fonte: IBGE - PIB municipal e Censo Demográfico.

Os municípios que despontaram com os maiores PIBs per capita, com valores bem superiores às médias nacional e estadual, são, predominantemente, municípios com baixo contingente populacional e baixa diversificação de suas estruturas econômicas, com a atividade econômica

bastante dependente, em grande medida, da produção de açúcar e álcool, energia elétrica e atividades extrativas. Os pequenos municípios com elevado PIB per capita não possuem uma estrutura produtiva muito diversificada, principalmente no que diz respeito ao setor terciário. Nesse sentido, grande parte da renda neles gerada é gasta no consumo de bens e serviços nas maiores cidades da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, notadamente Uberlândia e Uberaba, configurando um expressivo fluxo de mercadorias, serviços e pessoas entre os municípios da região.

### **6.2.1.2 - Estrutura Produtiva**

#### **6.2.1.2.1 - Composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB)**

A partir dessa apresentação mais geral da importância da região no cenário nacional e estadual, é preciso um estudo mais detalhado da estrutura produtiva do conjunto de municípios que compõem a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Primeiramente, são apresentados os dados correspondentes à composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB), que expressa a participação de cada setor de atividade econômica no VAB total. A importância desses dados relaciona-se ao fato deles permitirem indicativos do grau de complexidade da estrutura produtiva municipal. Quanto maior a participação das atividades primárias, ligadas à agropecuária – embora se saiba que há presença de uma agricultura moderna na região –, menos complexa e diversificada é a estrutura produtiva municipal, havendo maior comando do setor agropecuário sobre os demais setores de atividade. Por outro lado, a ampliação da presença do setor secundário revela que as atividades industriais podem estar em processo de expansão e podem causar modificação, no sentido de maior complexidade, da estrutura produtiva. Contudo, por outro lado, nem sempre se pode afirmar que a atividade secundária significativa revela elevado grau de complexidade da estrutura produtiva, como veremos para alguns municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Além disso, mudanças na composição setorial do VAB também causam modificações na estrutura ocupacional.

A Tabela 6.30 permite comparar a estrutura produtiva da Mesorregião e das microrregiões que a compõem com a estrutura produtiva do país e do Estado de Minas Gerais. A primeira observação a ser feita é sobre a importância do setor agropecuário para a região. Embora a participação da agropecuária na composição setorial do VAB regional seja superior à nacional e estadual, ela se reduz entre 2000 e 2010, em contrapartida a uma elevação na participação do setor de serviços, ao passo que o setor industrial se mantém estável, apenas com oscilações de pouca monta.

A participação do setor industrial é superior à média nacional, mas isso não significa que se trata de uma região com grande concentração industrial e indústria de ponta. Os ramos industriais presentes estão ligados, predominantemente, à atividade agroindustrial, com destaque para indústria de alimentos, açúcar e álcool, fumo (esta em Uberlândia), além de outros ramos produtores de bens de consumo não duráveis.

Tabela 6.30: Composição setorial do VAB - Brasil, Minas Gerais, Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Microrregiões, 2000, 2006, 2009 e 2010.

Anos	Setores Econô-micos	Brasil	Minas Gerais	Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	Microrregiões						
					Ituiuta-ba	Uber-lândia	Futal	Ube-raba	Patro-cínio	Patos de Minas	Araxá
2000	Agricultura	5,6	10,5	18,3	19,5	9,8	31,9	13,6	39,2	28,5	23,6
	Indústria	27,7	31,5	30,9	29,7	32,5	36,7	33,5	10,3	16,3	40,4
	Serviços	66,7	58,0	50,8	50,9	57,7	31,5	53,0	50,5	55,2	36,1
2006	Agricultura	5,5	8,4	15,0	19,3	6,6	21,8	14,8	33,5	25,0	23,1
	Indústria	28,8	31,8	31,8	19,1	36,3	43,1	32,3	10,0	13,2	35,6
	Serviços	65,8	59,8	53,2	61,6	57,1	35,1	52,9	56,6	61,7	41,4
2009	Agricultura	5,6	9,0	16,6	17,6	7,8	26,1	13,0	36,0	27,8	27,8
	Indústria	26,8	30,1	29,1	17,6	31,2	37,2	34,2	10,6	13,6	35,1
	Serviços	67,5	61,0	54,2	64,7	61,0	36,7	52,8	53,4	58,6	37,1
2010	Agricultura	5,3	8,5	16,7	18,5	7,5	27,7	14,6	36,3	26,1	23,7
	Indústria	28,1	33,6	30,5	18,2	33,7	35,8	33,5	11,1	14,5	39,6
	Serviços	66,6	57,9	52,8	63,3	58,7	36,5	51,9	52,7	59,4	36,8

Fonte: IBGE – PIB municipal.

Interessante notar, na Tabela 6.30, que as composições setoriais do VAB das microrregiões que compõem a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba são bastante diferenciadas.

É na Microrregião de Patrocínio que se verifica o maior peso do setor agropecuário e o menor peso do setor industrial, revelando a baixa diversificação da estrutura produtiva da microrregião. Entre os municípios que a compõem, em Romaria cerca de 66,8% do VAB provinham de atividades agropecuárias em 2010, com participação de apenas 4,4% da indústria. Outros municípios com participação do setor agropecuário superior à média da microrregião foram Abadia dos Dourados, Coromandel, Cruzeiro das Fortalezas, Douradoquara, Estrela do Sul e Serra do Salitre. Uma análise do conjunto da Microrregião mostra que houve uma pequena perda de participação do setor agropecuário entre 2000 e 2010, que se deu em contrapartida a uma pequena elevação do setor industrial (menos de um ponto percentual) e um ganho um pouco mais expressivo para o setor de serviços (pouco mais de dois pontos percentuais). Os dados municipais estão ilustrados nas Tabelas 6.31, 6.32, 6.33, 6.34, 6.35, 6.36, 6.37 e 6.38.

A microrregião de Frutal tem estrutura produtiva muito particular, em comparação com as demais, com participações muito próximas dos três grandes setores econômicos na sua estrutura produtiva. Entretanto, essa informação, ao se referir à média da microrregião, esconde algumas especificidades. Apenas três municípios da microrregião apresentavam em 2010 uma participação do setor agropecuário inferior à média da microrregião, sendo eles Fronteira, com a pequena participação de 3,7% do setor agropecuário na composição setorial do VAB, Iturama (20,8%) e Planura (12,3%). Esses municípios interferiram na redução da média da microrregião, visto que dentre os municípios que compõem essa microrregião, alguns apresentaram uma estrutura produtiva bastante dependente da produção primária, com participações elevadas do setor agropecuário: Carneirinho (40,3%), Comendador Gomes (72,9%), Itapagipe (37,8%), Limeira do Oeste (49,1%), Pirajuba (36%), São Francisco de Sales (61,4%), União de Minas (70,2%). Trata-se de municípios com pequeno grau de diversificação de suas estruturas produtivas. É em Iturama e Frutal que se observa maior diversificação de suas estruturas produtivas. O município de Fronteira apresentou, na última década, importante aumento da população, que passou

de 9.024 para 14.041 habitantes, entre 2000 e 2010, enquanto elevou de 76,75% para 96,23% sua taxa de urbanização. Além do surto demográfico é possível notar uma queda na importância do setor agropecuário no VAB municipal que passou de 8,6% para 3,7%, neste referido período.

A terceira microrregião com grande peso do setor agropecuário é Patos de Minas. No período em análise, esse setor sofreu pequena queda de participação, com perda também da indústria e ganho do setor de serviços. Em Arapuá a queda de participação do setor agropecuário foi significativa: de 54,2% para 23%. Tiros e Rio Paranaíba, com mais de 50% do VAB proveniente da produção agropecuária, mostram uma baixa diversificação da base econômica. Os municípios que apresentaram uma estrutura produtiva diferenciada, em relação aos demais da microrregião, foram Patos de Minas e São Gotardo, com baixa participação de agropecuária e indústria e participação de serviços bastante elevada, que se aproxima da participação de serviços na estrutura produtiva nacional.

Os dados referentes à microrregião de Araxá apresentam uma composição setorial parecida com a de Frutal, com destaque para a elevada participação da indústria. Entretanto, os ramos de atividade dos três setores que se destacam nas duas microrregiões são distintos. Os municípios que elevam a participação da indústria na composição setorial dessa microrregião são Araxá, Nova Ponte e Tapira. Por outro lado, aí se localizam municípios que possuem base produtiva com grande força da agropecuária, com o setor agropecuário correspondendo a mais de 50% do VAB, tais como Campos Altos, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha.

As microrregiões de Ituiutaba, Uberlândia e Uberada foram as que apresentaram maior complexidade de suas estruturas produtivas. Entretanto, dentre essas três microrregiões, a de Ituiutaba apresentou pequena perda de participação da indústria, devido ao recuo ocorrido em Gurinhatã, Ipiaçu e Ituiutaba. Vale a pena destacar o comportamento dos dados desse último município: entre 2000 e 2010 a participação da agropecuária no VAB reduziu-se em dois pontos percentuais, ao passo que a indústria apresentou queda de dezessete pontos percentuais nesse mesmo indicador. Por outro lado, o setor

de serviços cresceu, com ganhos de dezoito pontos percentuais no mesmo período, perfazendo 72,1% do VAB, em 2010.

A microrregião de Uberaba também figura entre as de maior diversificação na estruturas produtiva, sendo Uberaba o município que mais se destaca, com apenas cerca 8,9% do VAB correspondente à atividade agropecuária, sabendo-se, também que aí existe uma agropecuária moderna. Seu setor industrial corresponde a 34,5% do VAB e o setor de serviços a 56,6%. Alguns municípios se distanciam bastante dos dados médios da microrregião, com o setor agropecuário perfazendo mais de 50% do VAB, tais como Água Comprida (73,1), Conquista (55,3%) e Veríssimo (56,8%). Chama a atenção a modificação da estrutura produtiva do Delta, pela grande perda de importância do setor agropecuário, cuja participação no VAB caiu de 23,1% para 6,8% entre 2000 e 2010, com correspondente ganho de participação do setor industrial: de 37,6% para 59,3%.

Por fim, a microrregião de Uberlândia é a de maior diversificação e complexidade, com a estrutura que mais se aproxima das estruturas nacional e estadual. Em termos relativos, na última década a microrregião apresentou queda na participação do setor agropecuário no VAB, com ganhos para a indústria e os serviços. Em todos os seus municípios se verifica a mesma tendência de queda de participação do setor agropecuário no VAB e apenas em Monte Alegre de Minas essa participação é superior a 50%. Por outro lado, percebe-se em outros municípios uma vocação agrícola bem definida, com mais de 40% do VAB no setor agropecuário, tais como Canápolis, Cascalho Rico, Centralina e Prata. Uberlândia, município polo da região, em 2010 apresentava pequena participação da agricultura, cerca de 3% do VAB, contrapondo-se à indústria e aos serviços, com 31,2% e 65,8%, respectivamente.

Apesar do grande peso do setor agropecuário, a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possui uma agricultura e uma pecuária moderna e produtiva em vários dos seus municípios e, para grande parte de sua indústria e do setor de serviços, o dinamismo decorre dos efeitos desencadeados pelo setor primário.

A seguir, são apresentados os dados da composição setorial do VAB dos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, visando mostrar que, entre 2000 e 2010, houve certa modificação em suas estruturas produtivas dos municípios, com tendência à queda da participação do setor agropecuário na geração de valor.

Adotamos a seguinte seqüência: primeiramente as informações dos municípios com participação do setor agropecuário abaixo de 20% do VAB, para 2000 e 2010; a seguir, e para os mesmos anos, apresentaremos os municípios com participação do setor agropecuário entre 20% e 30%, entre 30% e 50%, e superior a 50%.

Os municípios com estrutura produtiva que mais se aproxima da estrutura produtiva nacional e estadual são os apresentados nas Tabelas 6.31, 6.32, 6.33 e 6.34. Todos os municípios que consistem em sede das microrregiões que compõem a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba apresentaram redução do setor primário na composição setorial do VAB. Frutal e Patrocínio, segundo os dados referentes ao ano de 2000, estavam entre os municípios que apresentavam peso do setor agropecuário entre 30 e 50%. Os dados referentes ao ano de 2010 apresentam esses dois municípios entre aqueles que tem um peso do referido setor entre 20% e 30%. Araxá, Ituiutaba, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia apresentam-se entre os municípios com menor peso do setor agrícola, e com maior diversificação das atividades econômicas.

Tabela 6.31: Composição setorial do VAB municipal - município com participação da agropecuária no VAB abaixo de 20%, 2000.

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Araguari	18,5	32,7	48,9
Araporã	3,5	87,7	8,8
Araxá	5,1	52,0	42,9
Fronteira	8,6	82,1	9,3
Ituiutaba	8,1	37,9	54,0
Patos de Minas	12,5	25,1	62,5
Tapira	14,1	68,9	17,0
Uberaba	7,3	36,8	55,8
Uberlândia	3,4	29,7	67,0

Fonte: IBGE – PIB municipal.

Tabela 6.32: Composição setorial do VAB municipal - município com participação da agropecuária no VAB abaixo de 20%, 2010.

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Araguari	13,3	40,6	46,1
Araporã	3,0	84,3	12,7
Araxá	3,8	53,8	42,4
Delta	6,8	59,3	33,9
Fronteira	3,7	84,7	11,6
Ituiutaba	7,9	20,0	72,1
Patos de Minas	13,0	20,1	66,9
Planura	12,3	55,2	32,6
Tapira	19,7	62,5	17,9
Uberaba	8,9	34,5	56,6
Uberlândia	3,0	31,2	65,8

Fonte: IBGE – PIB municipal.

Interessante observar que municípios pequenos, como Planura e Delta, apresentaram modificações significativas nas suas estruturas produtivas. Planura ampliou a participação do setor de serviços, apresentou importante incremento populacional entre 2000 e 2010 e uma elevada taxa de urbanização de 97,18% para esse último ano. Os dados de emprego por ramo de atividade revelam que mais de 40% do pessoal está ocupado na administração pública, e aproximadamente 10% em atividades terciárias ligadas ao comércio de mercadorias. No mesmo período, esse município apresentou ampliação do setor de serviços. No Delta, ao mesmo tempo em que quase dobrou seu contingente populacional, a atividade industrial ampliou-se, sendo a produção de açúcar e álcool o que se destaca no município.

Tabela 6.33: Composição setorial do VAB municipal -  
município com participação da agropecuária no VAB entre 20 e 30%, 2000

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Alto Paranaíba	29,2	24,8	46,0
Delta	23,1	37,6	39,4
Ibiá	29,6	34,8	35,6
Indianópolis	26,9	63,3	9,8
Iturama	24,9	28,5	46,6
Monte Carmelo	28,1	15,8	56,1
Nova Ponte	23,7	60,5	15,8
Planura	21,1	53,2	25,7
São Gotardo	27,3	7,5	65,3

Fonte: IBGE – PIB municipal.

Tabela 6.34: Composição setorial do VAB municipal -  
município com participação da agropecuária no VAB entre 20 e 30%, 2010.

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Alto Paranaíba	27,8	24,8	47,5
Arapuá	23,0	30,6	46,4
Frutal	29,3	18,5	52,2
Indianópolis	23,6	60,4	16,0
Iraí de Minas	25,6	20,9	53,6
Iturama	20,8	25,8	53,4
Monte Carmelo	23,5	9,8	66,7
Nova Ponte	25,8	52,9	21,2
Patrocínio	27,5	13,8	58,7
São Gotardo	21,6	10,7	67,7

IBGE – PIB municipal.

As Tabelas 6.35 e 6.36 ilustram os municípios com participação do setor agropecuário entre 30 e 50% do VAB. Percebe-se que houve um aumento no número de municípios dentro dessa classificação e ressalta-se que esse grupo de municípios possui uma forte presença da agricultura. A comparação entre a Tabela 6.31 com a Tabela 6.2.12 mostra que alguns municípios diminuíram a participação do setor primário no VAB, deixando de estar entre aqueles que apresentavam mais de 50% da riqueza gerada no município sendo proveniente do setor agropecuário. São eles: Campo Florido, Canápolis, Carneirinho, Cascalho Rico, Limeira do Oeste.

Tabela 6.35: Composição setorial do VAB municipal - municípios com participação da agropecuária no VAB entre 30 e 50%, 2000.

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Abadia dos Dourados	44,3	11,8	43,9
Cachoeira Dourada	49,3	3,9	46,9
Campina Verde	35,3	21,7	43,0
Capinópolis	38,5	17,4	44,1
Carmo do Paranaíba	35,1	8,1	56,8
Centralina	36,8	15,4	47,8
Conceição das Alagoas	46,2	11,5	42,3
Coromandel	49,8	8,7	41,6
Cruzeiro da Fortaleza	46,4	7,5	46,1
Douradoquara	39,7	8,2	52,1
Frutal	39,1	13,0	47,9
Grupiara	36,4	5,5	58,2
Guimarânia	48,7	6,9	44,4
Iraí de Minas	41,7	9,3	49,0
Itapagipe	48,3	16,7	35,0
Lagoa Formosa	41,8	6,4	51,8
Matutina	44,2	8,8	47,0
Patrocínio	31,8	10,4	57,9
Prata	37,8	16,1	46,1
Sacramento	45,2	13,9	40,9
Santa Juliana	46,6	15,5	37,9
Santa Rosa da Serra	49,5	6,2	44,3
Santa Vitória	41,0	10,5	48,6
São Francisco de Sales	48,7	15,6	35,7
Tupaciguara	40,3	10,2	49,5

Fonte: IBGE – PIB municipal

Tabela 6.36: Composição setorial do VAB municipal - município com participação da agropecuária no VAB entre 30 e 50%, 2010

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Abadia dos Dourados	44,0	10,4	45,5
Cachoeira Dourada	40,5	6,3	53,2
Campina Verde	36,0	21,3	42,7
Campo Florido	42,9	29,2	27,9
Canápolis	43,8	24,2	32,1
Capinópolis	35,2	21,2	43,6
Carmo do Paranaíba	30,2	7,9	61,9
Carneirinho	40,3	22,4	37,3
Cascalho Rico	42,6	10,1	47,4
Centralina	40,4	7,5	52,0
Conceição das Alagoas	36,0	29,1	34,9
Coromandel	47,6	11,0	41,5
Cruzeiro da Fortaleza	46,7	7,2	46,1
Douradoquara	41,1	15,7	43,3
Grupiara	34,3	7,3	58,3
Guimarânia	44,1	7,7	48,2
Ibiá	34,4	29,2	36,4
Itapagipe	37,8	25,9	36,4
Lagoa Formosa	47,3	6,1	46,5
Limeira do Oeste	49,1	20,1	30,8
Matutina	33,9	17,8	48,4
Pirajuba	36,0	34,0	30,0
Prata	40,1	13,2	46,7
Sacramento	43,2	18,3	38,5
Santa Juliana	42,8	20,2	37,0
Santa Rosa da Serra	46,1	7,7	46,2
Santa Vitória	40,5	14,5	45,0
Tupaciguara	34,9	9,4	55,7

Fonte: IBGE – PIB municipal

As Tabelas 6.37 e 6.38 ilustram os municípios com participação do setor agropecuário superior a 50% do VAB. Os dados indicam uma tendência, para a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba de significativa redução do número de municípios com participação do setor agropecuário superior a 50% do VAB, o que indica que a região vem passando por uma maior diversificação das atividades produtivas.

Tabela 6.37: Composição setorial do VAB municipal - municípios com participação da agropecuária no VAB superior a 50%, 2000.

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Água Comprida	66,2	3,3	30,5
Arapuá	54,2	12,6	33,2
Campo Florido	69,1	4,1	26,7
Campos Altos	53,1	5,6	41,3
Canápolis	54,7	18,0	27,4
Carneirinho	55,8	8,7	35,5
Cascalho Rico	51,8	5,1	43,1
Comendador Gomes	72,6	2,3	25,2
Conquista	55,0	12,8	32,2
Estrela do Sul	55,5	5,8	38,7
Gurinhatã	58,5	7,5	34,0
Ipiaçu	53,4	5,3	41,3
Limeira do Oeste	60,4	6,2	33,4
Monte Alegre de Minas	65,1	3,6	31,3
Pedrinópolis	54,1	7,0	38,9
Perdizes	65,4	5,3	29,4
Pirajuba	63,2	10,6	26,2
Pratinha	64,7	2,9	32,4
Rio Paranaíba	73,5	2,4	24,1
Romaria	73,4	2,9	23,8
Serra do Salitre	64,9	3,8	31,3
Tiros	50,3	8,8	40,9
União de Minas	63,7	8,1	28,3
Veríssimo	52,8	17,2	30,0

Fonte: IBGE – PIB municipal.

Tabela 6.38: Composição setorial do VAB municipal - município com participação da agropecuária no VAB superior a 50%, 2010.

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Água Comprida	73,1	1,8	25,1
Campos Altos	54,5	5,9	39,6
Comendador Gomes	72,9	2,6	24,5
Conquista	55,3	11,7	33,0
Estrela do Sul	66,8	4,4	28,8
Gurinhatã	59,8	6,1	34,1
Ipiaçu	50,2	5,0	44,8
Monte Alegre de Minas	53,8	6,2	40,0
Pedrinópolis	55,7	4,4	39,9
Perdizes	66,3	3,2	30,6
Pratinha	61,4	3,6	35,0
Rio Paranaíba	64,8	4,0	31,3
Romaria	68,5	4,6	26,9
São Francisco de Sales	61,4	5,9	32,7
Serra do Salitre	64,2	3,4	32,4
Tiros	50,8	10,6	38,6
União de Minas	70,2	4,0	25,8
Veríssimo	56,8	13,4	29,8

Fonte: IBGE – PIB municipal.

Apesar da tendência de queda do número de municípios que apresentaram mais de 50% do valor agregado sendo gerado por atividades agropecuárias, percebe-se que alguns deles passaram por uma certa regressão nas suas estruturas produtivas, ampliando a participação do setor primário como, por exemplo: Água Comprida, Estrela do Sul, União de Minas.

Os municípios que estavam nesse patamar de peso do setor primário são pequenos em termos populacionais, sendo que em 12 deles o número de habitantes era inferior a 10.000 pessoas, em 2010: Água Comprida (2.025); Comendador Gomes (2.972); Conquista (6.526); Estrela do Sul (7.446); Gurinhatã (6.137); Ipiaçu (4.107); Pedrinópolis (3.490); Pratinha (3.265); Romaria (3.596); São Francisco de Sales (5.776); União de Minas (4.418).

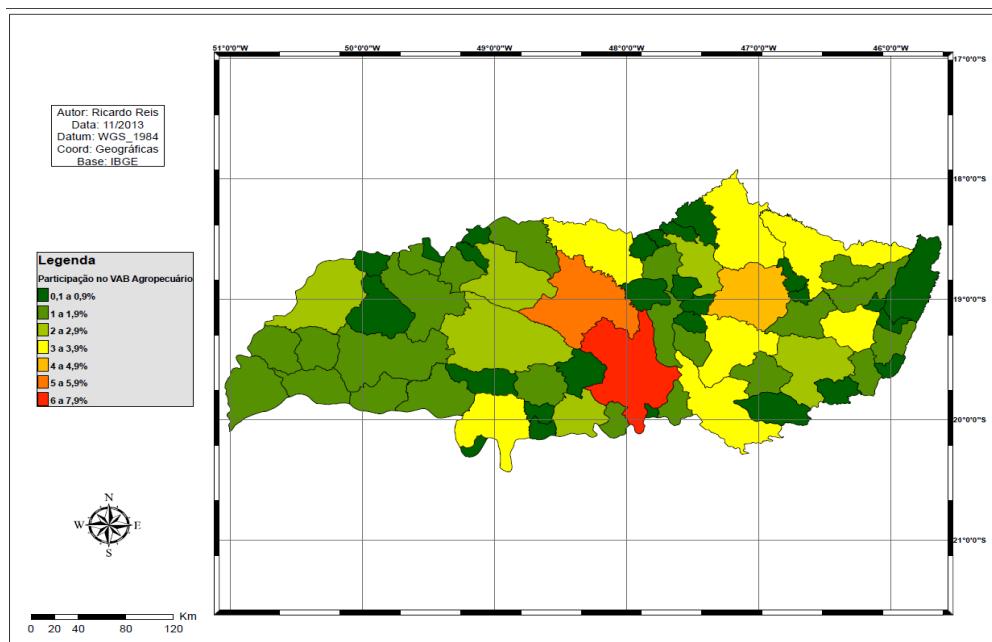
## 6.2.2 - Análise dos três grandes setores econômicos

### Agropecuária

O Mapa 6.4 ilustra a participação dos municípios no VAB agropecuário referente a 2010.

O município com maior participação no VAB da agropecuária mesorregional é Uberaba, que respondia por 7,2% da produção agropecuária da referida mesorregião em 2010. Importante destacar que esse município apresentou uma ampliação de 1,8 pontos percentuais na sua participação durante a década, passando de 5,42% para 7,24% de 2000 a 2010. No que diz respeito à lavoura temporária, as culturas que se destacam no município são milho, cana-de-açúcar e soja, sendo que aproximadamente 50% da área destinada a lavoura temporária corresponde a plantação de soja. No que se refere a lavoura permanente, os dois produtos que ocupam maior parte da área plantada são café e laranja.

Mapa 6.4: Participação Percentual do Valor Agregado Bruto do setor agropecuário do município no Valor Agregado Bruto do setor agropecuário da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Fonte: IBGE – PIB Municipal.

O segundo maior VAB agropecuário da região é Uberlândia, que manteve sua participação estável entre os anos de 2000 e 2010 em torno de 5,5%, sendo que no que se refere a lavoura temporária há uma grande concentração na produção de milho e soja, uma vez que 24% da área destinada à lavoura temporária correspondeu à cultura de milho e 71% correspondeu à cultura de soja. No que se refere à lavoura permanente, a lavoura que ocupa a maior parte da área plantada é laranja.

Entre os dez municípios com maior participação na produção agropecuária da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, além de Uberaba e Uberlândia, estão Araguari, Frutal, Coromandel, Patrocínio, Patos de Minas, Rio Paranaíba, Perdizes e Sacramento, todas com participações no VAB da região entre 3% e 5%, sendo que esses municípios apresentam a maior parte de suas lavouras temporárias destinadas à produção de cana-de-açúcar, milho e soja. A laranja é o principal produto de lavoura permanente para Frutal, ao passo que o café consiste no produto que tem maior participação na área plantada com lavoura permanente para os demais municípios.

No que se refere à lavoura temporária, os produtos que se destacam para os demais municípios são cana-de-açúcar, milho e soja, com destaque para a expansão de cana-de-açúcar e soja na região em análise. No que se refere à lavoura permanente, os principais produtos plantados são laranja, café e banana. Percebe-se que, apesar da modernização da agricultura da região, há pouca diversificação da atividade agrícola com expressiva participação de atividades extensivas tais como cana-de-açúcar e soja.

### Indústria

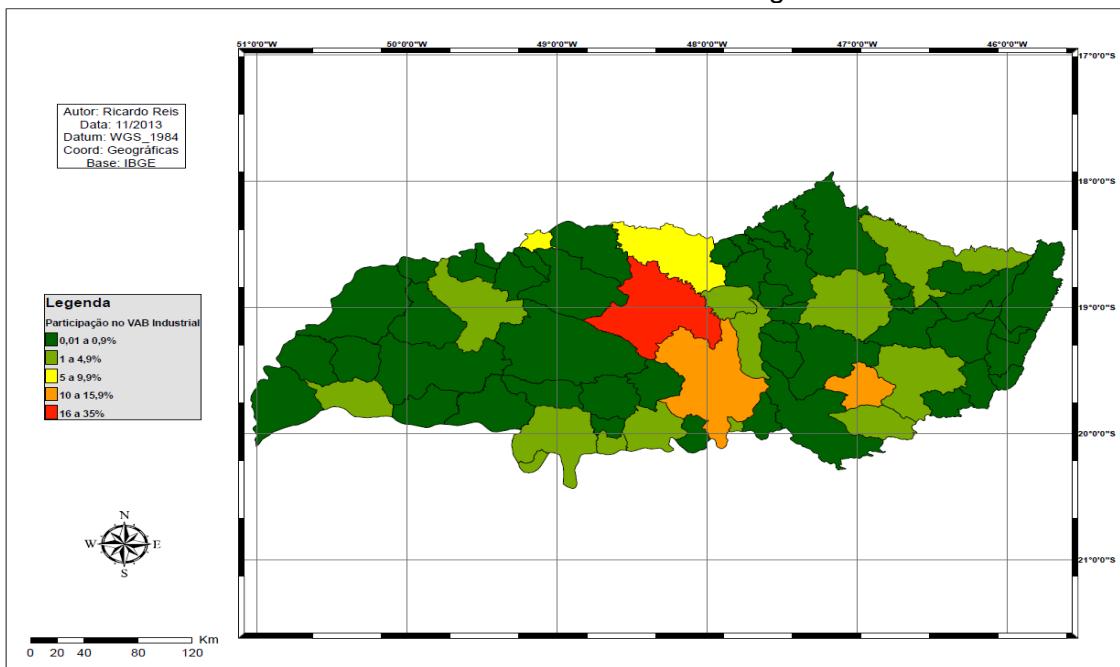
O Mapa 6.5 ilustra a participação do VAB industrial de cada município na no VAB industrial da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Ao contrário do VAB agrícola, que apresenta relativa desconcentração, o VAB industrial apresenta-se bastante concentrado em poucos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Os municípios que possuem maior participação do VAB industrial no VAB industrial da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba são Uberlândia, que concentra a maior parte da riqueza gerada no setor industrial perfazendo 31,5% em 2010, Uberaba, Araxá e Araguari estavam com participação, respectivamente, de 15,36%, 10,11% e 5,96%, para o ano de 2010. O comportamento das referidas participações entre os anos de 2000 e 2010 foram de ganhos dentro da região para Uberlândia, Araxá e Araguari, e pequena perda de participação para Uberaba.

Interessante notar que municípios pequenos como Araporã e Fronteira consistem no quinto e sexto municípios, respectivamente, com maiores participações na produção industrial da Mesorregião, perfazendo 5,43% para o primeiro e 4,75% para o segundo. A expressividade do setor secundário desses municípios está relacionada diretamente com a expansão da cana-de-açúcar.

Patos de Minas e Ituiutaba, em 2010, apresentaram participação de 2,61% e 2,56%, sendo que esses dois municípios apresentaram queda de participação entre os anos de 2000 e 2010. Os municípios de Nova Ponte, Tapira, Patrocínio, Planura, Conceição das Alagoas, Ibiá, Frutal, Iturama e Delta apresentaram participação entre 1% e 2%. Os demais municípios apresentaram participação inferior a essa.

Mapa 6.5: Participação Percentual do VAB do setor industrial do município no VAB do setor industrial da Mesorregião



Fonte: IBGE – PIB Municipal.

A Tabela 6.39, que apresenta dados do Valor da Transformação Industrial (VTI) da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para os anos de 1996 e 2005, complementa a análise do setor industrial e também revela a grande concentração da atividade industrial em poucos municípios da região, ao mostrar que são poucos os municípios que apresentam participação relevante na indústria estadual. De 1996 a 2005, a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba teve queda de participação na produção industrial estadual. Essa tendência dos dados não está relacionada a uma retração da indústria na região, mas ocorreu porque outras regiões do estado receberam indústrias produtoras de bens de maior valor agregado, e apresentaram taxas de crescimento industrial superiores a do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Além disso, os dados mostram uma forte concentração da atividade industrial nos municípios de Uberlândia e Uberaba.

Tabela 6.39: Participação da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e dos municípios no número de empresas industriais e no Valor da Transformação Industrial (VTI) estadual - 1996 e 2005, em %.

Municípios	1996		2005	
	Empresas industriais	VTI	Empresas industriais	VTI
Minas Gerais	100	100	100	100
Mesorregião TMAP	11,7	14,7	9,8	10,6
Araguari	0,7	0,5	0,7	0,3
Araxá	0,5	0,8	0,3	1,5
Ituiutaba	0,6	1,1	0,5	0,6
Patos de Minas	0,8	0,6	0,9	0,3
Patrocínio	0,2	0,1	0,1	0,1
Uberaba	2,3	4,7	2,0	1,9
Uberlândia	2,7	5,1	2,6	4,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual (PIA).

A análise da participação do VTI municipal no VTI da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba revela uma elevada concentração da atividade industrial nos municípios de Uberlândia e Uberaba, apesar de que entre 1996 e 2005 Uberaba perde participação. Para o mesmo período, Uberlândia e Araxá ampliaram suas participações no VTI da Mesorregião. Monte Carmelo teve uma participação no número de empresas maior que a participação no VTI, o que indica que são empresas de ramos industriais com baixo valor agregado. Delta apresentou tendência inversa, que é baixa participação no número de empresas e significativa participação no VTI, o que indica elevado nível e produção de um pequeno número de empresas.

Tabela 6.40: Participação do Valor da Transformação Industrial (VTI) municipal no VTI da Mesorregião do Triângulo Mineiro de Alto Paranaíba - 1996 e 2005, em %.

Municípios	1996		2005	
	Empresas industriais	VTI	Empresas industriais	VTI
Mesorregião TMAP	100,0	100,0	100,0	100,0
Araguari	6,3	3,7	6,9	2,9
Araxá	4,3	5,3	3,1	14,5
Delta	0,5	-	0,7	5,4
Ituiutaba	5,0	7,3	5,4	6,1
Iturama	2,5	4,3	0,9	3,8
Monte Carmelo	6,3	0,6	5,4	0,3
Patos de Minas	7,0	4,0	8,9	2,9
Uberaba	20,1	32,1	20,8	17,8
Uberlândia	22,9	34,9	26,4	41,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual (PIA).

Tanto os dados de VAB quanto os dados de VTI indicam uma grande concentração industrial em poucos municípios da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o que reforça a tendência de polarização de Uberlândia e Uberaba. Vale destacar que os ramos industriais que predominam na região estão diretamente relacionados à atividade primária, sendo, em grande medida, produção de alimentos, açúcar e álcool. Nesse sentido, Uberlândia não apenas tem maior participação na produção industrial, como também tem uma atividade industrial mais diversificada e complexa em relação aos demais municípios.

### **Serviços**

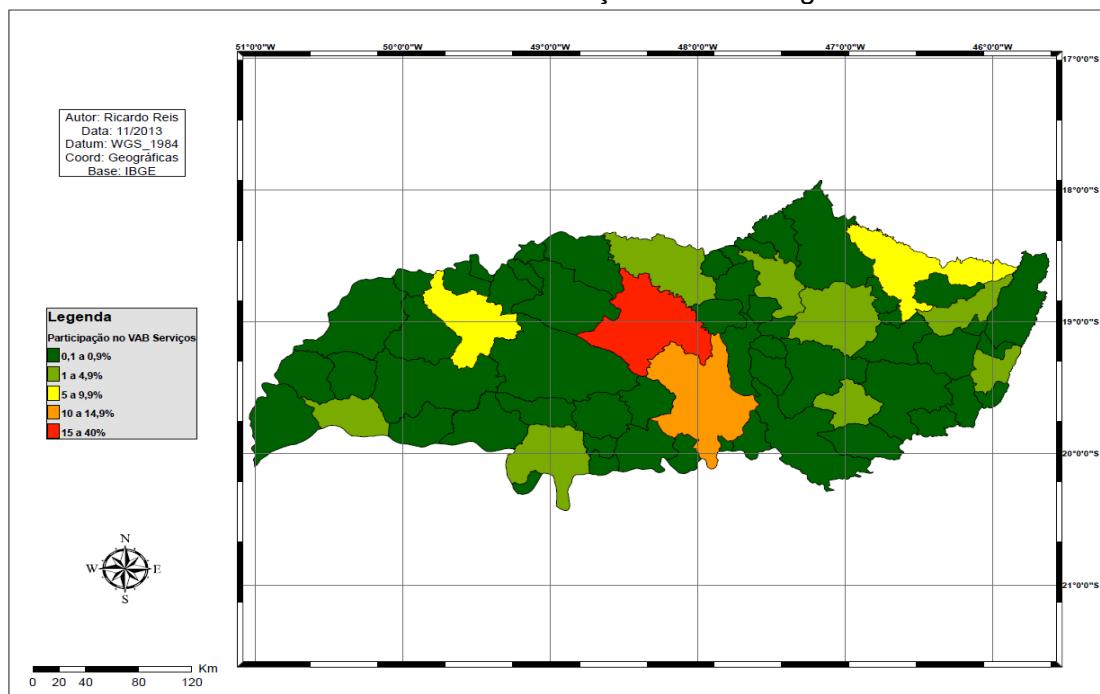
O Mapa 6.6 ilustra a participação do VAB de serviços de cada município no VAB de serviços da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O VAB de serviços da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é ainda mais concentrado em relação ao VAB da indústria, sendo que apenas doze municípios tiveram, em 2010, participação superior a 1% e, dentre esses, apenas sete municípios concentram 75% do VAB de serviços da Mesorregião.

O município de Uberlândia concentra 38,5% do VAB de serviços da região, exercendo importante polarização na região. Esse município concentra os serviços mais modernos da região no que diz respeito a serviços financeiros, comércio diversificado, hotéis, serviços médico-hospitalares, serviços educacionais, além de um peso importante do comércio atacadista, possui o maior aeroporto da região. Trata-se também do município, dentre o conjunto de municípios da referida mesorregião, que possui maiores fluxos entre outros municípios do país e com o exterior. No que se refere às atividades terciárias com maior número de pessoal ocupado destaca-se teleatendimento, educação superior, hipermercados, restaurantes. O setor de serviços, no caso desse município, tem uma grande diversificação e não é totalmente dependente do setor agropecuário, e consiste em uma atividade que atrai, diariamente, pessoas de outros municípios da Mesorregião do Triângulo

Mineiro e Alto Paranaíba e de outros municípios que não pertencem essa Mesorregião.

Entre os demais municípios que concentram a maior parte do VAB de serviços da região estão Uberaba (14,56%), Ituiutaba (5,34%), Patos de Minas (5,04%), Araxá (4,61%), Araguari (3,92%), Patrocínio (3,36%). Monte Carmelo, Frutal, Iturama, São Gotardo e Carmo do Paranaíba tiveram participação entre 1 e 1,9%. Os demais municípios tiveram participação inferior a 1%.

Mapa 6.6: Participação Percentual do VAB do setor de Serviços do município no VAB do setor de Serviços da Mesorregião



Fonte: IBGE – PIB Municipal.

## **6.2.2 – Mercado de Trabalho**

### **6.2.2.1 - Crescimento da População em Idade Ativa e População Economicamente Ativa**

Os dados sobre a População em Idade Ativa (PIA) e População Economicamente Ativa (PEA) informam sobre a força de trabalho em determinadas localidades<sup>10</sup>. A PIA representa o “recurso humano potencial” e a PEA permite aferir o tamanho real da população engajada no trabalho, seja ocupada ou em busca de ocupação. As duas magnitudes estão relacionadas, mas a PEA pode variar no curto prazo em função de determinadas políticas.

Os dados referentes ao TMAP evidenciam, de um modo geral, menor crescimento da PIA<sup>11</sup> e expansão ainda expressiva da PEA, o que indica uma pressão importante sobre o mercado de trabalho, mas que deve arrefecer nos próximos anos, moderando a expansão da oferta de trabalho. É possível observar, a título de exemplo, que o número de pessoas com idade compreendida entre 15 e 24 anos (considerado o período de início da vida produtiva), em vários municípios do TMAP, era menor em 2010 do que em 2000.

Foram observados três padrões de comportamento da PIA, nesse período, os quais podem ser observados na Figura 6.1. Em quase dois terços dos municípios, a PIA cresceu em ritmo inferior ao observado no País (abarcando a área em azul, que vai de Abadia dos Dourados até União de Minas). Em 18,2% dos municípios o crescimento médio anual da PIA aproximou-se do crescimento do Brasil (de Araporã a Veríssimo). E no terceiro grupo estão os municípios que apresentaram crescimento superior ao brasileiro (listados na área verde). Neste último caso, destacam-se Fronteira, Pirajuba e

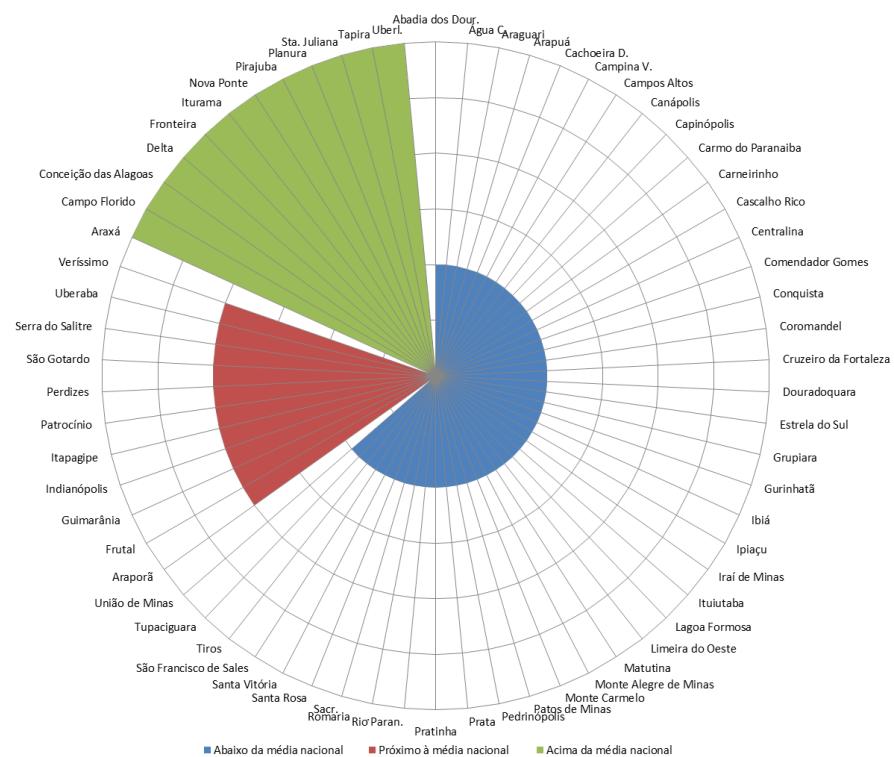
---

<sup>10</sup> A PIA corresponde ao contingente populacional com idade igual ou superior a 10 anos. A PEA é um subconjunto da PIA que engloba a população com 10 anos ou mais de idade que esteja efetivamente engajada no mercado de trabalho.

<sup>11</sup> Em função de menores taxas de fecundidade e natalidade.

Delta, que apresentaram taxas de crescimento da PIA em torno de 5% ao ano no período em questão.

Figura 6.1 – Padrões relativos de crescimento da População em Idade Ativa dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000-2010



Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

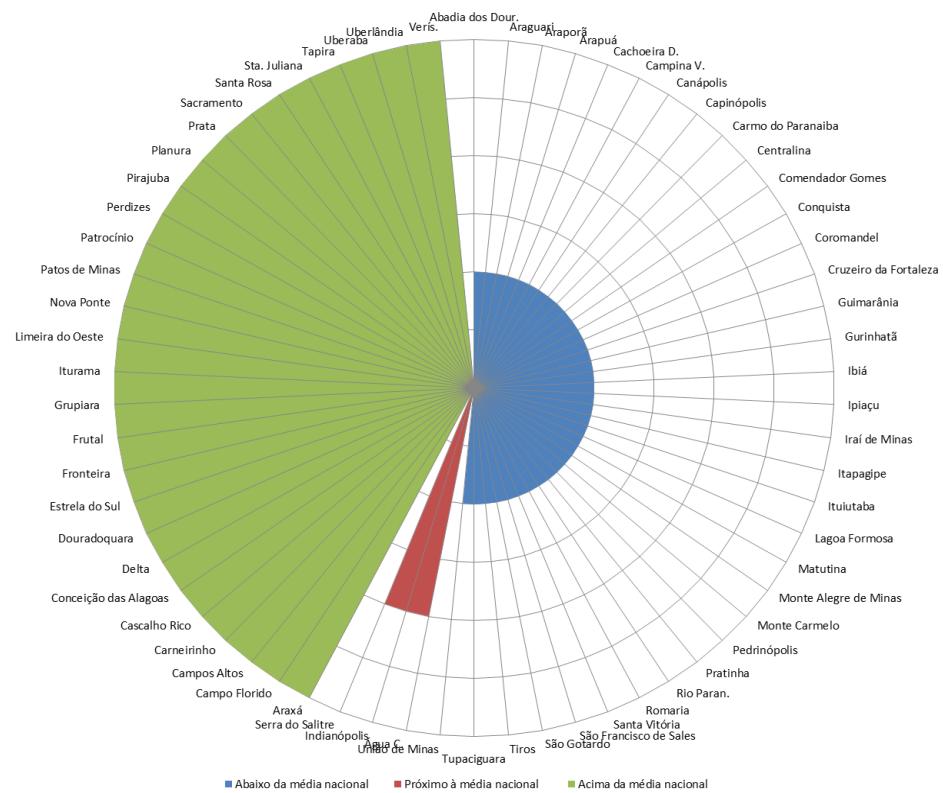
A evolução da PEA converge, em parte, com aquela exibida pela PIA, isto é, em pouco mais da metade (53%) dos municípios do TMAP (representados pelo semicírculo em azul na Figura 6.2) o crescimento médio foi inferior ao verificado para o Brasil. Entretanto, um conjunto expressivo de municípios (42,4%) apresentou taxas médias de crescimento da PEA superiores à nacional (o leque verde na Figura 6.2.2). Nesses municípios, excetuando-se Delta, a PEA também apresentou crescimento superior ao da PIA, sinalizando mercados de trabalho aquecidos<sup>12</sup>. Em outros municípios, vale

---

<sup>12</sup> Os dados da PEA por faixa etária mostram que as idades mais avançadas apresentaram taxas de crescimento bem mais elevadas.

mencionar, notou-se movimento inverso, com a PIA apresentando crescimento superior à PEA, o que indica pouco dinamismo do mercado de trabalho local, uma vez que parte da PIA, provavelmente, vive em situação próxima ao desalento (quando as pessoas deixam de efetuar uma busca ativa por trabalho por não encontrarem com facilidade vagas disponíveis) ou em situação de inatividade (situação das donas de casa, estudantes e aposentados).

**Figura 6.2 - Padrões relativos de crescimento da População Economicamente Ativa dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000-2010**



Fonte: Microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

### **6.2.2.2 - Taxas de participação**

A taxa de participação da população na força de trabalho é um indicador da porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, seja na condição de ocupadas ou desocupadas. As informações do Censo Demográfico mostram que essa taxa cresceu (no Brasil, em Minas Gerais e em 92,5% dos municípios do TMAP) no período 2000-2010. Esse crescimento reflete, em grande medida, a continuidade do ingresso feminino no mercado de trabalho.

A taxa de participação é superior a 50% em todos os municípios do TMAP. As maiores taxas, acima de 60%, foram registradas para Douradoquara, Comendador Gomes, Sacramento, Santa Rosa da Serra e Serra do Salitre. Em todos esses municípios, observa-se uma taxa de participação elevada, em relação à média, dos segmentos mais jovens da população (de 10 a 24 anos) na força de trabalho dos municípios.

Tabela 6.41:Taxas de participação da força de trabalho,  
Brasil, Minas Gerais e municípios do TMAP, 2000 e 2010 (%)

	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Brasil</b>	<b>56,6</b>	<b>57,7</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>57,0</b>	<b>58,8</b>
<b>TMAP</b>	<b>59,8</b>	<b>62,1</b>
Abadia dos Dourados	55,4	58,8
Água Comprida	53,3	61,8
Araguari	58,9	60,5
Araporã	56,5	54,6
Arapuá	63,6	59,2
Araçá	59,4	62,5
Cachoeira Dourada	58,7	59,0
Campina Verde	55,4	56,3
Campo Florido	61,0	63,1
Campos Altos	60,0	63,7
Canápolis	60,2	61,3
Capinópolis	55,4	60,3
Carmo do Paranaíba	59,3	56,6
Carneirinho	54,2	61,2
Cascalho Rico	53,8	63,6
Centralina	54,6	51,7
Comendador Gomes	60,3	68,5
Conceição das Alagoas	56,8	60,0
Conquista	59,5	59,0
Coromandel	60,4	61,3
Cruzeiro da Fortaleza	55,1	59,4

Delta	58,8	56,6
Douradoquara	60,0	72,3
Estrela do Sul	49,3	62,1
Fronteira	54,1	62,1
Frutal	58,9	60,2
Grupiara	42,4	59,2
Guimarânia	57,6	55,5
Gurinhatã	53,1	58,9
Ibiá	56,3	57,7
Indianópolis	57,2	56,2
Ipiaçu	58,5	52,4
Iraí de Minas	64,6	63,4
Itapagipe	62,3	60,1
Ituiutaba	59,1	61,1
Iturama	59,6	61,5
Lagoa Formosa	58,8	59,9
Limeira do Oeste	53,6	57,7
Matutina	56,1	51,0
Monte Alegre de Minas	56,6	56,9
Monte Carmelo	62,4	61,1
Nova Ponte	58,2	61,0
Patos de Minas	58,4	61,8
Patrocínio	57,6	62,0
Pedrinópolis	63,0	59,0
Perdizes	56,4	62,4
Pirajuba	56,0	57,9
Planura	55,0	62,1
Prata	57,3	62,5
Pratinha	58,2	56,3
Rio Paranaíba	58,6	63,0
Romaria	58,7	56,9
Sacramento	56,5	68,2
Santa Rosa	54,1	61,3
Santa Vitória	68,5	67,3
São Francisco de Sales	60,0	62,5
São Gotardo	55,2	56,7
Serra do Salitre	63,1	63,3
Santa Juliana	63,5	66,2
Tapira	53,7	64,8
Tiros	50,2	58,6
Tupaciguara	56,3	59,5
Uberaba	61,1	62,7
Uberlândia	62,4	64,3
União de Minas	52,4	57,9
Veríssimo	56,6	57,5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

Muito embora tenha crescido a taxa de participação, os dados do Censo Demográfico mostram crescimento bem superior do nível de ocupação<sup>13</sup>, indicando que a maior demanda por trabalhadores, ou o maior potencial de

---

<sup>13</sup> Trata-se de um indicador que mostra a parcela da PIA correspondente a pessoas ocupadas (PO).

geração de vagas na economia, superou a maior oferta de trabalho realizada pela população.

Dado o crescimento do nível de ocupação, o próximo item desagrega as informações da população ocupada segundo o setor de atividade.

### **6.2.2.3 - População ocupada**

A população ocupada diz respeito à parcela da PEA que realizou algum trabalho<sup>14</sup>, em qualquer posição na ocupação, isto é, como empregados em estabelecimentos ou domicílios (com ou sem registro em carteira), conta própria, empregadores e não-remunerados<sup>15</sup>.

Os dados do Censo Demográfico mostram que o nível de ocupação cresceu em ritmo forte no período 2000-2010, conforme a Tabela 6.42. No Brasil, a população ocupada cresceu em média 2,8% e em Minas Gerais o mesmo crescimento foi da ordem de 2,6%. Já o conjunto dos municípios do TMAP cresceu a taxas superiores em relação às médias nacional e estadual, tendo alcançado o percentual de 3% no período em questão. Nota-se que um grupo de municípios exibiu taxas elevadas de crescimento da população ocupada, a saber: Fronteira (6,5%), Santa Juliana (5,9%), Delta (5,8%), Tapira (4,6%), Conceição das Alagoas (4,5%), Nova Ponte (4,4%) e Planura (4,4%).

#### **6.2.2.3.1 - Ocupados por setor: agrícola e não-agrícola**

A repartição dos ocupados por setor agrícola e não-agrícola permite uma primeira aproximação sobre a estrutura ocupacional dos municípios do TMAP (Tabela 6.42). Observa-se que o peso da ocupação agrícola é mais elevado na maior parte dos municípios do TMAP do que a média de Minas Gerais e do

---

<sup>14</sup> No período de referência indicado no Censo Demográfico.

<sup>15</sup> Desde que tenham trabalhado ao menos 15h na semana de referência.

Brasil. Cabe mencionar que em 24% dos municípios este peso supera a marca de 50%.

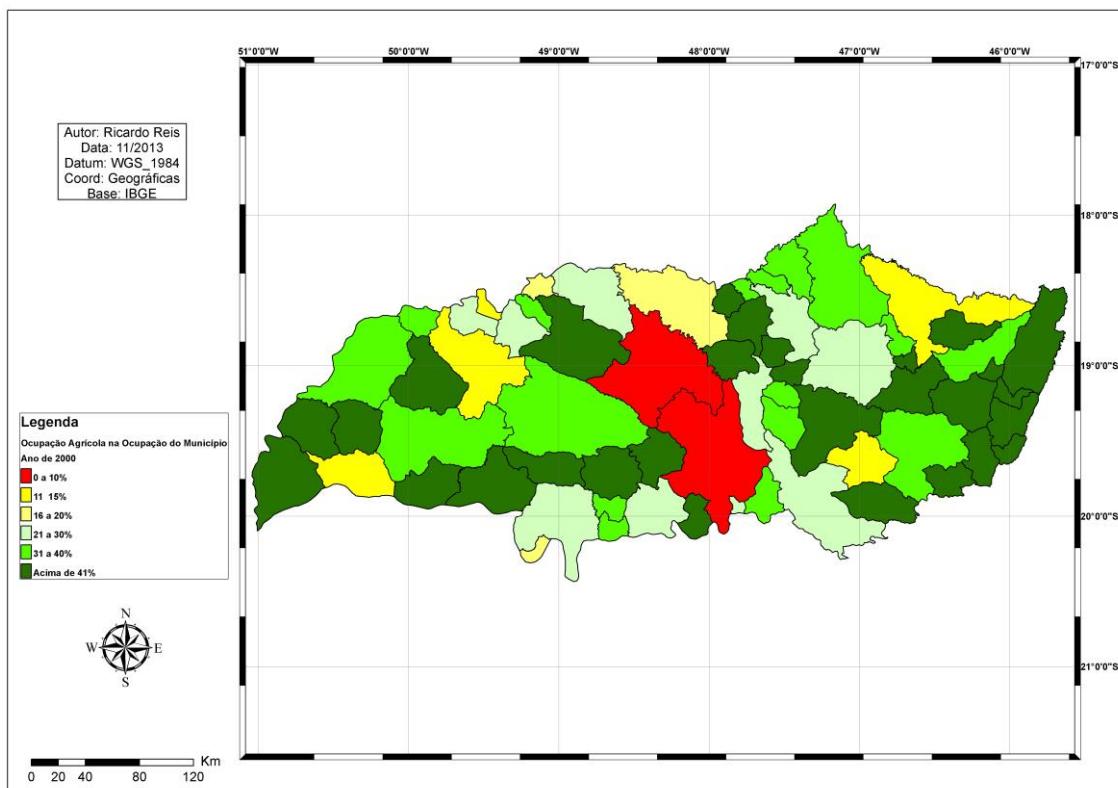
Tabela 6.42: Ocupados distribuídos por setor agrícola e não-agrícola, Brasil, Minas Gerais e Municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000 e 2010 (%)

Nome	Taxa de cresc. da Ocupação	2000			2010		
		Agrícola	Não-agrícola	Total	Agrícola	Não-agrícola	Total
<b>Brasil</b>	<b>2,8</b>	<b>18,5</b>	<b>81,5</b>	<b>100,0</b>	<b>14,2</b>	<b>85,8</b>	<b>100</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>2,6</b>	<b>20,7</b>	<b>79,3</b>	<b>100,0</b>	<b>17,2</b>	<b>82,7</b>	<b>100</b>
<b>TMAP</b>	<b>3,0</b>	<b>19,0</b>	<b>81,0</b>	<b>100,0</b>	<b>15,5</b>	<b>84,5</b>	<b>100</b>
Abadia dos Dourados	2,5	39,3	60,7	100,0	38,1	61,9	100
Água Comprida	2,0	50,6	49,4	100,0	38,8	61,2	100
Araguari	2,2	17,5	82,5	100,0	13,3	86,7	100
Araporã	2,1	16,0	84,0	100,0	11,3	88,7	100
Arapuá	-0,3	52,7	47,3	100,0	41,3	58,7	100
Araxá	3,7	11,5	88,5	100,0	15,3	84,7	100
Cachoeira Dourada	2,7	13,7	86,3	100,0	16,3	83,7	100
Campina Verde	1,5	36,5	63,5	100,0	28,8	71,2	100
Campo Florido	3,6	53,2	46,8	100,0	43,8	56,2	100
Campos Altos	2,6	49,8	50,2	100,0	46,6	53,4	100
Canápolis	2,2	30,3	69,7	100,0	27,8	72,2	100
Capinópolis	2,2	29,3	70,7	100,0	21	79	100
Carmo do Paranaíba	0,6	40,3	59,7	100,0	31,3	68,7	100
Carneirinho	2,9	45,2	54,8	100,0	29,5	70,5	100
Cascalho Rico	3,4	48,3	51,7	100,0	56,8	43,2	100
Centralina	0,7	39,3	60,7	100,0	20,5	79,5	100
Comendador Gomes	1,9	62,7	37,3	100,0	44	56	100
Conceição das Alagoas	4,5	23,5	76,5	100,0	16,6	83,4	100
Conquista	2,0	38,8	61,2	100,0	23,8	76,2	100
Coromandel	1,4	36,4	63,6	100,0	35,4	64,6	100
Cruzeiro da Fortaleza	1,8	53,8	46,2	100,0	52,7	47,3	100
Delta	5,8	26,3	73,7	100,0	9,5	90,5	100
Douradoquara	2,4	40,2	59,8	100,0	38,5	61,5	100
Estrela do Sul	3,9	45,2	54,8	100,0	48,6	51,4	100
Fronteira	6,5	19,5	80,5	100,0	19,8	80,2	100
Frutal	2,7	24,7	75,3	100,0	18,4	81,6	100
Grupiara	4,7	33,5	66,5	100,0	27	73	100
Guimarânia	1,6	34,1	65,9	100,0	37,1	62,9	100
Gurinhatã	1,6	52,0	48,0	100,0	49,5	50,5	100
Ibiá	2,1	36,6	63,4	100,0	31,5	68,5	100
Indianópolis	2,1	62,0	38,0	100,0	57,6	42,4	100
Ipiaçu	0,2	38,3	61,7	100,0	34,1	65,9	100
Iraí de Minas	1,8	51,2	48,8	100,0	45,2	54,8	100
Itapagipe	2,3	43,9	56,1	100,0	31	69	100
Ituiutaba	2,5	11,9	88,1	100,0	9,3	90,7	100
Iturama	3,4	14,2	85,8	100,0	11,8	88,2	100
Lagoa Formosa	1,1	45,0	55,0	100,0	43,9	56,1	100
Limeira do Oeste	2,1	43,3	56,7	100,0	19,1	80,9	100
Matutina	-0,2	51,5	48,5	100,0	33,6	66,4	100
Monte Alegre de Minas	2,0	42,1	57,9	100,0	38,5	61,5	100
Monte Carmelo	1,1	25,3	74,7	100,0	19,8	80,2	100
Nova Ponte	4,4	30,0	70,0	100,0	29,2	70,8	100
Patos de Minas	2,7	15,2	84,8	100,0	13	87	100
Patrocínio	3,0	30,4	69,6	100,0	27,7	72,3	100
Pedrinópolis	1,1	40,8	59,2	100,0	40,3	59,7	100

Perdizes	3,4	49,7	50,3	100,0	49,3	50,7	100
Pirajuba	5,8	36,7	63,3	100,0	18,3	81,7	100
Planura	4,4	35,2	64,8	100,0	23,7	76,3	100
Prata	2,8	35,5	64,5	100,0	31,8	68,2	100
Pratinha	1,2	62,2	37,8	100,0	59,8	40,2	100
Rio Paranaíba	1,6	62,8	37,2	100,0	46,4	53,6	100
Romaria	1,0	56,7	43,3	100,0	40,6	59,4	100
Sacramento	3,7	25,0	75,0	100,0	25,2	74,8	100
Santa Juliana	5,9	57,0	43,0	100,0	54,8	45,2	100
Santa Rosa da Serra	0,4	40,8	59,2	100,0	32,1	67,9	100
Santa Vitória	2,5	59,6	40,4	100,0	58,9	41,1	100
São Francisco de Sales	2,2	33,4	66,6	100,0	25,4	74,6	100
São Gotardo	2,3	45,5	54,5	100,0	20	80	100
Serra do Salitre	2,6	43,4	56,6	100,0	41,4	58,6	100
Tapira	4,6	44,6	55,4	100,0	42,1	57,9	100
Tiros	1,4	49,4	50,6	100,0	42,3	57,7	100
Tupaciguara	2,1	27,9	72,1	100,0	24,7	75,3	100
Uberaba	3,1	7,2	92,8	100,0	5,5	94,5	100
Uberlândia	3,7	4,6	95,4	100,0	3,9	96,1	100
União de Minas	1,4	53,8	46,2	100,0	47,8	52,2	100
Veríssimo	1,7	53,1	46,9	100,0	38,8	61,2	100

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010.

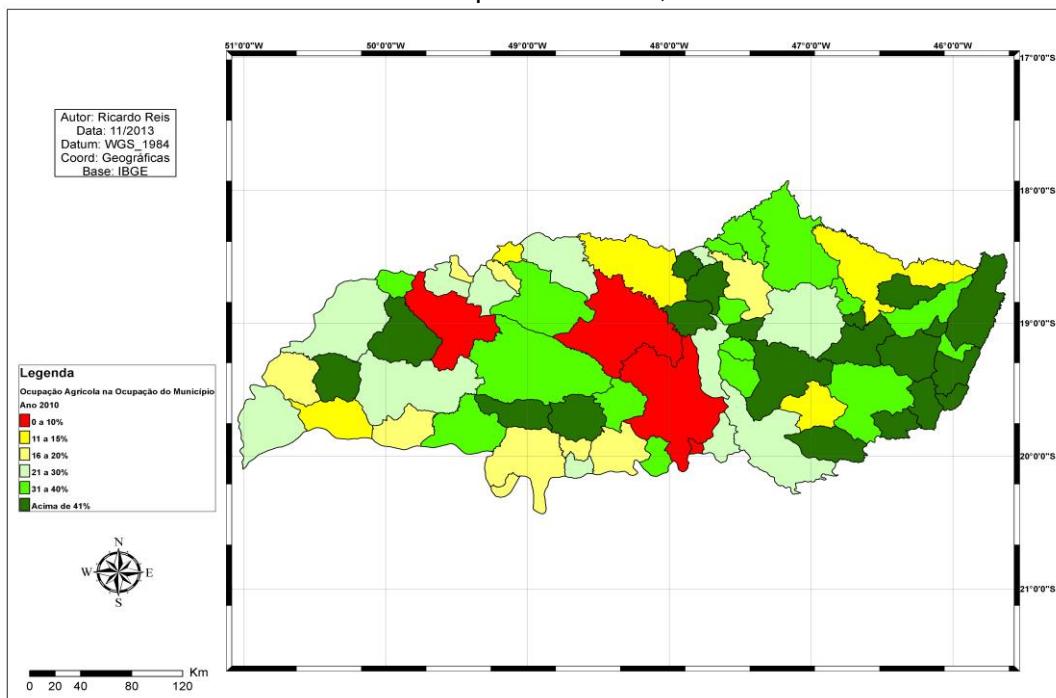
Mapa 6.7 – Participação do setor agrícola na estrutura ocupacional, municípios do TMAP, 2000.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000.

Entre 2000 e 2010 a ocupação agrícola perdeu participação em quase todos os municípios do TMAP, mas continuou exibindo participação elevada, diante das médias nacional e estadual. Araxá, Cachoeira Dourada, Guimaránia, Estrela do Sul e Cascalho Rico, na contramão de uma tendência que é mundial, ampliaram seus percentuais de participação da ocupação agrícola. Merecem destaque os municípios que, de maneira oposta, apresentaram forte redução da parcela agrícola em suas estruturas ocupacionais, a saber: Delta, Planura, Pirajuba, Conquista, Centralina, Limeira do Oeste, Itapagipe, Carneirinho, São Francisco de Sales, Água Comprida, Matutina, Arapuá, Veríssimo, Romaria, Comendador Gomes e Rio Paranaíba (Tabela 6.42, Mapas 6.7 e 6.8).

Mapa 6.8 – Participação do setor agrícola na estrutura ocupacional do município, municípios do TMAP, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000.

Vale ressaltar que apenas 15% dos municípios do TMAP exibem participação da ocupação agrícola em patamares inferiores à média nacional e estadual, a saber: os municípios-sede das microrregiões (exceto Patrocínio e Frutal), Delta, Araporã, Araguari, Ituiutaba, Iturama e Cachoeira Dourada (Tabela 6.42).

### **6.2.2.3.2 - Ocupados por setor/ramos de atividade**

Ainda sobre a população ocupada, os dados do Censo Demográfico mostram que os municípios pequenos, considerando o tamanho da população, possuem estrutura ocupacional muito concentrada nos setores agrícola e público, como pode ser visto na Tabela 6.43. Em 2000, em sete a cada dez municípios da aglomeração, a participação da ocupação agrícola e do setor público ultrapassa o percentual de 40% em relação ao total de ocupados. Em Pratinha, Santa Rosa da Serra, Rio Paranaíba, Arapuá, Serra do Salitre, Romaria, Iraí de Minas, Douradoquara, Comendador Gomes, Indianópolis e Gurinhatã essa mesma participação ultrapassa 60% do total das ocupações. No período 2000-2010, observa-se que tal dependência caiu em quase todos os municípios do TMAP. Todavia, cerca de dois em cada três municípios da TMAP têm a atividade agrícola e o setor público sendo responsáveis pela geração de mais de um terço das ocupações.

Tabela 6.43: Participação dos setores agrícola e público na estrutura ocupacional, municípios do TMAP, 2000 e 2010 (%)

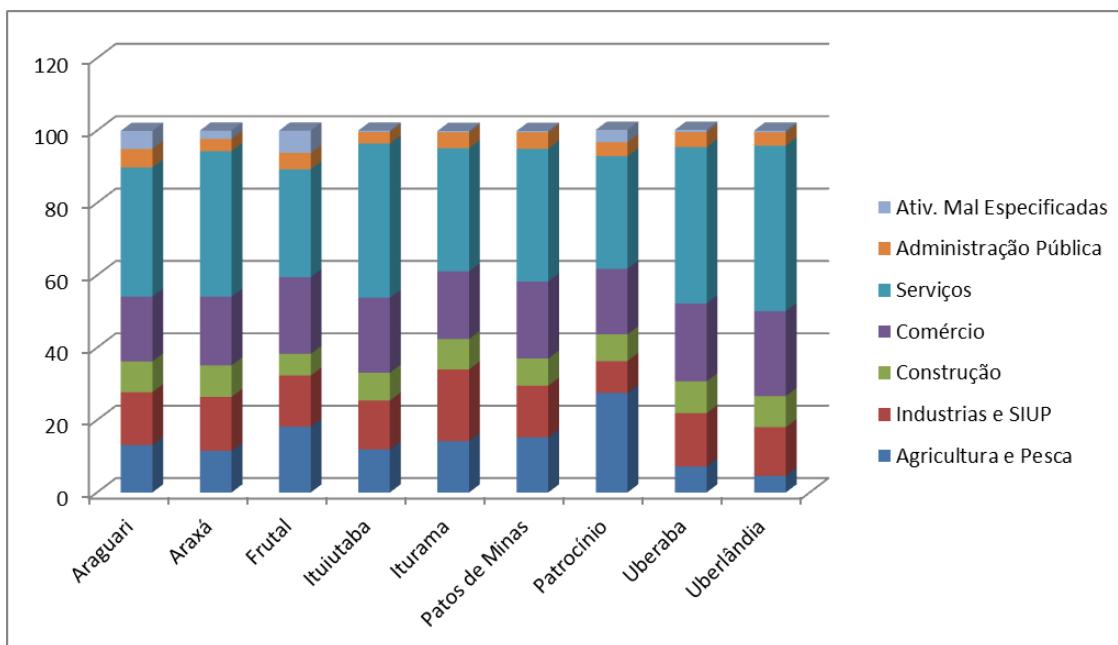
Município	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>23,8</b>	<b>19,6</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>25,2</b>	<b>21,4</b>
<b>TMAP</b>	<b>23,2</b>	<b>19,7</b>
Abadia dos Dourados	43,1	44,9
Água Comprida	58,2	53
Araguari	21,7	18,2
Araporã	27,8	27,4
Arapuá	60,2	52,2
Araxá	14,9	13,2
Cachoeira Dourada	52	42,5
Campina Verde	43,2	32,6
Campo Florido	58,9	49,8
Campos Altos	52	52,2
Canápolis	35,4	33,4
Capinópolis	34,3	26,9
Carmo do Paranaíba	44,2	34,4
Carneirinho	48,5	34,6
Cascalho Rico	57,4	61,5
Centralina	44,5	26,4
Comendador Gomes	69,9	51,5
Conceição das Alagoas	30,9	22,9
Conquista	44	34,1
Coromandel	41,3	36,8
Cruzeiro da Fortaleza	58,4	57,3

Delta	31,5	15,4
Douradoquara	60,6	48,7
Estrela do Sul	50,7	56,1
Fronteira	26,3	25,5
Frutal	28,6	22,7
Grupiara	56,7	58,5
Guimarânia	39,4	40,9
Gurinhatã	61,1	53,9
Ibiá	40,9	34,6
Indianópolis	69,5	67,7
Ipiaçu	49,7	41,8
Iraí de Minas	60,5	51,3
Itapagipe	49,1	36
Ituiutaba	15,1	12,9
Iturama	18,6	17,2
Lagoa Formosa	46,8	48,4
Limeira do Oeste	51,3	27,6
Matutina	55,2	39,3
Monte Alegre de Minas	45,5	42,9
Monte Carmelo	28,7	23,1
Nova Ponte	33,4	36,4
Patos de Minas	19,7	16,7
Patrocínio	33,3	31,4
Pedrinópolis	47	50,5
Perdizes	55,6	55,3
Pirajuba	41,4	28
Planura	42,1	32,1
Prata	40,6	34,1
Pratinha	66,2	62,1
Rio Paranaíba	66	52,2
Romaria	65,3	49,6
Sacramento	30,1	29,1
Santa Juliana	60,9	59,2
Santa Rosa da Serra	44,5	38
Santa Vitória	61,2	64,5
São Francisco de Sales	41,2	33
São Gotardo	50,1	27,8
Serra do Salitre	45,7	43,5
Tapira	57,7	41,3
Tiros	53,2	44,6
Tupaciguara	32,7	29,3
Uberaba	11,4	10,7
Uberlândia	8,3	7,7
União de Minas	57,5	55,6
Veríssimo	57,7	43,5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micrdados).

Os municípios-sede das microrregiões, além de Araguari e Iturama, são os que possuem mercados de trabalho mais diversificados, destacando-se Uberlândia e Uberaba (Gráfico 6.9).

Gráfico 6.9 – Ocupados por setor de atividade, Brasil, Minas Gerais e municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2010 (%)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010 (micródados).

#### **6.2.2.3.3 - Informalidade e População empregada**

Os empregados correspondem a um subgrupo entre os ocupados. Em mercados de trabalhos organizados em moldes capitalistas típicos, a maioria da população se insere no mercado de trabalho como assalariados (em estabelecimentos). Em países como o Brasil, que possuem mercados de trabalhos heterogêneos, o assalariamento não alcançou posição predominante entre as formas de ocupação da força de trabalho. Ademais, os assalariados ainda conformam dois grupos distintos, organizados em função da posse de carteira de trabalho/estatuto de servidor público, trata-se dos empregados formalizados e informalizados. Estes últimos estão submetidos a uma situação de assalariamento, mas não possuem contrato formal de trabalho.

Os dados da Tabela 6.44 revelam que entre 2000 e 2010 todos os municípios do TMAP ampliaram os percentuais de formalização da população ocupada. Em simultâneo, caiu o peso da população assalariada sem carteira assinada em relação ao total dos ocupados, no conjunto dos municípios analisados. E, para complementar o quadro, as demais posições ocupacionais também perderam espaço, na maior parte dos municípios, indicando avanço no grau de estruturação dos mercados de trabalho locais. Todavia, vale ressaltar, tanto a informalidade quanto as outras formas de inserção da força de trabalho na estrutura ocupacional ainda podem ser consideradas elevadas.

Tabela 6.44: Ocupados por posição na ocupação, municípios do TMAP, 2000 e 2010 (%)

	2000				2010			
	Empregados formalizados	Empregados sem carteira	Outros	Total	Empregados formalizados	Empregados sem carteira	Outros	Total
Abadia dos Dourados	19,7	39	41,30	100	37,1	20,7	42,2	100
Água Comprida	46,3	29,20	24,50	100	53,8	22,4	23,8	100
Araguari	37	31,80	31,20	100	52,8	20,2	27	100
Araporã	43	43,50	13,50	100	72,3	15,2	12,4	100
Arapuá	13	41,40	45,50	100	39,1	28,2	32,8	100
Araxá	48	25,90	26,20	100	64,8	15,1	20	100
Cachoeira Dourada	18	64,40	17,60	100	71,2	18	10,8	100
Campina Verde	28,2	40,20	31,60	100	40,7	31,4	27,9	100
Campo Florido	43,5	33,20	23,40	100	59,6	17,9	22,5	100
Campos Altos	36,9	41,90	21,30	100	50	32,2	17,7	100
Canápolis	28,6	47,20	24,20	100	54,2	27,8	18,1	100
Capinópolis	29,5	47	23,50	100	58,9	23,5	17,6	100
Carmo do Paranaíba	39,5	29,70	30,90	100	48	26,8	25,2	100
Carneirinho	29	41,20	29,80	100	54,6	22	23,5	100
Cascalho Rico	22,40	47,70	29,90	100	40,2	25	34,8	100
Centralina	19,50	54,30	26,40	100	41,8	35,3	23	100
Comendador Gomes	35,90	19,50	44,60	100	44,3	19,4	36,3	100
Conceição das Alagoas	33,90	41,10	25	100	56,9	24,3	18,9	100
Conquista	44,80	31,30	23,90	100	67	17,1	15,9	100
Coromandel	30,30	38,20	31,60	100	42,7	31,3	26	100
Cruzeiro da Fortaleza	26,70	47,60	25,70	100	45,6	34,6	19,8	100
Delta	71,90	14,20	13,80	100	81,2	10,7	8,1	100
Douradoquara	15	45,10	39,90	100	27,3	42,8	29,9	100
Estrela do Sul	43,20	41,90	15	100	58,2	21,2	20,6	100
Fronteira	38,60	35,90	25,60	100	59,1	24,5	16,4	100
Frutal	34,60	36,90	28,60	100	53,5	20,3	26,3	100
Grupiara	8,40	65,20	26,40	100	56,8	20,2	23	100
Guimarânia	25	39,30	35,60	100	39,8	28,8	31,2	100
Gurinhatã	22,90	44,40	32,60	100	37,1	27,7	35,2	100
Ibiá	38,90	31,80	29,30	100	52,5	24,9	22,6	100
Indianópolis	27,50	33,40	39,20	100	51,7	24,3	24	100
Ipiaçu	17,40	62,30	20,30	100	57,4	23,5	19	100
Iraí de Minas	34,60	38,30	27	100	41,2	32,3	26,5	100
Itapagipe	15,50	42,60	42	100	45,2	24,2	30,6	100
Ituiutaba	36,40	34	29,60	100	55,5	20,2	24,3	100
Iturama	38,40	35,30	26,20	100	57,7	20,4	22	100
Lagoa Formosa	28,50	30,80	40,70	100	42,3	22,4	35,2	100
Limeira do Oeste	19,20	44,10	36,60	100	60,2	20,9	18,8	100
Matutina	31,60	39,90	28,60	100	35,2	33,8	31	100
Monte Alegre de Minas	25	41,80	33,20	100	41,4	29	29,6	100
Monte Carmelo	39,60	35,80	24,60	100	51,8	26	22,1	100
Nova Ponte	46,70	28,30	25,10	100	61,9	18,6	19,4	100

Patos de Minas	41,40	30,60	28,10	100	57	17,5	25,6	100
Patrocínio	41,60	33,10	25,40	100	52,8	23,3	23,9	100
Pedrinópolis	19,10	51	29,80	100	43,8	31,2	25	100
Perdizes	38,50	32,30	29,20	100	53,1	24,7	22,3	100
Pirajuba	29,60	35,20	35,30	100	62,6	16	21,4	100
Planura	35,50	40,40	24	100	61,3	22	16,6	100
Prata	37,10	35,20	27,80	100	52,4	22,8	24,8	100
Pratinha	14,30	36,60	49,30	100	37,3	17,7	45	100
Rio Paranaíba	30,90	38,20	31	100	43,7	25,8	30,6	100
Romaria	38,70	42,70	18,50	100	57,6	20,3	22,1	100
Sacramento	38,80	31,90	29,30	100	54,2	21,8	23,9	100
Santa Juliana	35,70	33,20	31	100	55,8	22	22,1	100
Santa Rosa da Serra	22,40	46,70	30,80	100	32,2	39	28,8	100
Santa Vitória	24,50	48,20	27,30	100	52	27,3	20,7	100
São Francisco de Sales	27	38,20	34,70	100	62,2	17,7	20,1	100
São Gotardo	34,20	40,90	25	100	55,5	22,8	21,7	100
Serra do Salitre	35,50	35,60	29	100	49	29,1	21,8	100
Tapira	20,60	40,10	39,30	100	37,7	29	33,4	100
Tiros	21,60	45,30	33,10	100	28,5	31,7	39,8	100
Tupaciguara	30,20	43	26,80	100	43,2	28,4	28,4	100
Uberaba	51	20,90	28,20	100	62,8	13,6	23,6	100
Uberlândia	45,80	26,30	28	100	62	13,9	24,1	100
União de Minas	32,70	36,80	30,70	100	51,5	21,9	26,5	100
Veríssimo	44,90	21,20	33,70	100	54	19,2	26,8	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000 e 2010 (microdados).

Para analisar o *emprego formalizado* em estabelecimentos, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) organiza e disponibiliza registros administrativos que contabiliza informações prestadas por todo o universo de empresas formalmente em operação no País (trata-se da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS).

Em geral, os dados da RAIS mostram a estrutura de emprego muito especializada em determinadas atividades econômicas. O peso do emprego agrícola e do emprego no setor público é muito elevado: de sete em cada dez municípios este percentual é superior a 35% (Tabela 6.45).

Tabela 6.45: Participação dos setores agrícola e público na estrutura ocupacional, municípios do TMAP, 2000 e 2011 (%)

	2000	2011
<b>Brasil</b>	<b>26,5</b>	<b>22,9</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>22,4</b>	<b>23,8</b>
Cachoeira Dourada	88,0	82,6
Capinópolis	49,3	24,1
Gurinhatã	85,3	74,5
Ipiaçu	69,2	71,5
Ituiutaba	21,7	17,1
Santa Vitória	66,9	35,3
Araguari	23,1	21,5
Araporã	24,4	54,5
Canápolis	70,5	56,9
Cascalho Rico	88,5	72,1
Centralina	61,0	64,8
Indianópolis	91,6	74,2

Monte Alegre de Minas	63,5	57,1
Prata	45,8	44,2
Tupaciguara	59,5	48,3
Uberlândia	15,2	8,8
Campina Verde	54,2	36,5
Carneirinho	72,3	51,5
Comendador Gomes	93,2	96,1
Fronteira	27,5	41,0
Frutal	39,0	29,5
Itapagipe	51,6	30,6
Iturama	29,1	38,2
Limeira do Oeste	84,3	60,8
Pirajuba	44,8	37,2
Planura	63,7	62,8
São Francisco de Sales	67,9	62,9
União de Minas	93,7	90,8
Água Comprida	96,1	89,8
Campo Florido	72,0	61,5
Conceição das Alagoas	70,4	29,3
Conquista	60,2	47,3
Delta	67,8	12,8
Uberaba	17,2	15,7
Veríssimo	82,4	48,3
Abadia dos Dourados	39,2	32,7
Coromandel	59,7	43,7
Cruzeiro da Fortaleza	77,8	71,9
Douradoquara	86,6	68,3
Estrela do Sul	78,6	81,6
Grupiara	96,3	94,8
Iraí de Minas	76,8	65,8
Monte Carmelo	29,6	29,5
Patrocínio	40,2	30,9
Romaria	90,1	79,4
Serra do Salitre	86,5	77,8
Arapuá	71,7	52,5
Carmo do Paranaíba	51,9	46,1
Guimarânia	54,1	49,7
Lagoa Formosa	51,5	57,0
Matutina	64,1	59,3
Patos de Minas	21,4	16,1
Rio Paranaíba	93,3	80,3
Santa Rosa da Serra	84,7	87,0
São Gotardo	43,0	42,0
Tiros	75,5	60,5
Araxá	18,8	19,0
Campos Altos	62,0	63,1
Ibiá	46,7	41,2
Nova Ponte	30,3	39,1
Pedrinópolis	82,9	76,2
Perdizes	68,3	79,1
Pratinha	80,7	69,8
Sacramento	35,7	29,9
Santa Juliana	68,4	39,8
Tapira	44,5	35,3

Fonte: MTE/RAIS, 2000 e 2011.

No emprego agrícola destacam-se as culturas de café, soja, cereais, laranja, cana de açúcar, além da atividade pecuária. Chama atenção, por exemplo, os municípios que receberam lavouras de cana de açúcar e/ou usinas (de açúcar ou álcool), os quais mostram alta dependência do setor na estrutura de emprego local, como é o caso do Delta, em que 64% do estoque de

emprego em 2011 foi registrado no segmento de fabricação de açúcar. Cabe registrar que o avanço recente das lavouras de cana e o seu processamento industrial já estão presentes em quase 60% dos municípios da mesorregião, fenômeno que merece uma atenção especial dos formuladores de políticas públicas.

#### **6.2.2.4 - População desocupada**

Entre 2000 e 2010, o Brasil registrou queda consistente em sua taxa de desocupação, e o mesmo movimento foi verificado em Minas Gerais e na maioria dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Os dados de 2010 mostram que a taxa de desocupação no TMAP, calculada em 5,5% da População Economicamente Ativa, pode ser considerada baixa, sendo inferior às taxas observadas no País, 7,6%, e em Minas Gerais, 6,8%, segundo informações do Censo Demográfico (Tabela 6.46).

Apenas em 18,2% municípios registrou-se crescimento da taxa de desocupação, no período, sendo eles: Fronteira, Limeira do Oeste, Piranjuba, Veríssimo, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Arapuá, Santa Rosa, Pratinha, Sacramento e Tapira. Em boa parte desses municípios observa-se que o crescimento da PIA e/ou da PEA ainda se mostra elevado em relação à média nacional, estadual e regional e, provavelmente, a economia não apresentou dinamismo capaz de gerar ocupação em quantidade suficiente em relação ao número de demandantes de postos de trabalho. Por outro lado, nota-se que alguns municípios convivem com baixo crescimento da PIA e PEA e apresentaram elevação das taxas de desocupação.

**Tabela 6.46: Taxa de desocupação, Brasil, Minas e Municípios do TMAP, 2000 e 2010 (%)**

Nome	2000	2010	Tx. Cresc.
			2000-2010
<b>Brasil</b>	<b>15,3</b>	<b>7,6</b>	<b>-4,9</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>14,2</b>	<b>6,8</b>	<b>-5,4</b>
<b>TMAP</b>	<b>12,0</b>	<b>5,3</b>	<b>-5,7</b>
Abadia dos Dourados	13,4	4,1	-9,9
Água Comprida	3,9	2,6	-2,1

Araguari	12,6	5,2	-7,2
Araporã	9,5	5,1	-4,4
Arapuá	1,0	2,8	10,6
Araxá	14,5	6,0	-6,0
Cachoeira Dourada	19,0	5,1	-11,4
Campina Verde	12,1	5,0	-7,9
Campo Florido	11,3	7,2	-1,4
Campos Altos	8,7	4,2	-5,1
Canápolis	14,1	6,6	-6,0
Capinópolis	14,1	10,0	-1,7
Carmo do Paranaíba	8,0	4,4	-5,8
Carneirinho	10,4	4,9	-5,2
Cascalho Rico	4,5	1,8	-5,9
Centralina	12,5	5,1	-8,7
Comendador Gomes	2,0	1,0	-4,3
Conceição das Alagoas	10,6	5,7	-2,3
Conquista	13,2	4,3	-9,8
Coromandel	9,5	3,7	-8,3
Cruzeiro da Fortaleza	6,1	6,1	1,7
Delta	16,1	5,9	-5,4
Douradoquara	6,0	8,3	6,0
Estrela do Sul	8,7	6,3	0,4
Fronteira	9,4	7,0	3,1
Frutal	10,3	4,4	-6,4
Grupiara	14,8	3,4	-10,8
Guimarânia	8,1	5,6	-2,3
Gurinhatã	13,6	3,6	-12,1
Ibiá	8,4	5,3	-2,8
Ipiaçu	10,1	4,6	-8,0
Iraí de Minas	8,9	3,9	-6,7
Ituiutaba	14,1	6,5	-5,9
Iturama	11,8	5,2	-5,4
Lagoa Formosa	4,3	3,7	-0,6
Limeira do Oeste	8,3	10,5	4,8
Matutina	7,1	2,4	-11,0
Monte Alegre de Minas	9,7	5,2	-4,6
Monte Carmelo	8,1	5,1	-3,8
Nova Ponte	9,4	5,8	-0,9
Patos de Minas	10,0	5,9	-3,1
Patrocínio	9,1	5,3	-2,8
Pedrinópolis	14,9	5,1	-10,1
Perdizes	6,4	2,8	-5,3
Pirajuba	2,3	4,3	12,8
Planura	12,4	5,8	-4,0
Prata	9,1	3,6	-6,7
Pratinha	3,3	4,0	3,3
Rio Paranaíba	6,1	2,8	-6,3
Romaria	12,6	3,1	-13,2
Sacramento	6,4	5,1	1,1
Santa Juliana	10,7	3,5	-6,0
Santa Rosa da Serra	1,0	1,7	6,5
Santa Vitória	11,5	5,0	-6,3
São Francisco de Sales	12,6	7,7	-3,3
São Gotardo	7,0	3,5	-4,7
Serra do Salitre	7,2	3,4	-5,3
Tapira	2,6	3,5	7,6
Tiros	6,5	2,1	-9,7
Tupaciguara	13,9	8,0	-4,0
Uberaba	12,9	5,5	-6,0
Uberlândia	14,5	5,4	-7,1
União de Minas	12,2	8,8	-2,2
Veríssimo	6,8	10,7	6,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000 e 2010 (micródados).

## **6.2.3 – Finanças Públicas**

### **6.2.3.1 - Receitas Municipais**

Os dados orçamentários foram obtidos através das publicações anuais da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda – “Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios” referentes aos anos de 2000, 2006, 2009 e 2010<sup>16</sup>. As publicações são bastante amplas e tentam abranger todos os municípios, no entanto, nem todos se fazem presentes em algumas publicações. Foram acessados dados agrupados para Minas Gerais e selecionados os municípios da região do TMAP, objetos do estudo.

A Lei nº 4.320, de 1964, estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e dos Municípios. Dessa forma, os orçamentos das três esferas de governo seguem o mesmo modelo de apresentação. Consoante os artigos 11 e 12 dessa, as Receitas Orçamentárias são classificadas, conforme categorias econômicas, em “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital” e as Despesas Orçamentárias em “Despesas Correntes” e “Despesas de Capital”, essas contas são desdobradas em várias outras subcontas, com classificações específicas que indicam origem, competência e finalidade das receitas, e destino, obrigações e finalidade das despesas<sup>17</sup>.

Diante da multiplicidade de subcontas dos orçamentos públicos, por questão de simplificação foram selecionadas algumas delas para serem acompanhadas, entre os anos 2000 e 2010. As subcontas analisadas constituem as mais representativas e importantes nos orçamentos dos municípios e permitem verificar o comprometimento dos municípios com os principais grupos de despesas, assim como as principais fontes de financiamento, através das receitas. (Para as definições das contas e subcontas, ver Anexo A).

---

<sup>16</sup> São dados consolidados para o ano anterior, sendo a última publicação referente ao ano de 2010, cuja publicação ocorreu em agosto de 2011.

<sup>17</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 11/01/2012.

As Receitas Orçamentárias são classificadas, segundo a categoria econômica, em Receitas Correntes e Receitas de Capital. Em termos gerais, Receitas Correntes são oriundas de fontes ordinárias e, se comparadas às Receitas de Capital, são menos suscetíveis a variações, por serem constituídas de Receitas de ordens tributárias, de transferências e demais fontes de ordem corrente. As Receitas de Capital são constituídas de fontes de operações de crédito, alienação de bens e receita de transferência de capital, com caráter mais esporádico e menos regular.

As contas que compõem as Receitas Correntes foram selecionadas conforme a origem de recursos e são: Receita Tributária; de Contribuições; Patrimonial; Agropecuária; Industrial; de Serviços; Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes. Para simplificar a análise e apresentação, estão dispostas em quatro itens: Receita Tributária, Receita de Transferências Correntes, Outras Receitas Correntes e a somatória das demais.

As contas das Receitas de Capital são classificadas, conforme a origem dos recursos, em: Operações de Crédito; Alienação de Bens; Amortização de Empréstimos; Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital. Na apresentação, a conta “Amortização de Empréstimos” encontra-se somada a “Outras Receitas de Capital”.

Entre os itens das Despesas, foram selecionadas as três subcontas que fazem parte das Despesas Correntes: “Despesas com Pessoal e Encargos Pessoais”; “Juros e Encargos da Dívida” e “Outras Despesas Correntes”. E as três subcontas das Despesas de Capital, “Investimentos”; “Inversões Financeiras” e “Amortização da Dívida”.

A fim de verificar o desempenho financeiro público, a Tabela 6.47 apresenta a evolução das Receitas Orçamentárias dos municípios do TMAP, do conjunto de municípios mineiros e do conjunto de municípios do País, bem como a variação percentual entre os anos 2000 e 2010.

**Tabela 6.47: Receitas Orçamentárias Anuais e Variação Percentual, entre os anos 2000 e 2010.**

Municípios do Brasil, Minas Gerais, TMAP e por faixa populacional do TMAP	2000	2006	2009	2010	Variação % 2000/2010
<b>Municípios do Brasil</b>	<b>85.622.019.125,58</b>	<b>86.295.004.057,03</b>	<b>270.544.213.599,36</b>	<b>309.378.156.418,18</b>	<b>261,33</b>
<b>Municípios de Minas Gerais</b>	<b>8.438.516.754,18</b>	<b>18.980.647.464,84</b>	<b>27.009.984.408,76</b>	<b>31.026.100.695,39</b>	<b>267,67</b>
<b>TMAP</b>	<b>1.055.261.007,52</b>	<b>2.223.077.416,56</b>	<b>3.121.234.890,60</b>	<b>3.625.773.060,43</b>	<b>243,59</b>
<b>Triângulo</b>	<b>745.516.020,66</b>	<b>1.573.516.900,90</b>	<b>2.182.955.241,03</b>	<b>2.592.668.636,38</b>	<b>247,77</b>
<b>Alto Paranaíba</b>	<b>309.744.986,86</b>	<b>649.560.515,66</b>	<b>938.279.649,57</b>	<b>1.033.104.424,05</b>	<b>233,53</b>
Abadia dos Dourados	2.996.217,27	7.738.480,82	9.806.213,31	11.081.699,07	269,86
Água Comprida	3.720.047,73	6.752.067,26	8.433.201,58	9.429.033,16	153,47
Araguari	38.749.596,00	92.346.465,51	124.348.073,09	143.547.249,30	270,45
Araporã	15.333.050,29	26.287.207,94	33.498.785,71	34.408.517,62	124,41
Arapuá	2.252.107,18	4.291.223,62	5.765.540,69	7.437.771,52	230,26
Araxá	36.088.525,92	90.489.988,56	136.084.672,23	171.753.012,94	375,92
Cachoeira Dourada	6.600.238,00	12.098.886,95	16.087.618,48	25.114.259,53	280,51
Campina Verde	7.729.796,55	15.862.226,79	23.019.318,03	27.384.535,22	254,27
Campo Florido	3.769.770,42	10.082.648,87	12.883.001,00	16.684.347,66	342,58
Campos Altos	6.165.792,45	13.675.765,66	22.465.109,38	22.256.226,66	260,96
Canápolis	6.040.233,45	15.138.320,00	17.248.660,56	19.422.130,52	221,55
Capinópolis	8.246.442,75	15.108.269,43	19.889.304,50	26.150.412,09	217,11
Carmo do Paranaíba	10.452.300,78	22.813.969,63	31.798.549,13	38.321.055,61	266,63
Carneirinho	11.950.896,76	28.788.429,88	22.492.383,86	27.489.746,93	130,02
Cascalho Rico	3.725.153,04	7.344.105,41	9.271.849,66	9.936.411,17	166,74
Centralina	4.605.262,00	8.951.660,75	12.377.661,89	12.824.204,31	178,47
Comendador Gomes	3.076.375,01	6.127.545,03	8.394.577,49	9.682.856,91	214,75
Conceição das Alagoas	10.975.014,00	28.476.622,33	36.964.875,07	47.379.903,99	331,71
Conquista	4.389.115,99	9.459.322,31	12.185.582,15	14.300.417,02	225,82
Coromandel	10.945.657,33	22.734.088,62	30.769.710,28	37.644.611,74	243,92
Cruzeiro da Fortaleza	2.349.317,00	6.111.437,92	9.961.635,11	10.486.575,53	346,37
Delta	4.936.024,88	11.147.988,53	14.325.777,11	16.710.215,39	238,54
Douradoquara	2.934.269,00	5.618.565,54	6.868.365,99	6.974.041,27	137,68
Estrela do Sul	3.839.794,33	8.295.852,41	11.584.435,52	11.824.302,49	207,94
Fronteira	6.866.613,83	19.199.420,41	26.901.141,61	29.051.006,20	323,08
Frutal	23.208.504,22	42.596.789,15	58.913.855,82	69.860.142,31	201,01
Grupiara	2.893.211,00	8.128.468,62	8.605.512,66	9.024.524,58	211,92
Guimarânia	3.207.341,17	6.946.373,99	9.773.576,89	-	-
Gurinhatã	4.492.067,71	9.918.239,92	9.700.735,28	-	-
Ibiá	13.651.893,13	25.770.550,11	31.712.383,13	38.828.386,13	184,42
Indianópolis	4.523.385,94	11.974.052,00	-	-	-
Ipiaçu	4.884.120,00	13.131.793,42	-	-	-
Iraí de Minas	4.719.191,27	8.461.360,05	13.150.346,79	13.474.904,02	185,53
Itapagipe	5.651.318,19	14.008.680,72	21.806.363,44	26.954.086,03	376,95
Ituiutaba	46.094.593,00	89.410.090,00	122.763.042,00	139.541.373,00	202,73
Iturama	23.339.423,68	55.783.785,70	66.333.876,43	81.120.816,81	247,57
Lagoa Formosa	6.127.026,83	12.234.903,60	20.780.639,73	25.410.541,04	314,73
Limeira do Oeste	4.977.552,00	11.562.441,18	15.547.413,71	16.610.289,74	233,70
Matutina	2.473.956,41	5.403.034,44	7.130.257,71	7.859.248,31	217,68
Monte Alegre de Minas	8.321.783,00	20.633.259,31	28.319.601,04	34.674.358,08	316,67
Monte Carmelo	16.281.536,00	35.152.372,55	56.142.296,05	58.605.287,48	259,95
Nova Ponte	10.760.394,23	17.860.121,64	27.700.995,83	32.089.716,27	198,22
Patros de Minas	54.610.704,00	116.701.660,00	165.883.210,95	194.284.554,10	255,76
Patrocínio	35.691.468,72	68.639.590,21	106.641.995,36	127.174.866,76	256,32
Pedrinópolis	4.414.750,68	8.383.106,76	10.565.030,58	11.508.181,71	160,68
Perdizes	9.239.306,88	19.520.008,41	28.490.652,45	31.457.506,56	240,47
Pirajuba	3.386.249,54	7.706.824,13	21.365.310,78	12.712.956,83	275,43
Planura	6.153.205,28	-	16.175.863,83	18.947.244,76	207,92
Prata	9.095.739,76	20.396.164,84	30.949.631,14	34.011.517,15	273,93
Pratinha	2.752.267,14	5.013.875,18	6.985.446,20	8.189.937,89	197,57
Rio Paranaíba	7.801.355,65	14.327.106,00	21.698.135,00	27.618.661,00	254,02
Romaria	2.885.343,67	6.048.655,02	8.196.557,78	10.582.512,04	266,77
Sacramento	20.662.993,00	37.680.137,34	47.358.023,01	-	-
Santa Juliana	5.263.282,00	13.631.790,93	21.550.816,12	20.419.976,13	287,97
Santa Rosa da Serra	2.601.115,22	4.654.027,00	5.958.069,60	7.509.962,33	188,72
Santa Vitória	16.374.845,46	33.948.515,00	57.081.898,57	58.590.909,64	257,81
São Francisco de Sales	4.494.299,62	9.502.690,15	10.984.704,81	13.774.168,17	206,48
São Gotardo	10.794.315,37	20.760.979,98	29.925.702,24	40.198.416,28	272,40
Serra do Salitre	4.984.770,76	10.683.064,64	16.503.339,24	18.547.335,27	272,08
Tapira	6.030.249,92	14.566.983,93	19.920.991,29	21.136.851,51	250,51
Tiros	3.874.532,55	7.222.972,48	8.501.439,32	11.403.757,81	194,33
Tupaciguara	15.207.422,88	27.431.921,98	31.802.790,70	37.242.813,94	144,90
Uberaba	122.589.601,08	317.509.546,20	421.917.422,29	514.037.601,28	319,32
Uberlândia	295.814.368,38	561.484.527,00	853.411.032,00	1.042.962.394,00	252,57
União de Minas	3.450.904,83	6.636.462,89	9.162.694,38	10.073.758,70	191,92
Veríssimo	2.743.005,39	6.709.929,91	8.397.193,02	12.038.958,92	338,90

Fonte: Finanças do Brasil, Dados Contábeis dos Municípios, STN, 2001, 2006, 2009 e 2010.

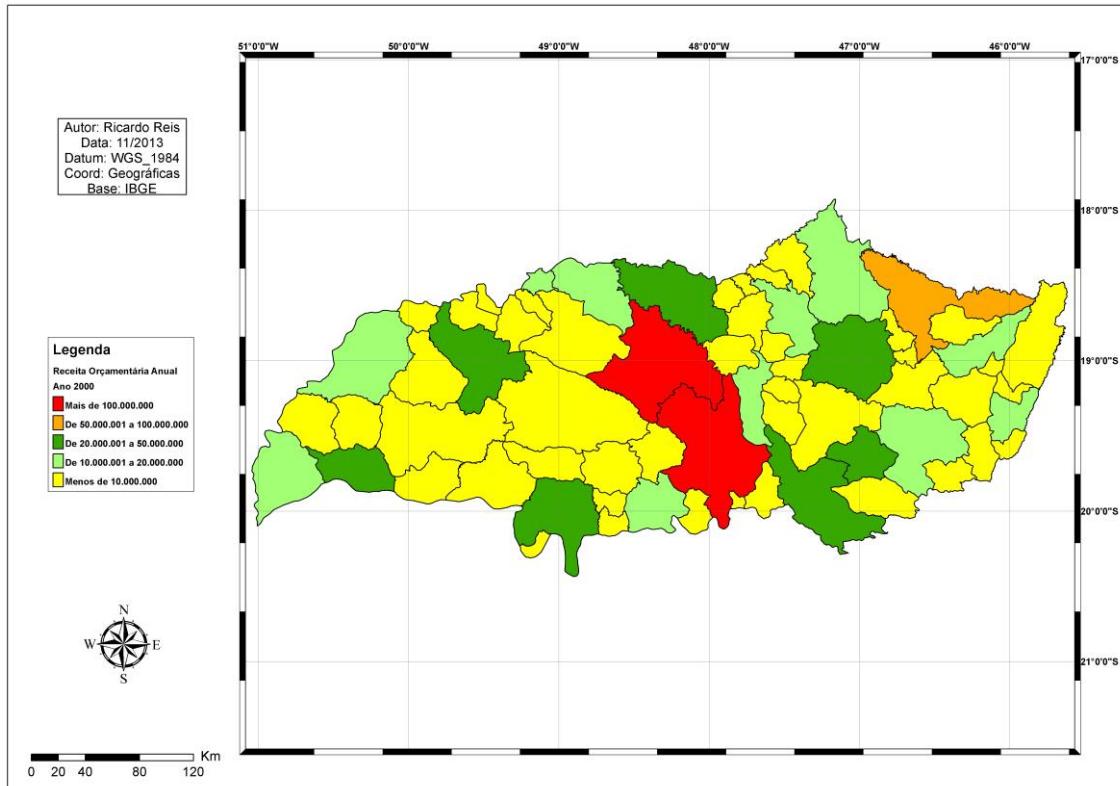
Entre os municípios do TMAP, aqueles que apresentaram as dez maiores Receitas Orçamentárias em 2000 foram: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Ituiutaba, Araguari, Araxá, Patrocínio, Iturama, Frutal e Sacramento. Entre as dez menores, estavam: Abadia dos Dourados, Douradoquara, Grupiara, Romaria, Pratinha, Veríssimo, Santa Rosa da Serra, Matutina, Cruzeiro da Fortaleza e Arapuá.

Em 2010, os municípios com as dez maiores Receitas Orçamentárias eram: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araxá, Araguari, Ituiutaba, Patrocínio, Iturama, Frutal e Monte Carmelo. Entre as dez menores Receitas Orçamentárias municipais da região do TMAP, em 2010, estavam: União de Minas, Cascalho Rico, Comendador Gomes, Água Comprida, Grupiara, Pratinha, Matutina, Santa Rosa da Serra, Arapuá e Douradoquara.

Os municípios que apresentavam os 10 maiores orçamentos em 2000 são os mesmos a apresentar os 10 maiores orçamentos em 2010, com exceção de Sacramento, que, por indisponibilidade de dados para 2010, perdeu seu lugar para Monte Carmelo. Entre as posições que cada município ocupava em 2000, houve apenas uma alteração em 2010, com alternância de posições: Ituiutaba, que em 2000 apresentava o quarto maior orçamento entre os municípios da região, perde a posição para Araxá, que em 2000 estava em sexto lugar. Os Mapas 6.9 e 6.10 abaixo mostram a classificação dos municípios da região em cinco faixas, conforme as respectivas Receitas Orçamentárias, em 2000 e 2010.

Entre 2000 e 2010, o quadro de municípios com os menores orçamentos da região do TMAP teve um número maior de alterações, pois, dos dez menores orçamentos em 2000, apenas seis permanecem entre os dez menores em 2010. No período analisado, a hierarquia financeira do setor público municipal da região do TMAP pouco se alterou, as alterações se deram mais entre municípios menores. Uberlândia e Uberaba continuam sendo os maiores orçamentos da região, inclusive aumentando suas participações no total regional, passam de 28,03% e 11,62% em 2000, para 28,77% e 14,18% em 2010, respectivamente.

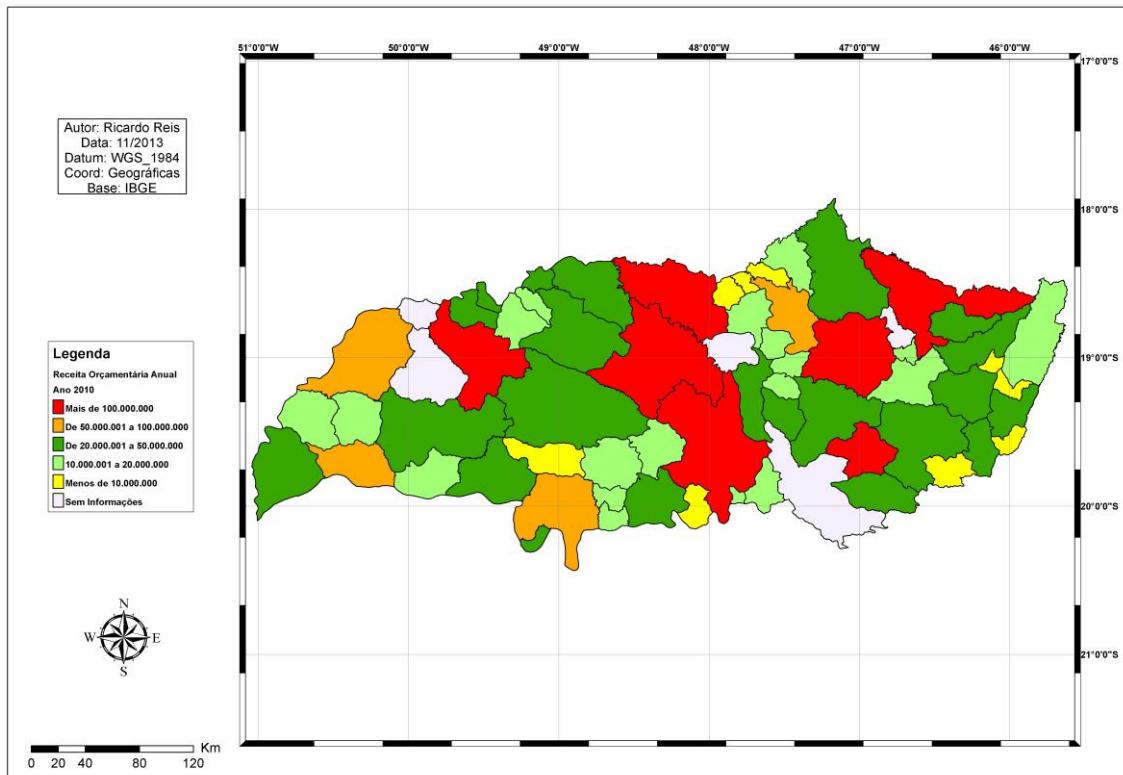
Mapa 6.9 – Classificação conforme a Receita Orçamentária, ano 2000.



Fonte: Finanças do Brasil, Dados Contábeis dos Municípios, STN, 2000.

No período analisado, todos os municípios do TMAP apresentaram aumento da Receita Orçamentária, assim como o conjunto de municípios do País e do Estado. Em valores absolutos, entre 2000 e 2010 o conjunto de municípios mineiros apresentou aumento de 267,67%, enquanto o conjunto de municípios brasileiros apresentou variação de 261,33%, no mesmo período, a variação do conjunto de municípios do TMAP foi de 243,59%. Tal relação mostra que o conjunto de municípios da região aumentou suas receitas orçamentárias no período, porém, em ritmo menor que o conjunto de municípios do estado e do país.

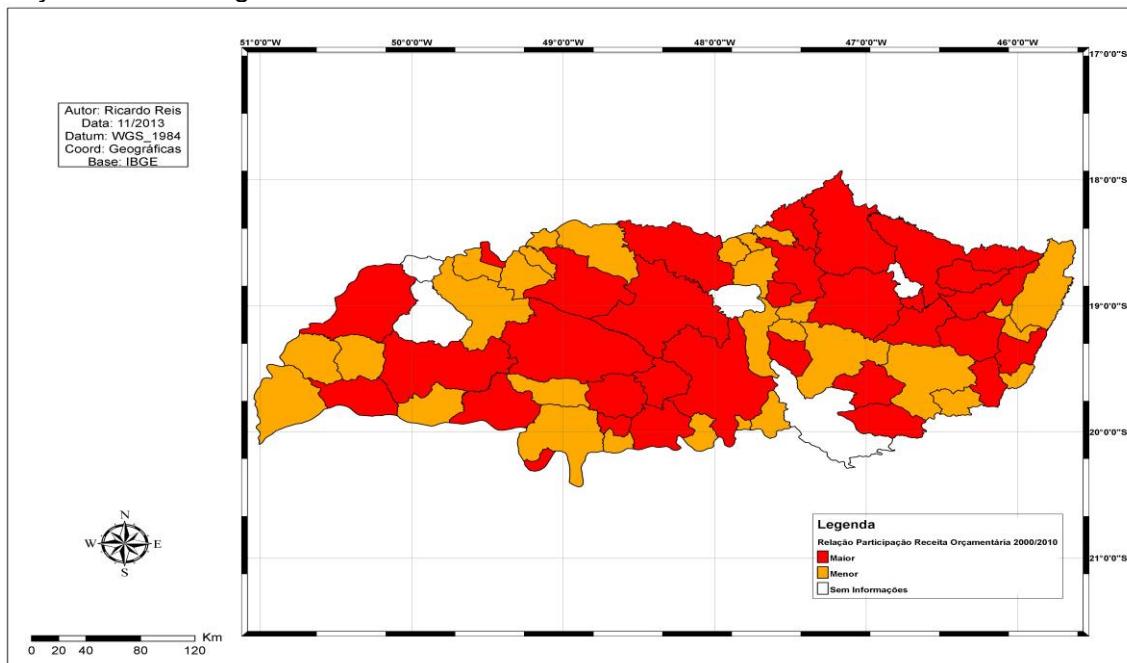
Mapa 6.10 – Classificação conforme a Receita Orçamentária, ano 2010.



Fonte: Finanças do Brasil, Dados Contábeis dos Municípios, STN, 2010.

Destaque-se que as dez maiores taxas de crescimento das Receitas Orçamentárias foram as de Itapagipe (376,95%), Araxá (375,92%), Cruzeiro da Fortaleza (346,37%), Campo Florido (342,58%), Veríssimo (338,90%), Conceição das Alagoas (331,71%), Fronteira (323,08%), Uberaba (319,32%), Monte Alegre de Minas (316,67%) e Lagoa Formosa (314,73%). De outro lado, as dez menores taxas de crescimento foram registradas pelos municípios de Iraí de Minas (185,53%), Ibiá (184,42%), Centralina (178,47%), Cascalho Rico (166,74%), Pedrinópolis (160,68%), Água Comprida (153,47%), Tupaciguara (144,90%), Douradoquara (137,68%), Carneirinho (130,02%) e Araporã (124,41%). Complementando a análise destas variações o Mapa 6.11 abaixo mostra a relação das participações dos orçamentos municipais no total do orçamento da região em 2000 e 2010, assim é possível visualizar quais municípios ampliaram suas participações no total do orçamento da região e quais diminuíram.

Mapas 6.11 – Relação das participações dos Orçamentos Municipais no total do Orçamento da Região em 2000 e 2010.



Fonte: Finanças do Brasil, Dados Contábeis dos Municípios, STN, 2010.

Do lado das Despesas Orçamentárias, nota-se comportamento bastante próximo ao observado para as Receitas: o grupo de municípios com as maiores Receitas Orçamentárias e o grupo com maiores variações das Receitas também foram os de maiores montantes de Despesas Orçamentárias e de maiores variações, tanto em 2000 quanto em 2010 (Tabela 6.48).

Tabela 6.48: Despesas Orçamentárias Anuais e Variação Percentual, entre 2000 e 2010.

Municípios do Brasil, Minas Gerais, TMAP e por faixa populacional do TMAP	2000	2006	2009	2010	Variação 2000/2010 %
<b>Municípios do Brasil</b>	<b>82.509.086.301,56</b>	<b>183.298.368.171,27</b>	<b>252.216.968.555,78</b>	<b>288.537.121.240,97</b>	<b>249,70</b>
<b>Municípios de Minas Gerais</b>	<b>8.594.395.099,41</b>	<b>18.977.115.168,63</b>	<b>26.294.864.608,90</b>	<b>29.488.805.205,55</b>	<b>243,12</b>
<b>TMAP</b>	<b>1.063.984.558,30</b>	<b>2.223.614.065,01</b>	<b>2.964.932.638,57</b>	<b>3.402.662.528,71</b>	<b>219,80</b>
<b>Triângulo</b>	<b>745.538.274,95</b>	<b>1.550.963.544,76</b>	<b>2.060.053.268,22</b>	<b>2.449.505.055,63</b>	<b>228,56</b>
<b>Alto Paranaíba</b>	<b>318.446.283,35</b>	<b>672.650.520,25</b>	<b>904.879.370,35</b>	<b>953.157.472,08</b>	<b>199,31</b>
Abadia dos Dourados	3.435.047,83	7.377.376,62	9.016.333,99	11.340.465,17	230,14
Água Comprida	3.620.035,23	6.635.406,63	8.248.172,69	9.197.284,58	154,07
Araguari	38.446.675,00	96.770.823,49	127.218.718,19	135.190.223,39	251,63
Araporã	16.224.325,37	25.687.756,68	36.522.332,46	32.059.362,69	97,60
Arapuá	2.418.514,81	4.259.019,97	6.322.887,75	6.836.849,65	182,69
Araxá	38.475.294,58	98.761.298,96	129.597.455,57	148.598.787,93	286,22
Cachoeira Dourada	6.364.315,00	10.795.552,76	18.490.178,96	21.616.328,69	239,65
Campina Verde	7.748.605,45	15.338.043,74	22.181.521,93	26.107.737,37	236,93
Campo Florido	3.563.171,61	10.493.460,01	13.757.338,61	15.435.226,81	333,19
Campos Altos	6.050.468,71	13.551.552,66	17.062.943,94	20.775.553,64	243,37
Canápolis	5.775.244,05	14.501.167,81	16.437.696,33	18.466.413,41	219,75
Capinópolis	8.487.765,54	15.849.720,64	18.806.527,13	24.874.940,34	193,07
Carmo do Paranaíba	11.241.958,07	21.003.645,74	31.470.954,66	32.446.984,54	188,62
Carneirinho	10.384.614,36	31.067.686,83	25.178.687,74	28.105.588,36	170,65
Cascalho Rico	3.297.832,31	3.406.554,69	7.996.793,88	8.721.583,52	164,46
Centralina	5.031.508,00	9.295.178,04	12.079.785,86	12.808.648,59	154,57
Comendador Gomes	3.076.375,01	6.416.226,43	7.449.742,37	8.952.012,99	190,99
Conceição das Alagoas	9.931.749,00	28.495.327,37	37.497.923,20	46.524.517,35	368,44
Conquista	4.408.834,19	9.589.180,02	11.878.378,27	13.090.294,43	196,91
Coronandel	11.479.105,32	22.283.987,72	29.069.631,72	32.441.807,57	182,62
Cruzeiro da Fortaleza	2.643.861,00	6.163.590,86	10.745.587,91	11.482.851,32	334,32
Delta	5.098.610,51	10.754.700,13	13.747.791,18	17.750.116,91	248,14
Douradoquara	3.434.056,00	6.496.856,11	6.581.242,32	7.258.931,16	111,38
Estrela do Sul	4.220.312,24	8.241.590,99	10.520.589,96	12.286.569,23	191,13
Fronteira	6.597.881,43	19.640.634,12	28.706.993,15	28.199.215,84	327,40
Frutal	23.060.599,21	43.525.584,23	0,00	67.952.866,20	194,67
Grupiara	2.893.623,00	7.288.601,95	8.263.480,25	8.913.492,97	208,04
Guimarânia	3.188.751,58	6.301.105,89	9.507.711,63		
Gurinhatã	4.692.630,42	10.665.122,67	10.473.234,66		
Ibiá	13.373.347,37	25.574.577,03	32.552.160,52	37.946.888,44	183,75
Indianópolis	4.394.905,45	11.450.949,00			
Ipiaçu	4.766.748,00	9.089.078,04			
Iraí de Minas	4.827.361,78	8.409.763,75	13.147.587,88	13.470.391,51	179,04
Itapagipe	6.478.387,91	13.928.101,44	21.313.121,46	26.374.736,45	307,12
Ituiutaba	42.283.942,00	88.478.190,00	125.832.289,00	135.141.057,00	219,60
Iturama	24.419.250,78	57.798.691,41	69.976.794,80	79.102.051,62	223,93
Lagoa Formosa	5.917.664,03	12.316.668,50	18.578.567,67	22.582.697,48	281,62
Limeira do Oeste	4.564.199,00	11.080.430,64	15.230.925,37	16.166.585,21	254,20
Matutina	2.797.516,39	5.445.735,93	7.634.120,22	7.708.245,43	175,54
Monte Alegre de Minas	7.672.663,00	20.476.526,32	27.038.182,91	30.525.192,49	297,84
Monte Carmelo	16.907.135,00	35.013.582,71	57.967.291,72	54.361.049,42	221,53
Nova Ponte	10.220.091,04	17.374.249,53	26.225.577,67	28.124.697,78	175,19
Patos de Minas	55.699.869,78	117.432.243,00	158.981.774,39	176.526.570,51	216,92
Patrocínio	36.567.627,20	86.401.762,35	106.446.786,88	119.352.264,83	226,39
Pedrinópolis	4.311.636,14	7.975.407,74	10.317.260,27	10.992.453,25	154,95
Perdizes	10.275.708,60	19.048.414,47	28.264.283,63	30.776.527,90	199,51
Pirajuba	3.339.443,73	7.972.471,93	10.969.770,53	11.874.631,92	255,59
Planura	6.679.673,77		15.786.823,30	17.986.412,66	169,27
Prata	8.956.294,05	19.457.370,86	30.234.605,33	32.726.210,24	265,40
Pratinha	2.412.906,34	5.158.407,18	7.236.195,52	8.312.875,74	244,52
Rio Paranaíba	7.849.710,41	15.020.205,00	20.636.175,00	25.409.988,00	223,71
Romaria	3.000.314,61	5.493.389,54	8.068.174,46	9.867.992,46	228,90
Sacramento	21.574.443,00	37.482.251,75	45.549.883,87		
Santa Juliana	5.142.540,00	12.709.099,28	17.591.389,53	19.447.317,65	278,17
Santa Rosa da Serra	2.509.602,71	4.662.943,00	5.842.115,05	6.852.817,61	173,06
Santa Vitória	19.351.781,23	33.435.860,80	51.719.947,54	55.435.332,31	186,46
São Francisco de Sales	4.438.919,15	9.812.495,06	11.324.365,09	12.808.141,17	188,54
São Gotardo	10.863.831,18	22.728.566,66	32.091.527,24	38.844.101,07	257,55
Serra do Salitre	5.130.090,05	10.399.511,76	14.418.998,91	17.926.172,82	249,43
Tapira	5.784.474,40	15.233.686,03	16.036.728,40	21.363.636,47	269,33
Tiros	3.799.420,18	7.041.427,57	9.133.951,82	10.908.490,53	187,11
Tupaciguara	14.978.553,41	28.104.724,87	36.183.600,25	35.844.926,26	139,31
Uberaba	117.521.258,44	317.615.455,90	398.521.798,58	475.876.663,51	304,93
Uberlândia	303.284.624,92	539.615.306,00	812.220.028,00	982.404.433,00	223,92
União de Minas	3.785.038,04	7.162.430,10	8.854.850,88	10.460.026,10	176,35
Veríssimo	2.811.820,38	6.557.336,10	8.174.348,57	11.726.294,22	317,04

Fonte: Finanças do Brasil, Dados Contábeis dos Municípios, STN, 2001, 2006, 2009 e 2010.

Diante da quantidade de municípios que fazem parte da região do TMAP e da quantidade de variáveis selecionadas, a análise das demais variáveis de receitas e despesas é apresentada por grupos de municípios, de acordo com as faixas de tamanho da população. A partir da somatória das Receitas Orçamentárias, foi calculada a “Receita Orçamentária Municipal Média” e a participação das respectivas contas analisadas, seguindo os recortes populacionais definidos (Tabela 6.49).

A região estudada é formada por municípios de diferentes magnitudes, em termos econômicos, sociais e naturais. Mostram-se municípios heterogêneos entre si, porém, dentro de uma mesma realidade, própria a cada sistema produtivo regional. A opção de apresentar os dados por grupos de municípios deve-se as características econômicas comuns de municípios com porte populacional próximo, principalmente no que se refere às contas públicas. Como os municípios estão representados pelas médias de suas respectivas faixas populacionais, a análise comparativa possibilita identificar disparidades e homogeneidades comuns à realidade de tais municípios.

Tabela 6.49: Receita Orçamentária Municipal Média e participação das principais subcontas - 2000, 2006, 2009 e 2010.

Municípios do Brasil, Minas Gerais, TMAP e por faixa populacional do TMAP	Orçamentária	Receitas Correntes					Receitas de Capital				
		Total	Tributária	Transf Corrente	Contr/ Patr/Ind/ Agro/Serv	Outras	Total	Op. de Crédito	Alienação	Transf de Capital	Outras
<b>Ano 2000</b>											
Municípios do Brasil	16.142.914,62	95,40	17,97	66,16	5,18	6,09	4,60	0,86	0,40	2,82	0,53
Municípios de Minas Gerais	10.010.102,91	96,04	14,81	72,59	3,99	4,65	3,96	0,54	0,19	3,09	0,14
TMAP	15.988.803,14	96,59	11,64	72,24	6,09	6,63	3,41	0,58	0,26	2,38	0,19
Triângulo	21.300.457,73	97,38	12,86	71,00	6,86	6,67	2,62	0,28	0,26	1,93	0,15
Alto Paranaíba	9.991.773,77	94,70	8,69	75,22	4,26	6,54	5,30	1,30	0,25	3,48	0,27
Até 10.000	4.756.308,26	95,73	3,55	83,31	1,02	7,85	4,27	0,46	0,37	3,07	0,38
10.001 à 20.000	7.846.500,49	95,97	5,80	82,72	1,96	5,49	4,03	1,43	0,15	1,92	0,53
20.001 à 50.000	15.166.942,77	92,68	7,38	77,36	2,29	5,65	7,32	0,72	0,12	6,07	0,42
50.001 à 150.000	39.073.898,64	96,88	12,95	68,68	7,80	7,45	3,12	0,56	0,12	2,38	0,05
Mais de 150.000	209.201.984,73	98,08	16,98	65,46	9,40	6,25	1,92	0,38	0,35	1,16	0,03
<b>Ano 2006</b>											
Municípios do Brasil	34.346.424,05	96,43	19,13	70,74	8,03	4,43	3,57	0,35	0,39	2,66	0,18
Municípios de Minas Gerais	22.542.336,66	95,28	13,69	75,59	9,06	3,83	4,72	0,68	0,12	3,88	0,03
TMAP	34.201.191,02	97,75	11,75	75,92	12,03	5,60	2,25	0,21	0,17	1,84	0,03
Triângulo	46.279.908,85	98,26	12,89	73,01	13,16	6,52	1,74	0,28	0,12	1,34	-
Alto Paranaíba	20.953.565,02	96,49	8,99	82,99	9,31	3,36	3,51	0,04	0,29	3,07	0,10
Até 10.000	10.186.388,31	96,08	6,13	93,62	3,28	3,34	3,92	0,25	0,37	3,30	-
10.001 à 20.000	18.043.492,90	94,91	7,12	88,33	6,00	3,60	5,09	0,89	0,07	4,06	0,06
20.001 à 50.000	29.171.449,78	97,69	7,83	87,10	6,81	5,87	2,31	0,02	0,11	2,01	0,16
50.001 à 150.000	76.476.708,00	97,91	12,00	73,43	13,14	6,18	2,09	0,31	0,21	1,54	0,03
Mais de 150.000	439.497.036,60	99,02	16,09	64,09	17,86	6,59	0,98	0,03	0,09	0,86	-
<b>Ano 2009</b>											
Municípios do Brasil	49.750.682,90	96,32	19,19	71,07	7,39	3,99	3,68	0,72	0,14	2,49	0,31
Municípios de Minas Gerais	32.193.068,43	95,34	14,11	76,52	8,19	3,82	4,66	1,27	0,14	3,06	0,14
TMAP	48.769.295,17	95,35	12,54	75,25	10,47	4,80	4,65	1,56	0,35	2,22	0,18
Triângulo	66.150.158,82	96,00	14,03	72,52	11,50	5,39	4,00	1,65	0,24	1,51	0,11
Alto Paranaíba	30.267.085,47	93,84	9,06	81,60	8,07	3,43	6,16	1,35	0,60	3,88	0,32
Até 10.000	11.850.141,62	93,31	5,96	93,98	2,38	4,41	6,69	0,68	0,34	2,30	0,36
10.001 à 20.000	23.875.593,83	93,84	7,73	87,69	5,37	2,89	6,16	1,13	0,70	3,97	0,35
20.001 à 50.000	39.375.783,72	93,86	7,81	88,15	6,66	2,73	6,14	2,26	0,15	3,04	0,71
50.001 à 150.000	119.105.808,24	96,05	12,02	73,88	11,07	5,92	3,95	0,58	0,38	2,97	0,01
Mais de 150.000	637.664.227,15	96,44	17,56	63,08	15,08	5,49	3,56	2,27	0,29	1,00	0,00
<b>Ano 2010</b>											
Municípios do Brasil	59.358.817,42	94,79	19,74	68,84	7,60	3,96	5,21	0,95	0,39	3,18	0,66
Municípios de Minas Gerais	38.209.483,62	94,17	14,74	75,17	7,95	3,55	5,83	1,19	0,14	4,32	0,17
TMAP	59.438.902,63	94,22	12,92	73,71	10,83	4,17	5,78	1,20	0,30	4,05	0,23
Triângulo	81.020.894,89	94,55	14,29	70,71	12,05	4,49	5,45	1,40	0,27	3,65	0,13
Alto Paranaíba	35.624.290,48	93,40	9,50	81,25	7,76	3,36	6,60	0,69	0,37	5,07	0,47
Até 10.000	13.480.721,71	93,12	6,04	96,13	2,49	1,92	6,88	0,63	0,39	5,47	0,38
10.001 à 20.000	26.987.428,11	91,32	7,82	85,71	5,61	2,54	8,68	1,05	0,74	6,84	0,05
20.001 à 50.000	45.928.089,90	91,28	8,92	83,68	6,63	2,87	8,72	0,66	0,23	6,29	1,54
50.001 à 150.000	141.026.866,40	95,50	11,81	75,26	9,90	5,21	4,50	0,66	0,04	3,78	0,02
Mais de 150.000	778.499.997,64	95,39	17,68	61,46	15,92	4,94	4,61	1,82	0,31	2,49	0,00

Fonte: Finanças do Brasil, Dados Contábeis dos Municípios, STN, 2001, 2006, 2009 e 2010.

Comparando as participações das contas de Receita Correntes e Receitas de Capitais nos orçamentos municipais nos anos 2000, 2006, 2009 e 2010, nota-se que as Receitas Correntes são responsáveis pela maior parte dos recursos orçamentários de todos os grupos de municípios, em todos os anos analisados. Em 2000, as Receitas Correntes apresentaram participações médias, variando entre 92,68%, dos orçamentos do grupo de municípios com população entre “20.001 a 50.000”, e 98,08%, dos orçamentos dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes. Em 2010, as Receitas Correntes apresentaram participações médias, variando entre 91,28%, dos orçamentos dos municípios com população entre “20.001 a 50.000”, e 95,50%, dos orçamentos dos municípios com população entre “50.001 a 150.000” habitantes. Nos quatro anos analisados, a menor participação média foi do grupo de municípios com população entre “20.001 a 50.000” habitantes em 2010, e a maior (99,02%) apresentada pelo grupo dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes no ano de 2006.

Como os orçamentos são formados por receitas classificadas em Receitas Correntes e Receitas de Capitais, a participação das Receitas de Capitais nos orçamentos é equivalente à diferença entre Receitas Correntes e a própria Receita Orçamentária.

Em 2000, as Receitas de Capitais apresentam participações médias variando entre 1,92%, dos orçamentos dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes, e 7,32%, dos orçamentos do grupo de municípios com população entre “20.001 a 50.000”. Em 2010, as Receitas de Capitais apresentaram participações médias, variando entre 4,50%, dos orçamentos dos municípios com “50.001 a 150.000” habitantes, e 8,72%, dos orçamentos dos municípios com “20.001 a 50.000” habitantes.

Analizando os orçamentos dos grupos de municípios da região em 2000 e 2010, apenas pelos dados numéricos das participações das contas de Receitas Correntes e Receitas de Capitais nos respectivos orçamentos, é difícil traçar algum padrão que possa ser relacionado ao porte dos municípios. Assim, além da análise das participações das contas de Receitas Correntes e de

Capitais, a análise das subcontas que as compõem se faz necessária, a fim de verificar se apontam algum padrão.

A participação das Receitas Tributárias nos orçamentos municipais mostra a importância efetiva dos recursos tributários de competência própria no montante das disponibilidades financeiras dos municípios, consolidados através dos orçamentos. É a subconta que registra os recursos cuja arrecadação e fiscalização são exclusivamente de competência dos municípios, conforme o arranjo fiscal vigente no país. A subconta Receitas Tributárias é um bom indicador do grau de autonomia das finanças públicas municipais, pois é a parte que cabe diretamente aos municípios através da forma típica de financiamento dos governos, a arrecadação de tributos.

Comparando a participação das Receitas Tributárias nos orçamentos dos grupos de municípios do TMAP em 2000, o grupo com população “Até 10.000” habitantes apresentou a menor média de participação, 3,55%; já a maior média foi do grupo com “Mais de 150.000” habitantes.

Em 2010, se comparado a 2000, a participação média das Receitas Tributárias nos orçamentos aumentou em todos os grupos de municípios, exceto naqueles com “50.001 a 150.000” habitantes, em que se reduziu de 12,95% para 11,81%.

Tanto em 2000 quanto em 2010, e nos dois anos entre esses dois períodos, conforme a Tabela 6.54, a participação da subconta Receitas Tributárias mostrou relações positivas com o tamanho dos municípios. Assim, quanto maior o porte do município, maior a participação das Receitas Tributárias no orçamento municipal.

Tal relação mostra que os municípios maiores conseguem obter recursos significativos para seus orçamentos através das Receitas Tributárias, dadas as características dos tributos municipais, como IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana), ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza) e ITBI (Imposto sobre a transmissão de bens imóveis).

Em outras palavras, os municípios maiores dispõem de base de tributação proporcionalmente maior. Por exemplo, o IPTU, em municípios com

urbanização mais avançada, tende a ter uma base de incidência maior, pois neles há maior o grau de adensamento imobiliário e imóveis com valores mais altos. A base de incidência do ITBI também é mais intensa em municípios maiores, onde a dinâmica comercial e de negócios imobiliários é maior. A arrecadação de ISSQN também tende a ser maior em municípios maiores, uma vez que os serviços são mais numerosos e diversificados. Pelas características dos tributos e de suas bases de incidência, a subconta Receitas Tributárias apresenta relevância maior em municípios com economias maiores.

Quase como uma contraparte, o grupo dos municípios menores, com menores participações da subconta Receitas Tributárias nos orçamentos municipais, apresenta alta participação da subconta Receitas de Transferências Correntes. Conforme aumenta o porte dos municípios, diminui a participação das Receitas de Transferências Correntes nos orçamentos, apontando uma relação inversa.

A maior participação das Receitas de Transferências Correntes nos orçamentos de municípios menores reflete o modelo atual de distribuição das competências tributárias e financeiras entre as três esferas de governo, que centraliza a arrecadação nas mãos da União e, por meio de mecanismo de fundos e repasses, transfere recursos, como medida de redistribuição e compensação, aos estados e municípios.

Assim, as Transferências Correntes são bastante significativas para os municípios, sobretudo para as finanças dos municípios menores. Entre as principais formas de transferência destaca-se a importância do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e recursos para educação, através do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Em 2000, entre os grupos de municípios do TMAP, aqueles com “Até 10.000” habitantes apresentou a maior participação média da subconta Receitas de Transferências Correntes, 83,31%, e o grupo com menor participação média foi dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes, 65,46%.

Essas participações médias variaram entre 2000 e 2010, conforme Tabela 6.49. No entanto, de forma geral, em todos os grupos de municípios da região do TMAP, exceto no grupo dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes, houve aumento da participação da subconta de Receitas de Transferências Correntes nos respectivos orçamentos. Isso aponta, portanto, aumento da dependência de Transferências Correntes, por parte dos municípios menores, e diminuição da importância relativa de outras fontes de financiamento.

Em 2010, a maior participação média foi do grupo dos municípios com população “Até 10.000” habitantes, 96,13%; já a menor participação média 61,46%, foi dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes.

A relação inversa entre o porte dos municípios e a participação das Receitas de Transferências Correntes nas Receitas Totais revela que os municípios maiores apresentam outras fontes significativas de Receitas. Como mostrado acima, uma delas são as Receitas Tributárias que se somam a outras, por exemplo, às Receitas Patrimoniais, Agropecuárias, Industriais e de Serviços, apesar destas não serem formas típicas de financiamento de governos e não serem significativas no orçamento de todos os grupos de municípios. Mesmo assim, é importante destacar que essas fontes de recursos são mais típicas e intensas em municípios mais dinâmicos. Elas aparecem juntas na tabela acima, e representam alta porcentagem das Receitas Orçamentárias dos municípios maiores.

A subconta Demais Receitas Correntes, também selecionada entre as principais Receitas Correntes, não apresenta padrão de participação bem definido; no entanto, mostra-se mais significativa nos municípios maiores, apontando relação positiva entre porte dos municípios e a participação dessa subconta nas Receitas Orçamentárias, apesar serem significativas também para municípios menores em alguns anos.

Entre as subcontas das Receitas de Capitais (Tabela 6.49), não foi possível traçar um paralelo que as relacionasse ao porte dos municípios. Essas receitas apresentam características esporádicas, pois consistem em Receitas

de Operações de Crédito, Alienação de Bens, Receita de Transferência de Capitais e Outras Receitas de Capital. As Receitas de Operações de Crédito são pontuais no tempo, registram a contratação de empréstimos junto a instituições públicas e privadas, apesar de constituírem uma fonte de receita, a contratação de dívidas gera obrigações, passivos, que deverão ser liquidados no futuro.

A Tabela 6.49 mostra que os diferentes grupos de municípios da região do TMAP usam Operações de Crédito como Receitas de Capitais, mas, em termos percentuais, não são muito significativas no total das Receitas Orçamentárias. A maior participação, entre 2000 e 2010, foi 2,27%, apresentada em 2009 pelo grupo dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes. Na maioria das vezes, quando aparece, essa rubrica fica próxima a 1% dos orçamentos municipais médios. Portanto, além de bastante esporádica, na maioria das vezes também é pouco expressiva como participação das Receitas Orçamentárias. Todavia, é relevante como participação nas Receitas de Capitais.

A subconta Alienação de Bens consiste nos recursos obtidos com a venda de bens. Essa conta apresenta grandes variações, mas sempre com alguma participação. O grupo que apresentou a maior participação média foi dos municípios com população entre “10.000 a 20.000” habitantes, 0,74% em 2010 – pouco expressiva, no total das Receitas Orçamentárias, mas importante no total das Receitas de Capitais.

A subconta Receita de Transferências de Capitais apresentou a maior participação dentre as contas que compõem as Receitas de Capitais. Dessa maneira, merece atenção especial, pois, conforme o “Ementário das Receitas Orçamentárias – Secretaria do Tesouro Nacional, 2011” esta subconta guarda estreitas relações com as subcontas de despesas: Investimentos e Inversões Financeiras.

As Transferências de Capitais geralmente são vinculadas a programas, receitas carimbadas ou convênios com objetivos pré-definidos e, portanto, a gestão municipal desses recursos registrados em seus orçamentos é bastante

limitada. Assim, cabe aos municípios apenas o gerenciamento e a execução desses recursos, pois são receitas que fogem à autonomia de planejamento municipal. Os municípios não têm competência política sobre a gestão desses recursos.

As Receitas de Transferências de Capital destinam-se a atender despesas com Investimentos e Inversões Financeiras. Torna-se importante destacar que há outras fontes de recursos empenhadas no financiamento de Despesas com Investimentos e Inversões Financeiras, porém, não exclusivas como ocorre com as Receitas de Transferências de Capital.

No geral, essas receitas mostraram muita variação no período, pois são pontuais, com finalidades e objetivos definidos por meio de programas e convênios e não apresentam continuidade regular. Em 2000, na região do TMAP, a maior participação desta receita no orçamento municipal foi 6,07%, para o grupo dos municípios com população entre “20.001 e 50.000” habitantes, e a menor 1,16%, foi apresentada pelos municípios com “Mais de 150.000” habitantes.

Em 2010, a maior participação, 6,84%, foi apresentada pelo municípios com população entre “10.001 a 20.000” habitantes, e a menor, pelo grupo com “Mais de 150.000” habitantes. Em 2006 e 2009, as participações passaram por variações, mas sempre abaixo de 5%.

Apresentadas as contas e subcontas de Receitas selecionadas, a próxima seção apresenta as contas e subcontas selecionadas entre as Despesas Orçamentárias.

#### **6.2.3.2 - Despesas Municipais**

No orçamento, as despesas são classificadas em Despesas Correntes e Despesas de Capital. Como já mencionado anteriormente, selecionamos três subcontas que fazem parte das Despesas Correntes, “Despesa com Pessoal e Encargos Pessoais”; “Juros e Encargos da Dívida”; “Outras Despesas

Correntes” e três subcontas das Despesas de Capital, “Investimentos”; “Inversões Financeiras” e “Amortização da Dívida”.

A Tabela 6.50, abaixo, apresenta os dados de despesas dos grupos de municípios da região do TMAP, conforme os extratos populacionais definidos, para os anos de 2000, 2006, 2009 e 2010. Nota-se que há certo padrão das Despesas, tanto em 2000 quanto em 2010. Em 2000, a participação das Despesas Correntes nas Despesas Orçamentárias variou entre 83,09%, do grupo de municípios entre “20.001 a 50.000” habitantes, e 89,75%, do grupo dos municípios com população entre “10.001 a 20.000” habitantes.

**Tabela 6.50: Despesa Orçamentária Municipal Média, e participação das principais subcontas, nos anos de 2000, 2006, 2009 e 2010.**

Municípios do Brasil, Minas Gerais, TMAP e por faixa populacional do TMAP	Despesas Orçamentárias	Despesas Correntes				Despesas de Capital			
		Total	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras	Total	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
<b>Ano 2000</b>									
<b>Brasil</b>	<b>15.556.011,75</b>	<b>86,79</b>	38,15	1,49	47,16	<b>13,21</b>	10,65	0,45	2,10
<b>Minas Gerais</b>	<b>10.195.011,98</b>	<b>86,10</b>	35,98	0,97	49,15	<b>13,90</b>	9,36	0,21	4,33
<b>TMAP</b>	<b>16.120.978,16</b>	<b>85,72</b>	37,63	0,82	47,27	<b>14,28</b>	10,52	0,37	3,40
<b>Triângulo</b>	<b>21.301.093,57</b>	<b>85,51</b>	37,93	0,88	46,70	<b>14,49</b>	10,06	0,48	3,94
<b>Alto Paranaíba</b>	<b>10.272.460,75</b>	<b>86,19</b>	36,92	0,66	48,60	<b>13,81</b>	11,60	0,10	2,12
Até 10.000	<b>4.750.394,30</b>	<b>85,29</b>	34,28	0,48	50,54	<b>14,71</b>	12,49	0,14	2,08
10.001 à 20.000	<b>8.056.632,01</b>	<b>89,75</b>	36,74	0,60	52,41	<b>10,25</b>	8,10	0,36	1,79
20.001 à 50.000	<b>15.604.703,02</b>	<b>83,09</b>	35,58	0,42	47,09	<b>16,91</b>	13,89	0,28	2,75
50.001 à 150.000	<b>39.089.001,30</b>	<b>89,33</b>	39,65	0,84	48,84	<b>10,67</b>	9,01	0,27	1,39
Mais de 150.000	<b>210.402.941,68</b>	<b>83,57</b>	38,70	1,12	43,75	<b>16,43</b>	10,21	0,54	5,67
<b>Ano 2006</b>									
<b>Brasil</b>	<b>33.793.946,93</b>	<b>86,90</b>	42,49	1,68	42,73	<b>13,10</b>	10,98	0,27	1,85
<b>Minas Gerais</b>	<b>22.538.141,53</b>	<b>84,97</b>	42,85	0,81	41,32	<b>15,03</b>	13,00	0,12	1,91
<b>TMAP</b>	<b>34.209.447,15</b>	<b>86,47</b>	43,15	0,75	42,57	<b>13,53</b>	11,91	0,16	1,46
<b>Triângulo</b>	<b>45.616.574,85</b>	<b>86,68</b>	43,24	0,64	42,80	<b>13,32</b>	11,73	0,22	1,38
<b>Alto Paranaíba</b>	<b>21.698.403,88</b>	<b>86,00</b>	42,96	1,01	42,03	<b>14,00</b>	12,31	0,04	1,65
Até 10.000	<b>9.938.001,88</b>	<b>87,30</b>	43,60	0,44	43,26	<b>12,70</b>	10,53	0,21	1,96
10.001 à 20.000	<b>17.987.266,61</b>	<b>86,29</b>	44,88	0,18	41,22	<b>13,71</b>	11,22	0,19	2,30
20.001 à 50.000	<b>29.304.227,01</b>	<b>88,09</b>	48,27	0,40	39,41	<b>11,91</b>	9,79	0,12	2,01
50.001 à 150.000	<b>80.911.926,39</b>	<b>85,42</b>	43,61	1,21	40,60	<b>14,58</b>	13,15	0,02	1,41
Mais de 150.000	<b>428.615.380,95</b>	<b>86,42</b>	40,86	0,82	44,74	<b>13,58</b>	12,41	0,24	0,93
<b>Ano 2009</b>									
<b>Brasil</b>	<b>46.380.464,98</b>	<b>89,84</b>	46,38	1,55	41,90	<b>10,16</b>	7,92	0,35	1,89
<b>Minas Gerais</b>	<b>31.340.720,63</b>	<b>87,99</b>	47,13	0,82	40,05	<b>12,01</b>	9,73	0,35	1,93
<b>TMAP</b>	<b>46.327.072,48</b>	<b>89,55</b>	47,26	0,73	41,56	<b>10,45</b>	8,52	0,12	1,81
<b>Triângulo</b>	<b>62.425.856,61</b>	<b>90,26</b>	48,12	0,67	41,47	<b>9,74</b>	7,93	0,16	1,65
<b>Alto Paranaíba</b>	<b>29.189.657,11</b>	<b>87,94</b>	45,31	0,87	41,76	<b>12,06</b>	9,85	0,03	2,18
Até 10.000	<b>11.555.695,96</b>	<b>90,64</b>	47,75	0,30	42,58	<b>9,36</b>	7,10	0,17	2,09
10.001 à 20.000	<b>22.303.033,50</b>	<b>88,45</b>	48,77	0,36	39,32	<b>11,55</b>	9,28	0,25	2,02
20.001 à 50.000	<b>40.259.437,33</b>	<b>88,85</b>	46,92	0,36	41,57	<b>11,15</b>	9,18	0,04	1,92
50.001 à 150.000	<b>108.012.837,34</b>	<b>88,96</b>	45,58	1,26	42,13	<b>11,04</b>	9,15	0,02	1,87
Mais de 150.000	<b>605.370.913,29</b>	<b>90,12</b>	47,69	0,81	41,62	<b>9,88</b>	8,15	0,14	1,60
<b>Ano 2010</b>									
<b>Brasil</b>	<b>55.360.153,73</b>	<b>88,32</b>	45,12	1,49	41,70	<b>11,68</b>	9,12	0,44	2,12
<b>Minas Gerais</b>	<b>36.316.262,57</b>	<b>87,62</b>	46,30	0,67	40,64	<b>12,38</b>	10,31	0,12	1,95
<b>TMAP</b>	<b>55.781.352,91</b>	<b>87,84</b>	45,68	0,72	41,44	<b>12,16</b>	10,07	0,17	1,91
<b>Triângulo</b>	<b>76.547.032,99</b>	<b>87,52</b>	45,45	0,64	41,43	<b>12,48</b>	10,51	0,21	1,77
<b>Alto Paranaíba</b>	<b>32.867.499,04</b>	<b>88,67</b>	46,27	0,93	41,47	<b>11,33</b>	8,96	0,08	2,29
Até 10.000	<b>13.055.697,86</b>	<b>88,36</b>	46,87	0,50	40,99	<b>11,64</b>	9,47	0,13	2,05
10.001 à 20.000	<b>25.363.849,05</b>	<b>87,98</b>	49,28	0,37	38,33	<b>12,02</b>	9,76	0,23	2,02
20.001 à 50.000	<b>43.359.837,39</b>	<b>87,82</b>	47,13	0,40	40,30	<b>12,18</b>	9,83	0,07	2,27
50.001 à 150.000	<b>130.460.294,98</b>	<b>88,84</b>	47,27	1,16	40,42	<b>11,16</b>	9,12	0,01	2,03
Mais de 150.000	<b>729.140.548,26</b>	<b>87,15</b>	43,14	0,73	43,28	<b>12,85</b>	10,89	0,28	1,69

Fonte: Finanças do Brasil, Dados Contábeis dos Municípios, STN, 2001, 2006, 2009 e 2010.

Em 2010, o grupo de municípios com “Mais de 150.000” teve a menor participação média de Despesas Correntes, 87,15%, e o grupo dos municípios com “50.001 a 150.000” habitantes registrou a maior participação, 88,84%.

Assim como nas Despesas Correntes, as participações nas Despesas de Capital também apresentaram certo padrão. Em 2000, a maior participação foi do grupo de municípios com população entre “20.001 a 50.000” habitantes, e a menor, do grupo dos municípios com população entre “10.001 a 20.000”. Em 2010, o grupo de municípios com população com “Mais de 150.000” habitantes apresentou a maior participação 12,85%, e a menor foi do grupo de municípios entre “50.001 a 150.000” habitantes.

A conta Despesas Correntes mostrou-se como a principal conta de despesa em todos os grupos de municípios, por todo o período analisado, entre as subcontas selecionadas as “Despesas com Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes” foram as que apresentaram as maiores participações entre as Despesas Correntes.

Na região do TMAP, foi bastante próximo o percentual desprendido pelos diversos grupos de municípios com Pessoal e Encargos Sociais. Em 2000 o grupo de municípios com população “Até 10.000” habitantes apresentou a menor participação dos gastos com Pessoal, 34,28%, já a maior participação 39,65%, foi apresentada pelo grupo dos municípios com “50.001 a 150.000” habitantes.

Nota-se aumento significativo dessa rubrica nos demais anos analisados, de forma geral, todos os grupos de municípios registraram aumento da participação dos gastos com “Pessoal e Encargos Sociais”. Em 2010, o grupo dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes apresentou a menor participação média, 43,14%, já a maior média, 49,28%, foi apresentada pelo grupo de municípios com “10.001 a 20.000” habitantes.

A subconta “Juros e Encargos da Dívida”, no geral, apresentou baixa participação, mas mostrou-se mais significativas para o grupo dos municípios com população entre “50.001 a 150.000” habitantes que apresentou as maiores participações em 2006, 2009 e 2010, variando entre 1,16% e 1,26%.

A subconta Outras Despesas Correntes, embora significativa, não mostra padrão definido de participação que possa ser relacionado ao porte populacional dos municípios, variando de 43,75% a 50,54% em 2000 e 38,33% a 43,28% em 2010.

Entre as subcontas que compõem as Despesas de Capital, a análise da participação dos Investimentos no Total das Despesas Orçamentárias mostrou variações ao longo do período estudado. Estas, entre um ano e outro, refletem as características esporádicas dos investimentos e das fontes de receita que os financiam.

Entre os grupos populacionais de municípios da região do TMAP, em 2000, o grupo dos municípios com população entre “10.001 e 20.000” habitantes apresentou a menor participação média, 8,10%, já a maior participação média, 13,89%, foi apresentada pelo grupo dos municípios com “20.001 a 50.000” habitantes. Em 2010 os grupos de municípios apresentaram participações médias mais próximas, variando entre 9,12% e 10,89%, entre os municípios com “50.001 a 150.000” e “Mais de 150.000” habitantes.

Além da análise das participações, é importante observar os valores absolutos dessas variáveis, uma vez que, embora as participações médias entre diferentes grupos possam ser próximas, em termos absolutos há uma grande diferença dos montantes despendidos com investimentos por municípios de diferentes portes. Por exemplo, 10% do orçamento de um grande município, Uberlândia, em 2010 equivalem a R\$100.429.623,94, enquanto 10% do orçamento de um pequeno município, Grupiara, por exemplo, equivale a R\$900.245,25. Ainda que, em termos percentuais, esses municípios apresentem as mesmas taxas de investimentos, a capacidade real de investimentos é muito distinta.

No caso do exemplo acima, o total investido pelo município maior apresenta-se passível de realizar obras e projetos que exijam elevados montantes de recursos financeiros. Investimentos estes, portanto, capazes de alterar, de maneira significativa, a realidade de tal município, tanto no atendimento das demandas imediatas e correntes da população, através de investimentos em saúde, educação e segurança pública, quanto nos projetos

estruturais e de longo prazo que dotem o município de eficientes estruturas logísticas e vantagens socialmente planejadas e construídas, como pontes, viadutos, rodovias, sistema educacional técnico e científico que possam constituir vantagens locacionais. Junto a todos os benefícios diretos dos investimentos, somam-se a estes os efeitos multiplicadores<sup>18</sup> que desencadeiam no conjunto da economia de forma mais indireta, porém não menos importante.

Quanto às dificuldades, além do caráter esporádico dos investimentos, os municípios enfrentam as relacionadas à necessidade de previsão orçamentária, o que limita a capacidade de implantação de determinados projetos, uma vez que as Receitas de Transferências Correntes e Transferências de Capital, principais aportes de receitas e de investimentos dos pequenos municípios, dependem do orçamento de outras esferas de governo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>19</sup>, ao determinar que os investimentos devem contemplar projetos estabelecidos nos Planos Plurianuais, dificulta projetos municipais que excedem o prazo de quatro anos, período de vigência dos Planos Plurianuais, consistindo em limite temporal. Principalmente para os pequenos municípios, que, em termos absolutos, dispõem de poucos recursos para despender com investimentos. Tal fato, ao limitar projetos de investimentos que excedam o período de vigência de um governo, não permitindo passar a outro mandato projetos inacabados, limita a capacidade de investimento dos municípios, sobretudo dos pequenos, pela limitação do *quantum* disponível em seus orçamentos.

Portanto, projetos de Investimentos idealizados pelos governos municipais ficam circunscritos por tais prerrogativas, tanto em aspectos financeiros, pela incerteza acerca das Transferências Governamentais, pela

---

<sup>18</sup> Ver Keynes (1936, Cap. X).

<sup>19</sup> Para maiores detalhes do impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal para os municípios ver, “O Município na Lei de Responsabilidade Fiscal”. Silva, E. (2001).

baixa significância das Operações de Crédito, como instrumento de financiamento, quanto pelo limite temporal de vigência dos projetos.

As Transferências Correntes mostram-se passíveis de previsões, por terem características permanentes, devido ao peso das transferências constitucionais nessa subconta, porém, é difícil traçar previsões acerca das Receitas de Transferências de Capital pelas já mencionadas características esporádicas. Como essas receitas financiam Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras, o caráter esporádico é manifesto também nos Investimentos.

As competências tributárias municipais previstas na Constituição Federal são as mesmas para todos os municípios, não levam em consideração especificidades da base de incidência nem das características econômicas do município. Por isso, conforme dados apresentados, os tributos de competência municipal são mais significativos no orçamento de municípios maiores, demonstrando relação direta entre Receitas Tributárias e porte populacional.

Dessa forma, o arranjo fiscal e de transferências vigente não permite que todos os municípios cumpram suas obrigações com a mesma eficiência, de forma satisfatória e equivalente. A análise dos gastos com investimentos de municípios de diferentes portes indica distorções na capacidade de comprometimento com investimentos. Assim, as competências administrativas municipais deve ser pensada de forma regionalizada, integrada e articulada, a fim de minimizar as distorções impostas, tanto pelas limitações da estrutura fiscal e de transferências montada, quanto pela heterogeneidade dos municípios em um sistema econômico regional.

#### **6.2.4 – Frota de Veículos**

A Frota de Veículos Emplacados por município, assim como as demais variáveis analisadas, serve ao propósito de traçar um panorama econômico e social da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Os dados

foram selecionados a partir de 2001, em decorrência da metodologia e sua disponibilidade.

No período analisado, 2001 a 2013, houve grande expansão da frota de veículos em todos os municípios da região do TMAP, tal como no País e no Estado. Para facilitar a análise e permitir comparação dessa variável com as demais, analisa-se o decênio 2001/2010, o quadriênio 2006/2009 – por ser um período que capta o alto dinamismo da economia brasileira, até 2008 e 2009, como um período de intensificação dos efeitos econômicos da crise financeira mundial no Brasil, conforme dados do PIB, e, por fim o quadriênio mais recente, 2010/2013, período de crise internacional e de recuperação da economia brasileira, marcado por políticas nacionais de estímulos econômicos com importantes incentivos ao setor automobilístico.

A Tabela 6.51 mostra a evolução do número de veículos nos anos selecionados e as taxas de crescimento nos períodos acima especificados.

Entre 2001 e 2010, a frota nacional de veículos emplacados dobrou, passando de 31.912.829 para 64.817.974 unidades, o que equivale a um crescimento de 103,11%. Nesse mesmo período, a frota estadual passou de 3.416.476 para 7.005.640 unidades, aumentando 105,05%, portanto mais que a nacional. Assim como no País e em Minas Gerais, a região do TMAP apresentou crescimento significativo da frota de veículos emplacados entre 2001 e 2010, de 497.976 para 978.562 veículos; no entanto, em termos percentuais, tal crescimento representa uma variação de 96,51%, proporção menor que a apresentada pelo Estado e pelo País.

No período 2006/2009, incluso no período 2001/2010, as proporções de crescimento se mantiveram, com a frota da região do TMAP apresentando taxa de crescimento menor que a estadual e a federal. No período compreendido entre 2010 e julho de 2013, a frota de veículos emplacados do TMAP apresenta crescimento de 222.585 unidades, 22,75%, um taxa maior que a nacional (22,28%), mas inferior à estadual, de 23,33%.

**Tabela 6.51: Frota total de veículos emplacados de dezembro de 2001 até Julho de 2013, e taxa de crescimento nos períodos**

Micrò	MUNICIPIO	2001	2006	2009	2010	2013	2001/2010	2006/2009	2010/2013
	<b>Brasil</b>	31.912.829	45.372.640	59.361.642	64.817.974	79.261.065	103,11	30,83	22,28
	<b>Minas Gerais</b>	3.416.476	4.796.027	6.382.234	7.005.640	8.640.218	105,05	33,07	23,33
	<b>TMAP</b>	497.976	682.523	891.800	978.562	1.201.147	96,51	30,66	22,75
	<b>Triângulo</b>	361.381	487.201	638.337	702.370	860.188	94,36	31,02	22,47
	<b>Alto Paranaíba</b>	136.595	195.322	253.463	276.192	340.959	102,20	29,77	23,45
AP	Abadia dos Dourados	1.040	1.490	1.994	2.191	2.815	110,67	33,83	28,48
TM	Águia Comprida	299	406	503	535	663	78,93	23,89	23,93
TM	Araguari	27.441	36.741	48.541	53.426	64.819	94,69	32,12	21,32
TM	Araporá	1.135	1.265	1.379	1.431	1.696	26,08	9,01	18,52
AP	Arapuá	452	766	922	962	1.118	112,83	20,37	16,22
AP	Araçá	22.321	31.838	39.926	43.694	54.195	95,75	25,40	24,03
TM	Cachoeira Dourada	175	327	606	678	787	287,43	85,32	16,08
TM	Campina Verde	2.881	4.106	5.384	5.794	7.207	101,11	31,13	24,39
TM	Campo Florido	762	1.313	1.765	2.006	2.710	163,25	34,42	35,09
AP	Campos Altos	2.273	3.178	3.847	4.169	5.343	83,41	21,05	28,16
TM	Canápolis	1.384	1.918	2.564	2.831	3.521	104,55	33,68	24,37
TM	Capinópolis	2.333	3.353	4.613	5.120	6.007	119,46	37,58	17,32
AP	Carmo do Paranaíba	6.947	9.694	12.013	12.727	15.358	83,20	23,92	20,67
TM	Carneirinho	1.609	2.360	2.906	3.059	3.783	90,12	23,14	23,67
TM	Cascalho Rico	491	576	720	786	959	60,08	25,00	22,01
TM	Centralina	968	1.036	1.326	1.370	1.811	41,53	27,99	32,19
TM	Comendador Gomes	438	552	687	744	929	69,86	24,46	24,87
TM	Conceição das Alagoas	3.558	5.181	6.912	7.517	9.586	111,27	33,41	27,52
TM	Conquista	1.225	1.591	1.886	2.042	2.549	66,69	18,54	24,83
AP	Coromandel	4.937	7.120	9.319	10.144	12.440	105,47	30,88	22,63
AP	Cruzeiro da Fortaleza	445	676	905	998	1.296	124,27	33,88	29,86
TM	Delta	1.538	3.059	3.481	3.721	4.373	141,94	13,80	17,52
AP	Douradoquara	295	411	513	577	671	95,59	24,82	16,29
AP	Estrela do Sul	688	1.091	1.498	1.665	2.099	142,01	37,31	26,07
TM	Fronteira	2.623	3.543	4.374	4.668	5.793	77,96	23,45	24,10
TM	Frutal	14.424	20.556	26.315	28.256	34.505	95,90	28,02	22,12
AP	Grupiara	157	271	334	360	456	129,30	23,25	26,67
AP	Guimarânia	1.249	1.632	2.107	2.282	2.771	82,71	29,11	21,43
TM	Gurinhatã	821	1.062	1.521	1.637	1.938	99,39	43,22	18,39
AP	Ibiá	4.059	5.766	6.952	7.532	9.148	85,56	20,57	21,46
TM	Indianópolis	576	999	1.366	1.504	1.993	161,11	36,74	32,51
TM	Ipiaçu	417	700	1.096	1.228	1.505	194,48	56,57	22,56
AP	Iraí de Minas	1.127	1.595	2.115	2.407	3.069	113,58	32,60	27,50
TM	Itapagipe	2.313	3.290	4.235	4.564	5.936	97,32	28,72	30,06
TM	Ituutabá	21.368	31.122	42.129	46.207	54.720	116,24	35,37	18,42
TM	Iturama	7.474	11.543	14.768	16.131	20.570	115,83	27,94	27,52
AP	Lagoa Formosa	2.852	4.206	5.581	6.105	7.570	114,06	32,69	24,00
TM	Limeira do Oeste	836	1.443	1.924	2.210	2.931	164,35	33,33	32,62
AP	Matutina	632	1.034	1.306	1.393	1.705	120,41	26,31	22,40
TM	Monte Alegre de Minas	3.433	4.661	5.926	6.479	8.255	88,73	27,14	27,41
AP	Monte Carmelo	10.404	15.047	20.069	22.110	27.058	112,51	33,38	22,38
AP	Nova Ponte	1.357	2.296	3.353	3.984	4.593	193,59	46,04	15,29
AP	Patrocínio	34.659	48.485	63.998	69.595	85.547	100,80	32,00	22,92
AP	Pedrinópolis	17.545	25.204	33.723	36.601	45.203	108,61	33,80	23,50
AP	Perdizes	551	762	990	1.063	1.301	92,92	29,92	22,39
AP	Perdigões	1.894	3.061	4.196	4.544	5.608	139,92	37,08	23,42
TM	Pirajuba	461	931	1.256	1.337	1.831	190,02	34,91	36,95
TM	Planura	1.357	2.023	2.617	2.861	3.772	110,83	29,36	31,84
TM	Prata	3.611	5.854	8.226	9.105	11.321	152,15	40,52	24,34
AP	Pratinha	668	991	1.226	1.322	1.576	97,90	23,71	19,21
AP	Rio Paranaíba	1.912	2.825	3.810	4.200	5.355	119,67	34,87	27,50
AP	Romaria	404	570	792	876	1.132	116,83	38,95	29,22
AP	Sacramento	5.322	7.486	8.970	9.538	11.816	79,22	19,82	23,88
AP	Santa Juliana	1.874	2.718	3.534	3.956	5.271	111,10	30,02	33,24
AP	Santa Rosa da Serra	302	527	714	841	1.199	178,48	35,48	42,57
TM	Santa Vitória	2.396	3.613	5.423	6.180	8.147	157,93	50,10	31,83
TM	São Francisco de Sales	820	1.165	1.554	1.654	2.248	101,71	33,39	35,91
AP	São Gotardo	6.979	9.709	12.342	13.475	16.600	93,08	27,12	23,19
AP	Serra do Salitre	1.377	2.015	2.833	3.049	3.966	121,42	40,60	30,08
AP	Tapira	440	750	1.059	1.146	1.435	160,45	41,20	25,22
AP	Tiros	1.433	2.108	2.522	2.686	3.245	87,44	19,64	20,81
TM	Tupaciguara	4.761	6.494	8.290	9.075	11.770	90,61	27,66	29,70
TM	Uberaba	84.835	111.566	142.572	155.484	188.559	83,28	27,79	21,27
TM	Uberlândia	161.842	211.671	279.948	311.127	380.939	92,24	32,26	22,44
TM	União de Minas	426	696	912	965	1.255	126,53	31,03	30,05
TM	Veríssimo	350	485	612	638	800	82,29	26,19	25,39

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, Sistema Nacional de Registro de Veículos/RENAVAM, Sistema Nacional de Estatística de Trânsito/SINET. Tabulação própria.

Entre os municípios analisados, aqueles que apresentaram as cinco maiores taxas de crescimento entre 2001 e 2010 foram Cachoeira Dourada, Ipiaçu, Nova Ponte, Pirajuba e Santa Rosa da Serra. No período 2006/2010, três municípios se repetem na lista das cinco maiores taxas de crescimento, Cachoeira Dourada, Ipiaçu, e Nova Ponte, com a 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> taxas de crescimento, respectivamente, e as outras duas são Santa Vitória e Gurinhatã, com a 3<sup>a</sup> e a 5<sup>a</sup> maiores taxas da região.

No período mais recente, entre 2010 e julho de 2013, as cinco maiores taxas de crescimento da frota de veículos emplacados foram apresentadas por Santa Rosa da Serra, Pirajuba, São Francisco de Sales, Campo Florido e Santa Juliana. Embora com taxas de crescimento muito acima da média da região, do estado e do país, suas frotas totais são pouco significativas, se comparadas ao total da região, pois são municípios pequenos, cuja participação da frota municipal de veículos na frota total da região do TMAP não ultrapassa os 0,68%, apresentado por Santa Vitória em julho de 2013, com 8.147 veículos, do total de 1.201.147 da região do TMAP.

A Tabela 6.52 mostra a participação da frota de veículos emplacados em Minas Gerais no total de veículos do país, a participação da frota de veículos da região do TMAP no total de veículos do Estado e, por fim, a participação da frota de veículos dos municípios na frota total de veículos da região.

A análise da Tabela 6.52 mostra que o conjunto de municípios que apresentaram as 15 maiores frotas municipais de veículos em 2001 é o mesmo em julho de 2013, com poucas alterações internas. Por exemplo, Araxá e Ituiutaba, que em 2001 tinham 4,48% e 4,29% da frota de veículos da região, respectivamente, em julho de 2013 passam a participar com 4,51% e 4,56%, e assim, Araxá deixa de ter a quinta maior frota da região e passa a ter a sexta, sendo superada por Ituiutaba. Na participação do grupo das 15 maiores frotas ocorre alteração de ordem de participação também entre os municípios Sacramento, Coromandel e Tupaciguara.

Tabela 6.52: Participação da frota total de veículos no TMAP,  
Minas Gerais e Brasil

MUNICÍPIO	2001	2006	2009	2010	2013
<b>Brasil</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Participação de Minas Gerais no Brasil</b>	10,71	10,57	10,75	10,81	10,90
<b>Participação do TMAP em Minas Gerais</b>	14,58	14,23	13,97	13,97	13,90
<b>Participação do Triângulo no TMAP</b>	72,57	71,38	71,58	71,78	71,61
<b>Participação do Alto Paranaíba no TMAP</b>	27,43	28,62	28,42	28,22	28,39
<b>Participação dos Municípios no TMAP</b>					
Abadia dos Dourados	0,21	0,22	0,22	0,22	0,23
Água Comprida	0,06	0,06	0,06	0,05	0,06
Araguari	5,51	5,38	5,44	5,46	5,40
Araporã	0,23	0,19	0,15	0,15	0,14
Arapuá	0,09	0,11	0,10	0,10	0,09
Araxá	4,48	4,66	4,48	4,47	4,51
Cachoeira Dourada	0,04	0,05	0,07	0,07	0,07
Campina Verde	0,58	0,60	0,60	0,59	0,60
Campo Flordio	0,15	0,19	0,20	0,20	0,23
Campos Altos	0,46	0,47	0,43	0,43	0,44
Canápolis	0,28	0,28	0,29	0,29	0,29
Capinópolis	0,47	0,49	0,52	0,52	0,50
Carmo do Paranaíba	1,40	1,42	1,35	1,30	1,28
Carneirinho	0,32	0,35	0,33	0,31	0,31
Cascalho Rico	0,10	0,08	0,08	0,08	0,08
Centralina	0,19	0,15	0,15	0,14	0,15
Comendador Gomes	0,09	0,08	0,08	0,08	0,08
Conceição das Alagoas	0,71	0,76	0,78	0,77	0,80
Conquista	0,25	0,23	0,21	0,21	0,21
Coromandel	0,99	1,04	1,04	1,04	1,04
Cruzeiro da Fortaleza	0,09	0,10	0,10	0,10	0,11
Delta	0,31	0,45	0,39	0,38	0,36
Douradoquara	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06
Estrela do Sul	0,14	0,16	0,17	0,17	0,17
Fronteira	0,53	0,52	0,49	0,48	0,48
Frutal	2,90	3,01	2,95	2,89	2,87
Grupiara	0,03	0,04	0,04	0,04	0,04
Guimarânia	0,25	0,24	0,24	0,23	0,23
Gurinhatã	0,16	0,16	0,17	0,17	0,16
Ibiá	0,82	0,84	0,78	0,77	0,76
Indianópolis	0,12	0,15	0,15	0,15	0,17
Ipiaçu	0,08	0,10	0,12	0,13	0,13
Iraí de Minas	0,23	0,23	0,24	0,25	0,26
Itapagipe	0,46	0,48	0,47	0,47	0,49
Ituiutaba	4,29	4,56	4,72	4,72	4,56
Iturama	1,50	1,69	1,66	1,65	1,71
Lagoa Formosa	0,57	0,62	0,63	0,62	0,63
Limeira do Oeste	0,17	0,21	0,22	0,23	0,24
Matutina	0,13	0,15	0,15	0,14	0,14
Monte Alegre de Minas	0,69	0,68	0,66	0,66	0,69
Monte Carmelo	2,09	2,20	2,25	2,26	2,25
Nova Ponte	0,27	0,34	0,38	0,41	0,38
Patros de Minas	6,96	7,10	7,18	7,11	7,12
Patrocínio	3,52	3,69	3,78	3,74	3,76
Pedrinópolis	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11

Perdizes	0,38	0,45	0,47	0,46	0,47
Pirajuba	0,09	0,14	0,14	0,14	0,15
Planura	0,27	0,30	0,29	0,29	0,31
Prata	0,73	0,86	0,92	0,93	0,94
Pratinha	0,13	0,15	0,14	0,14	0,13
Rio Paranaíba	0,38	0,41	0,43	0,43	0,45
Romaria	0,08	0,08	0,09	0,09	0,09
Sacramento	1,07	1,10	1,01	0,97	0,98
Santa Juliana	0,38	0,40	0,40	0,40	0,44
Santa Rosa da Serra	0,06	0,08	0,08	0,09	0,10
Santa Vitória	0,48	0,53	0,61	0,63	0,68
São Francisco de Sales	0,16	0,17	0,17	0,17	0,19
São Gotardo	1,40	1,42	1,38	1,38	1,38
Serra do Salitre	0,28	0,30	0,32	0,31	0,33
Tapira	0,09	0,11	0,12	0,12	0,12
Tiros	0,29	0,31	0,28	0,27	0,27
Tupaciguara	0,96	0,95	0,93	0,93	0,98
Uberaba	17,04	16,35	15,99	15,89	15,70
Uberlândia	32,50	31,01	31,39	31,79	31,71
União de Minas	0,09	0,10	0,10	0,10	0,10
Veríssimo	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, Sistema Nacional de Registro de Veículos/RENAVAM, Sistema Nacional de Estatística de Trânsito/SINET. Tabulação própria.

Entre os municípios com frotas menores, também ocorreram alterações das participações, no entanto, é importante destacar que, mesmo aqueles que apresentaram taxas de crescimento da frota municipal de veículos emplacados muito acima das médias regional, estadual e nacional, tal crescimento não foi suficiente para alterar o grupo das 15 maiores frotas de veículos da região, que permaneceu a mesma durante todo o período analisado.

A análise da Tabela 6.52 pode ser complementada com a análise da Tabela 6.53 abaixo, que mostra a relação “veículos por habitante”.

A Tabela 6.53 demonstra que a maioria dos municípios com taxas de crescimento da frota de veículos muito acima da média eram municípios com baixa relação de “veículos por habitante”. Esse é o caso de Cachoeira Dourada, que apresentou a maior taxa de crescimento da frota, no período 2001/2010, e em 2001 era o município com menor relação “veículos por habitante”, 0,08, devido à pequena população e à pequena frota de veículos no ano em questão. Em 2013 tal relação passou para 0,30, mas, mesmo aumentando muito, o município ainda apresenta relação menor que a região, o Estado e o País.

Por outro lado, muitos dos municípios com as maiores frotas de veículos da região são os mesmos com as maiores relações de “veículos por habitante” conforme Tabela 6.53.

Em 2001, Uberlândia e Uberaba tinham as maiores frotas, 84.835 e 161.842 unidades, respectivamente, e as maiores relações de “veículos *per capita*” da região (Uberaba, com a maior relação, 0,33, seguido por Uberlândia, com 0,31), ambas acima das médias da região do TMAP (0,26), do Estado (0,19) e do País (0,19), que eram respectivamente.

Com o aumento da frota de veículos entre 2001 e 2013, Uberlândia e Uberaba continuam apresentando as maiores frotas de veículos da região do TMAP, 380.939 e 188.559, respectivamente. Em termos *per capita*, Uberlândia apresenta relação de 0,59 veículos por habitante, Uberaba 0,60 e Frutal, que em 2001 tinha uma relação igual à de Uberlândia, agora apresenta 0,61, ambos maiores que as relações apresentadas pela região, Estado e País.

Outros municípios que estão entre os maiores, em termos populacionais, também apresentaram relação de veículos por habitante acima da média, tanto em 2001 quanto em 2013, entre estes destacam Patos de Minas, Araguari e Araxá.

Tabela 6.53 - Relação de Veículos por Habitante

MUNICÍPIO	2001	2010	2013
<b>Brasil</b>	0,19	0,34	0,39
<b>Minas Gerais</b>	0,19	0,36	0,42
<b>TMAP</b>	0,26	0,52	0,53
<b>Triângulo</b>	0,28	0,54	0,54
<b>Alto Paranaíba</b>	0,23	0,46	0,49
Abadia dos Dourados	0,16	0,33	0,40
Água Comprida	0,13	0,26	0,32
Araguari	0,27	0,49	0,56
Araporã	0,21	0,23	0,26
Arapuá	0,17	0,35	0,39
Araxá	0,28	0,47	0,54
Cachoeira Dourada	0,08	0,27	0,30
Campina Verde	0,15	0,30	0,36
Campo Flordio	0,14	0,29	0,36
Campos Altos	0,17	0,29	0,36
Canápolis	0,14	0,25	0,30
Capinópolis	0,16	0,33	0,38
Carmo do Paranaíba	0,23	0,43	0,50
Carneirinho	0,18	0,32	0,38
Cascalho Rico	0,19	0,28	0,32
Centralina	0,10	0,13	0,17
Comendador Gomes	0,15	0,25	0,30
Conceição das Alagoas	0,20	0,33	0,38
Conquista	0,20	0,31	0,37
Coromandel	0,18	0,37	0,44
Cruzeiro da Fortaleza	0,11	0,25	0,32
Delta	0,30	0,46	0,48
Douradoquara	0,16	0,31	0,35
Estrela do Sul	0,10	0,22	0,27
Fronteira	0,29	0,33	0,37
Frutal	0,31	0,53	0,61
Grupiara	0,11	0,26	0,32
Guimarânia	0,19	0,31	0,36
Gurinhatã	0,12	0,27	0,32
Ibiá	0,19	0,32	0,37
Indianópolis	0,11	0,24	0,30
Ipiaçu	0,10	0,30	0,35
Iraí de Minas	0,19	0,37	0,45
Itapagipe	0,19	0,33	0,41
Ituiutaba	0,24	0,48	0,54
Iturama	0,25	0,47	0,56
Lagoa Formosa	0,17	0,36	0,42
Limeira do Oeste	0,14	0,32	0,40
Matutina	0,16	0,37	0,44
Monte Alegre de Minas	0,19	0,33	0,40
Monte Carmelo	0,23	0,48	0,57
Nova Ponte	0,14	0,31	0,33
Patos de Minas	0,27	0,50	0,58
Patrocínio	0,24	0,44	0,52
Pedrinópolis	0,17	0,30	0,36
Perdizes	0,15	0,32	0,37
Pirajuba	0,17	0,29	0,35
Planura	0,16	0,28	0,34
Prata	0,16	0,35	0,42
Pratinha	0,23	0,40	0,46
Rio Paranaíba	0,16	0,35	0,43
Romaria	0,11	0,24	0,31
Sacramento	0,25	0,40	0,47
Santa Juliana	0,23	0,35	0,42
Santa Rosa da Serra	0,10	0,26	0,36
Santa Vitória	0,15	0,34	0,43
São Francisco de Sales	0,15	0,29	0,37
São Gotardo	0,24	0,42	0,49
Serra do Salitre	0,14	0,29	0,36

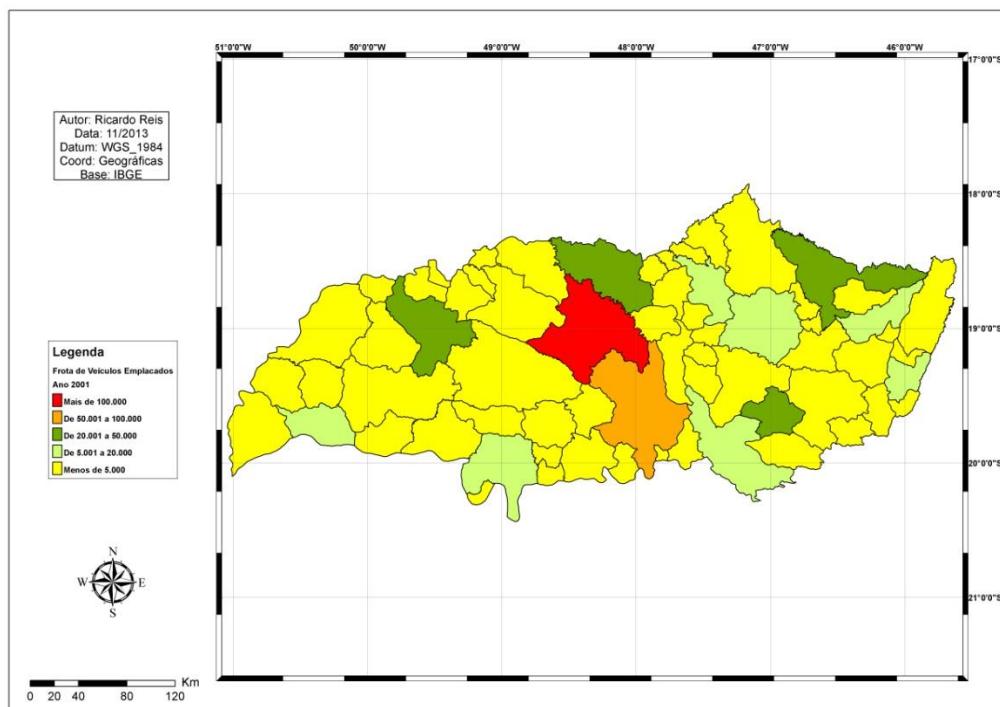
Tapira	0,13	0,28	0,32
Tiros	0,19	0,39	0,47
Tupaciguara	0,20	0,38	0,47
Uberaba	0,33	0,53	0,60
Uberlândia	0,31	0,52	0,59
União de Minas	0,09	0,22	0,28
Veríssimo	0,14	0,18	0,21

Fonte: Estimativas de população 2001 e 2013; Censo 2010 - IBGE;  
 Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito -  
 DENATRAN, Sistema Nacional de Registro de Veículos/RENAVAM,  
 Sistema Nacional de Estatística de Trânsito/SINET. Tabulação própria.

Através da dinâmica e evolução da “Frota Municipal de Veículos Emplacados” no período 2001/2013, assim como as demais variáveis econômicas analisadas, consolida a estrutura hierárquica da região, reafirmando os municípios polos e polarizados.

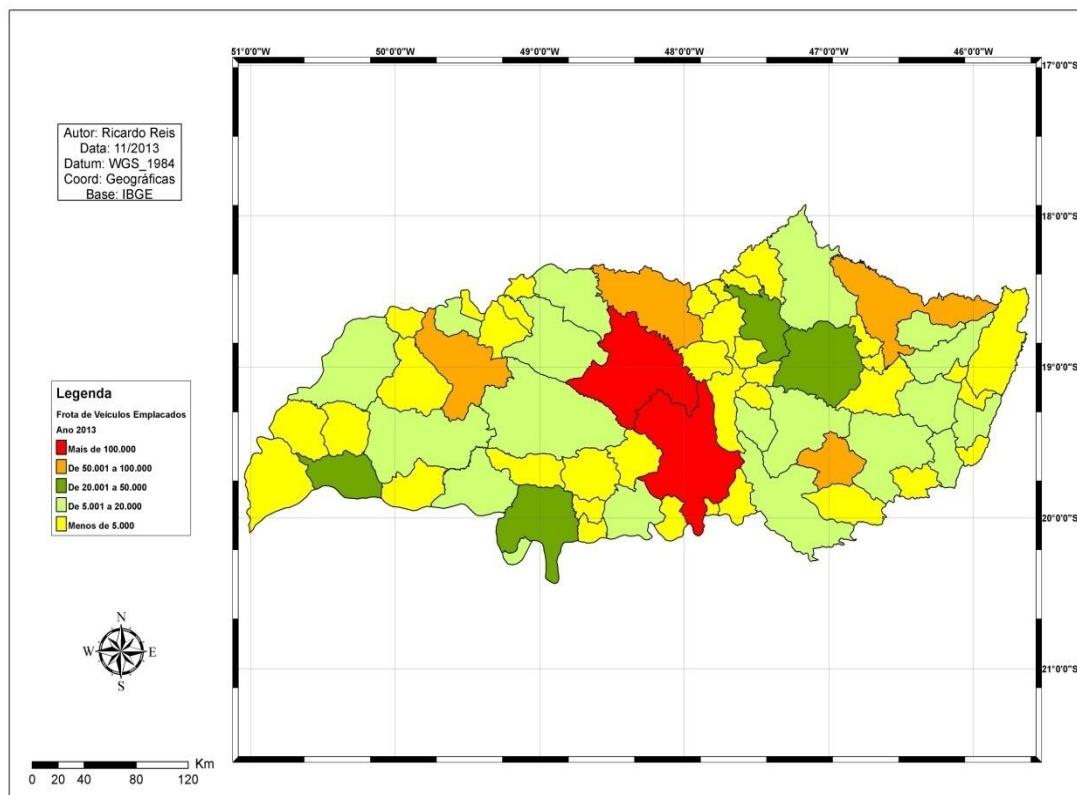
Os Mapas 6.11 e 6.12, que apresentam as frotas de veículos emplacados em 2001 e até julho de 2013, demonstram a evolução da variável analisada.

Mapa 6.11: Frota de Veículos Emplacados até 2001.



Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN,  
 Sistema Nacional de Registro de Veículos/RENAVAM, Sistema Nacional de  
 Estatística de Trânsito/SINET. Tabulação própria.

Mapa 6.12: Frota de Veículos Emplacados até julho de 2013.



Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, Sistema Nacional de Registro de Veículos/RENAVAM, Sistema Nacional de Estatística de Trânsito/SINET. Tabulação própria.

As Tabelas 6.54 e Tabela 6.55, abaixo, apresentam de forma detalhada as taxas de crescimento da frota de veículos emplacados, por tipo de veículo, entre os anos 2001/2010 e 2010/2013 (julho de 2013).

Nota-se que houve aumento de veículos de todos os tipos, menos no grupo “Caminhão/Caminhão-Trator/Camioneta”, nesse inclusive houve decréscimo, tal fato se deve a diminuição da frota de “Camioneta”, e o peso que esse tipo de veículo tinha neste grupo. Segundo o DENATRAN, camioneta consiste em “*veículo automotor, misto, com quatro rodas, com carroçaria, destinado ao transporte simultâneo ou alternativo de pessoas e carga no mesmo compartimento*”, mesma definição de “Camionete”, no entanto, esta é limitada a 3.500 kg.

Dois tipos de veículos merecem destaque pela elevada variação entre os anos analisados: “Camionete/Utilitários”, sobretudo pelo peso que camionete

tem nesse grupo de veículos, e “Ciclomotor/motocicleta/motoneta/triciclo”, com peso maior de motocicletas.

Algumas variações muito grandes são explicadas pelo número muito baixo no ano base. Cachoeira Dourada, por exemplo, tinha apenas 1 veículo classificado como “camionete” em 2001, e em 2010 esse tipo de veículo passa para 37, implicando alta taxa de variação.

Tabela 6.54: Taxa de crescimento da frota de veículos emplacados, por tipo de veículo, entre os anos 2001 e 2010.

Município	TOTAL	Ciclomotor Motocicleta Motoneta Triciclo	Auto- móvel	Caminho- nene - Utilitário	Caminhão - Trator e Motoneta	Reboque - Semi- reboque	Trator Esteira - Trator Rodas	Ônibus - Micro- ônibus	Outros
<b>Brasil</b>	103,11	257,84	75,12	972,68	-2,93	113,48	131,32	74,47	25,75
<b>Minas Gerais</b>	105,05	234,25	80,04	985,35	-8,04	110,94	128,46	88,65	21,16
<b>TMAP</b>	96,51	180,24	76,05	965,25	-15,09	128,53	195,56	66,17	42,71
<b>Triângulo</b>	94,36	176,71	71,86	926,93	-14,42	125,53	203,66	92,20	66,67
<b>Alto Paranaíba</b>	102,20	191,55	86,97	1052,09	-16,63	139,05	112,50	29,42	3,95
Abadia dos Dourados	110,67	252,90	95,93	1300,00	-31,19	161,54	-	105,56	-
Água Comprida	78,93	170,83	72,46	683,33	-26,98	71,43	-	50,00	-
Araguari	94,69	181,66	63,42	988,06	-1,22	161,06	-	71,43	-20,00
Araporã	26,08	11,69	-3,23	127,45	15,73	143,42	-	423,08	-
Arapuá	112,83	159,50	94,21	2600,00	-24,66	360,00	-	125,00	-
Araxá	95,75	195,00	80,98	1022,63	-17,64	87,21	400,00	107,46	142,86
Cachoeira Dourada	287,43	683,33	240,20	3600,00	2,86	800,00	-	133,33	-
Campina Verde	101,11	226,26	79,91	686,49	-43,48	326,47	-	87,50	0,00
Campo Florido	163,25	348,75	132,10	1280,00	-6,45	1300,00	-	600,00	-
Campos Altos	83,41	222,16	81,67	1036,00	-29,30	28,00	-	187,10	-
Canápolis	104,55	332,43	89,61	530,61	-21,41	133,33	-	89,29	0,00
Capinópolis	119,46	225,19	109,13	530,51	-16,54	105,48	-	292,59	-
Carmo do Paranaíba	83,20	114,43	80,23	1535,21	-40,41	207,81	-	85,14	50,00
Carneirinho	90,12	194,43	59,84	654,29	-20,63	431,58	-	67,50	-
Cascalho Rico	60,08	155,38	48,84	1833,33	-31,13	375,00	-	83,33	-
Centralina	41,53	145,71	15,74	490,91	-30,15	65,38	-	200,00	-
Comendador Gomes	69,86	142,27	34,23	1057,14	-7,58	600,00	-	57,14	-
Conceição das Alagoas	111,27	208,57	98,88	1382,93	-16,80	147,79	-	218,92	250,00
Conquista	66,69	229,87	61,09	1353,85	-28,62	190,48	-	138,10	-
Coromandel	105,47	242,80	90,93	1417,39	-23,14	461,36	-	106,35	100,00
Cruzeiro da Fortaleza	124,27	160,55	126,09	3400,00	-35,48	100,00	-	325,00	-
Delta	141,94	328,04	122,68	1506,67	71,63	150,31	-25,00	145,76	-
Douradoquara	95,59	246,15	69,84	2100,00	-40,35	1100,00	-	50,00	-
Estrela do Sul	142,01	313,33	122,95	3075,00	-1,38	344,44	-	138,46	-
Fronteira	77,96	280,52	50,65	433,33	-36,56	79,69	-	148,72	250,00
Frutal	95,90	195,32	61,89	1211,86	-16,33	244,37	-	209,68	533,33
Grupiara	129,30	262,50	83,81	-	-35,29	250,00	-	500,00	-
Guimarânia	82,71	125,86	82,16	1610,00	-26,59	123,53	-	133,33	-
Gurinhatã	99,39	403,67	55,48	1146,67	-39,81	185,71	-	121,43	-
Ibiá	85,56	169,93	74,01	1035,48	-20,87	76,38	100,00	125,00	-50,00

Indianópolis	161,11	207,09	154,97	2900,00	-5,10	355,56	-	113,64	-
Ipiaçu	194,48	284,00	149,11	1633,33	13,33	211,11	-	62,50	-
Iraí de Minas	113,58	170,05	108,70	1095,45	-12,36	123,08	-	542,86	-
Itapagipe	97,32	229,29	73,86	3184,62	-44,92	141,03	-	186,67	-
Ituiutaba	116,24	252,49	75,37	710,65	-43,59	142,42	-	134,92	77,78
Iturama	115,83	252,06	74,77	700,63	-12,39	217,13	-100,00	198,36	-
Lagoa Formosa	114,06	149,91	110,88	1770,97	-16,16	332,26	-	46,88	-
Limeira do Oeste	164,35	226,47	138,20	2062,50	24,58	543,75	-	255,56	-
Matutina	120,41	185,94	112,79	515,15	-38,14	-	-	44,44	-
Monte Alegre de Minas	88,73	222,33	86,52	2112,20	-30,13	177,05	-	135,48	200,00
Monte Carmelo	112,51	172,34	102,16	1315,15	-12,08	192,11	-50,00	210,45	66,67
Nova Ponte	193,59	428,00	181,90	2353,33	17,59	394,74	50,00	117,31	800,00
Patos de Minas	100,80	182,04	82,59	779,67	-6,07	151,26	-	-64,69	-50,98
Patrocínio	108,61	239,27	89,66	942,48	-20,88	95,27	-	118,83	16,67
Pedrinópolis	92,92	384,62	88,41	2775,00	-21,54	37,14	-	100,00	-
Perdizes	139,92	271,36	116,38	2185,71	5,36	434,38	-	260,87	-
Pirajuba	190,02	500,00	95,71	908,33	40,35	3166,67	-	1400,00	-
Planura	110,83	333,13	92,99	1063,16	-15,56	88,37	-	87,10	-
Prata	152,15	368,91	112,48	1104,23	-10,44	206,67	-	186,67	0,00
Pratinha	97,90	233,83	57,80	7000,00	-41,88	900,00	-	120,00	-
Rio Paranaíba	119,67	142,91	105,61	3675,00	-19,11	275,00	-	100,00	100,00
Romaria	116,83	215,91	99,64	1380,00	3,08	87,50	-	550,00	-
Sacramento	79,22	214,31	61,59	1474,58	-23,41	60,78	-	138,89	0,00
Santa Juliana	111,10	237,57	95,55	1351,61	-1,64	106,94	-	388,24	-
Santa Rosa da Serra	178,48	362,00	149,70	10500,00	-13,16	-	-	133,33	-
Santa Vitória	157,93	323,35	108,11	1206,98	-8,92	823,53	-	236,36	-
São Francisco de Sales	101,71	154,77	94,77	960,00	-40,12	320,00	-	257,14	0,00
São Gotardo	93,08	258,52	73,37	572,14	-23,21	149,61	-	185,26	0,00
Serra do Salitre	121,42	215,00	113,95	3255,56	-11,25	268,75	-	207,69	-
Tapira	160,45	551,61	114,29	7050,00	35,71	500,00	-	266,67	-
Tiros	87,44	157,51	75,74	1053,13	-39,12	150,00	0,00	56,25	-
Tupaciguara	90,61	190,37	72,06	779,12	-21,20	137,68	0,00	165,96	-50,00
Uberaba	83,28	156,50	63,62	859,23	-18,63	84,42	325,00	109,10	73,68
Uberlândia	92,24	156,05	74,62	997,78	-8,51	107,72	201,41	39,29	-16,67
União de Minas	126,53	238,83	94,26	1875,00	-34,44	640,00	-	133,33	-
Veríssimo	82,29	350,00	65,61	1260,00	-22,78	100,00	-	33,33	-

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, Sistema Nacional de Registro de Veículos/RENAVAM, Sistema Nacional de Estatística de Trânsito/SINET. Tabulação própria.

Tabela 6.55: Taxa de crescimento da frota de veículos emplacados, por tipo de veículo, entre os anos 2010 e 2013 (julho de 2013)

Município	TOTAL	Ciclomotor Motoci- cleta Motoneta Triciclo	Auto- móvel	Caminho- nete - Utilitário	Caminhão Trator e Motoneta	Reboque - Semi- reboque	Trator Esteira Trator Rodas	Ônibus Micro- ônibus	Outros
<b>Brasil</b>	22,28	27,05	19,01	31,10	21,71	27,76	29,57	19,61	2,32
<b>Minas Gerais</b>	23,33	23,26	22,18	33,69	20,80	29,24	35,91	20,57	1,72
<b>TMAP</b>	22,75	17,67	23,43	34,38	21,03	34,84	90,60	16,91	3,17
<b>Triângulo</b>	22,47	16,63	23,55	35,01	21,70	34,67	91,57	15,55	5,37
<b>Alto Paranaíba</b>	23,45	20,83	23,12	33,12	19,45	35,40	76,47	19,74	-2,53
Abadia dos Dourados	28,48	24,31	25,88	57,69	23,74	67,65	-	16,22	-
Água Comprida	23,93	15,38	26,39	31,91	8,70	66,67	-	41,67	-
Araguari	21,32	19,73	20,75	34,72	17,91	29,72	1700,0	10,21	0,00
Araporã	18,52	19,01	31,54	31,90	8,09	4,86	-	2,94	-
Arapuá	16,22	14,01	20,43	19,75	0,00	21,74	-	-22,22	-
Araxá	24,03	23,32	21,66	35,41	26,30	50,68	140,00	20,86	-23,53
Cachoeira Dourada	16,08	16,60	17,58	24,32	-13,89	66,67	-	-7,14	-
Campina Verde	24,39	17,47	26,80	28,35	14,77	60,00	-	36,67	0,00
Campo Florido	35,09	33,15	29,44	42,51	52,30	48,21	-	44,05	-
Campos Altos	28,16	28,25	29,06	26,41	16,67	53,13	-	51,69	-
Canápolis	24,37	13,88	30,81	38,19	12,87	54,55	-	4,72	0,00
Capinópolis	17,32	9,17	20,81	25,27	15,49	51,33	-	0,94	0,00
Carmo do Paranaíba	20,67	12,42	22,47	29,54	21,23	40,10	-	36,50	33,33
Carneirinho	23,67	9,46	33,50	27,65	16,00	43,56	-	17,91	-
Cascalho Rico	22,01	24,70	14,29	56,90	19,18	63,16	-	40,91	-
Centralina	32,19	26,51	46,55	38,46	4,37	25,58	-	22,22	0,00
Comendador Gomes	24,87	10,64	22,35	59,26	13,11	228,57	-	90,91	-
Conceição das Alagoas	27,52	18,36	29,63	35,36	29,73	38,21	11,11	33,05	14,29
Conquista	24,83	21,65	26,75	26,98	12,90	26,23	-	34,00	-
Coromandel	22,63	14,67	23,82	27,32	18,32	44,13	-	26,92	0,00
Cruzeiro da Fortaleza	29,86	25,35	28,65	33,33	48,33	83,33	-	17,65	-
Delta	17,52	20,31	16,09	16,18	21,83	15,88	-33,33	16,55	0,00
Douradoquara	16,29	25,19	10,90	31,82	-2,94	33,33	-	11,11	-
Estrela do Sul	26,07	28,76	24,79	29,13	9,09	80,00	-	29,03	-
Fronteira	24,10	20,78	26,77	25,45	12,43	36,96	-	16,49	0,00
Frutal	22,12	16,18	24,86	35,14	14,37	31,92	-	12,85	-2,63
Grupiara	26,67	27,59	19,17	59,26	27,27	85,71	-	33,33	-
Guimarânia	21,43	16,16	22,04	32,16	12,43	52,63	-	57,14	-
Gurinhatã	18,39	9,29	23,24	26,74	1,57	85,00	-	41,94	-
Ibiá	21,46	20,76	21,98	23,30	17,41	22,51	0,00	17,95	0,00
Indianópolis	32,51	33,49	27,79	39,17	47,31	65,85	-	21,28	-
Ipiaçu	22,56	17,19	28,27	20,19	9,41	92,86	-	23,08	0,00
Iraí de Minas	27,50	28,80	27,48	26,24	22,65	51,72	-	13,33	-
Itapagipe	30,06	21,48	24,21	45,90	36,15	210,64	-	39,53	0,00
Ituiutaba	18,42	13,43	19,88	28,30	20,24	44,82	-	20,27	0,00
Iturama	27,52	14,07	29,76	41,40	36,69	57,67	-	9,89	0,00
Lagoa Formosa	24,00	20,33	22,72	37,24	24,04	41,79	-	18,09	-
Limeira do Oeste	32,62	13,36	38,61	42,77	26,46	83,50	-	57,81	-
Matutina	22,40	18,31	23,22	19,70	23,29	116,67	-	84,62	-
Monte Alegre de Minas	27,41	33,36	28,75	24,92	12,65	35,50	-	43,84	-33,33
Monte Carmelo	22,38	21,12	22,86	25,75	16,34	33,87	100,00	25,00	0,00
Nova Ponte	15,29	20,45	15,78	18,21	5,54	8,51	-33,33	22,12	0,00
Patos de Minas	22,92	20,66	22,30	42,54	16,68	26,63	50,00	6,32	-4,00
Patrocínio	23,50	20,98	24,04	28,84	23,46	26,26	100,00	12,17	28,57
Pedrinópolis	22,39	23,81	24,00	29,57	11,76	4,17	-	18,18	-
Perdizes	23,42	25,85	25,73	22,50	8,96	18,13	-	16,87	0,00

Pirajuba	36,95	19,50	45,26	75,21	32,50	25,00	-	-3,33	-
Planura	31,84	16,29	37,29	52,49	16,47	49,38	-	24,14	-
Prata	24,34	16,80	28,71	34,85	8,82	39,13	200,00	13,37	0,00
Pratinha	19,21	14,41	16,69	35,21	33,82	20,00	-	54,55	-
Rio Paranaíba	27,50	18,97	29,89	39,51	26,38	25,33	-	48,33	0,00
Romaria	29,22	45,32	24,14	33,78	8,96	120,00	-	34,62	-
Sacramento	23,88	17,78	23,60	35,41	20,55	44,72	-	21,71	0,00
Santa Juliana	33,24	29,13	24,88	33,78	42,00	155,03	-	22,89	100,00
Santa Rosa da Serra	42,57	41,13	45,02	44,34	24,24	100,00	-	57,14	-
Santa Vitória	31,83	20,41	41,29	43,24	23,67	28,34	-	6,76	0,00
São Francisco de Sales	35,91	28,60	40,00	37,74	19,00	88,10	-	20,00	0,00
São Gotardo	23,19	19,63	23,77	29,83	17,56	37,22	-	19,19	0,00
Serra do Salitre	30,08	23,46	31,29	34,11	20,55	93,22	-	23,75	0,00
Tapira	25,22	44,06	30,08	41,26	-35,53	41,67	-	22,73	-
Tiros	20,81	23,00	20,78	22,49	11,73	15,00	0,00	16,00	-
Tupaciguara	29,70	29,01	30,75	31,63	16,22	43,09	0,00	25,60	-
Uberaba	21,27	17,39	20,87	33,81	27,65	29,51	70,59	15,71	3,03
Uberlândia	22,44	15,67	23,91	36,88	21,48	31,73	90,19	11,04	24,44
União de Minas	30,05	12,32	45,07	34,18	25,42	29,73	-	31,43	-
Veríssimo	25,39	33,33	22,95	33,82	-4,92	450,00	-	41,67	-

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, Sistema Nacional de Registro de Veículos/RENAVAM, Sistema Nacional de Estatística de Trânsito/SINET. Tabulação própria.

## **6.3 - Indicadores sociais**

### **6.3.1 – Saúde**

#### **6.3.1.1 - Indicadores básicos**

O Brasil tem vivenciado, nas últimas décadas, mudanças demográficas semelhantes às ocorridas em países desenvolvidos, dentre elas a diminuição no número de nascimentos, acompanhada também da redução do número de mortes na população em decorrência do aumento da longevidade, fatos registrados na queda da taxa de fecundidade total, no aumento da taxa de envelhecimento e no crescimento da esperança de vida, respectivamente. Esse quadro é também observado para o Estado de Minas Gerais e, no interior deste, para a maioria dos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), conforme Tabela 6.56.

Os resultados referentes à Taxa de Fecundidade Total, definida como o número médio de filhos nascidos vivos tidos por uma mulher durante o período reprodutivo (15 a 49 anos de idade), na população residente, mostram que a população brasileira tem cada vez menos filhos. Em 2000, a taxa de fecundidade total girava em torno de 2 filhos por mulher, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais. Em 2010, foram registrados valores abaixo do nível de reposição que é de 2,10 filhos, chegando a 1,8 e 1,6 filhos, respectivamente.

Na mesorregião do TMAP observou-se que esse indicador, embora também em queda para a maioria dos 66 municípios componentes, nos anos considerados, continua elevado se comparado aos valores registrados para o país e para o estado. Para a quase totalidade dos municípios a taxa de fecundidade total permaneceu acima de 2 filhos por mulher em 2010 (chegando à taxa máxima de 2,6 filhos), sendo que, em alguns dos municípios menores (com até 20.000 habitantes), essa taxa chegou a registrar crescimento em relação ao verificado em 2000, como em municípios pertencentes às microrregiões de Ituiutaba e de Frutal. Foi nos municípios

maiores (com mais de 50.000 habitantes) que se observou a diminuição da taxa de fecundidade total com mais expressividade, que saiu de valores que variavam entre 2 a 2,7 filhos por mulher, em 2000, para 1,5 a 1,9, em 2010, em alguns municípios, resultados inferiores, portanto, à taxa de reposição.

Tabela 6.56: Indicadores básicos de saúde (2000 e 2010) e classes de tamanho da população em 2010: Brasil, Minas Gerais e municípios da mesorregião do TMAP

Brasil, Minas Gerais e municípios do TMAP	Taxa mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)		Esperança de vida ao nascer (em anos)		Taxa de fecundidade total (nº de filhos por mulher)		Taxa de Envelhecimento (%)		Razão de dependência (%)		Classes de tamanho da população dos municípios em 2010 (habitantes)
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	
Brasil	29,70	15,60	70,40	73,40	2,4	1,8	17,6	ND	61,7	53,5	-
Minas Gerais	27,75	15,08	72,70	75,30	2,2	1,6	6,2	8,12	59,9	52,0	-
TMAP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abadia dos Dourados	20,51	14,80	72,92	75,35	2,5	2,0	7,12	9,77	46,04	42,76	até 10000
Água Comprida	17,30	13,00	74,21	76,58	2,8	2,3	7,27	10,27	52,72	41,75	até 10000
Araguari	17,99	11,71	73,92	77,28	2,0	1,5	6,55	8,90	47,57	41,66	50001 a 150000
Araporã	21,80	17,30	72,42	73,78	2,6	2,5	4,45	6,36	50,48	44,43	até 10000
Arapuá	18,86	12,10	73,57	77,27	2,1	1,5	8,45	12,65	46,42	45,59	até 10000
Araxá	28,42	13,10	70,08	76,49	2,0	1,9	6,36	7,81	47,97	39,31	50001 a 150000
Cachoeira Dourada	22,38	13,80	72,21	76,02	2,1	2,1	9,11	9,78	56,06	49,73	até 10000
Campina Verde	15,91	12,30	74,80	77,06	2,4	2,1	8,78	10,98	53,44	44,16	10001 a 20000
Campo Florido	24,92	12,60	71,28	76,46	2,8	2,3	5,97	6,62	52,93	47,90	até 10000
Campos Altos	16,36	13,00	74,61	76,62	2,5	2,3	5,83	7,15	56,98	46,83	10001 a 20000
Canápolis	21,73	12,00	72,45	77,32	2,6	2,4	6,43	8,10	50,82	41,18	10001 a 20000
Capinópolis	22,38	14,60	72,21	75,47	2,1	2,6	7,54	9,44	50,32	46,17	10001 a 20000
Carmo do Paranaíba	16,01	12,90	74,76	76,63	2,1	1,9	6,64	9,24	49,76	43,91	20001 a 50000
Carneirinho	20,24	11,90	73,02	77,37	2,3	2,1	7,47	8,92	51,48	43,19	até 10000
Cascalho Rico	17,99	14,20	73,92	75,72	2,3	2,2	7,02	11,52	47,80	48,65	até 10000
Centralina	30,20	13,60	69,50	76,19	2,2	2,2	7,15	10,42	50,07	46,76	10001 a 20000
Comendador Gomes	18,47	13,80	73,73	76,01	2,3	2,6	6,4	7,97	50,45	44,34	até 10000
Conceição das Alagoas	24,92	12,80	71,28	76,72	2,3	2,3	5,66	5,59	51,10	43,21	20001 a 50000
Conquista	24,92	11,60	71,28	77,59	2,3	2,3	7,83	9,15	52,64	44,09	até 10000
Coromandel	16,48	13,00	74,56	76,57	2,6	2,3	5,7	8,68	48,15	41,91	20001 a 50000
Cruzeiro da Fortaleza	19,64	15,40	73,26	74,94	2,3	2,4	6,88	7,98	57,63	50,96	até 10000
Delta	24,92	17,80	71,28	73,46	2,4	2,3	4,01	4,20	50,79	43,40	até 10000
Douradoquara	19,64	14,10	73,26	75,84	2,5	2,3	7,62	10,27	49,00	41,29	até 10000
Estrela do Sul	20,51	14,70	72,92	75,40	2,3	2,3	6,83	8,85	51,08	44,69	até 10000
Fronteira	17,97	12,00	73,93	77,28	2,1	2,6	5,68	6,45	50,02	44,11	10001 a 20000
Frutal	15,91	12,50	74,80	76,92	2,2	2,2	6,97	8,40	48,49	40,73	50001 a 150000
Grupiara	20,51	14,40	72,92	75,64	2,7	2,4	8,36	12,31	47,80	47,48	até 10000
Guimarânia	18,86	16,10	73,57	74,51	2,1	2,3	6,39	9,06	51,10	48,17	até 10000
Gurinhatã	22,38	12,60	72,21	76,88	2,1	2,6	8,19	13,25	49,53	50,09	até 10000
Ibiá	21,73	11,60	72,45	77,62	2,1	2,2	6,44	7,80	51,85	42,50	20001 a 50000
Indianópolis	21,80	15,20	72,42	75,06	2,6	2,5	5,16	6,69	57,33	45,65	até 10000
Ipiraú	22,38	17,20	72,21	73,82	2,1	2,5	7,48	10,96	51,64	46,10	até 10000
Irai de Minas	26,93	14,10	70,58	75,84	2,5	2,5	4,29	7,38	48,58	45,42	até 10000
Itapagipe	17,88	12,90	73,97	76,64	2,1	1,5	6,96	9,23	47,59	37,29	10001 a 20000
Ituiutaba	13,44	14,20	75,90	75,37	1,7	2,3	8,14	10,47	48,80	43,71	50001 a 150000
Iturama	20,40	14,00	72,96	75,88	2,1	2,3	5,65	7,00	49,99	41,35	20001 a 50000
Lagoa Formosa	21,05	15,50	72,71	74,91	2,1	1,9	7,01	10,28	49,20	44,56	10001 a 20000
Limeira do Oeste	20,40	15,30	72,96	75,04	2,4	2,3	6,21	7,85	51,86	41,92	até 10000
Matutina	20,51	13,10	72,92	76,53	2,1	2,1	8,70	13,13	48,53	48,14	até 10000
Monte Alegre de Minas	27,40	14,00	70,42	75,86	2,5	2,4	7,70	10,27	52,67	45,32	10001 a 20000
Monte Carmelo	25,87	12,30	70,95	77,10	2,4	2,2	4,75	6,90	48,40	41,08	20001 a 50000
Nova Ponte	16,36	15,20	74,61	75,08	2,6	2,6	4,70	5,62	52,12	43,52	10001 a 20000
Patos de Minas	17,96	14,47	73,94	76,31	2,1	1,6	5,61	7,98	47,46	39,57	50001 a 150000
Patrocínio	16,92	13,60	74,37	76,14	2,7	2,1	4,91	7,11	52,29	43,70	50001 a 150000
Pedrinópolis	20,33	13,40	72,99	76,29	2,1	2,1	7,14	8,83	49,05	46,09	até 10000
Perdizes	20,33	11,40	72,99	77,80	2,6	2,6	4,60	5,66	50,05	44,64	10001 a 20000
Pirajuba	19,41	13,20	73,35	76,46	2,2	2,6	9,30	6,74	54,68	43,35	até 10000
Planura	20,73	13,70	72,83	76,10	2,3	2,3	4,88	6,23	48,37	42,09	10001 a 20000
Prata	27,40	13,70	70,42	76,12	2,6	2,4	6,48	7,72	51,23	43,07	20001 a 50000
Pratinha	16,36	12,10	74,61	77,24	2,3	2,1	7,46	11,58	47,39	44,73	até 10000
Rio Paranaíba	24,34	13,40	71,49	76,28	2,2	2,2	5,95	7,62	46,55	41,88	10001 a 20000
Romaria	26,93	17,30	70,58	73,78	2,5	2,3	5,54	8,01	52,59	43,21	até 10000
Sacramento	19,45	12,10	73,33	77,25	2,1	2,2	7,26	8,88	51,61	43,43	20001 a 50000
Santa Juliana	20,33	12,40	72,99	77,06	2,4	2,3	5,60	6,18	47,30	41,20	10001 a 20000
Santa Rosa da Serra	21,95	12,50	72,37	76,95	2,6	2,5	6,74	8,59	53,10	48,37	até 10000
Santa Vitória	22,38	12,60	72,21	76,88	2,1	2,5	7,45	9,90	48,01	44,02	10001 a 20000
São Francisco de Sales	18,05	12,40	73,90	77,01	2,4	2,3	6,48	7,64	50,04	40,95	até 10000
São Gotardo	21,59	13,40	72,50	76,27	2,2	2,2	5,49	6,96	51,43	43,09	20001 a 50000
Serra do Salitre	26,93	13,70	70,58	76,11	2,5	2,5	4,64	5,97	55,23	45,30	10001 a 20000
Tapira	16,36	14,10	74,61	75,80	2,3	2,1	6,85	7,30	51,71	38,83	até 10000
Tiros	19,66	13,60	73,25	76,13	2,1	2,1	9,03	11,77	48,71	46,16	até 10000
Tupaciguara	17,99	12,70	73,92	76,78	2,2	2,1	8,85	11,18	53,09	47,01	20001 a 50000
Uberaba	17,98	14,00	73,93	75,71	1,8	1,6	6,99	8,61	46,17	39,26	mais de 150000
Uberlândia	20,01	10,68	73,11	78,09	1,9	1,7	4,92	6,84	45,02	38,18	mais de 150000
União de Minas	36,62	15,70	67,54	74,73	2,6	2,5	5,71	8,15	51,42	44,28	até 10000
Veríssimo	17,30	12,20	74,21	77,16	2,6	2,4	7,31	9,10	50,87	47,27	até 10000

Fonte: IPEA/IPEADATA; PNUD - Atlas de Desenvolvimento Humano 2013.

Nota: ND - informação não disponível.

Sabe-se que a trajetória de queda na taxa de fecundidade total, que já vem se configurando a partir da década de 1970 no Brasil, influencia o perfil etário da população, resultando, no longo prazo, em aumento da população idosa. Os resultados verificados para os municípios do TMAP, no entanto, mostraram que essa tendência de redução da taxa de fecundidade total se faz mais lentamente neste espaço geográfico, especialmente nos municípios menores.

A Taxa de Envelhecimento, que resulta da razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total multiplicado por 100, apresentou crescimento nas últimas décadas. Influenciada pela diminuição da taxa de fecundidade total e pelo aumento da longevidade, a quantidade de pessoas idosas relativamente ao total da população se elevou de 2000 para 2010, não apenas para o Estado de Minas Gerais, mas também para quase todos os municípios da mesorregião do TMAP - com exceção apenas de Conceição das Alagoas, que registrou pequena redução na taxa de envelhecimento. Nos municípios menores (com até 20.000 habitantes) a taxa de envelhecimento teve variação positiva mais elevada do que nos municípios maiores, chegando a atingir diferenças relativas em torno de 60 pontos percentuais em 2010 relativamente a 2000.

O quadro de aumento do envelhecimento populacional, somado a taxas de fecundidade que ainda se mantêm elevadas, nos municípios do TMAP, sugerem que a demanda por equipamentos sociais e urbanos tende a ser pressionada tanto pelos segmentos mais jovens da população quanto pelo segmento composto pela população mais idosa, embora com crescente demanda relativa desta última.

A Razão de Dependência, obtida da divisão que tem no numerador o total de pessoas menores de 15 anos de idade somadas ao total com 60 anos e mais (população economicamente dependente), na população residente, e no denominador o segmento etário potencialmente produtivo (pessoas com idade entre 15 e 59 anos), busca medir a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo que deve ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva.

Também impactada pela redução dos níveis de fecundidade e pelo consequente declínio das taxas de natalidade, que implicam no decréscimo do contingente jovem da população, a razão de dependência apresentou diminuição em seus valores em 2010 relativamente àqueles registrados em 2000, tanto no Brasil quanto no Estado de Minas Gerais, passando de 61,7%, em 2000, para 53,5%, em 2010, e de 59,9% para 52%, respectivamente. Na mesorregião do TMAP, todos os municípios evidenciaram redução na razão de dependência, explicitando o aumento da participação relativa da população idosa nessas localidades, ainda que num quadro de taxas de fecundidade elevadas.

A Taxa de Mortalidade Infantil, que expressa o número de óbitos de crianças, menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente, vem decrescendo sensivelmente desde os anos 1980, tanto no Brasil quanto no Estado de Minas Gerais. De 2000 para 2010, os resultados passaram de 29,70 e 27,75 óbitos por mil nascidos vivos, respectivamente, para 15,60 e 15,08. Na mesorregião do TMAP, esse indicador teve o mesmo comportamento para todos os municípios componentes, com destaque para muitos cujas taxas registraram expressivas reduções nos anos considerados, passando de valores que variaram entre 15,0 e 36,0 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para valores entre 10,0 e 17,0 em 2010.

Muitos fatores certamente contribuíram para a redução da mortalidade infantil, especialmente entre a população de menor renda, entre eles intervenções típicas que vêm sendo aplicadas desde os anos 1990, tais como: a vacinação de rotina, as campanhas de vacinação, a cobertura por consultas de pré-natal, entre outras. Não obstante a melhora significativa observada, a taxa de mortalidade infantil no Brasil e nos municípios estudados ainda se mostra acima dos níveis registrados em países mais desenvolvidos como: Japão (3,14 óbitos por mil nascidos vivos), Suécia (3,18), França (4,10), Suíça (4,19) e Bélgica (4,44), evidenciando a necessidade de continuidade de melhorias na infra-estrutura técnica dos serviços de pré-natal, parto e pediatria neonatal, entre outros.

A redução da taxa de mortalidade infantil foi um dos fatores que mais contribuíram para o aumento da esperança de vida ao nascer ao longo dos anos considerados. Esse indicador, que expressa o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, na população residente, registrou crescimento tanto para o Brasil quanto para o Estado de Minas Gerais, passando de 70,4 anos (Brasil) e 72,7 (Minas Gerais), em 2000, para 73,4 e 75,3 em 2010, respectivamente.

Na mesorregião do TMAP o cálculo da esperança de vida mostrou que, nos anos considerados, o crescimento dos anos de vida da população residente na maioria dos municípios componentes foi superior ao registrado para o estado e para o país, ultrapassando os 75 anos na quase totalidade dos 66 municípios, com destaque para Uberlândia, onde atingiu 78,09 em 2010.

#### **6.3.1.2 - Rede assistencial**

As informações selecionadas sobre a rede assistencial em saúde na mesorregião do TMAP, circunscritas, nesta seção, em dados quantitativos sobre os estabelecimentos de saúde existentes nesse espaço geográfico, sobre o número de leitos para internação e sobre a distribuição das especialidades médicas, não têm por objetivo avaliar o estado de saúde em cada município, visto que, para isto, seriam necessárias outras variáveis e indicadores como os relacionados à morbidade, à mortalidade, ao acesso a serviços, à qualidade da atenção, às condições de vida da população e aos fatores ambientais.

Busca-se, com as informações aqui apresentadas, visualizar o panorama geral do quadro de serviços ofertados à população do TMAP, tentando identificar carências em determinados municípios que, de alguma maneira, influenciam a decisão das pessoas de se deslocarem do município onde residem para outro em busca de atendimento. Nesta direção, é possível identificar a polarização de determinados municípios em relação a outros na prestação de serviços de saúde.

A Tabela 6.57 apresenta o número de estabelecimentos de saúde existentes, em setembro de 2013, na mesorregião do TMAP, por esfera administrativa, segundo informações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Pode-se observar que os municípios com até 10.000 habitantes têm poucos estabelecimentos de saúde (201) relativamente ao total registrado para a mesorregião (3.704), sendo que 169 (84%) estão subordinados à esfera municipal, enquanto 30 (15%) são de administração privada. Não há estabelecimentos de saúde subordinados às esferas federal e estadual.

Uma vez que a concentração de estabelecimentos de saúde está relacionada com o maior volume de população, observou-se que os municípios compreendidos nas duas últimas faixas -“50.001 a 150.000 habitantes” e “mais de 150.000” - registraram 1.090 e 1.734 estabelecimentos, respectivamente, compreendendo cerca de 30% e 47% do total existente no TMAP. Chama a atenção o fato de que apenas dois municípios – Uberaba e Uberlândia – compõem a classe “mais de 150.000 habitantes” e, nesta classe, Uberlândia se destaca com 1.297 estabelecimentos de saúde (35% do total dos estabelecimentos do TMAP), dos quais 6 (0,46%) estão subordinados à esfera federal, 7 (0,54%) à esfera estadual, 99 (7,63%) à esfera municipal e 1.185 (91,36%) à esfera privada.

Tabela 6.57: Estabelecimentos de saúde, por esfera administrativa: Brasil, Minas Gerais e municípios da mesorregião do TMAP -Setembro/2013

<b>Brasil, Minas Gerais e municípios do TMAP</b>	<b>Total</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privada</b>	<b>Classes de tamanho da população dos municípios em 2010 (habitantes)</b>
<b>Brasil</b>	<b>261.246</b>	<b>487</b>	<b>3.102</b>	<b>69.022</b>	<b>188.635</b>	-
<b>Minas Gerais</b>	<b>33.359</b>	<b>30</b>	<b>303</b>	<b>9.056</b>	<b>23.970</b>	-
<b>TMAP</b>	<b>3.704</b>	<b>7</b>	<b>30</b>	<b>893</b>	<b>2.774</b>	-
Abadia dos Dourados	6	-	-	4	2	até 10000
Água Comprida	3	-	-	3	-	até 10000
Araguari	171	-	1	33	137	50001 a 150000
Araporã	10	-	-	9	1	até 10000
Arapuá	5	-	-	5	-	até 10000
Araxá	120	-	4	65	51	50001 a 150000
Cachoeira Dourada	5	-	-	5	-	até 10000
Campina Verde	36	-	-	11	25	10001 a 20000
Campo Florido	6	-	-	6	-	até 10000
Campos Altos	17	-	-	12	5	10001 a 20000
Canápolis	11	-	-	9	2	10001 a 20000
Capinópolis	16	-	-	9	7	10001 a 20000
Carmo do Paranaíba	57	-	1	10	46	20001 a 50000
Carneirinho	21	-	-	13	8	até 10000
Cascalho Rico	3	-	-	3	-	até 10000
Centralina	11	-	-	7	4	10001 a 20000
Comendador Gomes	3	-	-	3	-	até 10000
Conceição das Alagoas	30	-	-	23	7	20001 a 50000
Conquista	12	-	-	10	2	até 10000
Coromandel	41	-	1	24	16	20001 a 50000
Cruzeiro da Fortaleza	7	-	-	7	-	até 10000
Delta	6	-	-	5	1	até 10000
Douradoquara	4	-	-	4	-	até 10000
Estrela do Sul	7	-	-	6	1	até 10000
Fronteira	16	-	-	11	5	10001 a 20000
Frutal	116	-	-	37	79	50001 a 150000
Grupiara	3	-	-	3	-	até 10000
Guimarânia	5	-	-	5	-	até 10000
Gurinhatã	8	-	-	7	1	até 10000
Ibiá	49	-	-	15	34	20001 a 50000
Indianópolis	6	-	-	6	-	até 10000
Ipiaçu	4	-	-	3	1	até 10000
Iraí de Minas	7	-	-	6	1	até 10000
Itapagipe	19	-	-	11	8	10001 a 20000
Ituiutaba	133	-	3	24	106	50001 a 150000
Iturama	60	-	-	16	44	20001 a 50000
Lagoa Formosa	39	-	-	12	27	10001 a 20000
Limeira do Oeste	11	-	-	8	3	até 10000
Matutina	8	-	-	7	1	até 10000
Monte Alegre de Minas	13	-	-	10	3	10001 a 20000

Monte Carmelo	50	-	-	21	29	20001 a 50000
Nova Ponte	18	-	-	11	7	10001 a 20000
Patos de Minas	401	-	5	55	341	50001 a 150000
Patrocínio	143	-	2	24	117	50001 a 150000
Pedrinópolis	7	-	-	7	-	até 10000
Perdizes	25	-	-	19	6	10001 a 20000
Pirajuba	2	-	-	2	-	até 10000
Planura	10	-	-	9	1	10001 a 20000
Prata	24	-	-	13	11	20001 a 50000
Pratinha	4	-	-	4	-	até 10000
Rio Paranaíba	19	-	-	14	5	10001 a 20000
Romaria	3	-	-	2	1	até 10000
Sacramento	50	-	1	14	35	20001 a 50000
Santa Juliana	12	-	-	8	4	10001 a 20000
Santa Rosa da Serra	5	-	-	5	-	até 10000
Santa Vitória	19	-	-	10	9	10001 a 20000
São Francisco de Sales	9	-	-	6	3	até 10000
São Gotardo	27	-	-	14	13	20001 a 50000
Serra do Salitre	12	-	-	6	6	10001 a 20000
Tapira	2	-	-	2	-	até 10000
Tiros	10	-	-	5	5	até 10000
Tupaciguara	10	-	-	8	2	20001 a 50000
Uberaba	431	1	5	60	365	mais de 150000
Uberlândia	1.297	6	7	99	1.185	mais de 150000
União de Minas	5	-	-	4	1	até 10000
Veríssimo	4	-	-	4	-	até 10000

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES

No que se refere ao nível de atenção prestado pelos estabelecimentos de saúde, cabe esclarecer que este se encontra segmentado em três níveis: atenção básica, média e alta complexidade. Os serviços de atenção básica envolvem especialidades de menor complexidade, podendo o atendimento ser feito com ou sem médico. São exemplos: os serviços de imunização, de vigilância sanitária e os prestados por médico de família. O atendimento de média complexidade compreende ações e serviços que exigem complexa assistência na prática clínica, com consequente demanda de profissionais especializados e de recursos tecnológicos, que devem apoiar o diagnóstico e o tratamento. Em adição, os procedimentos de alta complexidade compreendem serviços que envolvem alta tecnologia e alto custo nas áreas: patologia clínica, radiodiagnóstico, hemodinâmica, terapia renal substitutiva, radioterapia, quimioterapia, ressonância magnética, medicina nuclear, radiologia intervencionista e tomografia computadorizada. Em geral, os serviços de média

e de alta complexidades estão concentrados nas cidades de médio e de grande portes e, por isto, atraem fluxos de pessoas em busca de atendimento especializado.

A Tabela 6.58 confirma esse quadro ao evidenciar que, nos municípios menores (com até 20.000 habitantes), está presente, principalmente, o atendimento ambulatorial com complexidades nos níveis básico e médio, ficando a cargo do município a maior parte deste atendimento. Possuem estabelecimentos com atendimento ambulatorial de alta complexidade poucos municípios com mais de 50.000 habitantes num total de 140 estabelecimentos com esse nível de complexidade na mesorregião, dos quais 128 (91%) são de administração municipal.

No que se refere ao atendimento hospitalar, observa-se que, do total de 84 estabelecimentos de saúde que prestam serviços de média complexidade na mesorregião do TMAP, dos quais 58 (69%) são administrados pela esfera municipal e 26 (31%) pela esfera estadual, parcela significativa está localizada nos municípios de Uberaba e Uberlândia – 12 e 15 estabelecimentos. Em municípios com menos de 20.000 habitantes não há estabelecimentos de atendimento hospitalar com esse nível de complexidade, sendo registrada a existência de poucas unidades (uma ou duas) naqueles compreendidos na classe “20.001 a 50.000 habitantes”. Outros municípios, com população entre 50.001 e 150.000 habitantes, prestam atendimento de média complexidade. Quanto à prestação de serviços hospitalares de alta complexidade, constata-se que somente 05 municípios dentre os 66 estudados possuem estabelecimentos de saúde com este tipo de atendimento no total de 28 registrados no TMAP.

Tabela 6.58: Estabelecimentos de saúde, por nível de atenção: Brasil, Minas Gerais e municípios da mesorregião do TMAP - Setembro/2013

Brasil, Minas Gerais e municípios do TMAP	Ambulatorial						Classes de tamanho da população dos municípios em 2010 (habitantes)	
	Básica		Média complexidade		Alta complexidade			
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal		
<b>Brasil</b>	<b>121.916</b>						-	
<b>Minas Gerais</b>	<b>67</b>	<b>15.682</b>	<b>2.348</b>	<b>21.633</b>	<b>186</b>	<b>652</b>	-	
<b>TMAP</b>		<b>2.323</b>		<b>1.821</b>			-	
Abadia dos Dourados	-	6	4	1	-	-	até 10000	
Água Comprida	-	3	2	1	-	-	até 10000	
Araguari	1	110	1	88	-	13	50001 a 150000	
Araporã	-	9	2	3	-	-	até 10000	
Arapuá	-	5	2	2	-	-	até 10000	
Araxá	-	97	17	25	2	1	50001 a 150000	
Cachoeira Dourada	-	5	1	3	-	-	até 10000	
Campina Verde	-	30	12	10	-	-	10001 a 20000	
Campo Flordio	-	6	1	1	-	-	até 10000	
Campos Altos	-	17	-	12	-	-	10001 a 20000	
Canápolis	-	10	5	3	-	-	10001 a 20000	
Capinópolis	-	13	8	4	-	-	10001 a 20000	
Carmo do Paranaíba	1	14	-	47	-	-	20001 a 50000	
Carneirinho	-	16	7	5	-	-	até 10000	
Cascalho Rico	-	3	1	1	-	-	até 10000	
Centralina	-	11	3	4	-	-	10001 a 20000	
Comendador Gomes	-	3	1	1	-	-	até 10000	
Conceição das Alagoas	-	25	-	20	-	-	20001 a 50000	
Conquista	-	10	7	3	-	-	até 10000	
Coromandel	1	24	-	39	-	-	20001 a 50000	
Cruzeiro da Fortaleza	-	7	2	1	-	-	até 10000	
Delta	-	5	1	2	-	-	até 10000	
Douradoquara	-	4	1	2	-	-	até 10000	
Estrela do Sul	-	7	2	2	-	-	até 10000	
Fronteira	-	13	2	7	-	-	10001 a 20000	
Frutal	-	45	-	110	-	5	50001 a 150000	
Grupiara	-	3	1	1	-	-	até 10000	
Guimarânia	-	4	1	2	-	-	até 10000	
Gurinhatã	-	8	4	2	-	-	até 10000	
Ibiá	-	28	-	40	-	-	20001 a 50000	
Indianópolis	-	6	1	2	-	-	até 10000	
Ipiaçu	-	4	1	2	-	-	até 10000	
Iraí de Minas	-	7	3	2	-	-	até 10000	
Itapagipe	-	10	3	10	-	-	10001 a 20000	
Ituiutaba	-	107	2	68	2	2	50001 a 150000	
Iturama	-	24	-	52	-	-	20001 a 50000	
Lagoa Formosa	-	22	4	15	1	-	10001 a 20000	
Limeira do Oeste	-	8	4	2	-	-	até 10000	
Matutina	-	6	1	3	-	-	até 10000	
Monte Alegre de Minas	-	13	4	3	-	-	10001 a 20000	
Monte Carmelo	-	34	-	42	-	-	20001 a 50000	
Nova Ponte	-	15	3	5	-	-	10001 a 20000	
Patos de Minas	1	285	2	135	2	11	50001 a 150000	
Patrocínio	2	100	-	86	-	6	50001 a 150000	
Pedrinópolis	-	6	1	2	-	-	até 10000	
Perdizes	-	20	7	6	-	-	10001 a 20000	
Pirajuba	-	2	1	1	-	-	até 10000	

Planura	-	8	6	2	-	-	10001 a 20000
Prata	-	21	5	9	-	-	20001 a 50000
Pratinha	-	3	2	2	-	-	até 10000
Rio Paranaíba	-	16	1	3	-	-	10001 a 20000
Romaria	-	3	1	2	-	-	até 10000
Sacramento	1	14	-	45	-	1	20001 a 50000
Santa Juliana	-	8	2	3	-	-	10001 a 20000
Santa Rosa da Serra	-	4	1	1	-	-	até 10000
Santa Vitória	-	15	8	7	-	-	10001 a 20000
São Francisco de Sales	-	9	2	2	-	-	até 10000
São Gotardo	-	23	-	15	-	1	20001 a 50000
Serra do Salitre	-	6	1	7	-	-	10001 a 20000
Tapira	-	2	2	-	-	-	até 10000
Tiros	-	6	2	5	-	-	até 10000
Tupaciguara	-	8	5	1	-	-	20001 a 50000
Uberaba	2	139	3	346	2	40	mais de 150000
Uberlândia	3	819	1	491	3	48	mais de 150000
União de Minas	-	5	3	1	-	-	até 10000
Veríssimo	-	4	1	1	-	-	até 10000

(continua)

(continuaç(ão)

Brasil, Minas Gerais e municípios do TMAP	Hospitalar				Classes de tamanho da população dos municípios em 2010 (habitantes)	
	Média complexidade		Alta complexidade			
	estadual	municipal	estadual	municipal		
<b>Brasil</b>						
<b>Minas Gerais</b>	<b>371</b>	<b>375</b>	<b>32</b>	<b>125</b>	-	
<b>TMAP</b>				<b>26</b>	-	
Abadia dos Dourados	1	-	-	-	até 10000	
Água Comprida	-	-	-	-	até 10000	
Araguari	-	3	-	3	50001 a 150000	
Araporã	1	-	-	-	até 10000	
Arapuá	-	-	-	-	até 10000	
Araxá	3	-	2	-	50001 a 150000	
Cachoeira Dourada	-	-	-	-	até 10000	
Campina Verde	1	-	-	-	10001 a 20000	
Campo Florido	-	-	-	-	até 10000	
Campos Altos	-	-	-	-	10001 a 20000	
Canápolis	1	-	-	-	10001 a 20000	
Capinópolis	1	-	-	-	10001 a 20000	
Carmo do Paranaíba	-	2	-	-	20001 a 50000	
Carneirinho	-	-	-	-	até 10000	
Cascalho Rico	-	-	-	-	até 10000	
Centralina	-	-	-	-	10001 a 20000	
Comendador Gomes	-	-	-	-	até 10000	
Conceição das Alagoas	-	1	-	-	20001 a 50000	
Conquista	1	-	-	-	até 10000	
Coromandel	-	1	-	-	20001 a 50000	
Cruzeiro da Fortaleza	-	-	-	-	até 10000	
Delta	-	-	-	-	até 10000	
Douradoquara	-	-	-	-	até 10000	
Estrela do Sul	-	-	-	-	até 10000	
Fronteira	-	-	-	-	10001 a 20000	
Frutal	-	2	-	-	50001 a 150000	
Grupiara	-	-	-	-	até 10000	
Guimarânia	-	-	-	-	até 10000	

Gurinhatã	1	-	-	-	até 10000
Ibiá	-	1	-	-	20001 a 50000
Indianópolis	-	-	-	-	até 10000
Ipiaçu	-	-	-	-	até 10000
Iraí de Minas	-	-	-	-	até 10000
Itapagipe	1	-	-	-	10001 a 20000
Ituiutaba	-	5	-	-	50001 a 150000
Iturama	-	2	-	-	20001 a 50000
Lagoa Formosa	1	-	-	-	10001 a 20000
Limeira do Oeste	-	-	-	-	até 10000
Matutina	1	-	-	-	até 10000
Monte Alegre de Minas	1	-	-	-	10001 a 20000
Monte Carmelo	-	2	-	-	20001 a 50000
Nova Ponte	1	-	-	-	10001 a 20000
Patos de Minas	-	6	-	6	50001 a 150000
Patrocínio	-	3	-	4	50001 a 150000
Pedrinópolis	1	-	-	-	até 10000
Perdizes	1	-	-	-	10001 a 20000
Pirajuba	-	-	-	-	até 10000
Planura	-	-	-	-	10001 a 20000
Prata	1	-	-	-	20001 a 50000
Pratinha	-	-	-	-	até 10000
Rio Paranaíba	1	-	-	-	10001 a 20000
Romaria	-	-	-	-	até 10000
Sacramento	-	1	-	-	20001 a 50000
Santa Juliana	1	-	-	-	10001 a 20000
Santa Rosa da Serra	-	-	-	-	até 10000
Santa Vitória	1	-	-	-	10001 a 20000
São Francisco de Sales	1	-	-	-	até 10000
São Gotardo	-	2	-	-	20001 a 50000
Serra do Salitre	1	-	-	-	10001 a 20000
Tapira	-	-	-	-	até 10000
Tiros	1	-	-	-	até 10000
Tupaciguara	1	-	-	-	20001 a 50000
Uberaba	-	12	-	7	mais de 150000
Uberlândia	-	15	-	6	mais de 150000
União de Minas	1	-	-	-	até 10000
Veríssimo	-	-	-	-	até 10000

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES

A Tabela 6.59 mostra o número de estabelecimentos de saúde, na mesorregião do TMAP, que prestam serviços ao SUS segundo o tipo de atendimento. Essas informações foram obtidas a partir dos resultados da Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária realizada pelo IBGE em 2009. Pode-se observar que quase todos os 66 municípios estudados oferecem serviço ambulatorial pelo SUS, destacando-se, no total de 596 estabelecimentos no TMAP, os municípios: Uberlândia (85), Uberaba (50), Patos de Minas (38) e Ituiutaba (36). Já o número de estabelecimentos que oferecem internação por meio do SUS é baixo para a maioria dos municípios, estando mais presentes

nos municípios mais populosos, notadamente em Uberlândia (14) e Uberaba (9). Quadro semelhante é observado para o atendimento de emergência, também concentrado nesses dois municípios, com maior participação de Uberlândia (13) no total de 92 estabelecimentos registrados no TMAP. Do total de estabelecimentos com atendimentos de UTI/CTI (14) e Diálise (14) por meio do SUS, constata-se que apenas 7 municípios da mesorregião contam com esse tipo de atendimento.

Ainda de acordo com a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária de 2009, a mesorregião do TMAP possuía, naquele ano, 4.332 leitos para internação nos estabelecimentos de saúde, dos quais 1.507 (35%) estavam em instituições públicas e 2.825 (65%) em instituições privadas, mas custeados pelo SUS, conforme Tabela 6.60. A maioria dos leitos existentes em estabelecimentos da esfera pública está naqueles cuja administração é federal (52,29%), seguido das administrações municipal (41,14%) e estadual (6,57%).

Na observação desses dados para os municípios da mesorregião estudada, nota-se que o maior número de leitos para internação é encontrado nos municípios com mais de 50.000 habitantes, especialmente naqueles que são sede em suas microrregiões: Frutal (72), Ituiutaba (188), Patrocínio (216), Araxá (343), Patos de Minas (357), Uberaba (929) e Uberlândia (1.027), merecendo também destaque o município de Araguari (144), que se encontra na microrregião de Uberlândia. Nesses municípios, com exceção de Uberlândia, a maior parte dos leitos existentes está na esfera privada, sendo que, destes, mais de 67% são custeados pelo SUS. Nos municípios com até 50.000 habitantes, dada a preponderância de estabelecimentos das esferas privada e municipal, e a quase inexistência de estabelecimentos federais e estaduais, é que se concentra o maior número de leitos para internação, especialmente na esfera privada, em que a totalidade dos leitos oferecidos é custeada pelo SUS.

O número de leitos existentes por mil habitantes em alguns municípios do TMAP é notadamente superior ao registrado pelo Estado de Minas Gerais (2,2), com destaque para Gurinhatã (4,3), Conquista e Matutina (4,2), Romaria

(3,8), Pedrinópolis (3,6) e União de Minas (3,2). Uberaba registrou, em 2009, 3,0 leitos por mil habitantes, enquanto Uberlândia registrou 1,8.

Além das informações sobre os estabelecimentos de saúde existentes na mesorregião do TMAP e sobre o número de leitos para internação, outra informação relevante quanto à rede assistencial de saúde nesse espaço geográfico diz respeito aos recursos humanos envolvidos na prestação dos serviços. Neste estudo foram levantados os dados referentes à quantidade de médicos cadastrados no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), disponíveis na base de dados do Datasus, do Ministério da Saúde, para o mês de setembro de 2013, último mês com informações disponibilizadas até o fechamento deste relatório.

A Tabela 6.61 mostra a quantidade de médicos segundo a especialidade médica, por classe de tamanho da população dos municípios. Pode-se observar que nos municípios menores (com até 20.000 habitantes) estão presentes todas as especialidades médicas básicas, registrando maior participação relativa o item “Médico da Família”, seguido de “Clínica geral”, “Pediatria” e “Ginecologia/Obstetrícia”. No que se refere ao grupo “Outras especialidades médicas”, constata-se que, nesses municípios, atua um número reduzido de profissionais em poucas especialidades: Cardiologia, Urologia, Endocrinologia, Neurologia e Oftalmologia.

As demais classes de tamanho da população apresentam maior número de médicos distribuídos nos diferentes tipos de especialidades médicas, para além das especialidades básicas. Mas são os dois municípios com mais de 150.000 habitantes – Uberlândia e Uberaba – que concentram os serviços médicos mais diversificados, chegando a registrar mais de 70% do total dos profissionais cadastrados na mesorregião em especialidades como: Gastroenterologia (88,24%), Oncologia clínica (84,85%), Dermatologia (74,39%), Urologia (73,53%), Endocrinologia (70%), entre outras.

Tabela 6.59: Estabelecimentos de saúde que prestam serviço ao SUS, por tipo de atendimento: Brasil, Minas Gerais e municípios da mesorregião do TMAP – 2009

Brasil, Minas Gerais e municípios do TMAP	Estabelecimentos de saúde e tipos de atendimento					Classes de tamanho da população dos municípios em 2010 (habitantes)
	Ambulatorial	Internação	Emergência	UTI/CTI	Diálise	
<b>Brasil</b>	<b>52.394</b>	<b>5.415</b>	<b>5.553</b>	<b>1.099</b>	<b>923</b>	-
<b>Minas Gerais</b>	<b>7.012</b>	<b>569</b>	<b>655</b>	<b>129</b>	<b>104</b>	-
<b>TMAP</b>	<b>596</b>	<b>76</b>	<b>92</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	-
Abadia dos Dourados	4	1	-	-	-	até 10000
Água Comprida	2	-	2	-	5	até 10000
Araguari	28	2	3	1	1	50001 a 150000
Araporã	3	1	1	-	-	até 10000
Arapuá	3	-	1	-	1	até 10000
Araxá	-	-	-	-	-	50001 a 150000
Cachoeira Dourada	17	2	2	-	1	até 10000
Campina Verde	2	-	1	-	-	10001 a 20000
Campo Flórido	7	1	3	-	-	até 10000
Campos Altos	-	-	-	-	-	10001 a 20000
Canápolis	6	1	2	-	-	10001 a 20000
Capinópolis	5	1	1	-	-	10001 a 20000
Carmo do Paranaíba	6	1	1	-	-	20001 a 50000
Carneirinho	11	1	1	-	-	até 10000
Cascalho Rico	8	-	1	-	-	até 10000
Centralina	2	-	1	-	-	10001 a 20000
Comendador Gomes	5	-	1	-	-	até 10000
Conceição das Alagoas	2	-	-	-	-	20001 a 50000
Conquista	14	1	1	-	-	até 10000
Coromandel	6	1	1	-	-	20001 a 50000
Cruzeiro da Fortaleza	17	1	1	-	-	até 10000
Delta	2	-	-	-	-	até 10000
Douradoquara	1	-	1	-	-	até 10000
Estrela do Sul	1	-	-	-	-	até 10000
Fronteira	5	1	1	-	-	10001 a 20000
Frutal	8	-	1	-	-	50001 a 150000
Grupiara	12	1	1	-	-	até 10000
Guimarânia	1	-	-	-	-	até 10000
Gurinhatã	5	1	1	-	-	até 10000
Ibiá	9	1	1	-	-	20001 a 50000
Indianópolis	5	-	1	-	-	até 10000
Ipiaçu	2	1	1	-	-	até 10000
Iraí de Minas	4	1	1	-	-	até 10000
Itapagipe	5	1	1	-	-	10001 a 20000
Ituiutaba	36	3	3	1	1	50001 a 150000
Iturama	11	2	1	-	-	20001 a 50000
Lagoa Formosa	7	2	2	-	-	10001 a 20000
Limeira do Oeste	4	-	1	-	-	até 10000
Matutina	4	1	1	-	-	até 10000
Monte Alegre de Minas	6	1	1	-	-	10001 a 20000
Monte Carmelo	15	3	1	-	-	20001 a 50000
Nova Ponte	4	1	1	-	-	10001 a 20000
Patos de Minas	38	4	5	3	-	50001 a 150000
Patrocínio	16	1	2	1	-	50001 a 150000
Pedrinópolis	2	1	1	-	-	até 10000
Perdizes	10	1	1	-	-	10001 a 20000
Pirajuba	2	-	1	-	-	até 10000
Planura	5	-	1	-	-	10001 a 20000

Prata	11	1	1	-	-	20001 a 50000
Pratinha	1	-	-	-	-	até 10000
Rio Paranaíba	11	1	1	-	1	10001 a 20000
Romaria	2	1	1	-	-	até 10000
Sacramento	15	1	1	-	-	20001 a 50000
Santa Juliana	4	1	1	-	-	10001 a 20000
Santa Rosa da Serra	3	-	-	-	-	até 10000
Santa Vitória	10	1	2	-	-	10001 a 20000
São Francisco de Sales	2	1	1	-	-	até 10000
São Gotardo	9	1	1	-	-	20001 a 50000
Serra do Salitre	5	1	1	-	-	10001 a 20000
Tapira	3	-	1	-	-	até 10000
Tiros	6	1	1	-	-	até 10000
Tupaciguara	7	1	1	-	-	20001 a 50000
Uberaba	50	9	9	5	-	mais de 150000
Uberlândia	85	14	13	3	5	mais de 150000
União de Minas	2	1	1	-	-	até 10000
Veríssimo	2	-	-	-	5	até 10000

Fonte: Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária, IBGE - 2009.

**Tabela 6.60: Leitos para internação em estabelecimentos de saúde, por esfera administrativa: Brasil, Minas Gerais e municípios da mesorregião do TMAP - 2009 (em valores relativos)**

Brasil, Minas Gerais e municípios do TMAP	Leitos para internação em estabelecimentos de saúde								Classes de tamanho da população dos municípios em 2010 (habitantes)	
	Total	Esfera administrativa				Leitos de internação por mil habitantes*				
		Público		Privado		Leitos existentes	Leitos SUS			
	Total = 100	Federal	Estadual	Municipal	Total = 100	SUS				
Brasil	431.996	152.892	10,12	40,45	49,43	279.104	78,66	2,4	1,8	
Minas Gerais	44.012	11.088	14,84	38,80	46,37	32.924	85,16	2,2	1,6	
TMAP	4.332	1.507	52,29	6,57	41,14	2.825	78,27	-	-	
Abadia dos Dourados	22	-	-	-	-	22	-	2,6	1,8 até 10000	
Água Comprida	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Araguari	144	-	-	-	-	144	83,33	2,0	1,3 50001 a 150000	
Araporã	10	10	-	-	100,00	-	-	2,0	2,0 até 10000	
Arapuá	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Araxá	343	89	-	-	100,00	254	68,11	3,1	2,2 50001 a 150000	
Cachoeira Dourada	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Campina Verde	27	-	-	-	-	27	100,00	1,8	1,2 10001 a 20000	
Campo Florido	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Campos Altos	36	-	-	-	-	36	100,00	2,6	2,6 10001 a 20000	
Canápolis	31	-	-	-	-	31	100,00	1,8	1,2 10001 a 20000	
Capinópolis	20	-	-	-	-	20	100,00	1,2	1,1 10001 a 20000	
Carmo do Paranaíba	33	-	-	-	-	33	100,00	2,3	2,1 20001 a 50000	
Carneirinho	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Cascalho Rico	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Centralina	-	-	-	-	-	-	-	1,2	1,2 10001 a 20000	
Comendador Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Conceição das Alagoas	33	33	-	-	100,00	-	-	1,3	1,0 20001 a 50000	
Conquista	29	-	-	-	-	29	100,00	4,2	4,2 até 10000	
Coromandel	40	-	-	-	-	40	-	1,4	1,1 20001 a 50000	
Cruzeiro da Fortaleza	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Delta	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Douradoquara	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Estrela do Sul	16	-	-	-	-	16	100,00	2,2	2,2 até 10000	
Fronteira	-	-	-	-	-	-	-	-	10001 a 20000	
Frutal	72	37	-	-	100,00	35	-	1,4	0,7 50001 a 150000	
Grupiara	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Guimarânia	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Gurinhatã	27	27	-	-	100,00	-	-	4,3	4,3 até 10000	
Ibiá	30	30	-	-	100,00	-	-	2,0	2,0 20001 a 50000	
Indianópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Ipiáçu	10	-	-	-	-	10	100,00	1,6	1,6 até 10000	
Irai de Minas	9	9	-	-	100,00	-	-	-	- até 10000	
Itapagipe	14	-	-	-	-	14	100,00	1,3	1,3 10001 a 20000	
Ituiutaba	188	-	-	-	-	188	82,45	2,0	1,2 50001 a 150000	
Iturama	61	13	-	-	100,00	48	100,00	1,5	1,5 20001 a 50000	
Lagoa Formosa	39	9	-	-	100,00	30	100,00	1,5	1,3 10001 a 20000	
Limeira do Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Matutina	16	16	-	-	100,00	-	-	4,2	4,2 até 10000	
Monte Alegre de Minas	22	-	-	-	-	22	100,00	1,2	0,9 10001 a 20000	
Monte Carmelo	120	22	-	-	100,00	98	100,00	1,9	1,7 20001 a 50000	
Nova Ponte	16	16	-	-	100,00	-	-	1,2	1,2 10001 a 20000	
Patos de Minas	357	99	-	100,00	-	258	67,44	2,2	1,2 50001 a 150000	
Patrocínio	216	-	-	-	-	216	69,44	2,1	1,2 50001 a 150000	
Pedrinópolis	28	28	-	-	100,00	-	-	3,6	3,6 até 10000	
Perdizes	28	28	-	-	100,00	-	-	1,4	1,4 10001 a 20000	
Pirajuba	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Planura	-	-	-	-	-	-	-	-	10001 a 20000	
Prata	56	-	-	-	-	56	100,00	1,2	0,9 20001 a 50000	
Pratinha	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Rio Paranaíba	24	24	-	-	100,00	-	-	1,8	1,8 10001 a 20000	
Romaria	11	-	-	-	-	11	100,00	3,8	3,8 até 10000	
Sacramento	50	-	-	-	-	50	100,00	2,2	1,7 20001 a 50000	
Santa Juliana	30	30	-	-	100,00	-	-	2,6	2,6 10001 a 20000	
Santa Rosa da Serra	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Santa Vitória	29	-	-	-	-	29	100,00	2,0	1,6 10001 a 20000	
São Francisco de Sales	9	9	-	-	100,00	-	-	1,3	1,3 até 10000	
São Gotardo	70	28	-	-	100,00	42	-	1,6	1,0 20001 a 50000	
Serra do Salitre	20	20	-	-	100,00	-	-	1,5	1,5 10001 a 20000	
Tapira	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	
Tiros	12	12	-	-	100,00	-	-	2,2	2,2 até 10000	
Tupaciguara	22	-	-	-	-	22	100,00	0,8	0,6 20001 a 50000	
Uberaba	929	316	100,00	-	-	613	95,11	3,0	2,1 mais de 150000	
Uberlândia	1.027	602	78,41	-	21,59	425	48,47	1,8	1,1 mais de 150000	
União de Minas	6	-	-	-	-	6	100,00	3,2	3,2 até 10000	
Veríssimo	-	-	-	-	-	-	-	-	até 10000	

Fonte: Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária, IBGE - 2009; Cadernos de Informações de Saúde - Minas Gerais e Brasil, Ministério da Saúde e IBGE, 2009.

\* Para os municípios para os quais não aparecem dados, não foram disponibilizadas informações a respeito.

Tabela 6.61: Quantidade de médicos segundo a especialidade médica, por classe de tamanho da população dos municípios do TMAP - Setembro/2013 (em valores relativos)

Especialidades Médicas	Classes de tamanho da população dos municípios em 2010 (habitantes)					
	até 10.000	de 10.001 a 20.000	de 20.001 a 50.000	de 50.001 a 150.000	mais de 150.000	Total = 100%
<b>Especialidades Básicas</b>	<b>5,31</b>	<b>5,56</b>	<b>9,94</b>	<b>24,36</b>	<b>54,82</b>	<b>2.032</b>
Clínica geral	5,82	6,54	11,92	25,99	49,73	1.116
Ginecologia/Obstetrícia	1,15	1,15	3,46	22,31	71,92	260
Pediatria	2,97	3,88	5,25	19,41	68,49	438
Médico da Família	12,39	9,17	16,97	28,44	33,03	218
<b>Outras Especialidades Médicas</b>	<b>1,04</b>	<b>1,79</b>	<b>3,63</b>	<b>20,37</b>	<b>73,17</b>	<b>2.121</b>
Cirurgia Geral	-	4,49	2,25	24,72	68,54	89
Alergologia e imunologia	-	-	-	-	100,00	13
Angiologia	-	-	8,70	30,43	60,87	46
Cardiologia	2,48	2,97	5,45	32,18	56,93	202
Dermatologia	-	-	1,22	24,39	74,39	82
Endocrinologia	1,67	1,67	6,67	20,00	70,00	60
Gastroenterologia	-	-	-	11,76	88,24	51
Nefrologia	-	-	-	38,89	61,11	54
Neurologia	1,35	6,76	13,51	25,68	52,70	74
Oftalmologia	0,65	3,27	5,23	30,07	60,78	153
Oncologia clínica	-	-	-	15,15	84,85	33
Urologia	2,94	-	5,88	17,65	73,53	34
Outras	1,06	1,38	2,85	15,93	78,78	1.230
<b>Total TMAP</b>	<b>3,13</b>	<b>3,64</b>	<b>6,72</b>	<b>22,32</b>	<b>64,19</b>	<b>4.153</b>

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) - Ministério da Saúde

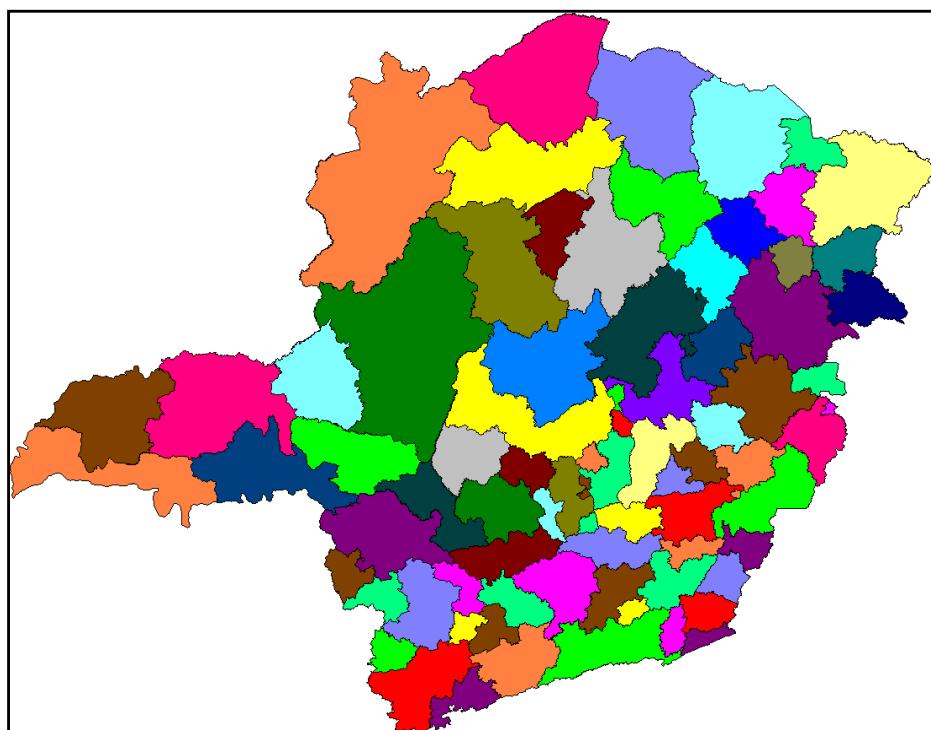
Dado o exposto até aqui, constatou-se que há maior concentração de estabelecimentos e serviços de saúde nos maiores municípios da mesorregião do TMAP. Isto foi considerado no Plano Diretor de Regionalização (PDR) estabelecido pela Secretaria Estadual de Saúde em 2003, a partir do qual foi reconhecida a importância da regionalização para as políticas de saúde.

Elaborado com o propósito de contribuir para a estruturação e descentralização dos sistemas de saúde, o PDR busca possibilitar o direcionamento equitativo da implementação de políticas públicas no âmbito da saúde, constituindo-se num importante instrumento de planejamento ao estabelecer uma base territorial e populacional para o levantamento das

necessidades, da priorização para alocação de recursos, da descentralização programática e gerencial<sup>20</sup>.

De acordo com o PDR, o Estado de Minas Gerais foi dividido em 77 microrregiões assistenciais (regiões de Saúde), que ficaram encarregadas da prestação de serviços assistenciais de média complexidade, e 13 macrorregiões (regiões ampliadas) em que são prestados serviços de alta complexidade. Nesta divisão, a mesorregião do TMAP, composta por 66 municípios, tem alguns destes circunscritos nas microrregiões assistenciais, enquanto outros foram classificados nas macrorregiões (ver Mapas 6.14 e 6.15).

Mapa 6.14 – Microrregiões Assistenciais (regiões de saúde):  
PDR/MG-2013

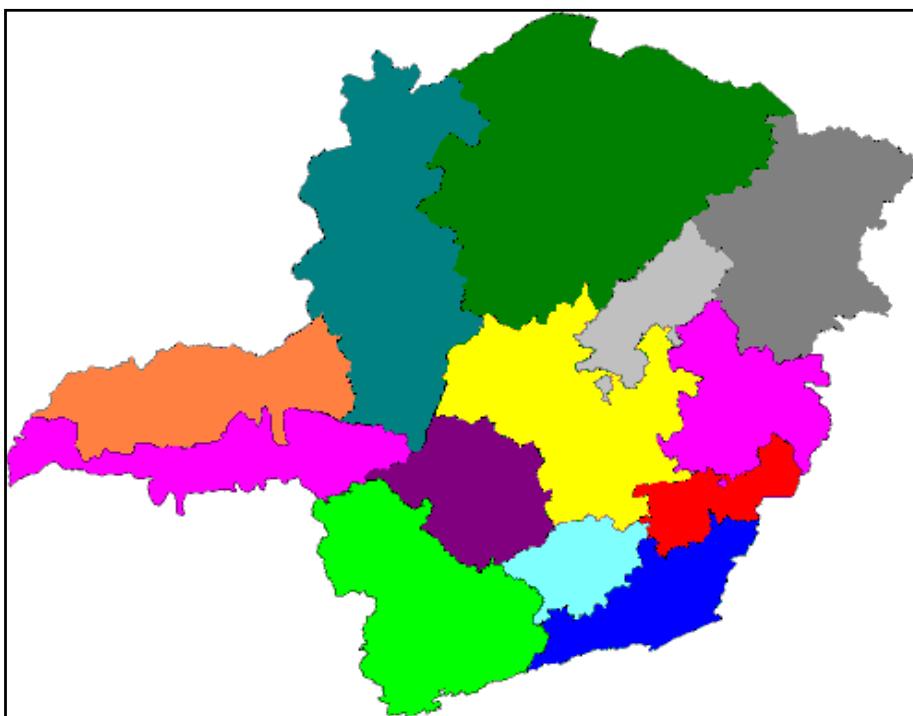


Fonte: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais -  
Superintendência Regional de Saúde de Uberlândia.

---

<sup>20</sup> Conforme informações disponíveis na página  
<http://www.saude.mg.gov.br/parceiro/regionalizacao-pdr>.

Mapa 6.15 – Macrorregiões de saúde (regiões ampliadas):  
PDR/MG-2013



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais -  
Superintendência Regional de Saúde de Uberlândia.

Não é o objetivo deste estudo analisar o recorte geográfico do PDR, pois isto destoaria do recorte que tem como foco os 66 municípios que compõem o TMAP. Contudo, a partir do plano de regionalização da saúde reconhece-se que, de fato, alguns municípios como Uberlândia e Uberaba, definidos como macrorregiões na prestação de serviços de saúde, concentram os procedimentos de média e de alta complexidade e que, por isto mesmo, são municípios polarizadores dos fluxos de população em busca desses procedimentos.

Nesta direção, coletar e consolidar informações que evidenciem esses fluxos, bem como quais os serviços e procedimentos em saúde mais procurados pela população que se desloca dos municípios menores para os municípios maiores, especialmente para Uberlândia, é de fundamental importância tanto para conhecer as necessidades dessa população quanto para averiguar as potencialidades e as limitações no oferecimento desses serviços nesses centros urbanos onde há maior demanda.

Uma fonte alternativa de informações nesse sentido é a Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD/MG), realizada pela Fundação João Pinheiro (FJP) em 2009, que coletou dados socioeconômicos em 18 mil domicílios em 308 municípios do estado, entre estes dados sobre saúde para as suas doze mesorregiões componentes. A pesquisa é domiciliar e representativa para essas mesorregiões, não sendo possível desagregar as informações por município. Os dados foram coletados entre junho e novembro de 2009, tendo como mês de referência maio de 2009<sup>21</sup>.

No que se refere às informações sobre saúde, um dos quesitos objetivou saber se a pessoa entrevistada precisou e procurou, no período de referência dos últimos 30 dias, por algum tipo de atendimento relacionado à saúde como: procura de atendimento em ambulatório, hospital, pronto-socorro, consultório médico, consultório dentário, posto de saúde, clínica, farmácias, ou atendimento no domicílio. Do total de pessoas que responderam ao quesito no TMAP (2.123.260), 311.774 (cerca de 15%) responderam que precisaram e procuraram; 64.444 (3%) precisaram mas não procuraram; 1.743.062 (82%) afirmaram que não precisaram, enquanto 3.980 (0,19%) não responderam (Tabela 6.62).

Tabela 6.62: Número de pessoas que precisaram ou não de atendimento médico ou de saúde no último mês, segundo mesorregiões em Minas Gerais – 2009

Mesorregiões de Minas Gerais	Precisou ou não de atendimento médico ou de saúde no último mês				
	Precisou e procurou	Precisou mas não procurou	Não precisou	Não sabe/ Não respondeu	Total
Campo das Vertentes	89.798	11.305	455.576	1.373	558.052
Central	67.496	11.044	353.632	379	432.551
Jequitinhonha	102.979	26.156	566.515	658	696.308
Metropolitana	815.367	235.104	4.738.764	10.660	5.799.895
Noroeste	68.759	30.256	282.865	914	382.794
Norte	234.503	53.520	1.468.287	713	1.757.023
Oeste	110.586	45.507	789.547	1.047	946.687

<sup>21</sup> É possível acessar a base de dados e os documentos da pesquisa no endereço: <http://www.fjp.gov.br/index.php/pesquisa-de-amostra-por-domicilios>

Sul/Sudoeste	418.444	126.692	2.018.374	2.097	2.565.607
<b>TMAP</b>	<b>311.774</b>	<b>64.444</b>	<b>1.743.062</b>	<b>3.980</b>	<b>2.123.260</b>
Mucuri	56.379	16.997	313.450	498	387.324
Rio Doce	253.713	49.850	1.319.418	2.869	1.625.850
Zona da Mata	330.303	67.389	1.796.939	4.257	2.198.888
<b>Total</b>	<b>2.860.101</b>	<b>738.264</b>	<b>15.846.429</b>	<b>29.445</b>	<b>19.474.239</b>

Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD/MG), 2009 – FJP.

Caso a pessoa tenha procurado por algum tipo de atendimento médico ou de saúde, foi-lhe perguntado se ela o fez em outro município. Os resultados referentes a esse quesito são apresentados na Tabela 6.63, em que são listados também os motivos pelos quais o entrevistado precisou e procurou atendimento nos últimos 30 dias, considerando como mês de referência maio de 2009.

Do total de 311.774 pessoas que precisaram de atendimento e o procuraram, no TMAP, 35.328 (10,95%) buscaram atendimento em outro município. Destas, 19,06% afirmaram que se dirigiram para outro município para o tratamento de doença crônica; 10% para fazerem exames de controle (check-up); 7,37% devido a problemas respiratórios; quase 5% por problemas de coração ou pressão; 20,5% citaram “outra doença” para além das mencionadas no questionário, enquanto 29% alegaram “outro motivo” para a busca de atendimento médico ou de saúde em outro município.

Ainda que apresentando problemas de saúde semelhantes, 276.317 (88,63%) do total de 311.774 não buscaram atendimento médico ou de saúde em outro município. Destes, 12,51% fizeram exames de controle (check up) em seu município de residência; 10,35% alegaram como motivo do tratamento “doença crônica”; 7,78%, “problema de coração ou pressão”; 5,59%, “problemas respiratórios”, enquanto 30,78% citaram “outro motivo”, e 15,77%, “outra doença” para além das mencionadas.

Tabela 6.63: Número de pessoas da mesorregião do TMAP que foram atendidas ou não em outro município, segundo o motivo de atendimento - 2009

Motivo do atendimento	Atendido em outro município						%
	Sim	%	Não	%	Não sabe/Não respondeu	Total	
Acidente no local de trabalho	304	0,86	2.194	0,79	-	2.498	0,80
Acidente no trânsito	429	1,21	3.955	1,43	-	4.384	1,41
Controle check up	3.534	10,00	34.568	12,51	-	38.102	12,22
Diarréia Desidratação	-	-	6.730	2,44	-	6.730	2,16
Doença crônica	6.733	19,06	28.586	10,35	-	35.319	11,33
Obtenção de atestado médico	-	-	567	0,21	-	567	0,18
Outra doença	7.246	20,51	43.571	15,77	-	50.817	16,30
Outro motivo	10.359	29,32	85.053	30,78	-	95.412	30,60
Parto e puerpério	177	0,50	2.052	0,74	-	2.229	0,71
Pré natal	459	1,30	6.986	2,53	-	7.445	2,39
Problema de coração ou pressão	1.578	4,47	21.503	7,78	-	23.081	7,40
Problema mental ou emocional	81	0,23	5.952	2,15	-	6.033	1,94
Problema odontológico	-	-	4.272	1,55	-	4.272	1,37
Problema respiratório	2.602	7,37	15.438	5,59	-	18.040	5,79
Queda fora do domicílio	268	0,76	1.695	0,61	-	1.963	0,63
Queda no domicilio	403	1,14	1.971	0,71	-	2.374	0,76
Tratamento de reabilitação	411	1,16	2.401	0,87	-	2.812	0,90
Tratamento preventivo rotina	744	2,11	8.220	2,97	-	8.964	2,88
Não sabe/Não respondeu	-	-	603	0,22	129	732	0,23
<b>Total</b>	<b>35.328</b>	<b>100,00</b>	<b>276.317</b>	<b>100,00</b>	<b>129</b>	<b>311.774</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD/MG), 2009 – FJP.

Interessante observar que, tanto aqueles que precisaram e procuraram atendimento médico ou de saúde em outro município quanto aqueles que também precisaram, mas não procuraram atendimento em outro município, citaram os mesmos motivos de busca por serviços de saúde, com percentuais semelhantes, o que pode sugerir que, embora as doenças mencionadas sejam comuns e o grau de dificuldade ou de complexidade do agravo da mesma não possa ser constatado no quesito, é provável que o deslocamento para outro município se deu devido à necessidade de atendimento especializado e mais complexo para o tratamento.

Por fim, aos que responderam que buscaram atendimento médico ou de saúde em outro município no último mês foi-lhes perguntado em qual município o fizeram. A Tabela 6.64 mostra os municípios citados.

Do total de 35.328 pessoas que saíram de seus municípios de residência para buscarem atendimento médico ou de saúde em outro município no mês de maio de 2009, parcela significativa se dirigiu para Uberlândia (em

torno de 27%) e para Uberaba (25%). Em percentuais mais modestos, houve deslocamento dessa população também para outros municípios da mesorregião do TMAP, dentre os quais alguns são municípios-sede das microrregiões estudadas: Patos de Minas (8,76%), Araxá (3,68%), Araguari (3,61%), Patrocínio (2,3%) e Ituiutaba (1,53%).

Em que pese a maior intensidade dos fluxos de pessoas entre os municípios da própria mesorregião, observou-se importantes deslocamentos para outros municípios em busca de atendimento médico ou de saúde, especialmente para Barretos (3,22% do total de 35.328 pessoas), Ribeirão Preto (2,61%), Colômbia (1,14%), Sorocaba (0,85%) e Bauru (0,75%), no Estado de São Paulo, mas também para Brasília (1,51%), Belo Horizonte (1,5%) e Goiânia (0,74%), além de outros municípios do Estado de Minas Gerais em menores participações relativas.

No conjunto dos 66 municípios estudados neste trabalho reconhece-se, aqui, a importância e a polarização regional exercida pelos municípios de Uberlândia e Uberaba na prestação de serviços de saúde. Ainda em 2009, segundo informações da Pesquisa de Assistência Médico-sanitária, Uberlândia já possuía 313 estabelecimentos de saúde, dos quais 85 eram instituições públicas – 81 municipais, 3 federais e 1 estadual – e 219, particulares. A quantidade de leitos para internação, naquele ano, totalizou 1.027. Uberaba, por sua vez, já contava com 126 estabelecimentos de saúde, dos quais 46 eram instituições públicas – 44 municipais, 1 federal e 1 estadual – e 74, particulares. O total de leitos totalizava 929.

Como mostrado nas informações discutidas, os dados sobre a rede assistencial à saúde nos demais municípios da mesorregião do TMAP, especialmente nos municípios menores, evidencia as possíveis dificuldades na oferta dos serviços de saúde, tanto devido à existência de poucos estabelecimentos quanto às limitações dadas por serviços restritos às especialidades médicas básicas circunscritas no âmbito da atenção básica à saúde. Com exceção de alguns dos municípios-sede da mesorregião, onde são realizados procedimentos de média e de alta complexidade, é nos municípios de Uberlândia e Uberaba que se presta maior atendimento nesses níveis.

Nesse quadro, cabe destacar a importância das instituições federais localizadas nesses municípios. Entre eles, o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia é um centro de referência no atendimento de média e alta complexidade para uma população de quase três milhões de pessoas dos municípios da região de seu entorno. Com 510 leitos e 3.385 funcionários, é hoje o maior prestador de serviços pelo Sistema Único de Saúde em Minas Gerais, realizando por dia uma média de 2.659 atendimentos<sup>22</sup>.

Em Uberaba, destaca-se o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, que também oferece atendimento de média e alta complexidade para os 27 municípios que compõem a chamada “Macrorregião Triângulo Sul de Minas Gerais”, conforme Plano Diretor de Regionalização (PDR), recebendo, também, pacientes de outras regiões tanto do próprio Estado de Minas Gerais quanto de outros estados brasileiros. Com 290 leitos e 448 médicos com diferentes especializações, constitui-se em referência na prestação de serviços à saúde<sup>23</sup>.

Isto posto, é importante refletir a respeito do fato de que a busca por serviços médicos ou de saúde em municípios maiores não decorre apenas das maiores e melhores condições de oferta existentes nestes, mas está relacionada também, e principalmente, às deficiências da rede assistencial do restante da mesorregião do TMAP, quadro que acaba por desencadear crescente pressão nos serviços de saúde dos municípios mais populosos, podendo, inclusive, comprometer a qualidade da oferta desses.

---

<sup>22</sup> Informações disponíveis na página virtual do hospital: [www.hc.ufu.br](http://www.hc.ufu.br)

<sup>23</sup> Informações disponíveis na página virtual <http://www.uftm.edu.br/>

Tabela 6.64: Número de pessoas da mesorregião do TMAP que buscaram atendimento médico ou de saúde em outro município, segundo o município de atendimento – 2009

Município de atendimento	UF	Total de pessoas do TMAP que buscou atendimento em outro município	%
Uberlândia	MG	9.498	26,88
Uberaba	MG	8.862	25,09
Patos de Minas	MG	3.095	8,76
Araxá	MG	1.300	3,68
Araguari	MG	1.275	3,61
Barretos	SP	1.136	3,22
Ribeirão Preto	SP	923	2,61
Monte Carmelo	MG	902	2,55
Patrocínio	MG	813	2,30
Canápolis	MG	735	2,08
Ituiutaba	MG	540	1,53
Brasília	DF	534	1,51
Belo Horizonte	MG	531	1,50
Centralina	MG	458	1,30
Pirapora	MG	419	1,19
Indianópolis	MG	405	1,15
Colômbia	SP	401	1,14
Rio Paranaíba	MG	383	1,08
São Gotardo	MG	381	1,08
Sorocaba	SP	300	0,85
Lagoa Formosa	MG	296	0,84
Planura	MG	295	0,83
Santa Juliana	MG	285	0,81
Rio Preto	MG	273	0,77
Bauru	SP	266	0,75
Goiânia	GO	260	0,74
Frutal	MG	204	0,58
Guarda-Mor	MG	178	0,50
Fernandópolis	SP	153	0,43
Iturama	MG	121	0,34
Minas Novas	MG	108	0,30
<b>Total</b>	-	<b>35.328</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD/MG), 2009 – FJP.

### 6.3.2 – Educação

A análise sobre as condições de escolarização dos municípios será feita, inicialmente, tendo por base a variável Taxa de Analfabetismo para a população acima de 15 anos. Essa variável representa a razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100,

sendo extraída da base de dados do PNUD (Atlas Brasil 2013) constituída a partir das informações dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

Para a maioria dos municípios, conforme a Tabela 6.65, observou-se uma redução da taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos, revelando avanços na escolarização da população em idade ativa. A taxa de analfabetismo da maioria dos municípios da Região do TMAP, 62,21% do total, manteve-se em torno de 10% no ano de 2010. Já 36,36% dos municípios da Região do TMAP (no total de 24), apresentaram taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos abaixo da taxa de analfabetismo do Estado para 2010, que foi de 8,31%.

**Tabela 6.65: Taxa de Analfabetismo e Taxa de Atendimento Escolar nos municípios, Microrregiões e Municípios, 2000 e 2010**

Minas Gerais, Microrregiões e Municípios	Taxa de analfabetismo população com 15 anos ou mais (2000)	Taxa de analfabetismo população com 15 anos ou mais (2010)	Taxa de atendimento escolar da população de 0 a 3 anos de idade (2000)	Taxa de atendimento escolar da população de 0 a 3 anos de idade (2010)	Taxa de atendimento escolar da população de 4 a 5 anos de idade (2000)	Taxa de atendimento escolar da população de 4 a 5 anos de idade (2010)	Taxa de atendimento escolar da população de 6 a 14 anos de idade (2000)	Taxa de atendimento escolar da população de 6 a 14 anos de idade (2010)
<b>Minas Gerais</b>	11,47	8,31	7,52	20,34	46,6	77,75	94,67	97,54
Abadia dos Dourados	11,26	9,12	0	4,47	26,34	30,26	95,01	98,31
Águia Comprida	6,27	7,90	4,55	24,01	85,25	87,51	98,03	95,22
Araguari	6,94	4,80	7,22	18,7	47,75	73,12	96,74	97,79
Araporã	12,74	8,29	8,07	35,83	62,59	87,69	94,82	99,35
Arapuá	9,62	7,98	10,02	47,71	66,47	100	96,06	98,19
Araxá	6,11	4,20	18,98	45,91	69,75	95,87	97,23	97,14
Cachoeira Dourada	21,71	12,20	16,57	61,6	84,21	98,53	97,30	98,31
Campina Verde	11,69	8,06	7,15	15,04	50,85	72,35	97,84	89,17
Campo Florido	13,69	8,67	2,92	13,25	55,08	91,28	95,22	98,78
Campos Altos	11,68	9,91	7,26	26,97	61,24	88,33	96,45	97,65
Canápolis	14,04	14,62	5,2	14,21	58,16	89,32	95,54	99
Capinópolis	17,13	12,49	1,19	2,36	56,83	80,96	97,77	99,56
Carmo do Paranaíba	9,75	8,71	8,49	11,46	61,01	84,64	96,31	97,49
Carneirinho	19,79	11,61	1,77	12,73	27,85	80,78	94,90	97,91
Cascalho Rico	5,67	6,53	12,62	7,81	60,15	76,87	100,00	96,57
Centralina	16,28	11,88	7,03	16,28	60,12	70,93	94,04	95,94
Comendador Gomes	9,52	8,71	4,1	4,49	32,73	57,73	97,01	96,93
Conceição das Alagoas	12,73	8,71	1,2	12,86	40,40	74,53	95,77	95,6
Conquista	10,35	10,34	1,6	10,23	45,71	86,03	94,83	99,66
Coromandel	10,77	8,06	4,43	12,05	41,21	47,45	97,03	96,4
Cruzeiro da Fortaleza	6,20	10,83	6,96	15,47	48,11	80,99	98,30	97,07
Delta	15,80	13,12	3,08	6,27	62,52	81	90,95	94,46
Douradoquara	9,92	7,31	0	17,3	41,72	71,89	96,01	98,51
Estrela do Sul	14,18	11,34	1,17	21,95	48,96	80,94	89,56	96,7
Fronteira	9,53	10,54	3,36	12,4	14,33	61,74	95,94	96,27
Frutal	8,73	6,53	5,97	14,86	25,81	66,89	94,36	97,58
Grupiara	7,47	7,91	0	5,12	14,12	94,03	99,45	100
Guimarânia	9,55	9,10	0	6,85	47,15	71,97	92,79	97,69
Gurinhatã	13,66	14,85	3,87	5,26	30,22	53,13	94,81	97,13
Ibiá	9,98	6,45	2,95	13,66	55,48	81,96	93,59	97,87
Indianópolis	13,89	10,96	0	4,16	10,28	58,89	96,76	98,18
Ipiacu	19,03	15,98	17,37	23,98	85,24	94,28	98,73	98,69
Irai de Minas	11,83	8,59	13,06	23,04	44,92	54,64	96,17	94,98
Itapagipe	10,21	6,52	4,96	13,19	24,39	82,68	97,54	96,95
Ituutaba	11,26	8,45	8,4	18,01	46,12	78,57	96,07	98,07
Iturama	12,30	8,66	8,43	15,19	48,04	87,33	98,11	98,79
Lagoa Formosa	11,52	10,95	3,81	15,65	20,42	59,89	95,15	98,69
Limeira do Oeste	17,58	12,62	0	3,48	10,98	73,69	97,61	98,83
Matutina	14,89	11,70	2,54	7,64	36,23	86,81	94,33	95,43
Monte Alegre de Minas	12,01	11,31	4,86	17,25	41,20	49,5	96,04	94,44
Monte Carmelo	9,73	7,61	1,85	21,05	29,20	81,07	94,17	98,45
Nova Ponte	10,87	8,85	12,15	16,67	49,75	76,23	97,71	96,65
Patos de Minas	7,08	5,36	6,69	21,89	40,61	72,81	97,93	98,59
Patrocínio	8,67	6,52	7,73	17,4	56,15	79,77	95,85	97,91
Pedrinópolis	9,14	10,23	0	14,66	86,40	83,13	96,79	95,99
Perdizes	10,97	8,18	7,61	25,95	30,55	77,13	96,85	97,47
Pirajuba	11,87	9,01	8,53	15	86,90	90,57	97,93	95,89
Planura	12,21	8,41	2,51	10,87	32,61	86,74	95,31	97,65
Prata	12,47	9,67	2,15	7,19	27,33	47,41	90,81	96,08
Pratinha	10,46	11,50	5,9	11,88	32,20	70,59	89,82	96
Rio Paranaíba	10,09	8,74	5,1	18,92	32,35	77,19	93,27	98,7
Romaria	9,52	8,22	10,1	14,89	45,13	78,28	92,28	100
Sacramento	10,56	6,41	5,13	16,66	55,66	75,29	98,08	97,33
Santa Juliana	9,91	7,21	2,17	6,05	35,82	52,02	97,16	92,06
Santa Rosa da Serra	16,44	12,49	10,37	14,52	39,67	87,52	94,33	98,77
Santa Vitória	15,88	12,22	2,43	7,67	18,07	57,46	90,86	97,43
São Francisco de Sales	14,11	10,64	1,88	12,21	31,50	58,9	94,31	94,9
São Gotardo	10,44	8,03	11,24	13,26	59,47	83,03	96,14	96,3
Serra do Salitre	12,83	9,02	1,14	17,84	42,04	57,15	92,92	97,17
Tapira	9,95	6,65	2,92	41,67	62,70	81,65	95,78	97,28
Tiros	14,73	10,68	3,44	23,66	65,83	84,95	97,00	97,74
Tupaciguara	12,31	9,46	13,04	21,15	61,91	79,38	95,90	97,69
Uberaba	6,31	4,19	11,48	28,22	48,53	78,46	96,81	97,66
Uberlândia	5,04	3,74	13,36	32,96	58,89	82,88	96,61	97,98
União de Minas	16,11	14,11	2,11	15,99	13,24	85,39	96,51	97,32
Veríssimo	15,90	12,27	0	24,81	25,41	92,67	93,21	94,38

Fonte: PNUD - Atlas de Desenvolvimento Humano 2013.

Os municípios-sede das microrregiões do TMAP são aqueles a apresentarem as menores taxas de analfabetismo entre a população com mais de 15 anos de idade. Os maiores níveis de escolarização foram detectados nos municípios mais populosos, possivelmente em virtude da presença de maiores alternativas de ensino neles disponíveis. A menor taxa de analfabetismo entre a população acima de 15 anos, no interior dos municípios da Região do TMAP, é a de Uberlândia, que também se situa abaixo da taxa do Estado: 3,74% e 8,31%, respectivamente.

Já para a análise da variável educação entre a população com menos de 15 anos, utilizou-se a variável Taxa de Atendimento Escolar, também presente na Tabela 6.71. Essa taxa indica a razão entre a população de uma determinada faixa etária que estava frequentando a escola, em qualquer nível ou série e a população total nesta faixa etária, multiplicado por 100, que também foi extraída da base de dados do PNUD.

Nenhum dos municípios da Região do TMAP, com exceção de Cachoeira Dourada, tinha ampliado de maneira significativa, de 2000 para 2010, a cobertura escolar das crianças de 0 a 3 anos. Essa é a única faixa em que não se observou avanços significativos no número de crianças frequentando a escola e que parece apontar para um desafio dos municípios, em termos de atendimento escolar.

Apenas os municípios de Cachoeira Dourada, Arapuá, Araxá e Tapira conseguiram atingir, em 2010, uma taxa de atendimento escolar de aproximadamente 40% da população de 0 a 3 anos. Uberlândia e Uberaba apresentaram ampliação, em 2010, na taxa de atendimento escolar nessa faixa de idade, com taxas de 32,96% e 28,22%, respectivamente. Cabe destacar, que em 2010, tendo em vista a taxa de atendimento escolar de 0 a 3 anos de Minas Gerais, que era 20,34%, dos 66 municípios da Região do TMAP, 48 ficaram a baixo daquela taxa, a despeito dos avanços em relação a 2000.

A faixa de idade que apresentou melhorias significativas na taxa de cobertura de 2000 para 2010 foi a referente a 4 a 5 anos de idade. Em 2010, apenas 29 dos municípios da Região do TMAP mantiveram-se abaixo da taxa

de atendimento escolar do Estado, que era de 77,75%, ou seja, na faixa de idade de 4 a 5 anos, 56% dos municípios da Região do TMAP encontrava-se em melhores condições, comparativamente ao Estado, de atendimento escolar dessa faixa de idade.

Tratando-se de municípios que apresentam presença de pessoas que não são residentes e se deslocam pelo motivo educação, a Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD), com dados representativos para as 12 mesorregiões do Estado, para o ano de 2009, tendo por mês de referência maio, evidencia a realidade apontada na sequência. Dos alunos que moram em município mineiros e que responderam estudar em outro município (dentro ou fora do estado), a situação apresentada para os municípios integrantes da Região do TMAP foi a seguinte: Rio Paranaíba contava com a presença de 151 estudantes; Patrocínio com 179 estudantes; Monte Carmelo, com 273; Araguari 305 estudantes; Limeira do Oeste, com 432 estudantes; Uberaba com 798 e, os três municípios com maior número de estudantes em deslocamento pelo motivo educação foram Araxá, com 1.034; Patos de Minas, com 1.207 estudantes e Uberlândia, com 1273.

Utilizando dados do Censo Demográfico 2010 foi possível desenhar o quadro de escolaridade da população dos municípios da Região do TMAP, bem como da Região como um todo, conforme pode ser percebido na Tabela 6.72.

No que diz respeito aos níveis de escolaridade, a baixa escolaridade da população parece ser uma realidade presente na maioria dos municípios da Região do TMAP: com exceção de Uberlândia e Uberaba, todos os demais municípios apresentaram mais da metade da população com apenas o Ensino Fundamental Incompleto. Para municípios que tem a maioria de sua população entre a faixa de idade de 26 a 59 anos de idade, os desafios de ampliação dos níveis de escolaridade da população com maior potencial produtivo parece ser uma realidade dos municípios constitutivos da Região do TMAP.

Nos municípios mais populosos, particularmente, os municípios-sede das microrregiões, o segundo nível de escolaridade com maior participação no

total da população é representado pelo nível médio completo e superior incompleto. Araxá, Uberlândia e Uberaba apresentam participação relativa em torno de 23% de suas populações. Entre os municípios menores (com menos de 10.000 habitantes), Grupiara destaca-se pela participação da população com nível médio completo e superior incompleto, próximo aos dos municípios mais populosos, com taxa de 21,49%.

Tabela 6.66: Participação relativa dos níveis de escolaridade da população, Mesorregião e Municípios, 2010

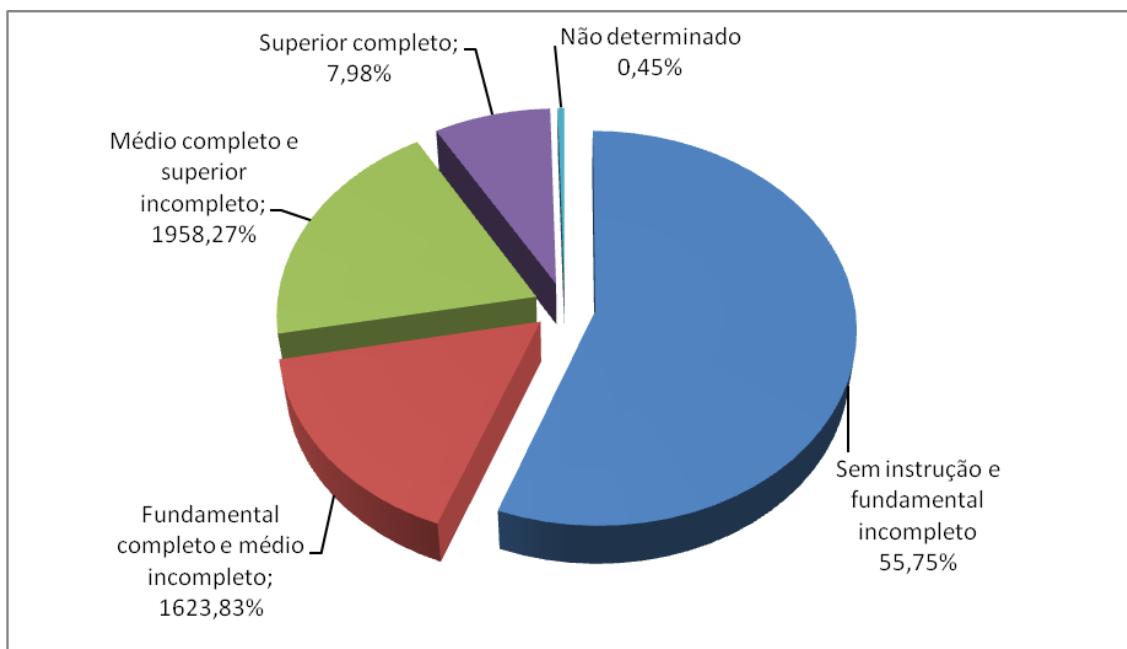
Mesorregião do TMAP e Municípios	Sem instrução e fundamental incompleto (2010)	Fundamental completo e médio incompleto (2010)	Médio completo e superior incompleto (2010)	Superior completo (2010)	Não determinado (2010)
<b>TMAP</b>	<b>55,75</b>	<b>16,24</b>	<b>19,58</b>	<b>7,98</b>	<b>0,45</b>
Abadia dos Dourados	67,35	17,57	10,59	4,27	0,22
Água Comprida	72,54	15,46	6,72	5,28	0,00
Araguari	52,36	17,67	22,13	7,56	0,28
Araporã	61,57	16,10	17,37	4,82	0,15
Arapuá	67,03	13,69	14,81	4,47	0,00
Araxá	49,41	17,59	23,81	8,93	0,26
Cachoeira Dourada	62,99	13,73	16,49	6,79	0,00
Campina Verde	65,71	15,48	12,10	5,39	1,33
Campo Florido	69,80	12,62	13,17	4,37	0,04
Campos Altos	68,33	13,87	12,33	5,23	0,24
Canápolis	68,42	12,55	14,53	4,28	0,23
Capinópolis	64,17	16,47	13,95	5,13	0,28
Carmo do Paranaíba	68,54	12,03	14,39	4,84	0,20
Carneirinho	64,50	12,64	15,38	6,86	0,62
Cascalho Rico	66,08	17,12	13,06	3,54	0,21
Centralina	67,40	17,23	12,16	3,06	0,16
Comendador Gomes	66,05	17,03	13,06	3,77	0,10
Conceição das Alagoas	66,14	16,49	12,71	4,38	0,29
Conquista	62,07	15,54	15,74	6,34	0,31
Coromandel	66,71	12,85	15,84	4,12	0,48
Cruzeiro da Fortaleza	70,21	11,90	13,93	3,71	0,25
Delta	75,35	11,99	9,69	1,63	1,34
Douradoquara	65,49	17,66	12,72	4,13	0,00
Estrela do Sul	66,69	13,26	15,01	4,50	0,54
Fronteira	67,66	13,53	14,96	3,77	0,09
Frutal	60,29	17,71	15,62	6,16	0,22
Grupiara	61,47	11,00	21,49	6,05	0,00
Guimarânia	66,03	14,08	13,74	4,39	1,76
Gurinhatã	70,91	12,87	11,10	3,98	1,14
Ibiá	66,46	15,16	13,27	4,13	0,98
Indianópolis	70,81	13,76	12,42	2,96	0,05
Ipiaçu	66,28	15,34	14,78	3,51	0,10
Iraí de Minas	68,59	13,53	13,42	4,45	0,00

Itapagipe	62,21	13,74	17,65	5,61	0,78
Ituiutaba	57,94	16,96	17,71	7,04	0,35
Iturama	57,72	17,35	17,91	6,52	0,50
Lagoa Formosa	69,68	13,52	13,48	3,26	0,06
Limeira do Oeste	62,96	14,79	15,98	5,92	0,35
Matutina	71,36	14,89	9,36	3,46	0,93
Monte Alegre de Minas	70,31	12,93	11,75	3,93	1,08
Monte Carmelo	64,21	15,07	13,87	5,95	0,90
Nova Ponte	67,85	14,05	13,30	4,75	0,05
Patos de Minas	53,10	16,36	21,83	8,43	0,28
Patrocínio	61,64	14,59	16,64	6,42	0,71
Pedrinópolis	62,28	14,42	18,57	4,73	0,00
Perdizes	67,82	14,27	12,59	4,49	0,83
Pirajuba	63,72	16,78	14,76	4,43	0,32
Planura	64,13	16,60	14,83	4,05	0,39
Prata	67,97	15,78	12,32	3,31	0,62
Pratinha	63,03	16,81	14,73	4,32	1,10
Rio Paranaíba	70,78	12,85	11,64	4,66	0,07
Romaria	64,86	14,87	15,99	3,56	0,72
Sacramento	62,15	15,85	15,03	5,87	1,10
Santa Juliana	65,21	15,45	14,24	4,34	0,75
Santa Rosa da Serra	69,63	13,00	11,35	6,02	0,00
Santa Vitória	66,29	13,25	13,48	6,15	0,83
São Francisco de Sales	67,95	13,59	12,52	3,50	2,44
São Gotardo	63,70	15,93	14,98	5,03	0,35
Serra do Salitre	69,87	14,11	12,30	3,58	0,13
Tapira	65,78	14,66	15,15	4,23	0,17
Tiros	72,30	13,51	10,69	3,23	0,28
Tupaciguara	63,50	14,12	15,77	6,43	0,18
Uberaba	48,92	17,06	23,10	10,61	0,31
Uberlândia	48,26	17,11	23,51	10,62	0,51
União de Minas	71,59	13,08	11,45	3,15	0,72
Veríssimo	74,42	15,30	7,69	2,33	0,26

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

De maneira geral, a Região do TMAP concentra a maioria de sua população, 55,75%, no nível de escolaridade Sem Instrução e Fundamental Incompleto, conforme pode ser visualizado no Gráfico 6.10. Avançar nos níveis de escolaridade de sua população parece representar um dos desafios da Região do TMAP, para que seu dinamismo populacional ocorra de forma mais equilibrada ao longo do tempo, contando com uma população a apresentar maiores capacitações para o desenvolvimento da Região como um todo.

Gráfico 6.10: Participação relativa dos níveis de escolaridade da população da Região do TMAP, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

## **6.4 – Índices de Desenvolvimento**

### **6.4.1 – Índice de Desenvolvimento Humano**

A análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), para os municípios constitutivos da Região do TMAP, será realizada a partir das faixas construídas por essa pesquisa, que incorpora apenas mais uma faixa em relação à classificação utilizada pelas instituições responsáveis pela elaboração do IDHM, quais sejam: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP). As faixas definidas por essas instituições são: Muito Baixo (0 a 0,499), Baixo (0,500 a 0,599), Médio (0,600 a 0,699), Alto (0,700 a 0,799) e Muito Alto (0,800 a 0,899).

As faixas de IDHM aqui adotadas foram as seguintes: 0 a 0,499 (Reprovável); 0,500 a 0,599 (Deficiente); 0,600 a 0,699 (Razoável); 0,700 a 0,799 (Bom); 0,800 a 0,899 (Muito Bom) e 0,900 ou mais (Excelente).

A análise do IDH para os anos de 2000 e 2010, conforme Tabela 6.67, revelou que nenhum dos municípios da Região do TMAP encontrava-se na faixa de classificação “Reprovável”. No entanto, nenhum desses municípios atingiu, nos anos 2000 e 2010, a desejada classificação de "Muito Bom" ou "Excelente", indicando com isso a necessidade de ações no interior da região que atuem no sentido de realizar avanços no desenvolvimento humano da mesma.

A despeito da constatação feita acima, os municípios da Região do TMAP apresentaram no ano de 2010 melhora no seu IDHM, seja em termos absolutos como em termos de faixa de classificação. No ano de 2010, nenhum dos municípios da Região do TMAP encontrava-se na classificação de IHDM “Deficiente”, situação observada no ano de 2000 para alguns municípios, revelando, em algum nível, melhora no desenvolvimento humano captado pelo IDHM de 2000 para o ano de 2010 na Região.

Tabela 6.67: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Faixas de Classificação do IDHM, Brasil, Minas Gerais e Municípios da Mesorregião do TMAP, 2000 e 2010.

Brasil, Minas Gerais e Municípios da Região do TMAP	IDHM (2000)	Faixas de classificação do IDHM 2000	IDHM (2010)	Faixas de classificação do IDHM 2010
<b>Brasil</b>	<b>0,612</b>	<b>Razoável</b>	<b>0,727</b>	<b>Bom</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>0,624</b>	<b>Razoável</b>	<b>0,731</b>	<b>Bom</b>
Abadia dos Dourados	0,575	Deficiente	0,689	Razoável
Água Comprida	0,604	Razoável	0,675	Razoável
Araguari	0,673	Razoável	0,773	Bom
Araporã	0,605	Razoável	0,708	Bom
Arapuá	0,648	Razoável	0,724	Bom
Araxá	0,683	Razoável	0,772	Bom
Cachoeira Dourada	0,616	Razoável	0,726	Bom
Campina Verde	0,621	Razoável	0,704	Bom
Campo Florido	0,587	Deficiente	0,706	Bom
Campos Altos	0,617	Razoável	0,702	Bom
Canápolis	0,570	Deficiente	0,722	Bom
Capinópolis	0,629	Razoável	0,723	Bom
Carmo do Paranaíba	0,642	Razoável	0,705	Bom
Carneirinho	0,607	Razoável	0,741	Bom
Cascalho Rico	0,620	Razoável	0,721	Bom
Centralina	0,572	Deficiente	0,678	Razoável
Comendador Gomes	0,619	Razoável	0,697	Razoável
Conceição das Alagoas	0,603	Razoável	0,712	Bom
Conquista	0,615	Razoável	0,729	Bom
Coromandel	0,653	Razoável	0,708	Bom
Cruzeiro da Fortaleza	0,640	Razoável	0,696	Razoável
Delta	0,557	Deficiente	0,639	Razoável
Douradoquara	0,609	Razoável	0,706	Bom
Estrela do Sul	0,581	Deficiente	0,696	Razoável
Fronteira	0,626	Razoável	0,684	Razoável
Frutal	0,643	Razoável	0,730	Bom
Grupiara	0,648	Razoável	0,731	Bom
Guimarânia	0,613	Razoável	0,693	Razoável
Gurinhatã	0,587	Deficiente	0,680	Razoável
Ibiá	0,650	Razoável	0,718	Bom
Indianópolis	0,573	Deficiente	0,674	Razoável
Ipiaçu	0,625	Razoável	0,696	Razoável
Iraí de Minas	0,608	Razoável	0,695	Razoável
Itapagipe	0,626	Razoável	0,723	Bom
Ituiutaba	0,653	Razoável	0,739	Bom
Iturama	0,669	Razoável	0,747	Bom
Lagoa Formosa	0,590	Deficiente	0,703	Bom
Limeira do Oeste	0,586	Deficiente	0,710	Bom
Matutina	0,585	Deficiente	0,707	Bom
Monte Alegre de Minas	0,596	Deficiente	0,674	Razoável
Monte Carmelo	0,603	Razoável	0,728	Bom
Nova Ponte	0,617	Razoável	0,701	Bom
Patos de Minas	0,675	Razoável	0,765	Bom
Patrocínio	0,650	Razoável	0,729	Bom

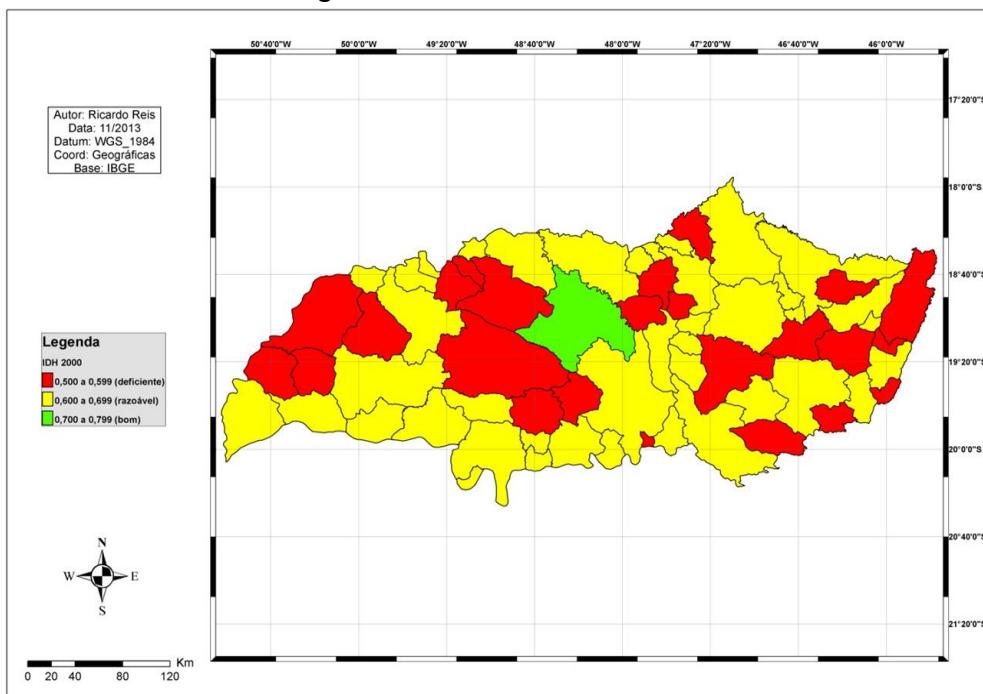
Pedrinópolis	0,671	Razoável	0,729	Bom
Perdizes	0,588	Deficiente	0,723	Bom
Pirajuba	0,635	Razoável	0,723	Bom
Planura	0,615	Razoável	0,712	Bom
Prata	0,578	Deficiente	0,695	Razoável
Pratinha	0,573	Deficiente	0,721	Bom
Rio Paranaíba	0,566	Deficiente	0,709	Bom
Romaria	0,597	Deficiente	0,708	Bom
Sacramento	0,628	Razoável	0,732	Bom
Santa Juliana	0,623	Razoável	0,706	Bom
Santa Rosa da Serra	0,593	Deficiente	0,705	Bom
Santa Vitória	0,565	Deficiente	0,710	Bom
São Francisco de Sales	0,612	Razoável	0,688	Razoável
São Gotardo	0,627	Razoável	0,736	Bom
Serra do Salitre	0,588	Deficiente	0,696	Razoável
Tapira	0,578	Deficiente	0,712	Bom
Tiros	0,586	Deficiente	0,683	Razoável
Tupaciguara	0,634	Razoável	0,719	Bom
Uberaba	0,692	Razoável	0,772	Bom
Uberlândia	0,702	Bom	0,789	Bom
União de Minas	0,533	Deficiente	0,672	Razoável
Veríssimo	0,557	Deficiente	0,667	Razoável

Fonte: PNUD - Atlas de Desenvolvimento Humano 2013

Os municípios de Santa Vitória, Limeira do Oeste, Canápolis, Romaria, Lagoa Formosa, Matutina, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, Perdizes, Pratinha e Tapira melhoraram de maneira expressiva sua classificação de IDHM, para os anos de 2000 e 2010. Esses municípios saíram da condição de "Deficiente" para "Bom", indicando melhora significativa do desenvolvimento humano em relação aos outros municípios, uma vez que saltaram a classificação de IDHM "Razoável" direto para a classificação "Bom". Uberlândia, segundo a classificação aqui adotada, não avançou em termos da faixa de classificação de IDHM, preservando a condição de "Bom", embora se constate aumento absoluto do seu IDHM de 2000 para 2010.

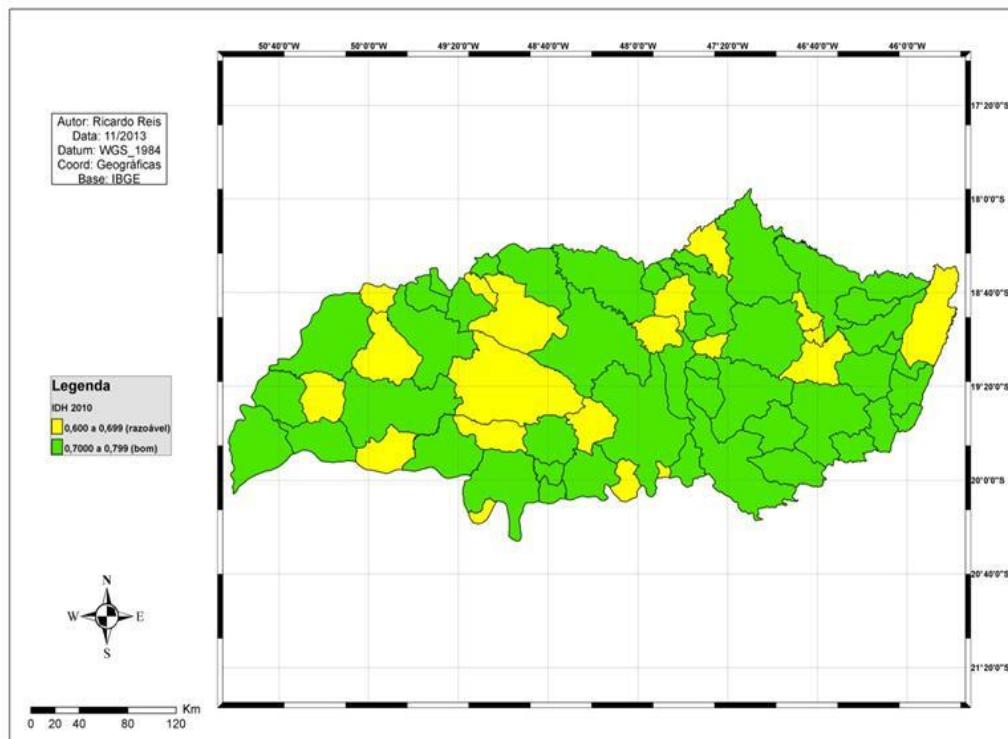
Os Mapas 6.16 e 6.17 auxiliam na visualização desse avanço do IDHM no interior da Região do TMAP do ano 2000 para o ano de 2010.

**Mapa 6.16 - Índice de Desenvolvimento Humano, municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000**



Fonte: IPEA/PNUAD/FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

**Mapa 6.17 - Índice de Desenvolvimento Humano, municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba 2010**



Fonte: IPEA/PNUAD/FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

## 6.4.2 - Índice de Gini

O índice de Gini é uma medida muito utilizada para aferir a concentração de renda em uma determinada localidade. A Tabela 6.68 apresenta o cálculo do índice de Gini para o Brasil, Minas Gerais e municípios do TMAP, no período 1991-2010. Nota-se, em primeiro lugar, que a renda é menos concentrada na maioria nos municípios do TMAP se comparado aos dados apurados para o País e Minas Gerais – muito embora possa ser considerada alta em relação aos padrões internacionais. Em termos de variação ao longo das décadas analisadas, nota-se crescimento da concentração de renda no período 1991-2000 em 55% dos municípios do TMAP, e queda em 83,3% dos municípios entre 2000 e 2010.

Tabela 6.68 – Índice de Gini, Brasil, Minas Gerais e municípios do TMAP, 1991-2010

None	1991	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>0,63</b>	<b>0,64</b>	<b>0,60</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>0,61</b>	<b>0,61</b>	<b>0,56</b>
<b>TMAP</b>			
Abadia dos Dourados	0,46	0,5	0,47
Água Comprida	0,46	0,47	0,46
Araguari	0,53	0,55	0,47
Araporã	0,39	0,58	0,41
Arapuá	0,52	0,52	0,45
Araxá	0,53	0,56	0,48
Cachoeira Dourada	0,53	0,58	0,35
Campina Verde	0,53	0,58	0,47
Campo Florido	0,65	0,51	0,52
Campos Altos	0,55	0,52	0,4
Canápolis	0,44	0,5	0,5
Capinópolis	0,52	0,58	0,59
Carmo do Paranaíba	0,52	0,57	0,49
Carneirinho	0,61	0,59	0,57
Cascalho Rico	0,49	0,5	0,49
Centralina	0,46	0,72	0,39
Comendador Gomes	0,47	0,63	0,45
Conceição das Alagoas	0,55	0,58	0,51
Conquista	0,53	0,61	0,45
Coromandel	0,53	0,53	0,51
Cruzeiro da Fortaleza	0,46	0,53	0,59
Delta	0,34	0,43	0,38
Douradoquara	0,52	0,44	0,49
Estrela do Sul	0,52	0,46	0,44
Fronteira	0,48	0,5	0,43
Frutal	0,56	0,56	0,47
Grupiara	0,46	0,43	0,4
Guimarânia	0,56	0,56	0,48
Gurinhatã	0,51	0,59	0,49

Ibiá	0,5	0,66	0,55
Indianópolis	0,43	0,58	0,4
Ipiaçu	0,45	0,62	0,43
Iraí de Minas	0,62	0,52	0,48
Itapagipe	0,55	0,5	0,45
Ituiutaba	0,59	0,57	0,5
Iturama	0,55	0,58	0,46
Lagoa Formosa	0,53	0,48	0,49
Limeira do Oeste	0,39	0,54	0,46
Matutina	0,58	0,48	0,59
Monte Alegre de Minas	0,61	0,56	0,47
Monte Carmelo	0,57	0,52	0,49
Nova Ponte	0,51	0,6	0,52
Patos de Minas	0,58	0,54	0,5
Patrocínio	0,57	0,59	0,49
Pedrinópolis	0,44	0,58	0,48
Perdizes	0,61	0,56	0,55
Pirajuba	0,49	0,52	0,54
Planura	0,47	0,53	0,43
Prata	0,49	0,58	0,51
Pratinha	0,54	0,53	0,52
Rio Paranaíba	0,53	0,46	0,5
Romaria	0,51	0,71	0,54
Sacramento	0,56	0,53	0,45
Santa Juliana	0,59	0,52	0,43
Santa Rosa da Serra	0,42	0,4	0,46
Santa Vitória	0,57	0,56	0,46
São Francisco de Sales	0,56	0,56	0,5
São Gotardo	0,57	0,72	0,51
Serra do Salitre	0,52	0,54	0,53
Tapira	0,5	0,46	0,54
Tiros	0,55	0,48	0,52
Tupaciguara	0,65	0,58	0,49
Uberaba	0,54	0,56	0,5
Uberlândia	0,53	0,56	0,5
União de Minas	0,6	0,54	0,48
Veríssimo	0,54	0,56	0,45

Fonte: PNUD/IPEA/FJP – Atlas do Desenvolvimento Humano 2013

#### **6.4.3 – Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)**

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), calculado pela Fundação João Pinheiro (FJP), tem por objetivo expressar o “nível de desenvolvimento”<sup>24</sup> dos municípios mineiros, a partir da construção de um índice sintético. Com periodicidade bianual, o índice é composto por diversos indicadores relacionados às dimensões Saúde, Educação, Segurança Pública, Assistência Social, Meio Ambiente e Habitação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, Renda e Emprego, e Finanças Públicas.

A partir da coleta de informações dos registros administrativos, principalmente, objetiva-se reunir, em uma mesma base, dados que se encontram dispersos, sob diferentes formatos, em diversos órgãos e instituições, a fim de possibilitar ao setor público e à sociedade em geral o acesso a indicadores e índices que permitam conhecer a realidade social e econômica dos municípios mineiros.

A base de dados disponibilizada por software específico na página virtual da FJP contempla todos os municípios do estado de Minas Gerais, com informações para os anos 2000 a 2010. Além dos indicadores, foram construídos índices sintéticos para cada uma das referidas dimensões, a partir dos quais foi calculado o índice-síntese final. Este pode variar de 0 a 1, valores que representam, respectivamente, a pior e a melhor situação.

---

<sup>24</sup> A metodologia pode ser consultada em <[www.fjp.mg.gov.br](http://www.fjp.mg.gov.br)>.

Os índices sintéticos que compõem o IMRS, com seus respectivos indicadores e pesos, são os seguintes:

1. IMRS Saúde: participa com peso de 15% no índice-síntese final. Compõem este subíndice os seguintes indicadores, com seus respectivos pesos no IMRS-Saúde: Taxa bruta de mortalidade padronizada (25%), Cobertura vacinal de tetravalente em menores de um ano (15%), Acesso à assistência ao parto (15%), Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal (15%), Proporção de óbitos por causas mal definidas (15%) e Cobertura populacional do Programa de Saúde da Família (PSF) (15%);
2. IMRS Educação: participa com peso de 15% no índice-síntese final. Neste subíndice estão considerados os temas: escolaridade da população, acesso e utilização dos serviços educacionais, qualidade do ensino e esforço da gestão pública. Mais especificamente, compõem este índice os seguintes indicadores, com seus respectivos pesos: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (15%), Taxa de frequência ao ensino fundamental (15%), Taxa de frequência ao ensino médio (25%), Índice de Qualidade Geral da Educação (25%), Gasto per capita em Educação (10%) e Esforço orçamentário em Educação (10%);
3. IMRS Segurança Pública: participa com peso de 12% no índice-síntese final. Neste subíndice estão considerados os temas criminalidade e capacidade de aplicação da Lei. Mais especificamente, compõem este índice os seguintes indicadores, com seus pesos: Crimes violentos contra a pessoa (40%), Crimes violentos contra o patrimônio (30%), Habitantes por policial civil ou militar (20%), Gasto per capita em segurança pública (5%) e Esforço orçamentário em segurança pública (5%);

4. IMRS Assistência Social: participa com peso de 12% no índice-síntese final. Neste subíndice estão considerados os seguintes indicadores relacionados ao tema Assistência Social, com seus respectivos pesos no IMRS-Assistência Social: Adequação do número de CRAS (Censo de Referência de Assistência Social) em relação ao previsto (7%), Índice Municipal de Desenvolvimento dos CRAS (13%), Cobertura do Programa Bolsa Família (15%), Índice de Institucionalização da Assistência Social (25%), Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (15%), Índice de atendimento à condicionalidade educação do Bolsa Família (5%), Índice de acompanhamento da Agenda Saúde do Bolsa Família (5%), Sistema de garantia de direitos (6%), Gasto per capita com atividades de assistência social e cidadania (6%), e Esforço orçamentário em assistência social e cidadania (3%);
5. IMRS Meio Ambiente e Habitação: participa com peso de 10% no índice-síntese final. Neste subíndice, estão considerados 9 indicadores relacionados com a proteção ambiental e com as condições habitacionais da população: Percentual da população com acesso ao abastecimento de água e com banheiro, Percentual da população atendida com esgoto tratado, Percentual da população atendida com lixo tratado, Proporção de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, Percentual de cobertura vegetal por flora nativa ou por reflorestamento, Percentual de áreas de proteção integral, Percentual de áreas de uso sustentável, Gasto per capita com meio ambiente, saneamento e habitação e Esforço orçamentário com meio ambiente, saneamento e habitação. Esses indicadores têm peso de 10% no IMRS-Meio ambiente e Habitação, à exceção do indicador de cobertura por flora nativa ou reflorestamento, que tem peso de 20%; seus pesos no IMRS são de 1% e 2%, respectivamente;

6. IMRS Cultura: participa com peso de 9% no índice-síntese final. Neste subíndice estão considerados indicadores relacionados aos temas acesso e utilização dos equipamentos culturais e ações de preservação e gestão do patrimônio histórico. São eles, com seus respectivos pesos no IMRS-Cultura: Existência de biblioteca (25%), Pluralidade de equipamentos culturais, exceto biblioteca (20%), Existência de banda de música (15%), Gestão e preservação do patrimônio cultural (25%), Esforço Orçamentário com Cultura (15%);
7. IMRS Esporte, Turismo e Lazer: participa com peso de 1% no índice-síntese final. Neste subíndice estão considerados indicadores relacionados aos temas esporte, turismo e lazer. São eles, com seus respectivos pesos no IMRS-Esporte, Turismo e Lazer: Existência de pelo menos um equipamento de esporte (20%), Participação em programas governamentais de esporte (20%), Conselho de Esporte ou Turismo em Atividade (20%), Gasto per capita com Esporte, Turismo e Lazer (20%), Esforço Orçamentário com Esporte, Turismo e Lazer (20%);
8. IMRS Renda e Emprego: participa com peso de 13% no índice-síntese final. É uma média ponderada dos índices referentes aos indicadores: Renda per capita estimada pelo consumo de energia elétrica (peso 30%); Rendimento médio do setor formal (peso 15%); Taxa de emprego no setor formal (peso 15%); Produto interno bruto per capita (peso 30%); Esforço de investimento (peso 5%); e Gasto per capita total municipal (peso 5%), e
9. IMRS Finanças Públicas: participa com peso de 13% no índice-síntese final. Neste subíndice estão considerados indicadores relacionados com os temas cumprimento da legislação, capacidade fiscal e medidas relacionadas à gestão participativa: Índice de desempenho fiscal-tributário (IDTE) (15%), Receita líquida per capita (15%), Taxa de endividamento (15%), Percentual de gastos com pessoal (20%),

Percentual de gastos com o legislativo (Emenda Constitucional nº 25/2000) (10%), Custeio da máquina/RCL (15%) e Esforço de Investimento (10%).

As Tabelas 6.69 e 6.70 e o Mapa 6.18 mostram o IMRS calculado para os municípios do TMAP. Na Tabela 6.75 estão listados os municípios do TMAP e seus respectivos IMRS nos anos de 2000 e 2006. Os dados registram evolução positiva do IMRS na região. Apenas cinco municípios (Comendador Gomes, Itapagipe, Lagoa Formosa, Nova Ponte e Planura) apresentaram índices menores em 2006. Em 2000, os municípios de Sacramento, Nova Ponte e Araxá apresentavam os maiores índices da região do TMAP. Em 2006, o município de Sacramento continua liderando o ranking do IMRS na região; Nova Ponte é substituído por Canápolis e Araxá por Uberlândia.

Tabela 6.69: Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS): municípios da Mesorregião do TMAP - 2000 e 2006

Município	2000	20006
Abadia dos Dourados	0,540	0,607
Água Comprida	0,542	0,636
Araguari	0,593	0,666
Araporã	0,622	0,649
Arapuá	0,562	0,641
Araxá	0,646	0,664
Cachoeira Dourada	0,635	0,682
Campina Verde	0,589	0,616
Campo Florido	0,517	0,616
Campos Altos	0,586	0,617
Canápolis	0,583	0,692
Capinópolis	0,618	0,620
Carmo do Paranaíba	0,570	0,631
Carneirinho	0,589	0,648
Cascalho Rico	0,548	0,573
Centralina	0,538	0,568
Comendador Gomes	0,566	0,555
Conceição das Alagoas	0,561	0,602
Conquista	0,579	0,623
Coromandel	0,600	0,632
Cruzeiro da Fortaleza	0,494	0,632
Delta	0,593	0,621
Douradoquara	0,542	0,579
Estrela do Sul	0,476	0,615
Fronteira	0,601	0,625
Frutal	0,579	0,609
Grupiara	0,557	0,628

Guimarânia	0,518	0,603
Gurinhatã	0,531	0,573
Ibiá	0,645	0,686
Indianópolis	0,615	0,635
Ipiaçu	0,608	0,625
Iraí de Minas	0,504	0,607
Itapagipe	0,560	0,549
Ituiutaba	0,644	0,667
Iturama	0,587	0,635
Lagoa Formosa	0,578	0,562
Limeira do Oeste	0,499	0,601
Matutina	0,579	0,595
Monte Alegre de Minas	0,595	0,646
Monte Carmelo	0,582	0,643
Nova Ponte	0,677	0,643
Patos de Minas	0,623	0,659
Patrocínio	0,634	0,639
Pedrinópolis	0,599	0,645
Perdizes	0,562	0,598
Pirajuba	0,535	0,659
Planura	0,602	0,531
Prata	0,567	0,607
Pratinha	0,569	0,614
Rio Paranaíba	0,549	0,632
Romaria	0,532	0,580
Sacramento	0,692	0,702
Santa Juliana	0,548	0,602
Santa Rosa da Serra	0,489	0,602
Santa Vitória	0,586	0,625
São Francisco de Sales	0,549	0,594
São Gotardo	0,581	0,600
Serra do Salitre	0,542	0,604
Tapira	0,580	0,631
Tiros	0,549	0,576
Tupaciguara	0,593	0,629
Uberaba	0,606	0,679
Uberlândia	0,646	0,690
União de Minas	0,525	0,580
Veríssimo	0,565	0,626

Fonte: Fundação João Pinheiro.

As mudanças metodológicas que ocorreram impedem a comparação do IMRS de 2008 com os anos anteriores. Assim, a Tabela 6.70 apresenta os índices de 2008 por municípios do TMAP e suas múltiplas dimensões. Observa-se que os municípios da região se encontravam em diferentes níveis de desenvolvimento, sendo possível dividi-los em cinco grupos distintos (ver Mapa 6.18). O primeiro deles, integrado por 19 municípios, possui IMRS igual ou superior a 0,634 (corresponde a área em azul do Mapa 6.18). Neste grupo, Araporã é o município que apresenta maior IMRS, 0,685, seguido por

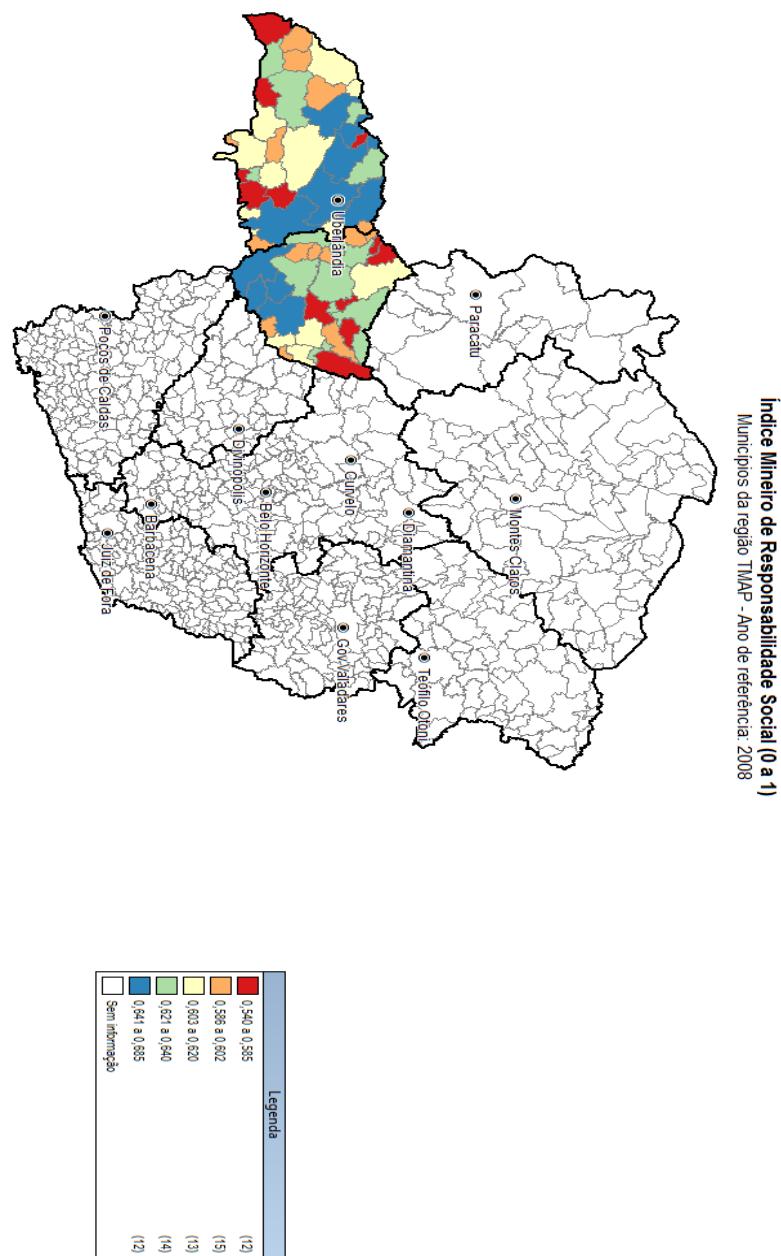
Sacramento, 0,680, e Uberlândia, 0,677. No segundo grupo estão os 17 municípios cujo IMRS situaram-se entre 0,608 e 0,633 (área em verde claro no Mapa 6.18). No terceiro grupo foram classificados 19 municípios cujo IMRS situou-se entre 0,586 e 0,607 (área amarela no Mapa 6.18). O quarto grupo é integrado por 10 municípios com IMRS variando no intervalo entre 0,562 e 0,585. Por fim, apenas dois municípios, São Francisco de Sales e Serra do Salitre, possuem IMRS inferior a 0,561 e integram o grupo de municípios com menor desenvolvimento no estado de Minas Gerais.

Tabela 6.70: Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), por dimensão:  
municípios da Mesorregião do TMAP - 2008

<u>Municípios</u>	IMRS					
	Total	IMRS Saúde	IMRS Educação	IMRS Segurança Pública	IMRS Assistência Social	IMRS Meio Ambiente e Habitação
Abadia dos Dourados	0,565	0,742	0,591	0,450	0,560	0,440
Água Comprida	0,606	0,715	0,555	0,748	0,526	0,295
Araguari	0,650	0,797	0,601	0,317	0,708	0,600
Araporã	0,685	0,754	0,613	0,464	0,772	0,411
Arapuá	0,634	0,775	0,664	0,755	0,683	0,456
Araxá	0,664	0,688	0,643	0,426	0,659	0,686
Cachoeira Dourada	0,676	0,777	0,568	0,755	0,708	0,378
Campina Verde	0,621	0,743	0,598	0,566	0,693	0,417
Campo Florido	0,603	0,656	0,566	0,506	0,743	0,443
Campos Altos	0,608	0,742	0,563	0,527	0,727	0,435
Canápolis	0,658	0,826	0,561	0,491	0,706	0,370
Capinópolis	0,626	0,808	0,572	0,528	0,728	0,312
Carmo do Paranaíba	0,589	0,804	0,589	0,289	0,688	0,382
Carneirinho	0,582	0,674	0,641	0,593	0,631	0,222
Cascalho Rico	0,600	0,709	0,629	0,667	0,514	0,435
Centralina	0,574	0,792	0,526	0,551	0,725	0,288
Comendador Gomes	0,594	0,758	0,565	0,542	0,781	0,315
Conceição das Alagoas	0,579	0,796	0,578	0,331	0,611	0,362
Conquista	0,602	0,770	0,596	0,635	0,549	0,314
Coromandel	0,619	0,729	0,631	0,386	0,607	0,398
Cruzeiro da Fortaleza	0,633	0,710	0,640	0,755	0,647	0,427
Delta	0,609	0,667	0,516	0,527	0,731	0,480
Douradoquara	0,569	0,548	0,565	0,664	0,729	0,392
Estrela do Sul	0,588	0,809	0,546	0,517	0,576	0,338
Fronteira	0,595	0,671	0,573	0,582	0,593	0,312
Frutal	0,604	0,673	0,587	0,424	0,670	0,389
Grupiara	0,592	0,725	0,618	0,580	0,556	0,427
Guimaránia	0,585	0,706	0,598	0,427	0,748	0,498
Gurinhatã	0,586	0,708	0,578	0,546	0,687	0,408
Ibiá	0,656	0,762	0,590	0,502	0,576	0,590
Indianópolis	0,616	0,696	0,609	0,527	0,685	0,483
Ipiraçu	0,614	0,764	0,604	0,694	0,775	0,295
Iraí de Minas	0,587	0,748	0,652	0,420	0,644	0,399
Itapagipe	0,615	0,773	0,565	0,609	0,708	0,310
Ituiutaba	0,653	0,716	0,587	0,444	0,704	0,647
Iturama	0,625	0,710	0,633	0,551	0,692	0,287
Lagoa Formosa	0,576	0,716	0,584	0,487	0,561	0,486
Limeira do Oeste	0,602	0,586	0,635	0,585	0,768	0,300
Matutina	0,640	0,737	0,652	0,670	0,764	0,571
Monte Alegre de Minas	0,649	0,842	0,559	0,402	0,808	0,448
Monte Carmelo	0,640	0,750	0,595	0,382	0,703	0,598
Nova Ponte	0,634	0,718	0,602	0,579	0,468	0,570
Patos de Minas	0,636	0,774	0,616	0,360	0,723	0,495
Patrocínio	0,632	0,775	0,591	0,296	0,700	0,601
Pedrinópolis	0,602	0,742	0,564	0,588	0,579	0,448
Perdizes	0,640	0,755	0,565	0,547	0,718	0,487
Pirajuba	0,626	0,686	0,507	0,493	0,739	0,361
Planura	0,576	0,649	0,518	0,617	0,577	0,283
Prata	0,616	0,737	0,586	0,460	0,668	0,423
Pratinha	0,586	0,730	0,652	0,650	0,565	0,470
Rio Paranaíba	0,620	0,739	0,576	0,387	0,700	0,420
Romaria	0,623	0,795	0,589	0,401	0,729	0,446
Sacramento	0,680	0,769	0,563	0,543	0,701	0,649
Santa Juliana	0,591	0,715	0,576	0,463	0,579	0,435
Santa Rosa da Serra	0,586	0,681	0,619	0,581	0,694	0,480
Santa Vitória	0,613	0,793	0,561	0,507	0,747	0,283
São Francisco de Sales	0,541	0,677	0,607	0,538	0,544	0,274
São Gotardo	0,603	0,740	0,603	0,506	0,594	0,483
Serra do Salitre	0,540	0,588	0,557	0,419	0,500	0,359
Tapira	0,657	0,682	0,636	0,775	0,710	0,510
Tiros	0,570	0,682	0,594	0,487	0,665	0,463
Tupaciguara	0,626	0,790	0,624	0,393	0,749	0,339
Uberaba	0,656	0,779	0,577	0,320	0,720	0,601
Uberlândia	0,677	0,801	0,623	0,286	0,706	0,662
União de Minas	0,586	0,680	0,545	0,478	0,742	0,292
Veríssimo	0,575	0,668	0,565	0,650	0,554	0,366

Fonte: Fundação João Pinheiro.

Mapa 6.18 - Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)

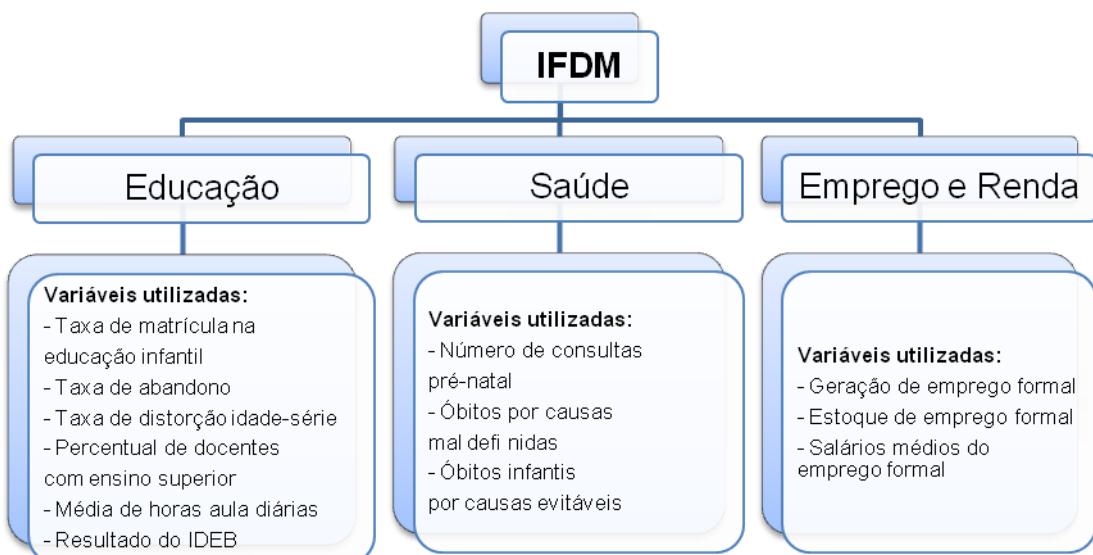


Fonte: Fundação João Pinheiro.

#### 6.4.4 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

O IFDM foi criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) para acompanhar a evolução socioeconômica dos municípios brasileiros, com periodicidade anual. Consiste na compilação de três outros índices, relacionados a Emprego/Renda, Educação e Saúde, com pesos iguais, 33,33% para cada um. Os dados utilizados são de fontes oficiais, divulgados pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. (IFDM-2010, FIRJAN, 2012).

A estrutura de composição do índice é demonstrada conforme organograma abaixo.



Fonte: IFDM-2010, FIRJAN, 2012.

Os resultados dos índices varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento da localidade.

Com base nessa metodologia, estipularam-se as seguintes classificações:

- a. municípios com IFDM entre 0 e 0,4 ► **baixo** estágio de desenvolvimento;
- b. municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 ► desenvolvimento **regular**;
- c. municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 ► desenvolvimento **moderado**;
- d. municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 ► **alto** estágio de desenvolvimento.

A análise dos índices de desenvolvimento dos municípios da região do TMAP é apresentada na tabela 6.71.

Tabela 6.71: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, ano 2000 e 2010.

Municípios do Brasil, Minas Gerais, TMAP e por faixa populacional do TMAP	IFDM 2000	IFDM 2010	2010		
			Educação	Saúde	Emprego e Renda
<b>Brasil</b>	<b>0,60</b>	<b>0,79</b>	<b>0,77</b>	<b>0,81</b>	<b>0,79</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>0,63</b>	<b>0,82</b>	<b>0,81</b>	<b>0,83</b>	<b>0,83</b>
<b>TMAP</b>	<b>0,60</b>	<b>0,72</b>	<b>0,81</b>	<b>0,86</b>	<b>0,49</b>
Abadia dos Dourados	0,51	0,67	0,74	0,94	0,33
Água Comprida	0,59	0,67	0,78	0,77	0,45
Araguari	0,63	0,77	0,83	0,90	0,58
Araporã	0,70	0,79	0,93	0,89	0,55
Arapuá	0,63	0,77	0,92	0,93	0,45
Araxá	0,69	0,83	0,92	0,85	0,72
Cachoeira Dourada	0,74	0,74	0,92	0,87	0,42
Campina Verde	0,60	0,72	0,81	0,89	0,46
Campo Florido	0,68	0,72	0,69	0,79	0,69
Campos Altos	0,59	0,75	0,87	0,80	0,57
Canápolis	0,72	0,82	0,85	0,90	0,71
Capinópolis	0,59	0,71	0,80	0,92	0,41
Carmo do Paranaíba	0,63	0,72	0,86	0,85	0,45
Carneirinho	0,60	0,69	0,81	0,80	0,45
Cascalho Rico	0,75	0,72	0,84	0,92	0,41
Centralina	0,58	0,72	0,80	0,86	0,49
Comendador Gomes	0,51	0,62	0,75	0,89	0,21
Conceição das Alagoas	0,57	0,74	0,78	0,89	0,56
Conquista	0,58	0,65	0,74	0,84	0,36
Coromandel	0,62	0,71	0,84	0,88	0,40
Cruzeiro da Fortaleza	0,56	0,72	0,85	0,81	0,49
Delta	0,58	0,68	0,71	0,78	0,56
Douradoquara	0,52	0,61	0,85	0,74	0,25
Estrela do Sul	0,62	0,70	0,84	0,88	0,40
Fronteira	0,59	0,71	0,74	0,86	0,53
Frutal	0,63	0,73	0,81	0,78	0,59
Grupiara	0,59	0,65	0,70	0,95	0,31
Guimarânia	0,54	0,62	0,77	0,81	0,29
Gurinhatã	0,52	0,67	0,78	0,83	0,41
Ibiá	0,64	0,69	0,83	0,83	0,41
Indianópolis	0,55	0,69	0,70	0,87	0,50
Ipiaçu	0,61	0,69	0,85	0,92	0,29
Iraí de Minas	0,57	0,72	0,83	0,87	0,48
Itapagipe	0,64	0,81	0,85	0,90	0,67
Ituiutaba	0,64	0,77	0,84	0,84	0,62
Iturama	0,58	0,75	0,85	0,75	0,65
Lagoa Formosa	0,54	0,72	0,83	0,84	0,49
Limeira do Oeste	0,52	0,76	0,78	0,79	0,73
Matutina	0,65	0,72	0,89	0,85	0,43
Monte Alegre de Minas	0,52	0,66	0,74	0,87	0,37
Monte Carmelo	0,55	0,78	0,87	0,88	0,58
Nova Ponte	0,66	0,70	0,77	0,89	0,44

Patos de Minas	0,61	0,82	0,85	0,87	0,73
Patrocínio	0,66	0,75	0,84	0,86	0,55
Pedrinópolis	0,67	0,69	0,82	0,92	0,33
Perdizes	0,64	0,77	0,89	0,90	0,52
Pirajuba	0,68	0,71	0,79	0,87	0,49
Planura	0,62	0,68	0,76	0,78	0,50
Prata	0,60	0,71	0,72	0,89	0,51
Pratinha	0,52	0,71	0,90	0,87	0,35
Rio Paranaíba	0,60	0,72	0,86	0,84	0,47
Romaria	0,49	0,69	0,83	0,93	0,32
Sacramento	0,64	0,72	0,80	0,87	0,50
Santa Juliana	0,55	0,78	0,72	0,86	0,75
Santa Rosa da Serra	0,54	0,70	0,91	0,80	0,41
Santa Vitória	0,58	0,79	0,82	0,92	0,63
São Francisco de Sales	0,51	0,64	0,73	0,83	0,35
São Gotardo	0,70	0,71	0,86	0,82	0,46
Serra do Salitre	0,53	0,64	0,84	0,76	0,31
Tapira	0,71	0,74	0,86	0,87	0,48
Tiros	0,63	0,70	0,85	0,88	0,36
Tupaciguara	0,46	0,73	0,79	0,96	0,44
Uberaba	0,67	0,85	0,81	0,85	0,87
Uberlândia	0,76	0,88	0,85	0,91	0,88
União de Minas	0,50	0,67	0,77	0,74	0,49
Veríssimo	0,54	0,60	0,76	0,81	0,24

Fonte: IFDM-2000 e 2010, FIRJAN 2008; 2012. Tabulação própria.

Conforme a tipologia de classificação estipulada para o IFDM, em 2000 a região do TMAP não apresentava nenhum município com baixo desenvolvimento, 36 eram classificados como de desenvolvimento regular e 30 classificados como de desenvolvimento moderado, a região não apresentava nenhum município classificado com alto desenvolvimento. Em 2010, a região do TMAP não apresentou nenhum município classificado como de baixo desenvolvimento, nem com desenvolvimento regular. Passou a apresentar 60 (sessenta) municípios na classe de desenvolvimento moderado, e 8 (oito) municípios passaram a ser classificados com alto desenvolvimento.

Entre 2000 e 2010 o conjunto de municípios da região do TMAP apresentou aumento do IFDM, assim como o Brasil e Minas Gerais, no entanto, o ritmo de aumento do índice foi maior no estado e no país. Enquanto a região apresentou aumento de 12 pontos no índice, o estado e o país, ambos, apresentaram aumento de 19 pontos.

Assim, conforme o IFDM, a região do TMAP parte de uma condição equiparável ao país em 2000 e pior que o conjunto do estado de Minas Gerais,

para uma condição pior que ambos em 2010. Tal fato, em parte, é explicado pela elevada quantidade de municípios pequenos na região do TMAP, com características rurais, inclusive no mercado de trabalho, onde persistem os trabalhos informais. Estes municípios pequenos, geralmente apresentam baixo índice de “Emprego e Renda”, pelos critérios deste índice, que leva em consideração apenas dados de empregos formais, impactando em baixo IFDM.

Mesmo a região do TMAP apresentando IFDM abaixo do estado e do país em 2010, houve municípios cujos índices superaram as demais esferas analisadas, tanto em 2000 quanto em 2010. Em 2000 o número de municípios que apresentaram índices maiores que o estado e o país foram 21 (vinte e um). Já em 2010 foram apenas 3 (três) municípios que apresentaram IFDM maior que Minas Gerais e o Brasil, são eles, Uberlândia, Uberaba e Araxá.

Em 2000 os dez maiores IFDM da região do TMAP era apresentado pelos municípios de Uberlândia, Cascalho Rico, Cachoeira Dourada, Canápolis, Tapira, Araporã, São Gotardo, Araxá, Campo Florido e Pirajuba. Em 2010 os dez maiores IFDM da região era apresentado pelos municípios de Uberlândia, Uberaba, Araxá, Canápolis, Patos de Minas, Itapagipe, Santa Vitória, Araporã, Monte Carmelo e Santa Juliana.

Entre os municípios analisados, apenas 4 (quatro) aparecem entre os dez maiores IFDM em 2000 e 2010, Uberlândia, Araxá, Canápolis e Araporã. Dentre estes se destaca Uberlândia com os maiores índices da região, tanto em 2000 quanto em 2010.

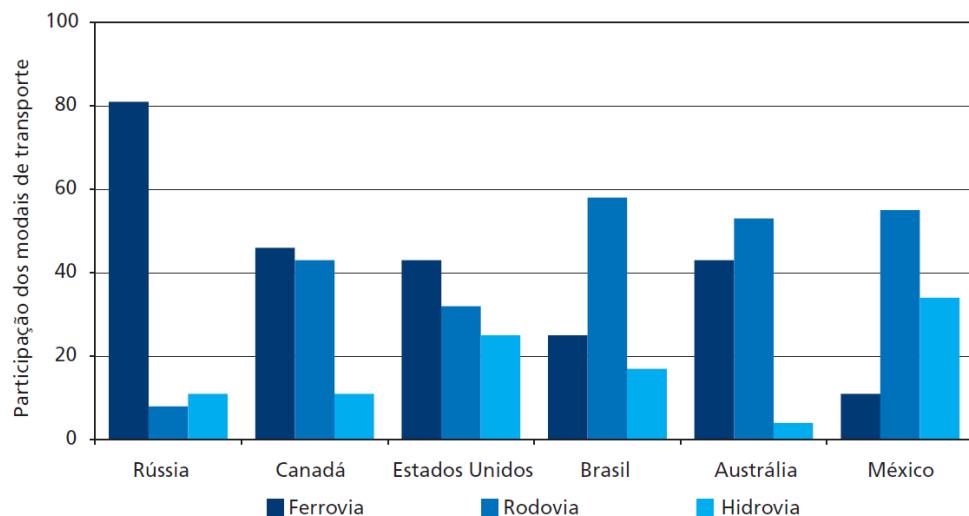
## **6.5 – Outros indicadores de articulação/integração regional**

### **6.5.1 – Infraestrutura e sistema viário**

O desenvolvimento de uma região encontra-se diretamente relacionado à implantação das infraestruturas de transportes e comunicações. No caso do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme já apontado anteriormente e analisado em Guimarães (2010), a integração dessa região no circuito nacional de trocas ocorreu a partir do final do século XIX, por meio da malha ferroviária que se alastrou dos portos do litoral para o interior do país. Essa malha se adensou predominantemente nas regiões sudeste e sul, com particular concentração nas áreas de expansão da cafeicultura paulista e na integração da antiga capital federal do Rio de Janeiro. Alguns municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tiveram o privilégio de receber os trilhos e as estações de duas importantes ferrovias e, com isso, experimentaram um ritmo mais intenso de expansão demográfica e das atividades produtivas na primeira metade do século XX. Por meio desta decisiva integração logística no plano nacional dos circuitos de trocas foi desenhada uma primeira hierarquia do sistema urbano regional, que privilegiou os três núcleos urbanos integrados na malha paulista: Uberaba, Araguari e Uberlândia.

O desinvestimento no modal ferroviário, a partir da década de 1950, e a obsolescência de grande parte do sistema levaram a uma perda de importância da infraestrutura de transporte sobre trilhos. Enquanto em alguns países desenvolvidos ou em desenvolvimento o transporte ferroviário continuou a ocupar posição de destaque no conjunto dos modais de transportes, no Brasil o mesmo passou a uma condição secundária, conforme pode ser visto no Gráfico 6.11, a seguir.

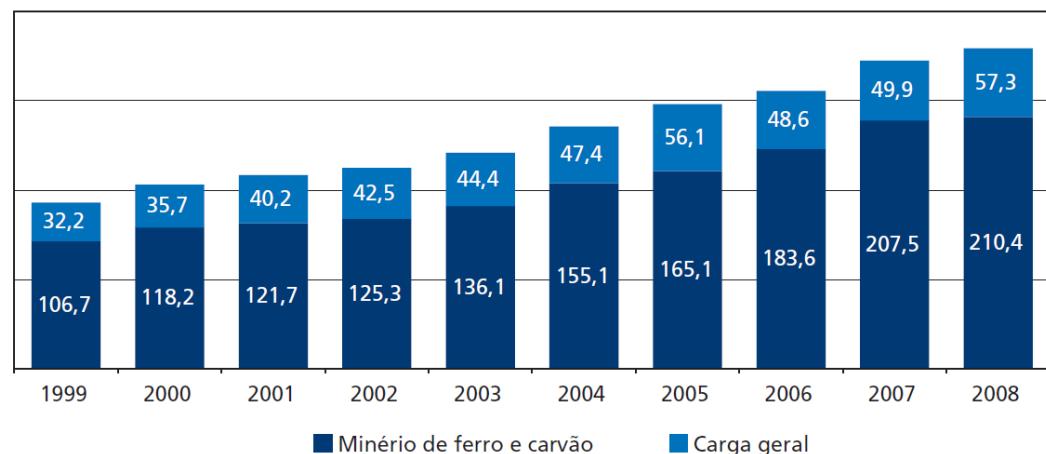
Gráfico 6.11 - Comparativo internacional das matrizes de transporte – 2005



Fonte: IPEA, 2010.

O desinvestimento no setor ferroviário afetou sua participação geral em volume de carga e extensão da malha e foi particularmente catastrófico como meio de transporte de passageiros. Ao analisar os dados do setor nota-se uma grande concentração de serviços prestados à indústria siderúrgica para transporte de carvão e minérios seja para processamento interno no país, seja para a exportação. Pelo Gráfico 6.12 pode-se notar que a participação das cargas gerais representa em torno de 20% da produção ferroviária nacional.

Gráfico 6.7– Evolução da produção ferroviária, por tipo de produto – 1999 a 2008.



Fonte: IPEA, 2010.

Portanto, os investimentos futuros no setor ferroviário podem ajudar a criar um novo potencial de integração logística inter-regional e, com isso, ajudar na diferenciação do desempenho das áreas e sistemas urbanos a serem priorizados. Uma análise dos planos e dos projetos de investimentos no setor, previstos e ocorridos na última década, aponta para uma possível retomada da importância do transporte ferroviário na economia nacional. Entretanto, a lenta concretização dos investimentos ainda não permite diagnosticar importantes transformações.

Observando o caso específico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nota-se uma pequena recuperação do setor de cargas ferroviárias, ocorrida a partir da privatização do sistema, em meados da década de 1990. Também se pode observar que, até o presente, não foram realizados investimentos na expansão da malha ferroviária que lhe permitisse novas perspectivas de integração regional e nacional. Quando observamos os investimentos em curso e os diversos projetos para o setor deparamos com duas ordens de preocupação. A primeira é a lentidão da expansão dos investimentos e a segunda refere-se às incertezas às prioridades e aos traçados. No quadro a seguir pode-se notar que a malha ferroviária existente na região não ganhou novos incrementos, constando apenas uma possível nova linha de ligação entre Araguari(MG)-Rio Verde(GO) se estendendo até Porto velho (RO).

Mapa 6.19 – Projetos da malha ferroviária da Agenda Estratégica da ANTF – 2010-20



Fonte: IPEA, 2010.

Quando são analisados os projetos de investimentos previstos no Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT) 2010-2025, percebe-se um conjunto mais expressivo de metas, constando dois importantes eixos interligando o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: o eixo da ferrovia Norte-Sul e o eixo da Ferronorte. Entretanto, a confrontação do quadro de investimentos do PNLT com o mapa dos traçados previstos revela uma contradição. Enquanto no mapa aparece o desenho da integração do Triângulo Mineiro, a partir de Araguari, no traçado da Ferrovia Norte-Sul via Anápolis, pode-se notar uma descrição diferente no quadro de investimentos.

Mapa 6.20 - Principais Investimentos em linhas férreas previstos no PNLT 2010 -2025



Fonte: IPEA, 2010.

O quadro de investimentos, iniciado em 2008 e previsto para além de 2025, revela que a EF-151 Ferrovia Norte-Sul vai direto de Anápolis para Aparecida do Taboado (MS), via Rio Verde, em Goiás, sem previsão de passar pelo Triângulo Mineiro. Assim, além dos investimentos e retificações previstos e em execução no traçado ferroviário que liga Ibiá ao porto de Vitória (ES), consta apenas uma construção/remodelação de uma ligação ferroviária entre Uberlândia e Jataí(GO), com previsão de investimentos a partir de 2015.

Portanto, o que se pode constatar é que a integração ferroviária regional permanece muito semelhante à que foi construída até a primeira metade do século XX, com todas as deficiências decorrentes dos parcisos investimentos, sem grandes perspectivas de transformação no curto e médio prazos. O

quadro a seguir apresenta os principais investimentos programados, cujos rebatimentos na região sob análise são pouco representativos.

Quadro 6.2 – Investimentos PNLT 2008 - pós 2015

Modo de Transporte	Descrição	Tipo de Intervenção	PAC e outros	Vetor Leste e Centro Sudeste 2008/11	2012/15	Pós 2015	Total Geral do Investimento (R\$ 1.000)
Ferroviário	EF-040: Ferrovia Goiania/GO - Anapólis/GO - Brasília/DF - Formosa/GO - Unaí/MG - Pirapora/MG (Construção) Pirapora/MG - Sabará/MG - Três Rios/RJ - Barra do Piraí/RJ - Alzejuru (Japerí)/RJ - Rio de Janeiro/RJ (Recuperação) 1.476Km - R\$ 6.865.950.264,00 sendo 85% no Vetor Leste - 15% no Vetor Centro Sudeste - 50% no PNLT 2008/2011 50% no PNLT 2012/2015	Construção		2.918.029	2.918.029		5.836.058
Ferroviário	EF-151: Ferrovia Norte-Sul: Anapólis/GO - Urucuá/GO, 280 Km *PAC (R\$ 1.600.000.000,00)*	Construção	PAC	1.440.000			1.440.000
Ferroviário	Idem	Idem	Idem	160.000			160.000
Ferroviário	EF-151: Ferrovia Norte-Sul - Complementação do PAC - Belém/PA - Açaílândia/MA - Porto Franco/MA - (Estreito/MA) - Araguaína/TO - Colinas do Tocantins/TO - Guaraí/TO - Porto Nacional/TO - Alvorada/TO - Porangatú/TO - Urucuá/TO - Ouro Verde de Goiás/GO - Anápolis/GO - Rio Verde/GO - Aparecida do Taboado/MS - Santa Fé do Sul/SP - Panorama/SP, com 2.462 km, R\$ 6.240.000.000,00, sendo 60% no Vetor Centro Norte 10% no Vetor Leste e 30% no Vetor Centro Sudeste - 40% PNLT 2008-2011, 40% PNLT 2012-2015 e 20% PNLT Pós 2015.	Construção	MP	249.600	249.600	124.800	624.000
Ferroviário	Idem	Idem	Idem	748.800	748.800	374.400	1.872.000
Ferroviário	Ibiá/MG - Sete Lagoas/MG - Serra do Tigre: Retificação de Traçado - 250 Km - R\$ 1.361.600.000,00, sendo 10% no Vetor Centro Sudeste e 90% no Vetor Leste - 100% no PNLT 2008/2011 - Complementação do PAC	Construção/Retificação	MP	1.225.440			1.225.440
Ferroviário	Idem	Idem	Idem	136.160			136.160
Ferroviário	Itamaraty/MG - Tapirai/MG - Retificação de Traçado da Serra do Tigre - Ligação Patrocínio/MG - Belo Horizonte/MG, 40 Km, sendo 70% no Vetor Leste e 30% no Vetor Centro Sudeste *PAC (R\$ 126.000.000,00)*	Retificação	PAC	88.200			88.200
Ferroviário	Idem	Idem	Idem	37.800			37.800
Ferroviário	Alto Araguaia/MT - Catalão/GO (Goiandira/GO) - Ligação Ferroviária de 630 Km	Construção			1.032.000		1.032.000
Ferroviário	Alto Araguaia/MT - Rondonópolis/MT - Ferrovia Ferronorte: 206 Km *PAC (R\$ 750.000.000,00)*	Construção	PAC	750.000			1.032.000
Ferroviário	Uberlândia/MG - Jataí/GO - Alto Araguaia/MS (Ferronorte) - Ligação Ferroviária	Construção/Remodelação	FC367			966.429	966.429

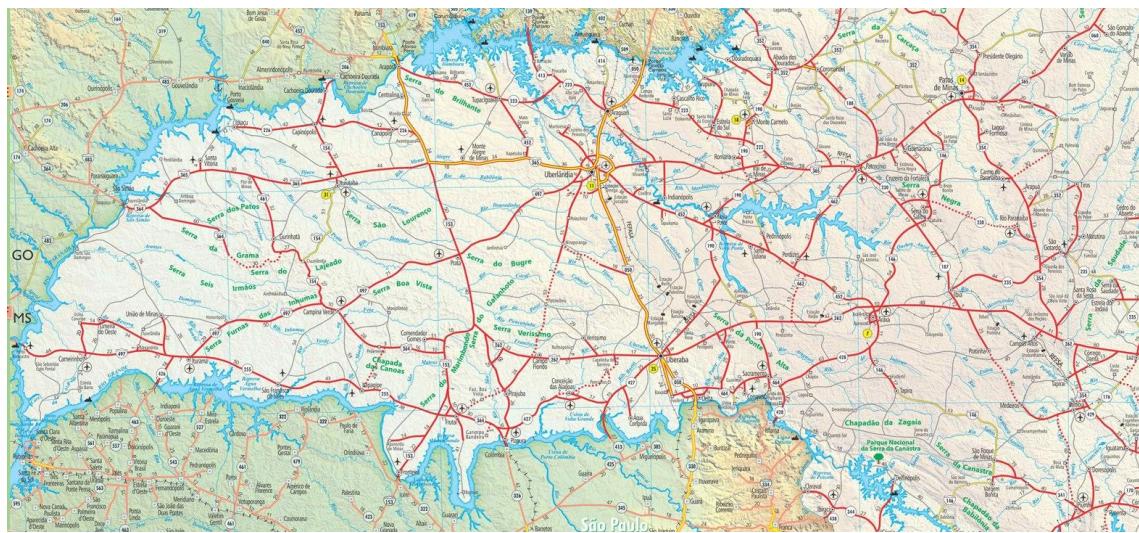
Fonte: PNLT, 2009, p54-64.

Por outro lado, temos o setor de transporte rodoviário, que representa aproximadamente 60% do volume de carga transportada, e cujos traçados, a partir da década de 1950, são fundamentais para entender a estruturação hierárquica da rede urbana brasileira. Nesse sentido, é preciso destacar a extensa malha rodoviária nacional construída a partir do Plano de Metas do governo JK, mas, sobretudo faz-se necessário entender que a mesma é constituída de importantes eixos, em torno dos quais se avolumam os principais fluxos de trocas.

No Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, cortado por algumas importantes rodovias federais e estaduais, merece atenção especial a integração da sua rede urbana com o centro da economia nacional (São Paulo) e a grande área de expansão do Centro-Oeste e Norte do país. Nesse sentido, pode-se delinear uma hierarquia regional de vias de ligação direta com São Paulo, como as BR 050 e BR 153, e vias de integração como as BR 365 e BR 262. A elas se somam um conjunto de artérias complementares que ajudam a explicar a diferenciação de funções e as articulações da rede urbana regional.

Conforme pode ser visto no mapa a seguir, as cidades polos da região encontram-se localizadas nos traçados destas principais vias.

Mapa 6.21 – Recorte do Plano Rodoviário Regional 2013



Fonte: [www.der.gov.br](http://www.der.gov.br). Acessado em outubro de 2013.

O principal ponto a destacar é a integração regional da rede urbana pelo sistema rodoviário, criando importantes pontos de concentração nas duas principais economias: Uberaba e Uberlândia. Isso fortalece a divisão regional do trabalho, favorecendo a centralidade regional desses dois centros. Também se pode chamar a atenção para o caso de municípios como Ituiutaba, que, embora ligado à malha da BR 365, não possui uma via de acesso direto a São Paulo, prejudicando sua logística de integração e, consequentemente, seu papel na hierarquia regional.

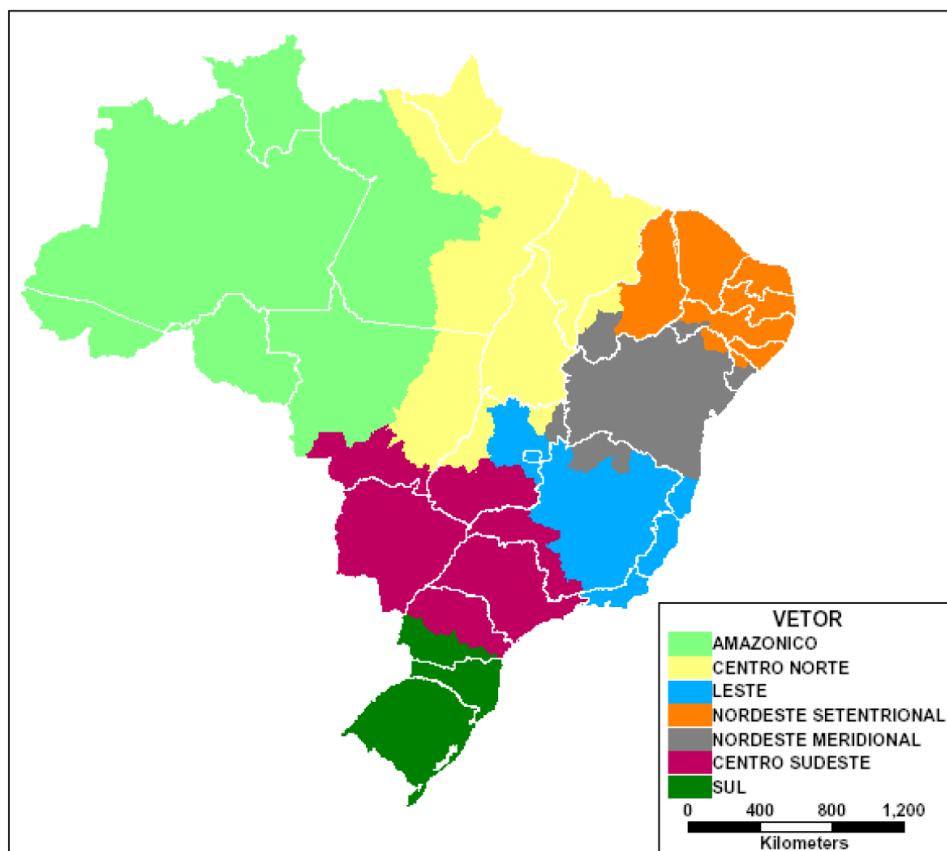
Da mesma forma, pode-se chamar a atenção para o impacto que as barragens das hidrelétricas regionais provocaram no traçado das rodovias. Em vários casos, seja na bacia do rio Grande, seja na bacia do rio Paranaíba, as construções das usinas interromperam ou criaram dificuldades para o livre fluxo de trocas dos municípios da região com as cidades de São Paulo e Centro-Oeste. Novamente Ituiutaba é um desses casos, pois a ausência de transposição à barragem nas imediações de Ipiaçu dificulta sua logística de integração direta com a ampla área de expansão que se abre a partir de Quirinópolis (GO). Na mesma direção encontram-se outros municípios do norte da região como Cascalho Rico, Grupiara e Douradoquara, em que a presença das barragens dificulta o trânsito com o sudeste de Goiás, que poderia prosperar caso houvesse uma via de ligação direta com a região de Catalão (GO).

Observando a matriz de transporte atual e projetada no PNLT (2009) pode-se desdobrar a análise em dois focos principais. O primeiro refere-se a critica que deve ser dirigida à divisão do país em vetores de desenvolvimento, fragmentando novamente o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em dois distintos vetores: o Vetor Leste e o Vetor Sudeste. O segundo é a projeção dos carregamentos de cargas estimados e projetados no PNLT que mostram tanto a intensidade de fluxos regionais e o potencial de crescimento quanto sua principal vertente entre São Paulo e Centro-Oeste, conforme primeiro ponto.

Quanto ao primeiro aspecto, retratado no mapa a seguir, cabe reforçar que existe uma centralidade muito bem definida na economia regional, desempenhada pelo eixo Uberlândia-Uberaba e uma correspondente

articulação interna com os demais municípios que formam a rede urbana regional. Ou seja, ao invés de reproduzir os mesmos equívocos do velho projeto de integração da América do Sul (Continental), do projeto dos corredores de exportação e dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, o PNLT deveria também considerar as especificidades dos espaços regionais e seus centros de polarização e integração. Neste caso, considerar tanto a unidade regional quanto seus fortes vínculos com São Paulo e Centro-Oeste, o que implica no redimensionamento ou reconfiguração do eixo leste. Portanto, não trata de questionar a importância da integração sul americana ou mesmo da necessidade de melhorar as vias de escoamento para os portos. Na verdade, o propósito é chamar a atenção para a necessidade de pensar essas políticas macro sem desconsiderar as potencialidades e especificidades das redes urbanas regionais.

Mapa 6.22 - Vetores Logísticos da Organização Espacial Brasileira



Fonte: PNLT, 2009, p54-64.

O segundo foco é destacar os resultados das estimativas e projeções de carregamentos de carga do PNLT, conforme mapas a seguir, que revelam o grande adensamento dos fluxos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e, em particular, demarcam muito claramente a sua centralidade no eixo Uberlândia-Uberaba e a articulação São Paulo-Centro-Oeste.

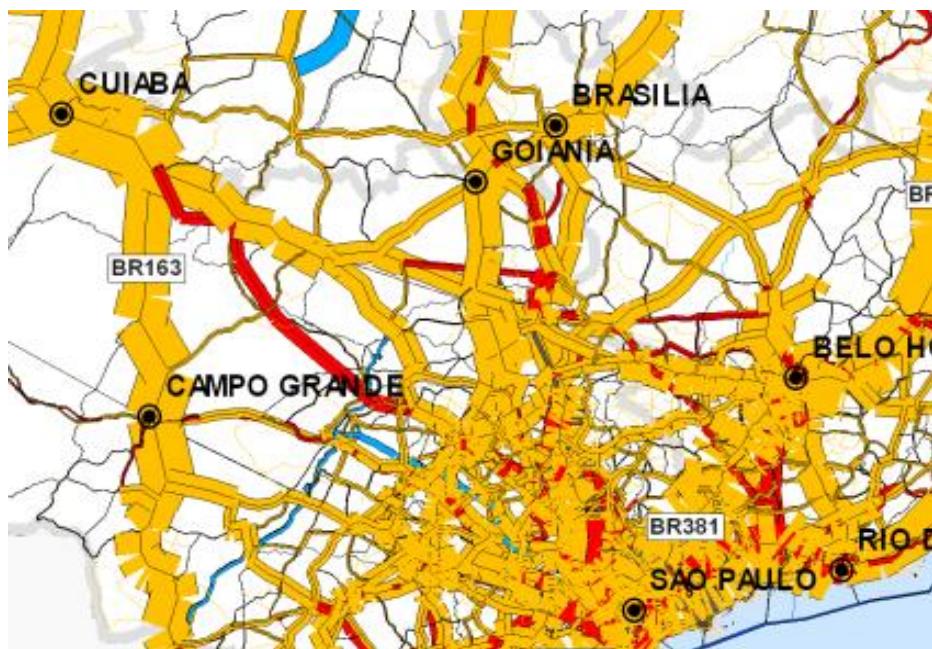
Mapa 6.23 - Carregamentos em 2011 com Investimentos  
(com carga geral e sem minérios)



Fonte: Fonte: PNLT, 2009, p54-64.

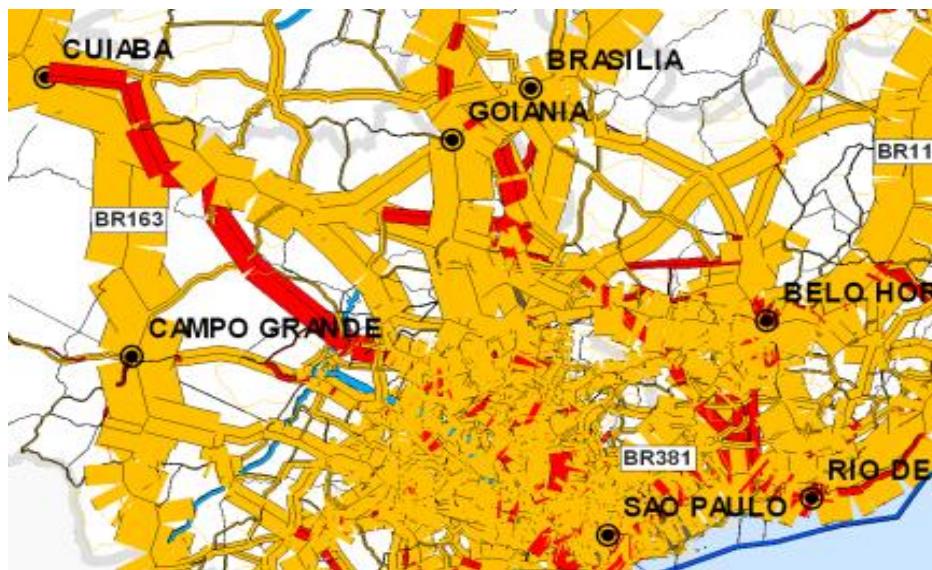
As projeções apresentadas para 2015 e 2023 reforçam a necessidade do planejamento integrado da região, haja vista a intensa ampliação dos fluxos. Neles podemos perceber um fortalecimento dos laços de integração com São Paulo e Centro-Oeste.

Mapa 6.24 - Carregamentos em 2015 com Investimentos  
(com carga geral e sem minérios)



Fonte: PNLT, 2009, p54-64.

Mapa 6.25 - Carregamentos em 2015 com Investimentos  
(com carga geral e sem minérios)



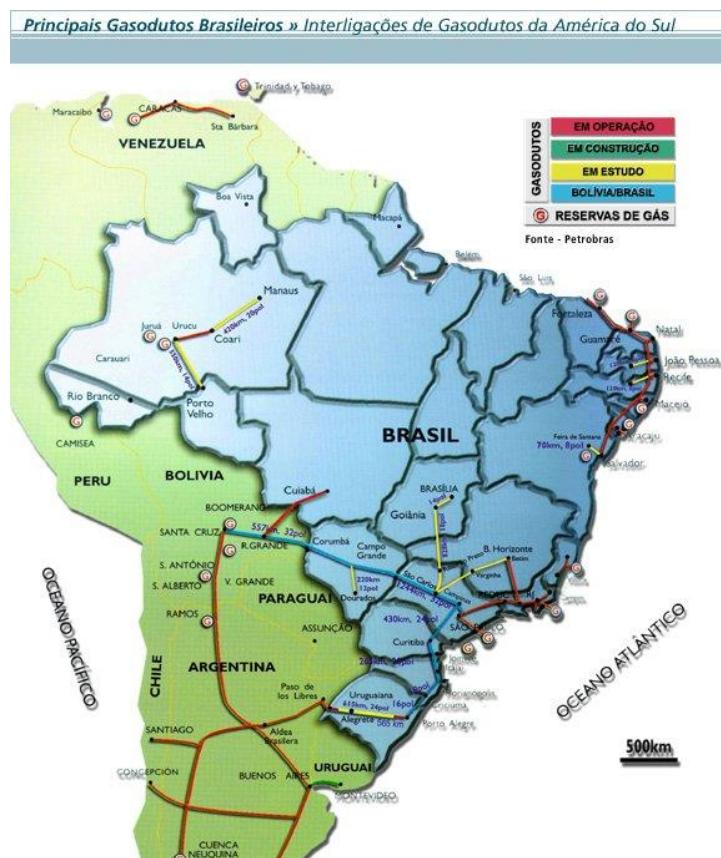
Fonte: PNLT, 2009, p54-64.

Portanto, um olhar prospectivo para o futuro da integração regional e seu papel na dinâmica nacional e internacional revela a necessidade de ações

sistêmicas de planejamento dos desafios e das potencialidades da rede urbana, de pouco mais de um milhão de habitantes, formada no entorno da aglomeração de Uberlândia, Uberaba e Araguari.

Para complementar a análise da infraestrutura regional é importante destacar também os demais sistemas de integração. O caso do Gasoduto é um exemplo emblemático de projeto de infraestrutura, que poderá causar um grande impacto na atração de investimentos para a região, mas cuja definição tem sido postergada. A integração do núcleo regional no sistema de gasoduto sul-americano vai permitir um adensamento na base industrial regional e consequente diversificação de atividades desempenhadas no polo, com efeitos de fluência na rede urbana regional.

Mapa 6.26 – Infraestrutura brasileira de gasodutos



Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Uma análise do sistema dutoviário brasileiro demonstra seu enorme potencial, particularmente com a entrada em operação da exploração do pré-sal. No quadro de investimentos do PNLT (2009) aparecem recursos destinados ao poliduto da REGAP, a partir de 2015, para fazer a ligação de Paulínia (SP) a Uberaba. Seria importante que tal investimento também pudesse prever a complementação até Uberlândia/Araguari, o que ampliaria o potencial de localização de empresas na região.

Quadro 6.3 – Investimentos PNLT 2008 - pós 2015

Modo de Transporte	Descrição	Tipo de Intervenção	PAC e outros	Vetor Leste e Centro Sudeste			Total Geral do Investimento (R\$ 1.000)
				2008/11	2012/15	Pós 2015	
Poliduto	MG - Uberaba/MG, 390 Km - Poliduto REGAP - R\$ 200.000.000,00, sendo 60% no Vetor Leste e 40% no Vetor Centro Sudeste - 100% PNLT 2012/2015	Construção			120.000		120.000
Poliduto	Idem	Construção			80.000		80.000

Fonte: PNLT, 2009, p54-64.

O mapa a seguir mostra o desenho do oleoduto que corta o Triângulo Mineiro e do mineroduto que interliga Tapira a Uberaba, este último responsável pelo transporte de matéria prima mineral para ser processada no complexo industrial de Uberaba.

Mapa 6.27 – Infraestrutura brasileira de dutos



Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Não restam dúvidas acerca do imenso potencial de investimento na infraestrutura dutoviária brasileira e regional, cujo impacto positivo complementar às ferrovias e rodovias ampliará imensamente o potencial logístico regional.

Por fim, temos o caso de uma das infraestruturas mais imprescindível aos desafios da economia moderna. Trata-se das infovias, por onde serão conectados em alta velocidade os mais diversos segmentos da sociedade e articulações da economia. E, conforme podemos ver no mapa a seguir, o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba conta com um importante investimento realizado no Brasil e ainda pouco utilizado. Trata-se dos 16 mil quilômetros de fibra óptica que a empresa Eletronet construiu, mas não colocou em operação devido à sua falência.

Mapa 6.28 – Infraestrutura de fibra óptica da empresa eletronet

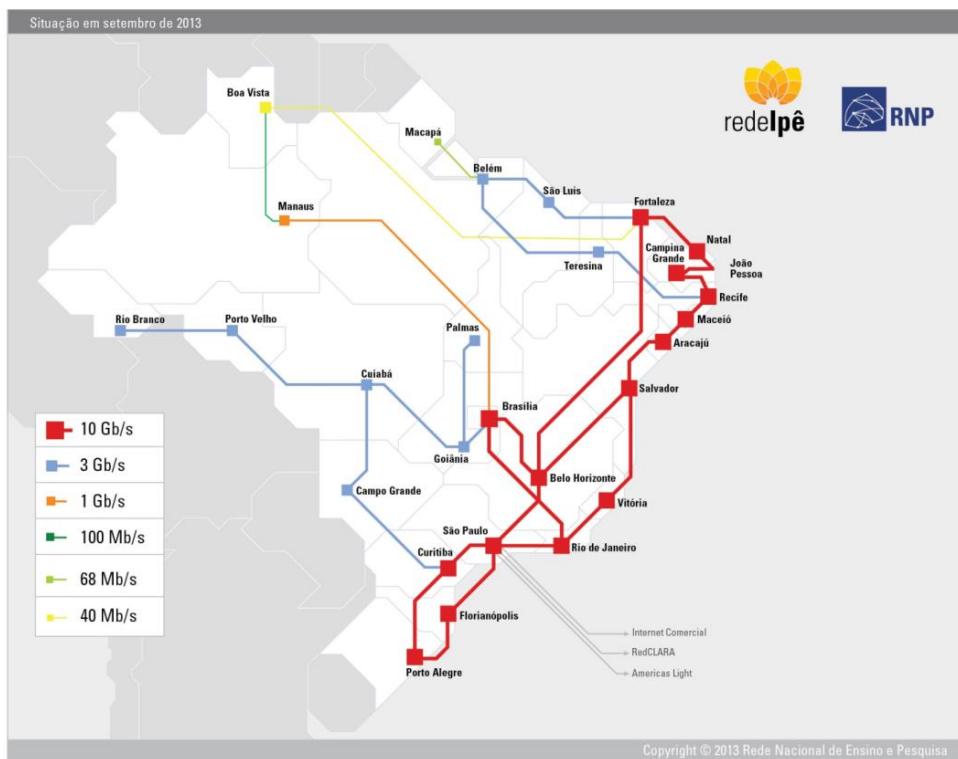


Fonte: Eletronet

Considerando o plano do Governo Federal de unir esses 16 mil quilômetros de banda larga a outros 5 mil quilômetros, atualmente em uso por estatais como a Petrobras, o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba apresentam grande potencial de integração intra e extrarregional. Ou seja, dada a disponibilidade inicial de infraestrutura de fibra óptica, torna-se possível e desejável construir um grande plano nacional de conexão dos centros regionais e destes com suas áreas de influência.

O mapa a seguir apresenta o desenho atual da Rede Ipê, da RNP.

Mapa 6.29 – Infraestrutura de conexão da rede IPE-RNP



Fonte: RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

Uma importante destinação dessa infraestrutura de fibra óptica está sendo montada dentro do sistema da Rede Ipê, da RNP (Rede Nacional de Pesquisas – Ministério da Ciência e Tecnologia), cujo projeto é criar uma conexão de alta velocidade integrando os grandes centros de pesquisa nacional. No caso do Triângulo Mineiro já estão sendo discutidas, com a formação dos comitês gestores, as interligações das suas duas principais instituições de pesquisa (UFU e UFTM) na rede COMEP (Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa). Essa iniciativa vai criar as redes metropolitanas de Uberlândia e Uberaba e interligá-las ao sistema nacional de conexões de alta velocidade.

Portanto, considerando o potencial de integração regional e da região com o resto do país e exterior, fica claro a necessidade de fortalecer as estratégias de planejamento para melhorar a integração pré-existente e, com isso, aproveitar as potencialidades regionais e enfrentar os desafios comuns.

### **6.5.2 – Influência das redes de TV e polarização regional**

Um importante papel desempenhado por uma cidade polo, seja ela uma metrópole internacional, nacional ou regional, pode ser aferido pela atuação e área de influência (repercussão e difusão) do setor de mídia. No caso do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, além dos diversos serviços nesta área e da forte presença das emissoras de rádio e jornais impressos, é importante destacar o papel das redes de televisão aberta. Em que pese a crescente participação e difusão das TVs pagas e da comunicação via web, não se pode deixar de ressaltar a contribuição do setor de TVs abertas no fortalecimento dos nexos regionais. A participação regional das retransmissoras de TV interligadas com o sinal das principais redes nacionais de televisão (Globo, Record, Bandeirantes e SBT), cobrindo parte do interior de Minas Gerais, algumas cidades de São Paulo e de Goiás, reflete a centralidade econômica dos principais polos regionais, em particular de Uberlândia. Todos esses municípios do entorno regional, com atividades de serviços, comércio e indústria, diretamente influenciados pela integração com a economia de Uberlândia, Uberaba Ituiutaba e Araxá, contam com antenas repetidoras e, em alguns casos, os escritórios sucursais de pelo menos uma destas retransmissoras das quatro afiliadas das grandes redes de televisão do país. Este fator, por si só, favorece a análise da área de atuação das retransmissoras regionais e seus respectivos arranjos de segmentação mercadológica, criados por estratégias de cada uma delas, como importante elemento para a solidificação e expansão da interdependência no interior do aglomerado urbano regional. Esse aglomerado, embora formado por municípios geograficamente distantes, concentra uma população urbana de quase 2 milhões de habitantes e 15% do PIB do Estado, sendo que aproximadamente 50% dessa população urbana e desse PIB estão concentrados nos municípios de Uberlândia e Uberaba.

Nos últimos 50 anos a televisão assumiu, na sociedade contemporânea, em distintas e abrangentes nações, um papel fundamental nas relações interpessoais, constituindo-se no mais importante meio de comunicação, não

só como uma opção de entretenimento e um instrumento para a divulgação da cultura, mas de difusão de ideias e produtos. Por meio das redes nacionais de TVs foi fortalecido o processo de integração do mercado nacional e desenvolveu-se um poderoso mercado de consumo de massa. No Brasil, país pioneiro na implantação deste veículo de comunicação, pode-se dizer que as TVs assumiram uma inegável posição de produto indispensável ao cotidiano, urbano e rural. Atualmente, esses aparelhos estão instalados em diversos ambientes residenciais e comerciais e interferem na vida da maioria das pessoas.

Os índices de audiência alcançados pelas emissoras de rede nacional são indicadores que revelam a importância da televisão no país. Determinados programas televisivos, apresentados nas principais redes, são assistidos por dezenas de milhões de pessoas. Por conta da potencialidade de ampla penetração no mercado consumidor, os programas de TV são os mais procurados para anúncios de produtos diversos. O meio televisivo é o que recebe a maior parcela da verba publicitária, disponibilizada pelos departamentos de marketing das empresas. A verba publicitária destinada aos anúncios nas emissoras de TV supera, em valor, o total voltado para as emissoras de rádio, as revistas, os jornais e a internet.

No Brasil, o sucesso empresarial na captação de verba publicitária, demonstrado pelas redes nacionais, emissoras comerciais de TV que funcionam com sedes administrativas nas duas principais capitais do Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) é revertido para as afiliadas, retransmissoras de sinal em âmbito local ou regional. Procedimentos semelhantes aos tomados pela emissora nacional são adotados pelas afiliadas, as retransmissoras, na obtenção de anunciantes, bem como na produção de programas e de noticiosos. As peças de propaganda, desenvolvidas de forma semelhante nos dois casos, tanto para a veiculação em redes nacionais, como para a transmissão em redes secundárias (regionais), indicam caminhos para o consumo das pessoas e ajudam na propagação de notícias e ideias.

A forma atual, de redes retransmissoras espalhadas por todo o país, apenas foi implantada no Brasil depois do fim da década de 60, com os

programas produzidos nos grandes centros: Rio de Janeiro e São Paulo, sendo levados para o restante do território brasileiro. Houve, para uma melhor assimilação do conteúdo da programação que seria transmitida em rede nacional, a necessidade de adequação de linguagem. A estratégia de universalização da produção televisiva, bem como da descaracterização do conteúdo dos programas regionalizados, adotada no Brasil, inicialmente pela Rede Globo de Televisão e seguida depois pelas demais redes nacionais, é uma consequência da unificação do mercado nacional e da desconcentração econômica e industrial, processo marcante a partir da década de 1970.

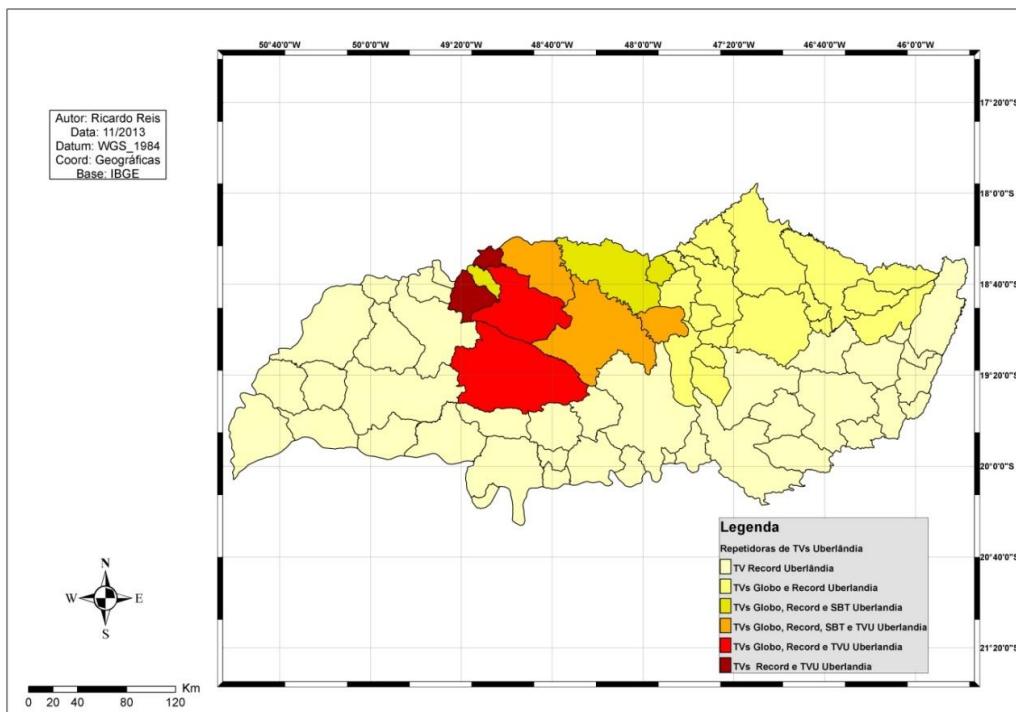
Da mesma forma que uma emissora é reconhecida pela população brasileira nacionalmente, as retransmissoras têm interferência no espaço das áreas de abrangência regional. Os pequenos anunciantes, que atuam em uma ou em poucas cidades, de uma determinada região têm nas afiliadas de TV oportunidade de mostrar seus produtos para uma quantidade significativa de público alvo. As emissoras, portanto, não rivalizam com as retransmissoras. Para garantir a unidade da rede, tanto os organogramas de gerenciamento, como mão de obra especializada é enviada do centro para as afiliadas. Nos cargos de gerência, não é fato raro estes serem ocupados por executivos indicados pela rede nacional.

Outro aspecto importante da análise é a semelhança entre a influência das cidades onde ficam as sedes das emissoras de TV sobre o restante do país e a influência das cidades onde ficam as sedes das retransmissoras sobre as demais cidades da área de abrangência regional. Tanto quanto os acontecimentos de São Paulo e do Rio de Janeiro reverberam pelo Brasil inteiro, através dos sinais das grandes redes, no âmbito regional o mesmo processo acontece entre as cidades sedes das afiliadas e o restante dos municípios do raio de abrangência das retransmissoras. No caso do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba pode-se perceber que a cidade com maior influência é Uberlândia, seguida por Uberaba, Ituiutaba e Araxá. Tendo as sedes administrativas e de produção das retransmissoras de TV do país, estas cidades comandam a divulgação de notícias, cultura e de produtos e marcas,

além do destino da verba publicitária, que se reverte em empregos e faturamento para as empresas de comunicação regionais.

Nos mapas a seguir são apresentadas as áreas de cobertura das retransmissoras de TVs regionais nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, embora suas áreas de cobertura não se limitem a este espaço regional. O objetivo é mostrar que existe uma inter-relação, em termos de desempenho econômico e demográfico, da área de abrangência das principais retransmissoras de TV com sede administrativa e decisão para seus negócios nos municípios sedes e, em particular de Uberlândia.

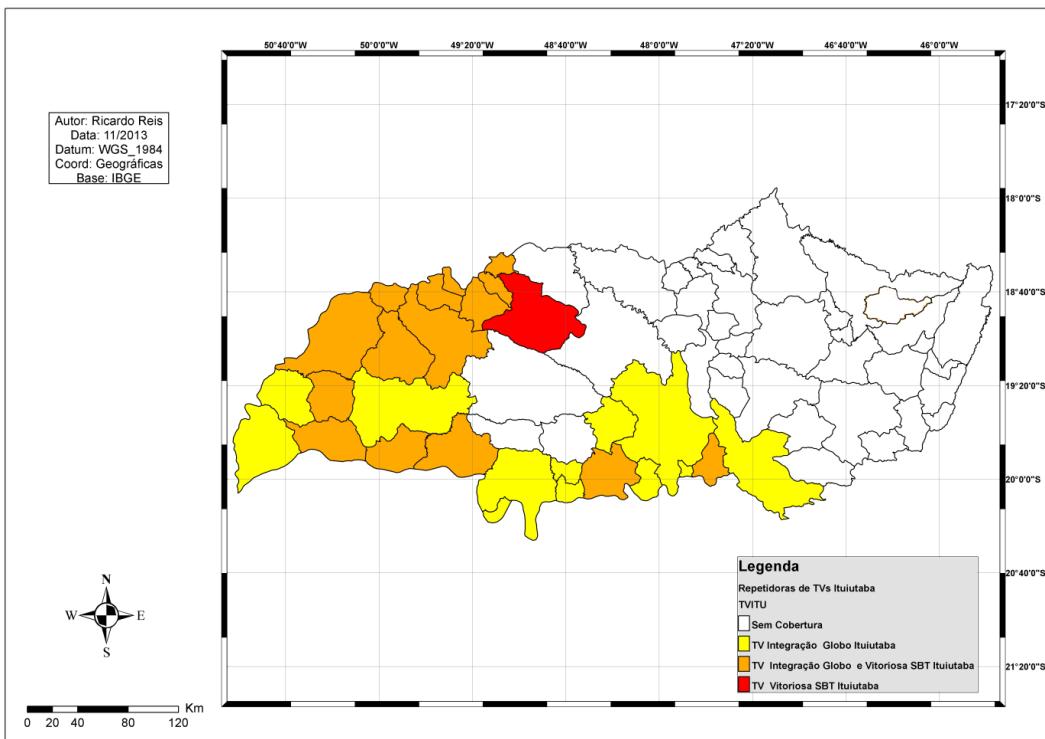
Mapa 6.30 - Área de cobertura das retransmissoras com sede em Uberlândia



Fonte: TV Integração, Record, SBT e TV Universitária. Tabulação dos autores.

O que pode ser notado é uma cobertura completa de todos os municípios, com maior concentração de cobertura no norte da região e entorno de Uberlândia.

Mapa 6.31 - Área de cobertura das retransmissoras com sede em Ituiutaba

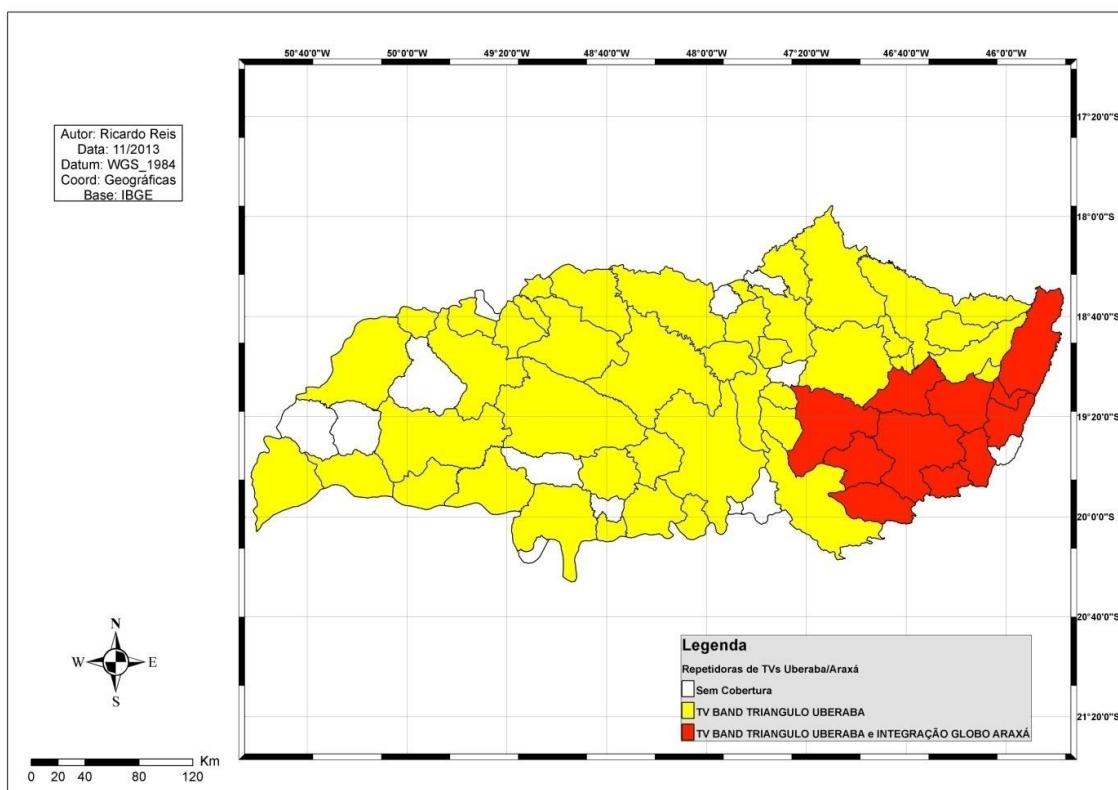


Fonte: TV Integração e SBT. Tabulação dos autores.

No caso das retransmissoras situadas em Ituiutaba, por uma gestão operacional das empresas, a área de cobertura não se encontra delineada pela projeção da economia desse município. Assim, esta se estende pelo sul do Triângulo Mineiro, área de influência de Uberaba e dos polos do interior paulista.

No caso das retransmissoras com sede em Uberaba e Araxá, nota-se uma ampla cobertura regional, com poucos municípios sem o sinal aberto. A retransmissora de Uberaba atua em quase toda região e avança para fora desta, inclusive em áreas municipais onde a influência do polo de Uberlândia é mais direta. No caso de Araxá, por uma divisão regional da empresa, cuja sede se situa em Uberlândia, sua área de cobertura ficou adstrita aos municípios do entorno daquele subpolo regional.

Mapa 6.32- Área de cobertura das retransmissoras com sede em Uberaba e Araxá



Fonte: TV Band Triângulo e Integração. Tabulação dos autores.

Portanto, além da presença de retransmissoras cuja sede empresarial se encontra na própria região, nota-se uma área de cobertura ampla que ajuda a fortalecer as interconexões e solidariedade regional. E embora o desenho das redes de TVs possam atender outros interesses, suas coberturas regionais e o papel que desempenham são fatores importantes na construção da coesão do aglomerado urbano e podem ser utilizados nas políticas de planejamento do desenvolvimento regional.

## **7 – Principais resultados e recomendações**

A análise dos dados dos 66 municípios que formam a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba revelou diversos aspectos que reforçam sua unidade, mas também expõem suas assimetrias. Os dados demográficos mostram a maior concentração populacional no núcleo formado por Uberlândia, Uberaba e Araguari, que, juntos, abrigam mais de 1 milhão de habitantes. A massa populacional aí concentrada encontra-se ocupada predominantemente nos setores de serviços e indústria, com boa diversificação funcional, patenteando que o núcleo da aglomeração regional atende a uma demanda regionalizada.

Quando analisada a composição demográfica regional, notou-se o predomínio de pessoas naturais de Minas Gerais e, particularmente, uma representativa troca migratória entre os polos e a rede urbana secundária. Alguns poucos e pequenos municípios apresentaram grande dinamismo de crescimento populacional na última década, movidos pelas transformações na agricultura e a expansão da produção de cana e sua industrialização. Entretanto, ao ser desagregada a origem dos novos moradores, constata-se o predomínio de correntes migratórias pouco expressivas, na estrutura demográfica regional. Como apontado, as principais correntes de migrantes que ajudam na aglomeração regional são tradicionalmente oriundas do próprio Estado de Minas Gerais, seguido por São Paulo, Goiás e Bahia. Os pequenos municípios que atravessaram um surto de expansão migratória recente receberam habitantes provenientes de Alagoas, Pernambuco e Maranhão, denotando tratar-se de processo transitório e não sustentável no longo prazo.

As análises disponíveis sobre as projeções populacionais indicam que essa região vai reduzir o ritmo de incremento demográfico nas próximas décadas, quando iniciará o processo reverso, a partir da década de 2030. Portanto, a menos que surjam novas variáveis, diferentemente do que ainda ocorre nas áreas de fronteira, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a tendência é de um ritmo mais lento de crescimento demográfico. Essa

tendência será acompanhada pelo envelhecimento da população e redução da faixa etária de 0 a 6 anos. Apesar da desaceleração do ritmo, é preciso destacar que, assim como no caso do Brasil, as duas próximas décadas representam o fortalecimento do estrato populacional com maior potencial produtivo, na faixa etária entre 25-60 anos.

Os indicadores econômicos também deixam clara a posição de centralidade regional desempenhada pelos núcleos urbanos de Uberlândia e Uberaba, com economias diversificadas e, em vários setores, complementares. Esse fato indica que o planejamento conjunto de ações dos seus governos pode permitir o melhor aproveitamento das atuais janelas de oportunidades existentes e alavancar novos investimentos, notadamente em setores como os vinculados à agropecuária e agroindústria, logística, serviços especializados, indústria química e processamento de minerais, entre outros. Certamente, faz-se necessário aprofundar os estudos e planejamentos sobre as oportunidades e desafios para a economia regional e sua inserção externa, procurando analisar quais ações seriam necessárias para aumentar a integração e o dinamismo socioeconômico.

Embora a experiência histórica dessa região tenha revelado um ciclo virtuoso de desenvolvimento no pós-Plano de Metas do Governo JK, nem todas as cidades da sua rede urbana se desenvolveram na mesma direção e intensidade. Pela própria hierarquia regional, houve sobreposição de funções e comprometimento de iniciativas que repercutiram negativamente no processo de inserção de muitos municípios. Isso gerou uma grande migração interna, dos municípios menores para os maiores, e uma concentração de serviços, capacidade produtiva e oportunidades em poucos espaços do plano regional. A própria capacidade fiscal de muitos desses municípios é absolutamente insuficiente para inverter tendências e alavancar o desenvolvimento local.

Nesse contexto, sobressai a necessidade de ampliar a integração da economia regional, examinando com destaque a situação atual e as perspectivas econômicas e sociais da rede urbana regional e sua inserção na economia nacional. Neste diagnóstico preliminar, pode-se destacar a situação assimétrica, do ponto de vista da infraestrutura e dos indicadores sociais, o que

impacta a vida dos cidadãos e, também, chama a atenção para a possibilidade de investimentos produtivos com base nas potencialidades existentes em setores de destaque regional. Entretanto, é importante ter presente que não é qualquer planejamento que surtirá efeitos positivos. É fundamental aprofundar a realização de pesquisas e na organização de uma estratégia regional de fomento ao desenvolvimento socioeconômico, tomando como referência as razões históricas que levaram a montagem da atual configuração espacial da rede urbana regional. Nesse contexto, é preciso legitimar os processos de tomada de decisões políticas, haja vista ser necessário ter em consideração os setores que serão beneficiados e os que poderão ser prejudicados e quais forças políticas e sociais lhes darão sustentação. Portanto, deve-se privilegiar ações que busquem o fomento do desenvolvimento econômico regional, a partir do desenho de uma estratégia que permita disseminar e enraizar cadeias de valor em todos os municípios da rede urbana, respeitando a diversidade de seus perfis socioeconômicos. Enfim, o papel dos principais municípios polos é decisivo, no sentido de fomentar atividades econômicas indutoras de um ciclo virtuoso comum, provocando e mobilizando, nos diversos espaços de representação estadual e nacional, as potencialidades e aptidões que muitas vezes se encontram dispersas ou inertes no espaço regional.

No caso específico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em função da sua localização privilegiada no cenário nacional, destaca-se o fomento de complexos logístico-produtivos, evitando-se especializações setoriais isoladas em prol da diversificação complementar e da implementação de uma estratégia conjunta para o escoamento da produção e para a prestação de serviços especializados.

Ainda que nossa legislação federativa divida as competências entre Municípios, Estados e União, pela evolução e complexidade da economia e das relações sociais fica patente que a experiência citadina não se limita pelas fronteiras político-administrativas. Entretanto, uma análise das experiências das regiões metropolitanas (IPEA, 2013a) constata uma fragmentação e uma fragilização desta forma de gestão institucional, destacando a problemática brasileira da existência de regiões metropolitanas (RMs) sem metrópoles

propriamente ditas. A constatação principal é de que, hoje, essa regionalização não possui efetividade e encontra-se esvaziada como instrumento de gestão e ordenamento territorial, embora continue crescendo as demandas estaduais por metropolização institucional (com a criação de novas RMs país afora). Conforme afirma Costa (IPEA, 2013: 323) “pode-se afirmar com alguma segurança que o quadro não dá margens a muitas dúvidas: não há, rigorosamente falando, gestão metropolitana no país, ao menos não no sentido de que um determinado desenho institucional responda aos anseios, estratégias e objetivos de uma política de ordenamento territorial e/ou à gestão integrada de desafios compartilhados”. Segundo ele, “o que há são alguns poucos arranjos institucionais, ainda incipientes ou insatisfatórios, que, na prática, ou não dão conta de realizar a gestão metropolitana ou dão conta de elementos parciais desta gestão”.

O fato é que na ausência de uma verdadeira política de desenvolvimento regional, com aportes específicos de recursos para tal, não resta aos gestores da escala de poder municipal grandes alternativas (como os consórcios e suas limitações setoriais e financeiras) para lidar com a fragilidade de seus orçamentos e competências. Segundo Firkowski (IPEA, 2013b: 39) “a possibilidade de implantação de regiões metropolitanas no Brasil tem sido compreendida como uma ferramenta estadual visando à formulação de uma política de desenvolvimento regional”. Ou seja, “talvez na perspectiva da legitimação de uma nova escala de autonomia e decisão, mediando aquela dos estados e dos municípios.” O que foi estimulado pelo governo federal que na prática aportou volumosos recursos financeiros para infraestrutura urbana e moradia, privilegiando exclusivamente as grandes cidades e áreas metropolitanas.

Assim, embora os critérios para definir uma metrópole sejam cambiantes, ainda incertos são os parâmetros para incluir ou excluir municípios na regionalização metropolitana. Também segundo Firkowski (IPEA, 2013b: 33), “neste recorte estariam incluídos municípios ainda não tão expressivos ou mesmo sem uma real dinâmica metropolitana, mas que, à luz da perspectiva do planejamento, deveriam ser considerados”. Ou seja, o grande pressuposto

é a existência de um processo socioespacial e a conformação de um espaço percebido como comum por uma população que, nas palavras de Costa (IPEA, 2013a: 324) “compartilha (não de forma homogênea e não sem conflitos) de seus recursos, infraestrutura, serviços e possibilidades.”

O que se procurou mostrar neste estudo foi que, a despeito da inexistência da figura empírica da conurbação urbana, que por si só também não define metropolização, a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba conforma um processo socioespacial e, via migração e fluxos regulares de bens e serviços, seus habitantes compartilham de seus recursos, infraestruturas, serviços, carências e possibilidades. O resultado é o reconhecimento de que a decisão de criação de uma região metropolitana extrapola os parâmetros técnicos e se constitui como uma verdadeira questão política, voltado para a viabilização de novas estruturas político-institucionais para o enfrentamento dos desafios que ultrapassam os limites municipais. Ou, como afirmam Fix e Pereira (IPEA, 2013b: 261) “as aglomerações e conurbações são formas urbanas que expressam a contradição entre as cidades enquanto entes físicos e socioeconômicos e enquanto estruturas político-administrativas.”

## **7.1 – Proposta de agrupamento da rede urbana regional como subsídio à criação de uma região metropolitana**

Considerando o conjunto das discussões acerca dos critérios para definir objetivamente uma região metropolitana e as próprias limitações presentes em propostas anteriores (GALVÃO et al, 1969) limitadas seja pela subjetividade, operacionalidade, seja pela validade temporal.

Os critérios básicos utilizados em complemento aos estudos da hierarquia e funcionalidade da rede urbana regional foram os seguintes.

- 1) Em primeiro lugar foi observado a existência de uma clara centralidade regional, marcada pelo peso desta nucleação na economia regional, a diversificação das atividades produtivas e especialidades de trabalho,

além da integração interna e externa, com a presença de fortes articulações de integração na economia estadual, nacional e internacional. Também se levou em consideração a conurbação virtual mais intensa que ocorre entre os municípios de Uberlândia, Uberaba e Araguari. Assim ficou definida a nucleação regional;

- 2) Em segundo lugar ficaram definidos os polos de desenvolvimento que formam a rede urbana regional como sendo os principais referenciais de relacionamentos e de interesses comuns. Assim definiu-se o primeiro nível de integração com o núcleo formado por Patos de Minas, Patrocínio, Araxá e Ituiutaba. O município de Frutal, embora constitua um polo emergente, levando-se em consideração as suas fortes articulações diretas com os polos paulistas, não foi classificado neste agrupamento;
- 3) Em terceiro lugar foi destacado a contiguidade espacial dos territórios envolvendo o núcleo e os polos principais. Neste caso foi observada a integração direta da malha rodoviária, em particular das sedes do município com o núcleo para a formação do entorno metropolitano. São os casos de monte Alegre de Minas, Indianópolis, Nova Ponte, Romaria, Iraí de Minas, Pedrinópolis, Santa Juliana, Monte Carmelo, Perdizes e Guimarãnia;
- 4) Em quarto lugar levou-se em consideração a articulação dos municípios do entorno dos polos e sua complementaridade com o núcleo. Neste caso também foram levados em consideração o desempenho nos indicadores econômicos e sociais. Este agrupamento formaria o Colar metropolitano e dependendo do planejamento político e do desempenho social e econômico poderia ser incorporado na região metropolitana, conjuntamente ou gradativamente.

Enfim, com estes critérios ficou demarcada a importância funcional do núcleo, marcada pela centralidade, peso na economia, tamanho e massa demográfica, concentração de atividades superiores e desempenho de

funções complexas, especializadas e diversificadas, além da conexão a uma rede urbana cada vez mais globalizada. Da mesma forma foi considerado o processo de formação do entorno do núcleo, com seus nós de comando e coordenação econômica e social, constituído de um campo de forças centrípeto e centrífugo, que conforma a maior parcela das interações regionais, que interligam o núcleo e os polos secundários. Neste contexto, embora não ocorra a conurbação física dos tecidos urbanos destaca-se a importância das interdependências funcionais e suas interações regulares, marcada pelo expressivo volume de fluxos.

Mapa 7.1 – Aglomeração urbana principal



Fonte: Elaboração própria.

Nesta primeira classificação são dados destaque ao núcleo da aglomeração, que não só define a centralidade regional e responde pela principal parcela de todos os indicadores sociais e econômicos. Conforme quadro a seguir, esta classificação define uma nucleação de pouco mais de 1 milhão de habitantes com intensos fluxos regionais e responsável pela coordenação dos principais processos de gestão da rede de saúde regional, do sistema de educação e pesquisa de nível superior (UFU e UFTM), da coordenação regional dos serviços públicos.

Quadro 7.1 – Aglomeração urbana principal

Classificação	Mesorregião, Município	População total (2000)	População urbana (2000)	População total (2010)	População urbana (2010)	Tx Cresc. Geom. Anual Total 2000/10	Tx Cresc. Geom. Anual Pop Urbana 2000/10
	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	1869886	1665587	2144482	1960028	1,38	1,64
RMN	Araguari	101974	92748	109801	102583	0,74	1,01
RMN	Uberaba	252051	244171	295988	289376	1,62	1,71
RMN	Uberlândia	501214	488982	604013	587266	1,88	1,85
	<b>TOTAL RMN</b>	<b>855239</b>	<b>825901</b>	<b>1009802</b>	<b>979225</b>	<b>1,68</b>	<b>1,72</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010.

Assim, além da maior densidade dos indicadores que acompanham o peso relativo da massa demográfica, pode-se destacar a presença de órgãos públicos de comando regionalizados. Como exemplos pode-se citar a gestão da receita federal que a partir de Uberlândia e Uberaba comandam o serviço e fiscalização na região.

Quadro 7.2 – Regionalização das agências da receita federal

	Anexo VIII (Redação dada pela Portaria RFB nº 1.403, de 3 de outubro de 2013) Agências da Receita Federal do Brasil		
Região Fiscal	Unidades Jurisdicionantes	Localidades	Classes
	Delegacias da Receita Federal do Brasil		
	Araxá (MG)	C	
	Frutal (MG)	C	
	Araguari (MG)	C	
	Ituiutaba (MG)	C	
	Patos de Minas (MG)	C	
	Patrocínio (MG)	C	
	Uberlândia (MG)		

Fonte: Receita Federal

O mesmo processo se repete na coordenação estadual, embora nem sempre limitado ao recorte administrativo da mesorregião e reconhecendo a amplitude da centralidade regional de Uberlândia e Uberaba, como aparece na área de influência das redes de TV. O que se percebe é não só o reconhecimento de fato da centralidade regional, mas o fortalecimento da mesma pela criação das coordenações hierarquizadas. Com isso, embora nem sempre passíveis de mensuração, estes procedimentos ajudam a consolidar os vínculos de interações na rede urbana regional.

Quadro 7.3 – Regionalização das agências da receita estadual: nível Uberaba

SRF I EM UBERABA				
DF OU DFT	ÁREA DE ABRANGÊNCIA			
DF/1º NÍVEL/ UBERABA	1.Água Comprida	2.Araxá	3.Campo Florido	4.Campos Altos
	5.Carneirinho	6.Comendador Gomes	7.Conceição das Alagoas	8.Conquista
	9.Delta	10.Fronteira	11.Frutal	12.Ibiá
	13.Itapajipe	14.Iturama	15.Limeira do Oeste	16.Pedrinópolis
	17.Perdizes	18.Pirajuba	19.Planura	20.Pratinha
	21.Sacramento	22.Santa Juliana	23.São Francisco de Sales	24.Tapira
	25.Uberaba	26.União de Minas	27.Veríssimo	
	DFT/2º NÍVEL/ UBERABA			
Todos os municípios da área de abrangência da DF/1º NÍVEL/ UBERABA				

Fonte: Receita estadual.

Assim como no sistema de saúde, a receita estadual divide o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em duas regiões administrativas, sendo o sul coordenado a partir de Uberaba e o norte a partir de Uberlândia.

Quadro 7.4 – Regionalização das agências da Receita Estadual: nível Uberlândia

SRF I EM UBERLÂNDIA				
DF OU DFT	ÁREA DE ABRANGÊNCIA			
DF/2º NÍVEL/ PATOS DE MINAS	1.Arapuá	2.Arinos	3.Bonfinópolis de Minas	4.Brasilândia de Minas
	5.Buritis	6.Cabeceira Grande	7.Carmo do Paranaíba	8.Cruzeiro da Fortaleza
	9.Dom Bosco	10.Formoso	11.Guarda-Mor	12.Guimarânia
	13.João Pinheiro	14.Lagamar	15.Lagoa Formosa	16.Lagoa Grande
	17.Matutina	18.Natalândia	19.Patos de Minas	20.Patrocínio
	21.Paracatu	22.Presidente Olegário	23.Riachinho	24.Rio Paranaíba
	25.Santa Rosa da Serra	26.São Gonçalo do Abaeté	27.São Gotardo	28.Serra do Salitre
	29.Tiros	30.Unaí	31.Uruana de Minas	32.Varjão de Minas
	33.Vazante			
DF/1º NÍVEL/ UBERLÂNDIA	1.Abadia dos Dourados	2.Araguari	3.Araporã	4.Cachoeira Dourada
	5.Campina Verde	6.Canápolis	7.Capinópolis	8.Cascalho Rico
	9.Centralina	10.Coromandel	11.Douradoquara	12.Estrela do Sul
	13.Grupiara	14.Gurinhatã	15.Indianópolis	16.Ipiaçu
	17.Iraí de Minas	18.Itiútaba	19.Monte Alegre de	20.Monte Carmelo
			Minas	
	21.Nova Ponte	22.Prata	23.Romaria	24.Santa Vitória
	25.Tupaciguara	26.Uberlândia		
DFT/ 2º NÍVEL/ PARACATU	Todos os municípios da área de abrangência da DF/2º NÍVEL/ PATOS DE MINAS			
DFT/1º NÍVEL/ UBERLÂNDIA	Todos os municípios da área de abrangência da DF/1º NÍVEL/ UBERLÂNDIA			

Fonte: Receita estadual

A segunda classificação dá destaque aos polos de desenvolvimento regionais, responsáveis pelos maiores fluxos de interação regional. Como não poderia de ser, para obedecer ao critério de contiguidade foram agregados os municípios cujo território encontra-se entre o núcleo e os polos. Esta classificação cria o primeiro desenho possível de região metropolitana, formada pela articulação principal entre núcleo regional e principais polos da rede urbana.

Tabela 7.1 – Aglomeração urbana secundária

Classificação	Mesorregião, Município	População total (2000)	População urbana (2000)	População total (2010)	População urbana (2010)	Tx Cresc. Geom. Anual Pop Total 2000/10	Tx Cresc. Geom. Anual Pop Urbana 2000/10
	Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba	1869886	1665587	2144482	1960028	1,38	1,64
RME	Araxá	78997	77743	93672	92284	1,72	1,73
RME	Guimaraes	6384	5013	7265	5924	1,30	1,68
RME	Indianopolis	5387	3204	6190	4056	1,40	2,39
RME	Irai_de_Minas	5903	4600	6467	5158	0,92	1,15
RME	Ituiutaba	89091	83853	97171	93125	0,87	1,05
RME	Monte_Alegre_de_Minas	18006	12673	19619	14506	0,86	1,36
RME	Monte_Carmelo	43899	38231	45772	40100	0,42	0,48
RME	Nova_Ponte	9492	7541	12812	10991	3,04	3,84
RME	Patos_de_Minas	123881	111333	138710	127724	1,14	1,38
RME	Patrocínio	73130	63000	82471	72758	1,21	1,45
RME	Pedrinopolis	3361	2863	3490	2927	0,38	0,22
RME	Perdizes	12364	7147	14404	9935	1,54	3,35
RME	Romaria	3737	2662	3596	2715	-0,38	0,20
RME	Santa_Juliana	8078	6633	11337	9795	3,45	3,98
	<b>TOTAL RME</b>	<b>481710</b>	<b>426496</b>	<b>542976</b>	<b>491998</b>	<b>1,20</b>	<b>1,44</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010.

Conforme pode ser visto no quadro, além dos principais polos do sistema regional alguns municípios se destacam pelo dinamismo recente e outros pelo baixo desempenho. Esta situação assimétrica deve ser objeto de preocupação central no planejamento das políticas de desenvolvimento regional.

A terceira classificação (Colar RM 1) engloba os municípios que apresentam interações com o núcleo, mas ocupam posições intermediárias na articulação regional. Alguns por deficiências nas infraestruturas de integração, outros por apresentarem laços de integração em outros sistemas regionais. No caso do Triângulo Mineiro este fato ocorre na parte sul devido a força da economia paulista e seus centros regionais do interior. Estes podem, dependendo da decisão política e do projeto institucional, ser incorporados imediatamente na rede metropolitana regional ou podem funcionar como futura área de expansão da estrutura institucional.

Tabela 7.2 – Colar principal da aglomeração urbana

Classificação	Mesorregião, Município	População total (2000)	População urbana (2000)	População total (2010)	População urbana (2010)	População Total 2000/10	Tx Cresc. Geom. Anual Pop Total	Tx Cresc. Geom. Anual Pop Urbana 2000/10
	Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba	1869886	1665587	2144482	1960028	1,38	1,64	
C1	Agua_Comprida	2092	1353	2025	1520	-0,32	1,17	
C1	Campo_Florido	5328	3140	6870	5208	2,57	5,19	
C1	Conceicao_das_Alagoas	17156	14410	23043	20880	2,99	3,78	
C1	Conquista	6101	4747	6526	5671	0,68	1,79	
C1	Delta	5065	4660	8089	7584	4,79	4,99	
C1	Frutal	46566	39012	53468	46089	1,39	1,68	
C1	Pirajuba	2741	2155	4656	4131	5,44	6,72	
C1	Prata	23576	17123	25802	19381	0,91	1,25	
C1	Sacramento	21334	15890	23896	19275	1,14	1,95	
C1	Tupaciguara	23117	20621	24188	22042	0,45	0,67	
C1	Verissimo	2874	1475	3483	2037	1,94	3,28	
	<b>TOTAL C1</b>	<b>155950</b>	<b>124586</b>	<b>182046</b>	<b>153818</b>	<b>1,56</b>	<b>2,13</b>	

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010.

A quarta classificação comprehende a segunda ordem de articulação do colar metropolitano (Colar RM2). Trata-se de municípios com articulação menos intensa e deveriam aguardar na condição de futura área de expansão da estrutura institucional da região metropolitana.

Mapa 7.2 – Aglomeração urbana expandida

**Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**



Fonte: Elaboração própria.

Como se pode notar predominam municípios de pequena dimensão demográfica e outros menos integrados na malha rodoviária principal de integração de São Paulo com o Centro-Oeste. Dois deles merecem atenção, Tapira e Planura, devido ao desempenho recente nos indicadores.

Tabela 7.3 – Colar secundário da aglomeração urbana

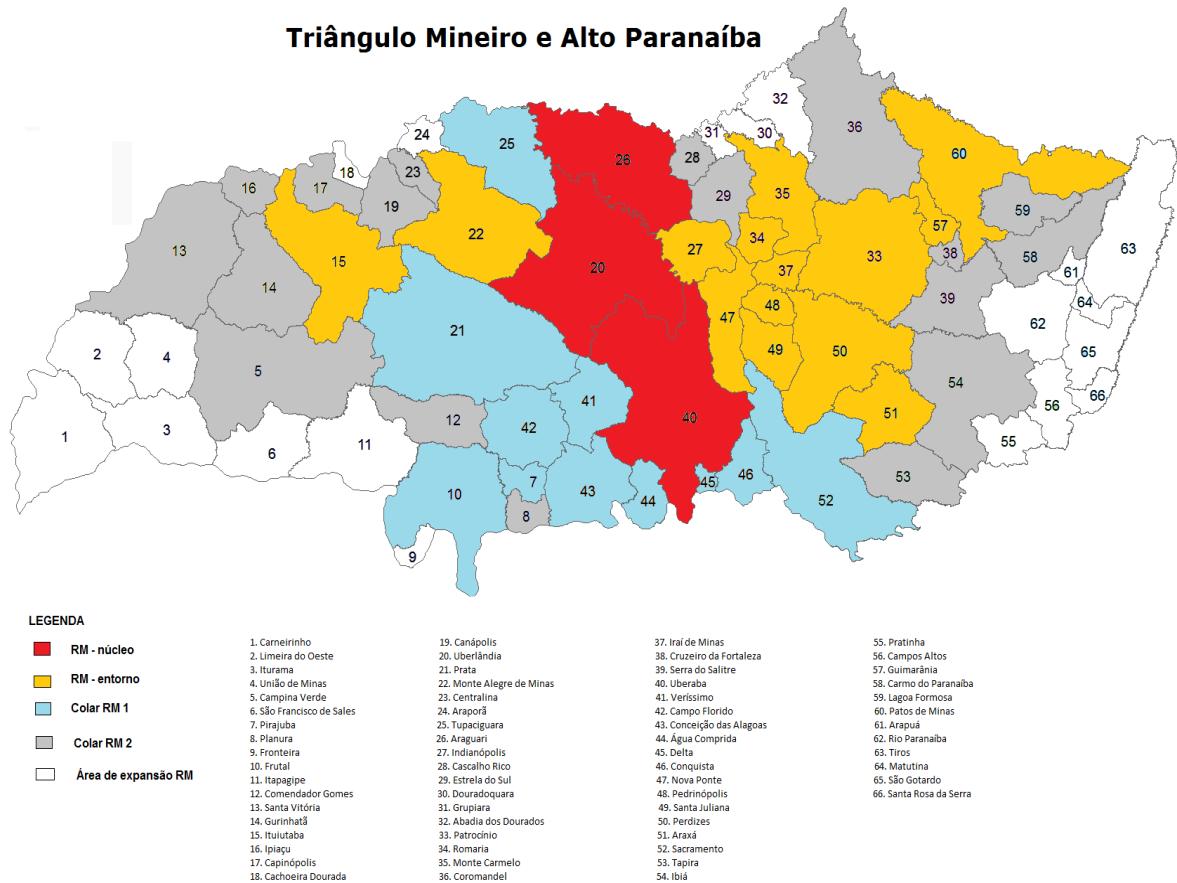
Classificação	Mesorregião, Município	População total (2000)	População urbana (2000)	População total (2010)	População urbana (2010)	Tx Cresc. Geom. Anual 2000/10	Tx Cresc. Geom. Anual Pop Urbana 2000/10
	Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba	1869886	1665587	2144482	1960028	1,38	1,64
C2	Campina_Verde	19100	13411	19324	14433	0,12	0,74
C2	Canapolis	10633	9010	11365	10180	0,67	1,23
C2	Capinopolis	14403	13140	15290	14302	0,60	0,85
C2	Carmo_do_Paranaiba	29460	24276	29735	25200	0,09	0,37
C2	Cascalho_Rico	2622	1182	2857	1796	0,86	4,27
C2	Centralina	10236	9346	10266	9314	0,03	-0,03
C2	Comendador_Gomes	2842	1174	2972	1508	0,45	2,54
C2	Coromandel	27452	20261	27547	21665	0,03	0,67
C2	Cruzeiro_da_Fortaleza	3720	3136	3934	3361	0,56	0,70
C2	Estrela_do_Sul	6883	5040	7446	6057	0,79	1,86
C2	Gurinhata	6883	2834	6137	2692	-1,14	-0,51
C2	Ibia	21044	17353	23218	19646	0,99	1,25
C2	Ipiacu	4026	3511	4107	3741	0,20	0,64
C2	Lagoa_Formosa	16293	10848	17161	12967	0,52	1,80
C2	Planura	8297	7873	10384	10091	2,27	2,51
C2	Santa_Vitoria	16365	12544	18138	14926	1,03	1,75
C2	Serra_do_Salitre	9390	6604	10549	7755	1,17	1,62
C2	Tapira	3327	2216	4112	2744	2,14	2,16
	<b>TOTAL C2</b>	<b>212976</b>	<b>163759</b>	<b>224542</b>	<b>182378</b>	<b>0,53</b>	<b>1,08</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010.

Por fim são apresentados os municípios classificados como área futura de expansão devido aos diversos obstáculos presentes no processo objetivo de integração. Predominam os municípios de pequena dimensão e aqueles situados em campos de força fortemente disputados com outros centros de polarização. Este é o caso dos municípios da parte sul do portal do Triângulo Mineiro e da porção oeste do Alto Paranaíba, com destaque para São Gotardo e Iturama.

Mapa 7.3 – Aglomeração urbana potencial

**Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**



Fonte: Elaboração própria.

No quadro classificatório da área de expansão destaca-se o desempenho recente do município de Fronteira e em menor grau dos municípios de Araporã e Itapagipe. Embora aparentemente de desempenho temporários estes municípios devam merecer um acompanhamento mais sistemático para identificar os processos e dimensionar os seus efeitos.

Tabela 7.4 – Área potencial de expansão da aglomeração urbana

Classificação	Mesorregião, Município	População total (2000)	População urbana (2000)	População total (2010)	População urbana (2010)	Tx Geom. Anual 2000/10	Tx Cresc. Geom. Anual Pop Urbana 2000/10
	Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba	1869886	1665587	2144482	1960028	1,38	1,64
AE	Abadia_dos_Dourados	6446	3927	6704	4189	0,39	0,65
AE	Arapora	5309	4821	6144	5898	1,47	2,04
AE	Arapua	2744	1716	2775	2088	0,11	1,98
AE	Cachoeira_Dourada	2305	1993	2505	2225	0,84	1,11
AE	Campos_Altos	12819	11619	14206	12913	1,03	1,06
AE	Carneirinho	8910	5515	9471	6975	0,61	2,38
AE	Douradoquara	1785	1133	1841	1233	0,31	0,85
AE	Fronteira	9024	6926	14041	13095	4,52	6,58
AE	Grupiara	1376	1159	1373	1173	-0,02	0,12
AE	Itapagipe	11832	7008	13656	9558	1,44	3,15
AE	Iturama	28814	26829	34456	32598	1,80	1,97
AE	Limeira_do_Oeste	6170	3681	6890	5017	1,11	3,14
AE	Matutina	3838	2759	3761	2693	-0,20	-0,24
AE	Pratinha	2883	1638	3265	1759	1,25	0,72
AE	Rio_Paranaiba	11528	6196	11885	7288	0,31	1,64
AE	Santa_Rosa_da_Serra	3114	1870	3224	1973	0,35	0,54
AE	Sao_Francisco_de_Sales	5274	3431	5776	4332	0,91	2,36
AE	Sao_Gotardo	27631	25523	31819	30061	1,42	1,65
AE	Tiros	7571	4829	6906	4815	-0,92	-0,03
AE	Uniao_de_Minas	4638	2272	4418	2726	-0,48	1,84
	<b>TOTAL AE</b>	<b>164011</b>	<b>124845</b>	<b>185116</b>	<b>152609</b>	<b>1,22</b>	<b>2,03</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010.

Com esta classificação concluímos a descrição da aglomeração urbana regional e sua rede de cidades, oferecendo aos gestores um conjunto de possibilidades e estratégias de institucionalização da região metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

E para finalizar apresentamos um exemplo de planejamento e esforço conjunto para o desenho de uma infraestrutura de apoio ao desenvolvimento regional. Trata-se da construção do aeroporto internacional de cargas e passageiros, cuja efetivação apresenta enorme potencial de colocar a região em posição de destaque no cenário da atração de investimentos e geração de empregos.

Primeiro foi definido tratar de ação que precisa ser planejada para atender uma demanda futura potencial. Segundo, sua posição deve atender

aos requisitos de ser uma localização estratégica de interligação dos polos centrais e polos secundários. Terceiro foi dada atenção à integração com outros modais de transporte, como ferrovias (cargas e passageiros), rodovias, fibra óptica e polidutos. Por fim, foi levada em consideração a complementação das vias rodoviárias (tempo e distância) que potencializariam a concentração de fluxos na área do futuro aeroporto.

Mapa 7.4 – Esboço de estratégia conjunta de investimento em infraestrutura aeroportuária na região



Fonte: [www.der.gov.br](http://www.der.gov.br). Acessado em outubro de 2013

Enfim, com base em elementos históricos, conceituais e empíricos procurou-se justificar a existência de um processo socioespacial e a conformação de um espaço que é percebido como comum por uma população que, migra, troca e compartilha os recursos regionais, a infraestrutura e os serviços. E que a limitação da escala de poder local/municipal impede a construção de soluções para os desafios comuns e de opções e possibilidades para a promoção do desenvolvimento regional.

Portanto, exemplos como o do aeroporto representam apenas uma pequena amostra do potencial de planejamento da gestão da rede urbana regional e da necessidade de um ente institucional que possa realizar a interlocução multinível e a representação da diversidade de interesses. A

definição do formato e da estratégia da região metropolitana constitui um corolário das forças políticas e este estudo teve o objetivo de servir de apoio a este processo e não de defini-lo ou tornar-lhe um obstáculo.

## **8. Bibliografia**

ALLEN, John; Massey, Doreen; Cochrane, Alan. **Rethinking the region.** London/New York: Routledge, 1998.

AMIN, Ash. **Regions unbound: towards a new politics of place.** Geografiska Annaler, 86 B, 2004, p.33-44.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento.** São Paulo, 5<sup>a</sup> Ed.: Atlas, 1987.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1992.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional.** In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n° 2, p.144-161, abr-jun. 1999.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Triângulo, capital comercial, geopolítica e agroindústria.** Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1989.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: Difel, 1977.

\_\_\_\_\_. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930/70.** São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95.** In: Revista Economia e Sociedade, Campinas, nº. 8, 1997. (p.101-41).

\_\_\_\_\_. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005.** São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

CASTELLS, M.. **A Sociedade em Rede.** São Paulo, Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DINIZ, Clélio Campolina. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização.** In: Revista Nova Economia 3 (1). Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1993.

\_\_\_\_\_. **A busca de um projeto de nação: o papel do território e das políticas regional e urbana.** Revista da ANPEC, Economia, Selecta, Brasília, v.7, nº 4, p. 1-18, dez-2006.

\_\_\_\_\_ (org.) **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil.** Brasília: UNB, 2007a.

\_\_\_\_\_ (coord.) **Proposta de regionalização do Brasil.** Belo Horizonte: Ministério do Planejamento/ CGEE/FUNDEP/CEDEPLAR-UFMG, abril de 2007b.

\_\_\_\_\_ . **Celso Furtado e o desenvolvimento regional.** In: Revista Nova Economia, Belo Horizonte, 19 (2), maio –agosto de 2009. (p.227-249)

**FERREIRA, E. W. Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: características dos fluxos imigratórios (1980-91).** Uberlândia: IE/UFU, 1998 (Dissertação de Mestrado).

**FÍGOLI, M. G. B.; WONG, L. L.; GONZAGA, M. R. ; GOMES, M. M. F.; UMBELINO, G. J. M.; CARVALHO, J. A. M.; QUEIROZ, Bernardo Lanza .** Projeção Populacional, por Sexo e Grupos de Idades Quinquenais - Mesorregiões e Total de Minas Gerais, 2010-2050. In: **XIV SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA,** 2010, Diamantina. Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2010.

**FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Record, 1990.

\_\_\_\_\_ . **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil.** São Paulo: Global, 7<sup>a</sup> edição, 2004.

**GALVÃO, M. V. et al. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas.** Revista brasileira de geografia, Rio de Janeiro, ano 31, n. 4, p. 53-127, out.-dez.1969.

**GEIGER, Pedro Pinchas. Esboço Preliminar da Divisão do Brasil nas chamadas “Regiões Homogêneas”.** In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.29, nº2, p.59-64, Abr./Jun. de 1967a.

\_\_\_\_\_ . **Geografia e Planejamento.** In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.29, nº3, p.111-118, Jul./Set. 1967b.

\_\_\_\_\_ . **Regionalização.** In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.31, nº1, p.5-25, Jan./Mar. 1967c.

\_\_\_\_\_ . **Divisão regional e problema regional.** In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.32 nº 2, p. 157-170, Abr./Jun. 1970.

**GUIMARÃES, Eduardo Nunes. Transformações na agropecuária comercial e terciarização - 1970-80: área de polarização do núcleo urbano de Uberlândia.** Belo Horizonte: BDMG, 1993. (5º prêmio Minas de economia)

**\_\_\_\_\_. Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional.** Uberlândia: EDUFU, 2010

**\_\_\_\_\_. Desafios do desenvolvimento e a importância da regionalização funcional.** In: II Conferência do Desenvolvimento, 2011, Brasilia. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Brasilia: IPEA, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; BRANDÃO, Carlos Antônio; LEME, Heládio José de Campos; SILVA, Vitorino Alves da. **Os eixos nacionais de integração e desenvolvimento do programa Brasil em Ação.** In: ENCONTRO DE ECONOMIA MINEIRA, 1998, Diamantina. VIII Encontro de Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG, 1998. v. 1, p. 247-269.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; SILVA, Vitorino Alves da; BERTOLUCCI JÚNIOR, Luiz; FERREIRA, Ester Willian; DINIZ, Carlos José. **Aglomeração Urbana de Uberlândia (MG): formação sócio-econômica e centralidade regional.** In: HOGAN, Daniel Joseph; et all. (Org.). Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas. Campinas SP, 2001, v. 1, p. 195-223.

GUIMARÃES, E. N. & FARIA, G. A.. **Integração e desenvolvimento regional: uma proposta de regionalização de Minas Gerais.** Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2006.

GUIMARÃES, E.N. & MARTINS, R. B.. **Análise da regionalização funcional do IBGE: um recorte para Minas Gerais.** Uberlândia: UFU, Relatório de pesquisa, 2012.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas.** Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

**\_\_\_\_\_. Regiões de influência das cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

**\_\_\_\_\_. Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.** IBGE: Rio de Janeiro, 1990.

**\_\_\_\_\_. Regiões de influência das cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

**\_\_\_\_\_. Regiões de influência das cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados Gerais da Amostra: Rio de Janeiro, 2012.

IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil.** Brasília: IPEA, 2002. (vol. 1, 2 e 3).

IPEA. **Eixos do Desenvolvimento Brasileiro – Transporte Ferroviário de Cargas**. Brasília: IPEA, 2010.

IPEA. **40 anos de Regiões Metropolitanas no Brasil**. COSTA, Marco Aurélio & TSUKUMO, Isadora Tami Lemos (organizadores). Brasília, IPEA, 2013a.

IPEA. **Território metropolitano, políticas municipais por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Furtado, B. A.; Krause, C.; França, K. C. B. de (editores). Brasília: IPEA, 2013b.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1981.

NORTH, Douglas C.. Location theory and regional economic growth. In: The Journal of Political Economy. The University of Chicago Press, vol. 63, nº 3, June 1955, 243-258.

**OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil**. Relatório da atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrópoles/FASE/IPARDES. Brasília, 2004. 118 p. ([http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/produtos/produto\\_mc\\_1.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf)).

**OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Arranjos Institucionais para a Gestão Metropolitana**. Relatório de pesquisa. Projeto OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES: Território, coesão social e governança democrática: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém, Natal, Goiânia, Maringá. . CNPq – INSTITUTOS DO MILÊNIO. Rio de Janeiro, 2009.

PERROUX, François. **Economic space: theory and applications**. In: The Quarterly Journal of Economics. The MIT Press, vol. 64, nº 1, February 1950, 89-104.

**PNLT - Plano Nacional de Logística e Transportes** –. Relatório Executivo. Ministério dos Transportes. Brasília: Novembro, 2009.

RIBEIRO, L. C. Q. **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2009.

ROCHEFORT, M.. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.